

SUMÁRIO

O ESTUDO SOBRE MATO GROSSO NA ESCOLA: EXPERIÊNCIA INTERDISCIPLINAR COM TEMÁTICAS REGIONAIS	03
Thiago Alinor Hoissa Benfica	
A IMPORTÂNCIA DA AUDITORIA INTERNA EM EMPRESA DE PEQUENO PORTE DE PEÇAS E SERVIÇOS AUTOMOTIVOS.	23
Ana Paula Ferreira de Jesus	
Evaldo Rezende Duarte	
Luciana Aparecida Augusta de Oliveira	
ANÁLISE DOS CUSTOS DE PRODUÇÃO EM UMA INDÚSTRIA DE LACTICÍNIOS: UM ESTUDO DE CASO NO ESTADO DE MATO GROSSO	37
Carina Francisco Hoennicke	
Evaldo Rezende Duarte	
Luciana Aparecida AugustaOliveira	
EXAME DE SUFICIÊNCIA X ENADE: Uma análise de desempenho por Estado.	55
Adriana Gonçalves de Oliveira	
Jailson da Conceição Teixeira	
Luciana Aparecida Augusta de Oliviera	
A POPULAÇÃO ENTENDE O PORQUE DA PROPOSTA DE REFORMA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL?	80
Marcio Bezerra Cavalcanti	
Jailson da Conceição Teixeira	
Fabiana Kely dos Santos Reis	
Francisco Eudes Gomes de Lima.	
UM ESTUDO SOBRE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO NO VALE DO SÃO LOURENÇO-MT.	108
Regiane Sebastião Macedo	
Jailson da Conceição Teixeira	
Fabiana Kely dos Santos Reis	
Francisco Eudes gomes de Lima	

FORMALIDADE X INFORMALIDADE: UM ESTUDO NO VALE DO SÃO LOURENÇO-MT. Vanessa de Moraes Feitosa Jailson da Conceição Teixeira Fabiana Kely dos Santos Reis	128
ACCOUNTABILITY NA GESTÃO PÚBLICA. ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE INDICADORES DE DESEMPENHO E CONSUMO FINANCEIRO NOS MUNICÍPIOS MATO-GROSSENSES. Gleicy Karoline de Oliveira Medeiro Evaldo Rezende Duarte Amauri Gonçalves de Oliveira	147
PERCEPÇÃO DO CONHECIMENTO DOS ENFERMEIROS SOBRE A AUTARQUIA COFEN/COREN'S Adelson Luiz Menezes Barbosa Mônia Maia de Lima	165
A IMPORTÂNCIA DO PROFISSIONAL LICENCIADO EM INFORMÁTICA NAS ESCOLAS FRENTE AO NOVO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM CAUSADO PELO COVID-19 Rafael Martins Bezerra Costa Marco Tulio Martins da Silva Junior	179
AULAS REMOTAS: ELUCIDAÇÃO DA DESIGUALDADE EDUCACIONAL Izaías de Lacerda Pereira Tagiana Maria da Silva Bandeira	194
ATUAÇÃO DA ENFERMAGEM NOS CASOS DE VERMINOSES: REVISÃO DE LITERATURA Caroline Rodrigues Melo de Sousa Chaira Juniellen de Jesus Cleidiane Andrade Elaine Gonçalves Aires Rachel Arruda Pereira Luana Cristina Richielly Pereira Bittencourt Magno Rafael Miranda Santos	208
A GESTÃO ESCOLAR NO PROCESSO INCLUSIVO Marilucy de Oliveira Moreira Santos	220

O ESTUDO SOBRE MATO GROSSO NA ESCOLA: EXPERIÊNCIA INTERDISCIPLINAR COM TEMÁTICAS REGIONAIS

Thiago Alinor Hoissa Benfica¹

RESUMO:

O texto reflete uma experiência escolar que voltou suas preocupações aos estudos “regionais”; ou seja, um projeto de intervenção, que ocorreu em dois espaços da escola: dentro e fora da sala de aula. Dentro da sala de aula, os professores de várias disciplinas escolheram junto com os alunos os temas a serem trabalhados. As atividades fora da sala de aula possibilitaram a transmissão de símbolos para uma educação que visa à diversidade cultural, sobretudo mediante a realização de uma gincana, que articulou elementos cívicos. Apresenta-se como o projeto despertou um senso estético, assim como crítico, sobre a identidade mato-grossense.

Palavras-chave: Região. Identidades. Cultura escolar.

ABSTRACT:

The text reflects a school experience that turned its concerns to "regional" studies; that is, an intervention project that occurred in two spaces of the school: inside and outside the classroom. Within the classroom, teachers from various disciplines chose together with the students the themes to be worked on. The activities outside the classroom allowed the transmission of symbols for an education that aimed at cultural diversity, especially through the realization of a gymkhana, which articulated civic elements. It is presented as the project awakened an aesthetic, as well as a critical, on the Mato Grosso identity.

Keywords: Region. Identities. School culture.

¹ É doutor em Historia- UFGD e professor concursado SEDUC/MT

INTRODUÇÃO

As demandas para a escola inserir temas regionais podem surgir de três maneiras: a) das instâncias normativas, tais como as secretarias de educação, seguindo ou não as avaliações externas – provas de concurso – que exigem tal conhecimento; b) da academia de ensino superior (universidade); lugar que tem o poder de ditar a norma, ou seja, traçar as regras do jogo pedagógico, um espaço em que o agente do estado, que está numa posição mais elevada perante a estrutura do poder educacional, emite um discurso verticalizado para a escola (BOURDIEU, 2013); c) de uma demanda imanente da escola, dos professores que se sensibilizam com as necessidades particularizantes dos alunos, quando existe uma disposição para se debruçar sobre determinada realidade.

Os trabalhos com temas regionais a partir da realidade do aluno podem assumir uma roupagem libertadora ou revolucionária, seguindo a tradição da sociologia do conflito, onde se busca conhecer o mundo para transformá-lo, como também pode ser declarada conservadora, na perspectiva durkheimiana, que assume a escola como o local privilegiado de reprodução do conhecimento e das estruturas sociais,² exigidos para integrar o aluno à sociedade. Na verdade, as duas tendências não são, necessariamente, excludentes, pois, mais do que as intenções proferidas pelo professor, são as interações sociais que inclinarão o sujeito a um certo tipo de posicionamento frente a “realidade” e suas intenções.

Sem uma carga teórica ou discursos eloquentes e politizados, um grupo de professores da Escola Estadual Professora Edeli Mantovani, situada na periferia de Sinop-MT, com mais de 2000 alunos, decidiu trabalhar com temas da realidade mato-grossense. Cerca de 39 professores atuaram no projeto, variando o nível de empenho e o tempo dedicado às atividades do denominado *Projeto Mato Grosso*: seu povo, sua memória. Inicialmente, a ideia era elaborar um projeto partindo da História e da Geografia de Mato Grosso; mas foi decidido abrir espaço para qualquer professor

²Durkheim entende que a educação é “uma ação exercida por uma geração de adultos em uma geração de jovens” (DURKHEIM, 2010, p. 32). O objetivo da educação formal é por ele entendido como a etapa de preparação do neófito à sociedade, ou seja, lá se reproduz o campo hegemônico das crenças, valores, conhecimentos técnicos e representações sociais de certo modo arbitrariamente, pois, a maior parte dessas ações independe da vontade dos sujeitos. A sociologia contemporânea tem em Pierre Bourdieu um dos maiores expoentes que radicaliza as análises de Durkheim, questionando o conceito de “solidariedade mecânica” na ótica durkheimiana ao introduzir a categoria poder, e assim a escola passa a ser vista como portadora da função de reprodução e legitimação das desigualdades sociais. De acordo com Cláudio Nogueira de Maria Nogueira: “de um modo geral, os valores arbitrários capazes de se impor como cultura legítima seriam aqueles sustentados pela classe dominante. Para Bourdieu, portanto, a cultura escolar, socialmente legitimada, seria basicamente a cultura imposta como legítima pelas classes dominantes” (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2002, p. 28). Na perspectiva aqui encampada, a preocupação em primeiro plano não é de autoria se manifestar a favor de uma ideologia conservadora ou progressista acerca do papel da escola, mas apontar que o problema maior não é a reprodução da ideologia da classe dominante, e sim, neste caso, que a ausência de informações sobre a memória do Estado inviabiliza qualquer disputa política que alunos e professores poderiam manifestar sobre a identidade regional e sobre a forma de apropriação da riqueza natural e do trabalho humano. Se alguns conhecimentos não forem “reproduzidos”, não poderão ser problematizados no interior da escola e ainda podem reduzir o desempenho dos alunos em avaliações externas.

que pudesse somar com o projeto, ultrapassando os marcos legais que exigem ser papel da História, Geografia e Literatura trabalhar com temas regionais.³ E qual não foi a surpresa, quando se viu o quadro de disciplinas que ingressara no projeto, constatou-se a adesão de matérias como: Física, Química, História, Geografia, Língua Espanhola, Língua Inglesa, Português, Sociologia, Educação Física, Matemática, Artes!

Para propor à escola a empreitada aqui discutida, foi elaborado um “projeto” que mais se parecia com uma carta de intenções; porém, o verdadeiro plano de ação fez-se no decorrer da jornada.⁴ Numa primeira apreciação da proposta, ela se mostra estabelecida basicamente em dois locais: dentro e fora da sala de aula. O dia em que culminou a concentração dos esforços das atividades foi vinculado a uma data simbólica: 9 de maio, o dia da “criação da capitania de Mato Grosso” pela Coroa portuguesa, ocorrido no ano de 1748; esse foi o dia dedicado à gincana. Outras duas datas cívicas ajudaram a delimitar o período das atividades: a abertura do Projeto no dia 19 de abril, o “dia do índio”, e finalização no dia 13 de maio, o “dia abolição da escravatura”. Esses marcos temporais são símbolos para se amarrar propostas pedagógicas, independentemente de toda a crítica que ressalte sua existência, conferindo-lhe certa aparência de objetividade.

Mato Grosso em uma experiência interdisciplinar

As atividades do projeto piloto foram panejadas em três reuniões, e nelas muitas propostas de atividades extraclasse foram apresentadas; no entanto, apenas duas conseguiram ser viabilizadas: palestra sobre a realidade dos índios do Mato Grosso, ministrada por professor pesquisador da temática, Dr. Alceu Zoia, docente da Universidade Estadual de Mato Grosso/UNEMAT; e a gincana, que mobilizou boa parte da escola, desenvolvida no “dia do aniversário” de Mato Grosso.

Para a palestra ocorrer nos períodos diurno e noturno, precisou-se improvisar um local para acomodar os alunos. Uma vez que a escola não possui auditório, a palestra no período diurno teve que ser proferida na quadra poliesportiva. Destaca-se que a temperatura nesse local é elevada e a aglomeração dificulta a ventilação do ar; os alunos ainda tiveram que levar as cadeiras à quadra para se sentarem. No período vespertino, nem todos os alunos puderam assistir à palestra, pois somado o desconforto do local, a temática abordada não atraía a atenção da maioria dos alunos por muito tempo, o que tornava o ambiente propício para conversas, brincadeiras, enfim, a

³O estado de Mato Grosso tornou legalmente obrigatório o ensino de conteúdos “regionais”, por meio “do ensino das disciplinas de História, Geografia e Literatura de Mato Grosso, nas Escolas de 1º e 2º Graus, públicas ou particulares”, mediante a Lei nº 5.573/1990.

⁴Vale aqui algumas palavras de Edgar Morin *et alii* sobre a sua reflexão do erro como estratégia do pensamento complexo: “Verificamos que a vida é composta por inúmeros processos de detecção, de repressão do erro, e o que é extraordinário é o facto de a vida ser igualmente composta por processos de utilização do erro, não apenas para corrigir os seus próprios erros, mas igualmente para favorecer o aparecimento da diversidade e a possibilidade da evolução” (MORIN; MOTTA; CIURANA, 2003, p. 24)

malfadada indisciplina. Já no período noturno, com os alunos da Educação de Jovens e Adultos/EJA, não houve problemas de indisciplina mas sim de absentismo. Certo é que a ausência de um local específico para eventos na escola não permitiu explorar com mais profundidade as potencialidades de uma palestra com um especialista.

A gincana: dimensões da cultura escolar

A gincana foi a atividade aglutinadora do Projeto Mato Grosso, no qual os esforços das preleções em sala de aula formaram a base para um evento da cultura escolar. As atividades constituíram-se de conhecimentos culturais, técnicos, recreativos e cívicos; a parte cívica concentrou-se na execução dos hinos de Mato Grosso e do município de Sinop, visto que muitos alunos e professores não conheciam as letras. Após a execução dos hinos, houve a apresentação de um grupo de dança, treinado por uma professora de Educação Física, para retratar ritmos musicais de Mato Grosso.

Para as atividades centrais da gincana, os alunos da escola foram divididos, aleatoriamente, em seis equipes, cada uma representada por uma cor: azul, amarelo, verde, vermelho, roxo e laranja. A composição das equipes ficou a cargo do líder de cada turma da escola, buscando a mesma quantidade de alunos por equipe. Como uma gincana desse tipo envolve centenas de alunos, reunidos em um lugar pouco confortável – a quadra da escola –, e em que a violência ronda o cotidiano da escola, a equipe responsável pela gincana elaborou regras para punir o aluno infrator, mas sobretudo para imprimir um sentimento de respeito e seriedade a essa atividade, para coibir as infrações, a qual está a seguir:

DAS PROIBIÇÕES

As equipes deverão obedecer a todas as normas presentes neste regulamento. O não cumprimento dessas normas poderá acarretar em penalidades a membros e até mesmo à equipe inteira, podendo ocorrer, inclusive, sua eliminação da Gincana “Semana de Mato Grosso”.

Aos participantes é proibido:

Promover tumultos e brigas, mesmo diante da rivalidade que poderá existir no decorrer das competições;

Proferir palavras de cunho racista ou que promovam quaisquer outros tipos de discriminação;

Desacatar ordens dadas pela equipe organizadora;

Ausentar-se do local de realização das competições;

Trocar de equipe durante a Gincana;

*Jogar lixo e outros objetos nos locais de realização das competições.*⁵

⁵Regulamento escrito pelo professor Fábio Kawati. Escola Professora Edeli Mantovani, SINOP-MT, abril de 2019.

As penalidades descritas não precisaram ser executadas; não que o clima entre os alunos fosse sempre tranquilo, mas como nossa “cultura política”⁶ tende a evitar conflitos explícitos e caminha para a acomodação, em uma figuração⁷ como a escola, os elementos discordantes foram administrados para poupar o dispêndio de energia dos envolvidos.

A razão da gincana existir estava nas competições entre as equipes. As disputas que necessitavam de um júri foram assistidas por professores convidados e por acadêmicos do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência/PIBID, sendo elas: “leitura e declamação de poema” e “desfiles com trajes ou formas indígenas e africanas”. As outras atividades não necessitaram de um júri, mas sim de apenas um professor responsável para coordenar e de outro para registrar a atividade, sendo elas: “passa ou repassa e torta na cara”, “caça ao tesouro”, “corrida do saco”, “corrida do ovo”, “brincadeira com maçã”, “bala na farinha”. Nem todas as atividades da gincana foram pensadas com objetivos pedagógicos, e algumas tinham um sentido mais recreativo, para se converter na matéria-prima da sociabilidade dos alunos. Para cada tipo de competição foi organizado previamente os critérios e regras para a pontuação e repassados às equipes de alunos, para que fosse escolhido quem participaria de cada competição.

No dia da gincana, os alunos deslocaram-se à escola com o uniforme escolar e com alguma identificação da cor de cada equipe. A escola foi enfeitada pelos trabalhos de professores de Artes e das línguas estrangeiras e portuguesa. Foram providenciados varais para a exposição de textos e poemas e exibição de cartazes em murais.

O núcleo dos esforços pedagógicos da gincana mostrou-se na atividade de perguntas e respostas denominada de “passa e repassa e torna na cara”. Nela, dois alunos competiam entre si, e um deles deveria responder adequadamente uma questão composta por enunciado e três alternativas sobre um tema relacionado a Mato Grosso; caso fosse bem-sucedido, o aluno acertava o oponente com uma “torta na cara”, ou caso ele falhasse ao responder, seria “vitimado” com a torta, momento em que os alunos demonstravam muita empolgação. As questões foram elaboradas por alguns professores que participaram do Projeto, das disciplinas de História, Geografia, Sociologia, Literatura, Química e Física.

As atividades de competição foram computadas pela equipe responsável pela gincana para definir a equipe vencedora. Por último, ainda haveria a premiação, um problema para escolas com pouco recurso financeiro. Para os estudantes das equipes dos períodos matutino e vespertino que conquistaram a segunda colocação, a premiação foi uma visita ao cinema da cidade; para a

⁶Rodrigo Pato Sá Motta define cultura política como “um conjunto de valores, práticas e representações políticas partilhado por determinado grupo humano, expressando uma identidade coletiva à base de leituras comuns do passado e inspirando projetos políticos direcionados para o futuro” (MOTTA, 2014, p. 12).

⁷Roger Chartier oferece a seguinte definição de figuração, tendo em vista a teoria de Norbert Elias: “uma *figuration* é uma formação social, cujas dimensões podem ser muito variáveis, (os jogadores de um cartado, a sociedade de um café, uma classe escolar, uma aldeia, uma cidade, uma nação), em que os indivíduos estão ligados uns aos outros por um modo específico de dependências recíprocas e cuja reprodução supõe um equilíbrio móvel de tensões” (CHARTIER, 2001, p. 13).

equipe dos primeiros colocados, esses participariam de um dia de laser em uma chácara, cedida por um dia por um colaborador da escola.

Mato Grosso no currículo da sala de aula

Os professores que aderiram ao projeto lecionavam sobretudo no ensino médio, mas também houve turmas do ensino fundamental que tiveram seus currículos adaptados, uma vez que os alunos se mostravam receptivos à proposta.

Este trabalho não buscou entrevistar todos os professores que participaram do projeto, e tampouco de todas as disciplinas; sabe-se que a maioria das disciplinas do ensino médio teve adesão de seus professores. Esta seção busca refletir sobre como as atividades ocorreram no ensino médio, sobretudo dentro da sala de aula. Para isso, apresentam-se as tabelas a seguir:

HISTÓRIA	
1º ano	Mato Grosso no período colonial
2º ano	Mato Grosso no período imperial
3º ano	Mato Grosso da implantação da república aos dias atuais

Tabela 1: Conteúdos da disciplina de História.

Como se observa, a divisão adotada sobre a forma de distribuição do conteúdo da história de Mato Grosso optou por uma divisão linear da temporalidade, e segue a divisão clássica da história política do Brasil. Essa forma ajudou a divisão do trabalho entre os professores, de modo que também conseguiram tatear temas que envolvem a própria cidade, realizar conexões do passado com o presente, e abordar questões étnico-raciais, cuja intensidade variou conforme o conteúdo, a personalidade do professor e a receptividade dos alunos.

A disciplina de História contou com um livro paradidático que serviu para orientar as atividades dos professores, escrito por Elizabeth Madureira Siqueira, *História de Mato Grosso: da ancestralidade aos dias atuais*.

Uma estratégia didática adotada para estimular os alunos a ler o texto em sala de aula, para as turmas dos 1ºs anos⁸, foi a tradicional “cruzadinha”, pela qual os alunos conseguiam ter uma resposta objetiva e segura, que os estimulavam à tarefa. Obviamente que essa não foi a única estratégia utilizada; pode-se dizer que a melhor experiência foi com os debates ocorridos em sala de aula no enfrentamento dos preconceitos que existem em relação aos indígenas e nas denúncias acerca da desigualdade da forma de apropriação da terra no Estado. Por outro lado, falar das belezas naturais e do patrimônio arquitetônico e cultural de Mato Grosso era outro elemento que motivava o diálogo em sala de aula, voltado então para a estética contemplativa que o Estado oferece.

⁸O autor deste artigo é quem relata a experiência nessas turmas do período matutino.

SOCIOLOGIA	
3º ano	O Parque Indígena do Xingu: Tradição/Cultura/Criação do Parque

Tabela 2: Conteúdos da disciplina de Sociologia.

A atividade de sociologia foi desenvolvida pela professora Izabel Fatima Tagliapietra. De acordo com a docente, o livro didático da disciplina já contemplava o conteúdo das sociedades indígenas, mas não abordava a especificidade de mato-grossense. A professora não havia estudado na graduação em Sociologia⁹ sobre os índios de Mato Grosso, tampouco teve contato com as informações da criação do Parque Indígena do Xingu/PIX. Para planejar a participação no Projeto, a docente lançou mão de pesquisas em *sites*, mas não chegou a se deter em um livro, por exemplo, que pode ser achado na internet. Não obstante, a contribuição da professora foi significativa para com o projeto.

Na disciplina de Sociologia, a professora trabalhou conceitos que remetem a uma sensibilidade para relações culturais de alteridade, sobre a diferença entre as culturas e a necessidade do multiculturalismo em uma sociedade democrática. De acordo com as palavras da professora Izabel, as atividades do projeto promoveram um despertar da curiosidade dos alunos sobre a questão indígena, algumas das quais promoveram debates com a tomada de posição por parte dos alunos sobre a apreciação da outra cultura, e assim, um senso estético da diferença sobressaiu-se: “os alunos acharam curioso a forma que eles vivem (...) a cultura deles [os indígenas] é seguida à risca, não é como nós que vai de qualquer jeito. (...) Eles [os alunos] leram tudo o que eu pedi. (...) Tem alguns que até falaram que não gostavam de índio, mas outros não” (Entrevista Izabel Tagliapietra, 2019).

Os alunos demonstraram fascínio sobre algumas formas de habitação dos indígenas, o tipo de família extensa, mas sobretudo pelos rituais de iniciação. Causou-lhes estranheza o sexismo que demarca claramente papéis sociais entre homens e mulheres, o que gerou protesto de algumas alunas:

Dentro do Parque [Indígena do Xingu] tem uma casa que é só a casa dos homens, então essa parte eles acharam interessante, porque mulher nessa casa não entra. (...) Então eles acharam curioso, porque, eles colocaram como se fosse pra nossa realidade, imagina se hoje, na nossa cultura, existisse assim um local que mulher não podia entrar! Então lá nessa casa dos homens são os homens que se reúnem pra fazer a tomada de decisões (Entrevista Isabel Tagliapietra, 2019).

A Escola Estadual Professora Edeli Mantovani conta com quatro alunos indígenas. Alguns trazem desafios à escola, por causa da dificuldade com a língua portuguesa, mas o que se ressalta, e que o Projeto Mato Grosso proporcionou, é a valorização da cultura indígena e a troca de conhecimentos, por parte de professores, dos alunos indígenas e não indígenas, tal como transpareceu na fala da professora:

⁹ A graduação em Sociologia da professora foi realizada em uma faculdade de Educação a Distância/EaD

Em uma das turmas do 1º ano tenho um aluno que veio do Parque Indígena do Xingu. Questionei bastante ele sobre lá, como eles vivem. Nossa! Batia tudo com o que a gente tinha lido, foi muito bacana. (...) E também os meus alunos acharam curioso porque eles falam muitas línguas. Então eles falaram – a gente que se julga os melhores, porque fala uma língua! E eles falam várias línguas. Então esse menino que veio agora, ele fala português fluentemente, corretamente, e já uma outra que eu tenho também que é uma moça ela não fala nada. Até estão vendo um professor, não sei se já conseguiram, para acompanhar ela, ensinar português (Entrevista Izabel Tagliapietra, 2019).

Na região norte do Mato Grosso, abordar a temática indígena em sala de aula é, muitas vezes, delicada; pois, involuntariamente, ocorre uma discussão sobre fenômenos do tempo presente no qual os conflitos sociais aparecem, e os alunos manifestam dando opiniões, muitas vezes, de modo a reproduzir preconceitos. Foi isso que apareceu na aula de Sociologia, conforme a fala da professora, que atuou como mediadora dos conflitos com uma linguagem acessível aos alunos. Quando perguntado o motivo desse preconceito, a professora respondeu:

Olha, no fundo no fundo nem eles acho que sabem explicar direito! Só disseram que não gostavam porque não gostavam e ponto. Um que falou que um tio dele teve um problema com os índios porque, aconteceu briga, uma coisa assim, mas nesse caso eu falei pra ele que era uma coisa pessoal. (...) Teve uns que falaram assim: – que hoje em dia, os índios têm muito mais coisas do que qualquer um, eles são ricos! Tem índios que vivem em casa até melhores que as da gente! Eu falei que os índios também podem evoluir como qualquer um outro (Entrevista Isabel Tagliapietra, 2019).

A professora Izabel participou da gincana enviando questões à competição do “passa ou repassa”; uma vez que os alunos sabiam da participação da professora, ela divulgou os temas para eles a fim de os estimular para estudar e assim se preparar para a atividade da gincana, o que surtiu um bom efeito.

PORTUGUÊS	
2º e 3º ano	O índio na literatura brasileira e no contexto mato-grossense

Tabela 3: Conteúdos da disciplina de Português.

Na disciplina de Português, a professora Roseni Aparecida de Souza trabalhou com o livro *Iracema*, escrito por José de Alencar, para se vincular à temática indígena e relacionar os índios do Mato Grosso. Portanto, não houve necessidade de romper o currículo planejado antes da proposição do *Projeto Mato Grosso*. Durante a entrevista, a professora ressaltou a empolgação com que os alunos aderiram às atividades, o que resultou em poesias voltadas às questões indígenas, para apresentar no dia da gincana. Em parceria com outra professora da área, foram encaminhadas atividades de elaboração de cantigas sobre Mato Grosso, e os conteúdos em sala de aula tentaram ser sincronizados com os da professora de História, Ilza Rodrigues Pereira Lucena, também uma idealizadora do Projeto.

A proposta de se trabalhar sobre os índios de Mato Grosso também teve as resistências habituais. Para tratar algumas dúvidas que surgiram nas aulas, que a professora de literatura se sentia insegura para abordá-las, ela as encaminhavam à professora de História, pois a temática

despertou curiosidades e incentivou a discussão em sala de aula entre os próprios estudantes. O empenho dos alunos foi descrito pela professora:

Sobre a apresentação do livro, teve sala que foi muito legal. Houve turmas que ficaram quarenta minutos apresentando o trabalho. E eles, entre si debatiam. (...) Acho que a parte melhor foi a apresentação em sala. (...) Eles tiveram criatividade de fazer uma poesia a partir do resumo de um livro (Entrevista Roseni Souza, 2019).

LÍNGUA INGLESA	
1º ano	Pontos turísticos de Mato Grosso
2º ano	Autores/artistas mato-grossenses
3º ano	Poemas de autores mato-grossenses

Tabela 4: Conteúdos da disciplina de Língua Inglesa.

O conteúdo aqui exposto foi ministrado pela professora Sueli Vilas Boas, que ministrava a disciplina de Inglês, com contrato temporário, formada em Letras pela UNEMAT. Ela contou que possuía pouca informação sobre a história e a arte mato-grossense, mas o que conhecia de autores e artistas trabalhados em sala de aula foi obtido durante a graduação por meio de conversas informais ou comentários dos professores universitários nas aulas; enfim, elementos de uma “cultura escolar” que estavam presentes em uma universidade que, não exatamente por ser pública, mas por ter raízes no Estado, conseguia-se refletir a realidade da região para os acadêmicos do norte de Mato Grosso.

Nas turmas dos 1ºs anos, o estudo dos pontos turísticos resultaram em cartazes para serem exibidos nos murais da escola no dia da atividade da gincana. Neles, foram colocados imagens dos pontos turísticos e embaixo delas os alunos descreveram a imagem em inglês. Foram trabalhados os seguintes conteúdos dos pontos turísticos de Mato Grosso: *Nobres: Aquário Encantado; Jaciara; Chapada dos Guimarães: o Portão do Inferno; Cachoeira Véu de Noiva, o Mirante; Vila Bela da Santíssima Trindade: ruínas; cachoeiras, Cascatas dos Namorados; cavernas; Colíder: Cachoeira Mercúrio.*

Nos 2ºs anos, foi trabalhado a linha do tempo – *timeline* – de autores mato-grossenses, cuja atividade restringiu-se à sala de aula, mas foi a que permitiu maior desempenho crítico dos alunos. Esse exercício não se restringiu aos artistas, por sugestão dos alunos, que fizeram, por exemplo, estudo sobre a pessoa de Ênio Pipino, colonizador da cidade de Sinop. Os objetos de pesquisa que mais se destacaram estavam sob o nome da artista plástica Mari Bueno, da cidade de Sinop, e o religioso ativista da Teologia da Libertação, Dom Pedro Casaldáliga. A professora de Inglês narrou a experiência:

A gente pediu pra fazer uma *timeline* de algum artista mato-grossense; podia ser cantor, pintor. (...) Fizeram do bispo Pedro Casaldáliga. (...) Ele não foi apenas um religioso, um padre comum. Foi bacana porque deu para os alunos trabalharem a *timeline*, que era o objetivo do trabalho, e gerou discussões sobre a luta, sobre o que ele fazia além do sacerdócio, das obrigações dentro da Igreja,

as lutas sociais, a luta que ele desenvolveu pelas pessoas menos favorecidas, ali na região do Araguaia (Entrevista Sueli Vilas Boas, 2019).

Essa experiência conseguiu associar o conhecimento técnico da gramática da língua inglesa com a sensibilidade para os problemas sociais que permearam e ainda permeiam o Estado, e, que muitas vezes, são ocultados pela mídia e pela ideologia do agronegócio. Ao invés da disciplina de inglês olhar “para fora”, a professora orientou o olhar a própria região, estimulou a pesquisa por parte dos alunos, o que também a motivou a planejar mais atenciosamente a atividade, por meio de suas investigações. É importante frisar que, como uma biografia remete a informações que tradicionalmente são abordadas por outras disciplinas como, por exemplo, História e Literatura, o trabalho teve uma marca interdisciplinar que, mesmo tendo sido incipiente, é estímulo para discussões em outras disciplinas.

Nas ponderações da professora, a atividade da *timeline*, aparentemente a mais simples das três propostas, foi a mais significativa para a formação do cidadão democrático e sensível às injustiças sociais: “nesse trabalho, os alunos saíram da sua zona de conforto. Teve dois grupos que foram até o atelier da Mari Bueno, agendaram uma entrevista com ela, conheceram o estúdio, as obras dela. Eu achei isso muito bacana porque eles podiam pegar isso da internet” (Entrevista Sueli Vilas Boas, 2019). Ademais, a fala da professora conseguiu fazer uma descrição da metodologia das suas atividades:

Eles tinham que fazer a *timeline* da pessoa e colocar em inglês, e destacar pra mim os verbos que eles utilizaram no presente e no passado. A maioria dos verbos foi no passado (...) e eles tinham que trazer uma produção desse artista, em português mesmo. Por exemplo, do Pedro Casaldáliga, eles poderiam trazer algum poema, trazer alguma coisa dele para destacar. Porque a *timeline*, alguns fizeram do mesmo autor e ficou igual, mas eu queria que eles trouxessem alguma obra da pessoa para ter esse diferencial. Por mais que fosse o mesmo artista, o trabalho eles trouxeram textos diversificados. (...) O 2º ano já tem uma maturidade, eles gostam de discutir, dialogar questões sociais, bater sobre o certo errado, injustiça ou não. Não foi assim o foco mas querendo ou não alguns desses poemas deu pra dar essa ênfase, na questão social, na luta social que o Pedro Casaldáliga desenvolveu além do sacerdócio (Entrevista Sueli Vilas Boas, 2019).

Outra marca desse itinerário foi a promoção de trabalhos coletivos no planejamento das atividades. Para os alunos, e também para os professores, o Projeto despertou um senso estético a respeito do povo e do território mato-grossense, o que despertou, também, curiosidades e o desejo de conhecer pontos específicos do Estado:

Chapada mesmo é um dos lugares que a maioria já foi ou que quer ir, sobre o Portão do Inferno (...). Um é a cascata e outra Cachoeira dos Namorados. De maneira geral, eles participaram. (...) Na hora de confeccionar os cartazes mesmos, eles [interferiram positivamente]. A maioria fez, poucos se recusaram ou fizeram “corpo mole” (Entrevista Sueli Vilas Boas, 2019).

A professora conseguiu demonstrar que objetivos aparentemente desconectados das disciplinas de línguas estrangeiras podem somar-se ao estudo e valorização do território, da história e do povo mato-grossense.

ARTES	
3º ano	Grafismo corporal indígena

Tabela 5: Conteúdos da disciplina de Artes.

A disciplina de Artes talvez possa ter sido uma das que mais teve professores que aderiram ao Projeto. Os professores da disciplina são tradicionalmente convocados a participar da elaboração de cartazes, murais e outros produtos que necessitam da mão de um artesão. Além disso, ela consegue trazer para a escola diversos elementos que perfazem a cultura e as artes regionais.

Para este artigo, entrevistou-se Eva Aparecida dos Santos, docente que trabalha no período noturno, em turmas da modalidade de Educação de Jovens e Adultos/EJA e nos 3ºs anos. Ela estava vinculada à escola com contrato temporário; é formada em Pedagogia pela UNEMAT e cursou a segunda licenciatura na modalidade EaD por uma faculdade particular.

A professora não teve problemas em adaptar o conteúdo para o tema escolhido, o grafismo na arte indígena, uma vez que a mesma estava trabalhando o grafismo como conteúdo da disciplina quando o Projeto se iniciou. Durante a entrevista, Eva mencionou ter tido contato com a história de Mato Grosso e dos índios do Xingu, durante o seu curso presencial, mas no curso a distância esse conteúdo não fazia parte da formação; para contornar essa situação, a mesma lançou-se a pesquisar na internet e produziu um material próprio na forma de slides e planejou atividades para a sala de aula. As atividades na sua disciplina focaram o significado das formas dos desenhos para as cultuas abordadas e a maneira de confecção, o “saber fazer” da disciplina. A professora narrou como foi o início da atividade nas turmas do EJA:

Eu apresentei o projeto para eles, apresentei qual era o objetivo do projeto. (...) e já que nós estávamos trabalhando linhas, nós trabalhamos essas linhas dentro da cultura indígena. E aí eu apresentei para eles os slides. Eles são bem participativos. (...) [Os alunos do EJA] evadem muito da sala, se eles acharem que a aula não está prestando eles simplesmente saem, por isso que a gente tem que ser um pouco dinâmico. (...) Tanto que a gente fez umas misturas em guache, e eles foram muito participativos, ainda ficaram bravos porque teve uns que não conseguiram terminar (Entrevista Eva Santos, 2019).

As atividades do Projeto, realizadas no período noturno, aconteceram quase que de modo espontâneo, sem a necessidades dos coordenadores do projeto liderarem essa etapa. Para a culminância do projeto, os professores observaram que não seria interessante aos alunos do noturno a atividade da gincana, como foi nos períodos matutino e vespertino; assim sendo, planejaram uma noite cultural, que contou com danças, desfiles, música ao vivo e um singelo lanche. As palavras da professora Eva descreveram a atividade:

Nós fizemos desfile, teve música, violão, violino. Aí teve desfile tanto afro com indígenas com aquelas pinturas. Teve os desfiles das senhoras da alfabetização. Teve dança da cultura mato-grossense. (...) [No desfile] das senhoras, a professora fez um vestido para elas com animais representando a cultura mato-grossense. Foi bem legal. Outra cheia de flores, com folhas nativas daqui. Tanto ela tinha preparado o vestido três vezes, porque disse que era um dia e não deu, as flores eram naturais, aí ela arrancou as flores... Era

bonitinho. (...) Aí teve o desfile, (...) teve essa da indígena, teve apresentação da fanfarra. (...) Foi a primeira apresentação da fanfarra na escola depois que eles retornaram (Entrevista Eva Santos, 2019).

Conforme costuma aparecer nas aulas sobre a temática indígena, houve aqueles alunos que reproduziram o preconceito e o senso comum que a ideologia do agronegócio cravou na região, mas a professora, reconhecendo os próprios limites, problematizou as representações encaminhando reflexões no sentido de promover o respeito à diversidade cultural. Não obstante, no período noturno, existiam mais dois alunos matriculados na escola oriundos do Parque Indígena do Xingu, que serviram de mediadores nas discussões e até mesmo fonte de informações para a professora.

O público das turmas do EJA são de trabalhadores ou de aposentados, portanto, uma população humilde, que acreditou que o Mato Grosso era uma terra de oportunidades, e assim emigraram da região nordeste do país, sendo a maioria deles provenientes do estado do Maranhão. O projeto, portanto, pôde mostrar mais sobre as identidades que permeiam o Estado que essas pessoas escolheram para fixar moradia, muitas das quais, tiveram que lutar contra a pobreza e até a fome.

FÍSICA	
1º ano	Movimento Uniforme/Mapa do Mato Grosso
2º ano	Mapa térmico do Estado
3º ano	A conta de luz

Tabela 6: Conteúdos da disciplina de Física.

Da disciplina de Física, o professor Marlon da Silva Custodio ofereceu um breve relato sobre o conteúdo articulado, que destacou as diferentes formas de se gerar energia elétrica em Mato Grosso, das quais foram abordadas as matrizes hidráulicas, a queima da madeira e do bagaço da cana-de-açúcar e a fotovoltaica. Ao articular conceitos próprios da Física, o professor elencou as vantagens e as desvantagens de cada matriz, contudo, salientou que a pouca informação que os alunos possuem sobre o assunto gerou dificuldades, e em algumas turmas chegou a inviabilizar debates em sala de aula (Correspondência eletrônica, Marlon Custodio, julho de 2019).

QUÍMICA	
1º ano	Técnicas de obtenção de ouro nos garimpos de MT
2º ano	Termoquímica e a Matriz energética no Mato Grosso
3º ano	Agronegócio no Mato Grosso (química orgânica; veneno e suas culturas)

Tabela 7: Conteúdos da disciplina de Química.

Na disciplina de Química, para elaborar este artigo, contactou-se o professor João Pedro Lopes do Nascimento, professor efetivo. De acordo com o professor, a disciplina pôde contribuir com o projeto ao tomar o contexto do Estado para trabalhar conteúdos já presentes no currículo. Dessa forma, no 1º ano, foi abordada a separação de pepitas e partículas de ouro e outros materiais sólidos menos densos, como, por exemplo, a terra e a areia, através de um processo denominado

levigação. No 2º ano, o professor buscou problematizar os conceitos de energia, a energia sustentável, sobre as fontes de energia disponíveis, e a configuração da matriz energética de Mato Grosso. No 3º anos, tendo em vista o poder do agronegócio na região, buscou-se exemplos nessa atividade econômica para abordar elementos de Química Orgânica e analisar estruturas moleculares. Por meio de correspondência eletrônica, o professor João ofereceu uma reflexão acerca da sua experiência no Projeto:

Sobre as aulas ministradas ao segundo ano pode-se afirmar que sair do que está programado no planejamento das aulas pode ter sido um desafio, mas, também oportunizou uma forma de abordagem teórica mais significativa. Pesquisas, aulas expositivas dialogadas e rodas de conversa possibilitaram um protagonismo ao educando, que por sua vez teve a possibilidade de buscar informações de diversas formas e criar conexões entre suas vivências pessoais ou culturais e o conteúdo científico. O posicionamento crítico acerca de questões ambientais, culturais e políticas foi estimulador e enriquecedor. Infelizmente, a proposta de aula não foi bem desenvolvida em algumas turmas e deve ser observado o perfil da classe para a escolha de uma futura estratégia metodológica a ser utilizada (Correspondência eletrônica, João do Nascimento, junho de 2019).

O professor descreveu o desafio de se traçar um currículo utilizando-se de conteúdos pouco conhecidos, que não se poderia contar com o auxílio de material didático. Ele também abordou um fenômeno comum na docência, as estratégias metodológicas que podem obter sucesso em determinado grupo de alunos, mas em outra turma elas apresentam limitações notáveis, uma vez que os estudantes se sensibilizam de modo diferente; por experiências idiossincráticas, e pela configuração que as relações sociais, dentro de um determinado espaço, possam, espontaneamente, formar. Em outras palavras, é como se cada classe de alunos produzisse um “clima”, uma feição própria, mais ou menos particular; ou seja, uma figuração com um *habitus* próprio.

ERROS E POSSIBILIDADES

Esta seção se destina a uma reflexão acerca da organização do projeto e incorporou as opiniões dos professores que concederam entrevistas. Aprender com o erro é um processo a ser valorizado, quando se percebe possibilidades de superação; por ser uma atividade que envolve uma coletividade heterogênea de indivíduos, os interesses nem sempre se somam, e certas ações dependem de voluntários, seja ele um professor da escola ou um membro destacável da sociedade.

Conforme mencionado, o Projeto se divide em dois momentos: dentro e fora da sala de aula. Dentro, o professor é a autoridade, e dessa forma é ele quem reflete sobre novas práticas a adotar, e por isso tal assunto não será problematizado. Fora, uma preocupação manifesta para com o início do Projeto foram as palestras. Para essa atividade, pode-se buscar pessoas para oferecer contribuições sobre diversos temas, desde os étnico-raciais, artísticos ou profissionais.

Lembrando que a escola também pode convidar militantes de movimentos sociais, como, por exemplo, do movimento negro, e criar parcerias com as universidades ou mesmo instituições de segurança, militares e policiais. Durante as reuniões para a organização do Projeto, já havia ocorrido propostas de desenvolver atividades com artistas plásticos locais, aulas sobre escultura ministradas por artista local, de exibição de filmes, de atividades com esquetistas e grafiteiros, porém, alguns empecilhos na comunicação travaram boas ideias.

Durante as palestras realizadas sobre os índios do Mato Grosso, a indisciplina dos alunos causou desconfortos, pois a conversa e mesmo o abandono dos alunos da quadra poliesportiva, gerou problemas, também, sobre o retorno das cadeiras às suas salas de aula. Um melhor envolvimento da parte dos professores faz-se necessário, sobretudo daqueles que levaram os alunos à palestra, para que docentes e discentes permaneçam no mesmo local durante todas as atividades.

Entende-se que, devido à quadra ser imprópria para trabalhos intelectuais, talvez seja necessário se pensar em alguns critérios para selecionar os alunos a se encaminharem às palestras, para, desse modo, a programação ocorrer de maneira mais ordenada, pois, a presença de todos os alunos da escola, por mais de uma hora em um local quente e de acústica ruim, pode comprometer a qualidade da atividade.

Um caminho para se criar critérios para selecionar os alunos que se dirigirão à palestra é a valorização do estudante que bem acompanha a execução dos hinos reginais, ou seja, do Estado e do município. Por exemplo, assistiria à palestra quem estivesse em mãos com as letras dos hinos impressas em papel, para assim executar os hinos antes das atividades fora da sala de aula – palestras, oficinas, gincanas, apresentações culturais –, visto que os hinos, além de ser um símbolo cívico, é fonte de partida para se discutir aspectos históricos, geográficos e sociais da região. Por sua vez, durante a gincana, a equipe que melhor cantasse os hinos poderia receber pontuação por esse quesito.

As atividades de competição que existiram na gincana deixaram os alunos muito entusiasmados. Outras sugestões para a competição seriam bem-vindas, mas até o momento a atividade de perguntas e respostas com a “torna na cara” foi a atividade central da gincana. A contagem da pontuação dessa atividade, para estabelecer a equipe vencedora, poderia receber um peso maior que as outras. Outra questão delicada é a premiação das equipes vencedoras da gincana, algo lógico quando se pensa em uma competição. Nisso a escola é limitada, e precisa conseguir parcerias para poder premiar de forma mais justa e acarretar reconhecimento simbólico às equipes vencedoras, e assim, estimular a participação e o empenho dos seus estudantes.

Com relação às atividades em sala de aula, é necessário ampliar o número de adesão de professores ao Projeto. Disciplinas que não teriam dificuldade de agregar temáticas regionais, tal como a Geografia e a Sociologia, tiveram pouca adesão; a de Biologia também poderia contribuir,

haja vista a diversidade da flora e da fauna no que o Mato Grosso possui. E, a mãe de todas as ciências, a Filosofia, embora não exista no currículo algo que a vincule especificamente à realidade do nosso Estado, poderia trabalhar temáticas do cotidiano da juventude mediante a seleção de teóricos que se debruçaram sobre certos problemas, dos existencialistas às mazelas da sociedade capitalista, às vezes ocultadas por ideologias reacionárias ou conservadoras; enfim, a realidade regional é um vasto campo a ser explorado pelo amigo da sabedoria.

A seguir, listou-se sugestões gestadas a partir das reflexões das experiências já testadas no projeto de outras a serem incorporadas: *proporcionar maior tempo para o planejamento das atividades; planejar coletivamente atividades da mesma disciplina ou de disciplinas afins; exhibir filmes no contra turno; divulgar as atividades nas redes sociais e blogs; filmar a declamação de poesia em sala de aula para remediar a timidez dos alunos; estimular a emergência do movimento estudantil, para encabeçar novas iniciativas na escola a partir das demandas dos próprios estudantes; inserir o Projeto Mato Grosso no Projeto Político Pedagógico da escola; convidar o Exército e outras instituições da sociedade civil para ministrar palestras; ;estimular os alunos para assumirem as atividades com mais seriedade e engajamento; oferecer alimentação com pratos regionais; valorizar mais os hinos de Mato Grosso e de Sinop.*

Considerações finais

O *Projeto Mato grosso*: seu povo, sua memória, foi, originalmente, pensado por professores de História, e ganhou adesões de vários professores da escola Edeli Mantovani. Aparentemente, não houve diferença na quantidade de professores efetivos e interinos que se prontificaram a participar do Projeto. Destacou-se a participação de muitos docentes novatos na escola, parceiros da execução do Projeto e no planejamento das atividades extraclasse. Pode-se dizer ainda que para a sua realização, foi crucial um clima de colaboração entre os colegas, a disposição ao trabalho coletivo, o compromisso com a promoção de uma educação de qualidade, respeitando-se os limites das disciplinas escolares e do conhecimento existente dos participantes. Uma professora específica, Ilza Lucena, teve expressiva participação no processo de arregimentação dos professores, que contou com o já bem conhecido “grupo de WhatsApp” para a comunicação entre os pares.

A temática indígena foi a mais abordada pelos professores; no entanto, não houve, por parte dos idealizadores do Projeto, um direcionamento para privilegiar essa temática. Presume-se que a atenção dada aos indígenas foi estimulada pela palestra de abertura das atividades do projeto, que sensibilizou alunos e professores. Ainda se pode sugerir que os professores das “humanidades” apresentaram uma maior sensibilidade para com as questões sociais, e por isso as injustiças

acometidas aos povos ameríndios ganharam destaque, assim como a presença de alunos indígenas na escola sensibilizou os segmentos discente e docente para as questões de diversidade étnica.

O projeto deixou expresso em muitos professores o desejo de participar de outra edição do Projeto, de conhecimentos apreendidos e do desenvolvimento de uma sensibilidade sobre o que é ser mato-grossense. Ao tratar da memória, as diferentes temporalidades são tocadas, e um incômodo acerca da identidade regional foi provocado. Nos dizeres da professora Sueli:

Acho que o mais importante disso tudo é mostrar para os alunos a importância da valorização regional. (...) Mostrar para eles [alunos] que aqui em Sinop, aqui no Mato Grosso têm pessoas tão famosas, importantes, quanto têm em outros Estados, países. Eles simplesmente desconhecem, ou já ouviram falar superficialmente. Sabe: – a cidade não tem nada! Muitos não conheciam a Mari Bueno. (Entrevista Sueli Vilas Boas, 2019).

Na região norte do Mato Grosso, em que se situa o município de Sinop, apesar dela se mostrar próspera economicamente, para uma grande parcela da população, na cidade, ainda se manifesta o “estigma do sertão”¹⁰, como se fosse um local atrasado e longínquo ou com poucos elementos de valorização cultural, em contraste aos grandes centros urbanos. Talvez a identidade de Sinop, para especificar melhor, ainda esteja calcada nas oportunidades de emprego, na exploração da “terra”, embora essas representações positivas e acolhedoras do local tenham ficado cada vez mais escassas.

Durante o Projeto, pôde-se ressaltar riquezas pouco observadas em nossa realidade, conforme pontuado pela professora:

A gente fala tanto de poetas e escritores famosos lá de fora, e a gente não conhece os nossos próprios autores, artistas, pessoas influentes aqui de Mato Grosso. Eu, particularmente, já tinha ouvido falar de Pedro Casaldáliga na faculdade. Mas de Mato Grosso, eu sabia, sei muito pouco ainda da História. (...) O projeto possibilitou eu ter um maior aprendizado sobre a história de Mato Grosso (Entrevista Sueli Vilas Boas, 2019).

Portanto, o trabalho com a temática regional, empreendido na escola, não teve um caráter laudatório, ou de defesa de uma identidade; antes de tudo, visou demonstrar que as identidades do nosso Estado são múltiplas, estão em constante disputa, e que o sentimento proporcionado pela valorização do local está apontando para o futuro, para o conhecer e o conquistar dos espaços que permanecem fechados para a população, sobretudo, para os trabalhadores proletariados.

BIBLIOGRAFIA

BOURDIEU, Pierre. **Homo academicus**. Trad. Ione Ribeiro Valle; Nilton Valle. 2. ed. Florianópolis: Editora UFSC, 2013.

¹⁰As representações negativas referentes à identidade mato-grossense foram contempladas no trabalho de Lylia Galetti (2000), que analisou os discursos sobre o “estigma da barbárie” feitos pelos próprios mato-grossenses e por viajantes na virada do século XX.

CHARTIER, Roger. Formação social e economia psíquica: a sociedade de corte no processo civilizador (prefácio). In: ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte**: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Tradução Pedro Süsskind. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2001.

DURKHEIM, Émile. **Educação e sociologia**. Tradução Maria de Fátima Oliva Do Coutto. São Paulo: Editora Hedra, 2010 [1922].

GALETTI, Lylia da Silva Guedes. **Nos confins da civilização**: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso. 2011. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

MORIN, Edgar; MOTTA, Raul; CIURANA, Emilio Roger. **Educar para a era planetária**: o pensamento complexo como método de aprendizagem no erro e na incerteza humana. Tradução Sérgio Pereira. Lisboa: Editora Piaget, 2003.

MOTTA, Rodrigo P. Sá. **As universidades e o regime militar**: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins; NOGUEIRA, Maria Alice. A sociologia da educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições. **Educação & Sociedade**. Campinas. Ano 23, nº 78. p. 15-36. Abril, 2002.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. **História de Mato Grosso**: da ancestralidade aos dias atuais. 2ª Ed. Cuiabá: Entrelinhas Editora, 2017.

Fontes Orais

Eva Aparecia dos Santos Ribeiro (Áudio Digital). Produção: Tiago Alinor Hoissa Benfica. Cidade: Sinop, MT. 15 de junho de 2019.

Izabel Fátima Tagliapietra (Áudio Digital). Produção: Tiago Alinor Hoissa Benfica. Cidade: Sinop, MT. 13 de junho de 2019.

Roseni Aparecida C. de Souza (Áudio Digital). Produção: Tiago Alinor Hoissa Benfica. Cidade: Sinop, MT. 15 de junho de 2019.

Sueli Vilas Boas (Áudio Digital). Produção: Tiago Alinor Hoissa Benfica. Cidade: Sinop, MT. 13 de junho de 2019.

A IMPORTÂNCIA DA AUDITORIA INTERNA EM EMPRESA DE PEQUENO PORTE DE PEÇAS E SERVIÇOS AUTOMOTIVOS.

Ana Paula Ferreira de Jesus¹¹

Evaldo Rezende Duarte¹²

¹¹ JESUS, Ana Paula Ferreira de. Graduada do curso de Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço – Eduvale.

¹² Duarte, Evaldo Rezende. Professor orientador. Mestre em Ciências Contábeis pela FUCEPE Business School (2018); Especialista em Gestão Pública pela Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT (2014); Especialista em Gestão Empresarial pela União das Escolas Superiores de Rondonópolis – UNIR (2008); Bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas – Eduvale (2007).

³ Oliveira, Luciana Aparecida Augusta de Oliveira. Especialista em Recursos Humanos – Gestão de Pessoas (2012), Bacharel em Administração (2006), Bacharel em Ciências Contábeis (2012) pela Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas – Eduvale.

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo compreender como a auditoria interna gera soluções para as falhas e prejuízos de uma empresa, identificando e analisando as operações a serem tomadas as devidas decisões que nelas forem necessárias. A auditoria está cada vez mais se abrangendo dentre os diversos segmentos, portanto, trazer um controle interno ou adquirir um auditor, a empresa faz com que ocorra uma nova gestão de controle organizacional, para diminuir ou ordenar os fatores que necessitam de um maior ênfase aplicado, sendo assim, a auditoria interna beneficia não somente a empresa, mas também o colaborador que se encontra às vezes apto por aquele departamento, porém, não possui um controle interno adequado e supervisionado, gerando na maioria das vezes falhas e perdas. A pesquisa foi aplicada no município de Jaciara em uma empresa privada no ramo de Auto Center foram coletados dados referentes ao estoque de mercadorias, sendo eles, coletados através de planilhas manuscrita e o confrontamento com o sistema, analisando quais produtos e quantas perdas tiveram no período de seis meses. Obteve-se um resultado significativo de prejuízos, que por falta de um controle de estoque, acarreta-se em perdas desnecessárias, que podem ser prevenidos, por um encarregado específico por determinado setor.

Palavras-Chave: Auditoria Interna. Controle de Estoque. Controle Interno.

1 INTRODUÇÃO

A auditoria interna vem se tornando um método eficiente sobre a organização empresarial, efetivando em um controle para melhor avaliar suas devidas operações. Através da eficácia, a auditoria faz com que as respectivas análises sejam solucionadas para a obtenção concreta distinguindo os resultados para maiores decisões, prestando em conta todas as informações atribuídas que sejam direcionadas para seus determinados setores.

Através de uma análise exemplificada, pode-se verificar uma falta de controle organizacional, sendo assim, a auditoria propõe um diversificado controle, para que não haja irregularidades, adquirindo uma organização ampla dos respectivos produtos para que não haja prejuízos ou falhas por parte dos responsáveis.

O objetivo geral da pesquisa é compreender como a auditoria interna gera soluções para as falhas da empresa. Onde avalia e identifica as necessidades que nelas se apresentam, propondo melhorias e alternativas para suas atividades, obtendo a confiabilidade das informações contidas para decisões corretas.

A análise de resultados foi feita no estoque de mercadorias de uma empresa privada de Auto Center no município de Jaciara, no período de maio a outubro de 2019. Confrontando entre os relatórios obtidos pela planilha manuscrita e a conferência no físico do sistema, identificando as faltas ou divergências entre os produtos analisados, sendo uma pesquisa quantitativa, esses dados fazem com que ocorram variações dentro seu estado atual, tendo diferenciações entre os dados levantados, verificando qual maior perda e prejuízos inacabados.

Diante da análise feita na empresa, observou-se falhas tanto na questão do fluxograma da chegada de estocagem das peças, quanto na análise do estoque físico em relação do que tem no sistema foi constatado que houve divergência apontando assim que existem falhas operacionais na empresa.

Contribuem para um melhor conhecimento sobre a importância da auditoria interna nas empresas, juntamente com um controle organizacional e coletas compreensivas, para os resultados serem

solucionados de maneira eficiente e coerente para chegada de conclusões de gestão de controle sobre determinados produtos abordados.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 AUDITORIA INTERNA

A auditoria interna busca concretizar de forma segura sua devida organização, para não haver irregularidades, falhas, na qual seus próprios integrantes agem com cautela e responsabilidade para obter as devidas informações, para chegar à correta tomada de decisão.

A auditoria interna é uma atividade de avaliação independente dentro da empresa, que se destina a revisar as operações como um serviço prestado à administração. Constitui um controle gerencial que funciona por meio de análise e avaliações da eficácia de outros controles (CREPALDI, 2011, p. 31).

Assim a auditoria vem fazendo parte das empresas que buscam obter um maior controle sobre seus dados, na qual, efetivam concretamente, orientando e aplicando formas exatas de como analisar e investigar fraudes, detalhando seus preceitos para agir corretamente em suas decisões gerenciais, seja financeiro, contabilmente ou administrativa.

É conduzida por funcionário da própria empresa na qual a auditoria é executada e em geral envolve a avaliação de desempenho, controles internos, sistemas de computação, qualidade de serviços e produtos etc. Busca a identificação de não conformidades, prevenção e/ou detecção de falhas de operação, discrepâncias nas atividades administrativas, possibilitando maior confiabilidade das informações geradas, bem como garantindo a salvaguarda dos ativos da empresa (LINS, 2011, p. 4).

Diante desses conceitos as empresas estão cada vez mais buscando a auditoria interna, com maior profundidade e com avaliações rigorosas, diversificando as diversas áreas da contabilidade, integrando mais questões de grandes referências significativas, visando sempre à integridade empresarial.

Alves (2015, p. 33), descreve que “a auditoria interna cobre, assim, os aspectos chave das áreas da gestão incluindo não só os aspectos contábilísticos e financeiros, mas também as atividades operacionais das organizações”. Através desse controle interno o administrador se faz uso de um controle específico e capaz de contribuir para suas novas atividades exercidas por ele, sendo assim, exemplificando e monitorando para que haja de maneira formal em que suas atividades saem conforme o esperado.

Descreve Jund (2007, p. 28), que, uma máxima a esse respeito estabelece que “a Auditoria Interna tem que ser parte da solução e não mais parte do problema”.

As análises auditórias faz-se a empresa capaz de prosseguir com suas tarefas exatas, sem que haja constrangimento, quando for expor suas principais atividades, avaliando e monitorando seus devidos sistemas que contribuem para a contabilização de seus materiais.

Para Crepaldi (2011, p. 32) todas as responsabilidades de um auditor interno devem:

- Informar e assessorar a administração e desincumbir-se das responsabilidades de maneira condizente com o Código de Ética do Instituto dos Auditores Internos;

- Coordenar suas atividades com a de outros, de modo a atingir com mais facilidade os objetivos da auditoria em benefício das atividades da empresa.

O auditor interno deve cumprir com todas as normas e regras da empresa a ser seguida, objetivando o controle acessível e eficiente, sem descumprir com as diretrizes administrativas. Tanto o auditor quanto o administrador trabalham em conjunto para aprimorar os requisitos solicitados pelos empresários, fazendo que cheguem ao laudo periódico determinado conforme a necessidade empresarial.

2.2 IMPORTÂNCIA DA AUDITORIA INTERNA

A importância da Auditoria Interna nas empresas vem se tornando uma questão significativa, objetivando uma análise para melhor controle interno, efetivando informações de dados específicos, para melhor compreensão administrativa e manuseio de informações.

A auditoria interna compreende os exames, análise avaliações, levantamentos e comprovações, metodologicamente estruturados para a avaliação da integridade, adequação, eficácia, eficiência e economicidade dos processos, dos sistemas de informações e de controles internos integrados ao ambiente e de gerenciamento de riscos, com vista a assistir à administração da entidade no cumprimento de seus objetivos (CREPALDI, 2011, p. 31).

Para Paula (1999, p. 40 *apud* SILVA, 2008, p. 18), a auditoria se torna importante e presente para a empresa, pois, se diversifica dentre as atividades estabelecidas, controlando, organizando, estabelecendo metas e melhorias, para a contribuição gerencial, operacional e administrativo, fazendo com que determine o devido funcionamento apropriado a cada função aplicada.

Portanto, a Auditoria Interna busca efetivar todos os suprimentos para uma empresa que busca a sua organização, controlando seus estoques, que por mais que seus administradores ou colaboradores aplicam de maneira relevante, nem sempre se observa o necessário e o desnecessário que faz contribuir para o mais viável ou não. Através de reavaliações, o sistema fará sua contabilização na medida em que o controle automaticamente ordenara todos os dados de forma ampla, compreendendo os negativos e positivos que o auditor passara a devida administração para prosseguir assim a maneira correta de controle interno.

2.3 CONTROLE DE ESTOQUE

A necessidade do controle de estoque faz com que a empresa tenha sempre uma organização e um controle específico, cabendo corretamente dentro do padrão a ser seguido. Já que para Attie (2010, p. 151 *apud* DANTAS, 2016, p. 22), “Todas empresas possuem controles internos. A diferença básica é que estes podem ser adequados ou não”.

Anthony e Govindarajan (2008, p. 2) dizem que para um ter um controle: “uma organização também deve ser controlada: ou seja, os mecanismos devem estar em ordem para garantir que os planos estratégicos sejam executados”.

Através dos meios utilizados para se obter uma controladoria, as empresas buscam fornecer um estoque diversificado sem que ocorram números insignificantes e desnecessários de produtos, ou seja, visam como o objetivo investir de forma correta sem que haja alteração indevida dos seus financeiros. O controle dentro das empresas é um dos responsáveis pela sua tomada de decisões, onde se verifica o inativo, ou seja, qual produto que não está sendo rentável, e assim cabe a gerencia a ordenar e minimizar os produtos que não serão mais adicionados os seus devidos estoques. Portanto, hoje a controladoria de estoques é de suma importância para empresa, verificando sempre se há o

acumulativo de mercadorias, e assim aperfeiçoar e organizar de maneira eficiente sem que haja perdas ou prejuízos.

Para Dias (1993, p. 29) descreve em seu tópico que, os princípios básicos para o controle de estoques para organizar um setor, inicialmente deveremos descrever suas principais funções que são:

- a) Determinar “o quê” deve permanecer em estoque. Número de itens;
- b) Determinar “quando” se devem reabastecer os estoques. Periodicidade;
- c) Determinar “quanto” de estoque será necessário para um período predeterminado;
- d) Acionar o Departamento de Compras para executar aquisição de estoque;
- e) Receber, armazenar e atender os materiais estocados de acordo com as necessidades;
- f) Controlar os estoques em termos de quantidade e valor e fornecer informações sobre a posição do estoque;
- g) Manter inventários periódicos para avaliação das quantidades e estados dos materiais estocados; e
- h) Identificar e retirar do estoque os itens obsoletos e danificados.

Sendo assim, determina que para obter um estoque controlado precisa-se de uma função específica para identificar todas as necessidades da empresa, visando sua lucratividade, acrescentando sempre mais ativos do que passivos, para não ter que haver excessos de compras desnecessárias e sim entrada positiva para seu ativo de maneira que contribua para seu estado físico.

2.4 AUDITORIA OPERACIONAL

A auditoria operacional exercida pelas empresas visa o levantamento de dados, análises de processos, o equilíbrio da estrutura patrimonial, tendo como devido papel de analisar e visualizar a empresa e a organização do meio em que necessita-se de recursos operacionais dentro da gestão de processos. Fornecendo serviços para a adição de resultados que efetivam os objetivos gerenciais, compreendendo de maneira significativa, controlando a operação e manuseando os sistemas a serem seguidos com êxitos e adequados a cada departamentalização dos setores operacionais.

A auditoria interna operacional, também denominada de auditoria interna de desempenho, tem por objetivo a análise das atividades operacionais, visando avaliar, e se necessário corrigir, a relação custo-benefício, entre os recursos demandados pela empresa a sua aplicação de maneira eficiente/eficaz de acordo com os objetivos operacionais, táticos e estratégicos determinados pela alta direção (LINS, 2011, p. 7).

Verificando todos os dados a serem contabilizados para aplicar a operação devida em ambos os pontos em que pressupõem que haja riscos ou fraudes, aplicando a controladoria cabível dentro da empresa organizacional que exercera todas as medidas provisórias para que não ocorra desfalques em seus sistemas.

Porém, Cordeiro (2012, p. 18) descreve que auditoria operacional “é aquela onde busca-se avaliar a eficácia e o desempenho das operações, dos sistemas, dos métodos de condução dos negócios, além do cumprimento das políticas administrativas das empresas”.

Santos (2011, p. 18-19), diz que,

Na auditoria operacional temos como objetivo assessorar a administração no desempenho efetivo de suas funções e responsabilidades, através da avaliação da organização, de seus departamentos, sistemas, funções, operações e programas.

O diagnostico na auditoria operacional é essencial, desde já, que se pode ser desenvolvida tanto na externa como na interna, sua estrutura organizacional compreende em seus recursos físicos e em seus sistemas de controles.

Crepaldi (2011, p. 14) afirma que nos tipos de auditorias operacionais podem ocorrer:

- a) Revisão limitada: o auditor examina as transações da empresa de modo global ou analítico, porém sem ter a necessidade de aplicar as normas de auditoria. Para este tipo de trabalho, o auditor emite um relatório longo (ressaltando que os serviços não foram executados segundo as normas) comentando como se compõe os saldos das contas sem entrar no mérito de examinar ou não, segundo a sua conveniência, os respectivos comprovantes hábeis e não há também a obrigatoriedade de observação dos inventários físicos;
- b) De caixa: especifica para determinar a extensão de fraudes;
- c) Parciais: constituindo-se em:
 - auditoria apenas em determinados setores. Exemplos: exames das contas a receber; faturamento e cobranças; eficiência do setor de credito; confirmações etc.;
 - auditoria para determinar responsabilidades contingentes (processos em andamentos, cálculos de juros, correção e outras obrigações);
 - auditoria de estoques e custos de produção.
- d) De fusão ou incorporação de empresas;
- e) De avaliação dos negócios para fins de aquisição;
- f) De ativos fixos, de investimentos etc.

Visto que, a auditoria operacional com suas derivadas funções e atribuições fazem uso de determinadas operações específicas obstruindo os meios consagrados irrelevantes para a gestão corporativa, podendo assim, contribuir com uma visão relevante e positiva para empresas que buscam soluções para operações sistemáticas, contendo uma resposta rápida e segura para seus controles, seja eles, produção, administrativo, financeiro, físicos e etc.

Araujo (1998, p. 48-49) diz que pode-se destacar em síntese alguns dos benefícios que a auditoria operacional traz para a empresa, como:

- Aumento de receitas;
- Melhoria do desempenho;
- Diminuição de desperdícios e práticas ineficientes, antieconômicas, ineficazes e abusivas;
- Redução de custos;
- Melhoria dos controles;
- Racionalização de procedimentos;

- Incremento do resultado.

Assim a auditoria operacional busca a seguir a eficiência, a economicidade e a eficácia, alternando suas operações dentro de cada setor, verificando as constantes atribuições financeiras para certas tomadas de desempenhos operacionais. Suas operações objetivam aperfeiçoar a gestão, buscar metas, traçar estratégias, identificar cada necessidade dos departamentos empresariais.

2.5 TESTES DE AUDITORIA INTERNA

Os testes ou procedimentos aplicados dentro da auditoria interna fazem parte da integração onde o auditor investiga as técnicas a serem realizadas para obter informações e respostas para as demonstrações contábeis. Através desses testes o auditor faz-se uso dos mesmos que são classificados como testes de observância e testes substantivos (CREPALDI, 2011).

2.5.1 Teste de observância

De acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade NBC T 11, em seu item 11.1.2.2, descreve que: “os testes de observância visam à obtenção de razoável segurança de que os procedimentos de controle interno estabelecidos pela administração estão em efetivo funcionamento e cumprimento” (PORTAL DE CONTABILIDADE, 2019).

Lins (2011, p. 5) enfatiza que, “os testes de observância: avaliam a aderência da empresa em relação aos controles internos” Assim, verificando qual sua forma coerente de utilizar todos os seus controles de maneira clara e concisa sem que haja fatos constrangidos dentro da entidade e no meio organizacional.

Yoshitake (2009, p. 13) evidencia “assim, os testes de controle ou observância, visam à obtenção de razoável, segurança de que os procedimentos de controle interno estabelecidos pela administração estão em efetivo funcionamento e cumprimento das novas aplicáveis”.

A observação será em constante movimento, pois necessita de uma atenção maior e específica para determinar e concretizar todos os processos que estejam em risco e assim, fornecer o controle interno exercido pela administração da entidade envolvida.

Crepaldi (2011, p. 332) define que:

O objetivo do teste de observância é proporcionar razoável segurança de que os procedimentos de controle interno estão sendo executados na forma prescrita. A segurança proporcionada por tais testes é essencial se o auditor pretende depender dos procedimentos definidos pelo sistema para determinar a natureza, oportunidade e extensão dos testes substantivos de classes específicas de transações ou de saldos.

Portanto, a devida segurança e os controles são importantes para que objetivam um processo executado de forma prescrita e formal para determinar a contabilização correta e específica de cada saldo ou transação da entidade operacional.

2.5.2 Teste substantivo

A Norma Brasileira de Contabilidade NBC T 11, conceitua em seu item 11.1.2.3.

Os testes substantivos visam a obtenção de evidência quanto à suficiência, exatidão e validade dos dados produzidos pelo sistema contábil da entidade, dividindo-se em:

- a) testes de transações e saldos; e
- b) procedimentos de revisão analítica (PORTAL DE CONTABILIDADE, 2019).

Yoshitake (2009, p. 15) determina referente aos substantivos que “A seleção de testes substantivos é baseada na estratégia de auditoria e no grau de confiança colocado nos controles contábeis internos”.

Andrade (1988 *apud* CUNHA; HEIN, 2005, p. 02-03) determina que os testes de observância “são amostras retiradas de uma população, com a finalidade de determinar, até que ponto os procedimentos, ao serem implantados, observam as especificações do sistema”.

Portanto Crepaldi (2011, p. 334) afirma que o teste de substantivos como objetivo é certificar-se da correção de um ou mais dos seguintes pontos:

- Existência: se o componente patrimonial existe em certa data;
- Direitos e obrigações: se efetivamente existentes em certa data;
- Ocorrência: se todas as transações estão registradas; e
- Mensuração, apresentação e divulgação: se os itens estão avaliados, divulgados, classificados e descritos de acordo com os Princípios Fundamentais de Contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade.

O teste de substantivo busca e fornece com finalidades todas as transações e saldos existentes e efetivos analisando os registros e todas as ocorrências, mensurando e divulgando cada item de acordo com as demonstrações contábeis, onde sua operação será revisada e registrada de acordo com o exercício apresentado.

Attie (2000, p. 53) explicita que “o enfoque do substantivo, não é o auditor se limitar aos processos de controles internos, mas sim dar ênfase a obtenção de evidências sobre a substância”.

Através de o controle interno o auditor irá estabelecer todas as evidências a serem apresentadas, onde o teste substantivo irá validar a correção para aplicarem-se todos os objetivos estabelecidos.

3 METODOLOGIA

Este presente trabalho foi realizado em uma empresa de pequeno porte no município de Jaciara, sendo um comércio de prestação de serviços e autopeças. Que foram coletados dados do sistema e análises dos relatórios de conferência manuscrita para identificação das faltas/divergências entre as mercadorias.

Referente à coleta de dados baseia-se na pesquisa documental que segundo Gil (2010, p. 30):

A pesquisa documental é utilizada em praticamente todas as ciências sociais e constitui um dos delineamentos mais importantes no campo da História e da Economia. Como delineamento, apresenta muitos pontos de semelhança com a pesquisa bibliográfica, posto que nas duas modalidades utilizam-se dados já existentes. A principal diferença está na natureza das fontes. A pesquisa bibliográfica fundamenta-se em material elaborado por autores com o propósito específico de ser lido por públicos específicos. Já a pesquisa documental vale-se de toda sorte de documentos, elaborados com finalidades diversas, tais como assentamento, autorização, comunicação etc.

Assim, na pesquisa documental foram utilizados dados documentais, para elaboração da tabela, observando as constantes perdas, sem um controle interno específico.

Para Marconi e Lakatos (2010, p. 57) a pesquisa bibliográfica:

A pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc., até meios de comunicação orais: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais: filmes e televisão.

Deste modo, houve coletas de informações e análises, sobre ideias de autores, artigos, sites periódicos e livros, para complementar e abranger a contextualização e as citações deste artigo, fornecendo um diversificado conhecimento sobre o tema, onde haverá a contribuição para conclusão do mesmo.

Sendo um estudo de caso, Yin (2001, p. 33 *apud* OLIVEIRA, 2011, p. 27), define que: “um estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro do seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”.

Quanto ao tipo de contribuição do estudo apresenta-se a pesquisa básica que segundo Gil (2010, p. 26) a pesquisa é “A primeira, denominada pesquisa básica, reúne estudos que tem como propósito preencher uma lacuna no conhecimento”.

Com um conceito positivo, a pesquisa básica se concentra em uma maior eficácia para a contribuição e solução que a organização busca ou deseja solucionar os problemas encontrados dentro do estoque.

Na abordagem do problema se faz presente a pesquisa quantitativa, que segundo Marconi e Lakatos (2010, p. 60) “A abordagem quantitativa, nas Ciências Sociais, é a mais apropriada para apurar atitudes e responsabilidades dos entrevistados, uma vez que emprega questionários”.

A pesquisa quantitativa integra um conceito amplo e diversificado, referente às devidas variáveis ocorridas dentro do sistema, avaliando de maneira específica e coerente as resoluções e as amostras apresentadas as respectivas coletas de dados, portanto a pesquisa quantitativa contribui para uma melhor compreensão efetiva de dados.

Sendo objetivo de pesquisa descritiva, este trabalho busca fornecer a relação de coleta de dados, onde demarca e especifica a controladoria da empresa pesquisada, na qual se fundamenta um controle de estoque.

As pesquisas descritivas têm como objetivo a descrição das características de determinada população. Podem ser elaboradas também com a finalidade de identificar possíveis relações entre variáveis. São em grande número as pesquisas que podem ser classificadas como descritivas e a maioria das que são realizadas com objetivos profissionais provavelmente se enquadra nesta categoria (GIL, 2010, p. 27).

Assim, ter a devida informação correta para manuseio da pesquisa, havendo a compreensão e a objetividade dos dados coletados para aplicar-se a resolução desejada.

Entretanto, o método é o dedutivo, já que, foram observados determinados dados, estabelecendo assim à lógica e a determinação da conclusão dos fatos obtidos. Havendo, uma diversificada pesquisa através dos pontos mais discutidos na empresa, colocando em prática a investigação e verificando as perdas mais constantes de determinado produto.

O método dedutivo, de acordo com a acepção clássica, é o método que parte do geral e, a seguir, desce ao particular. Parte dos princípios reconhecidos como

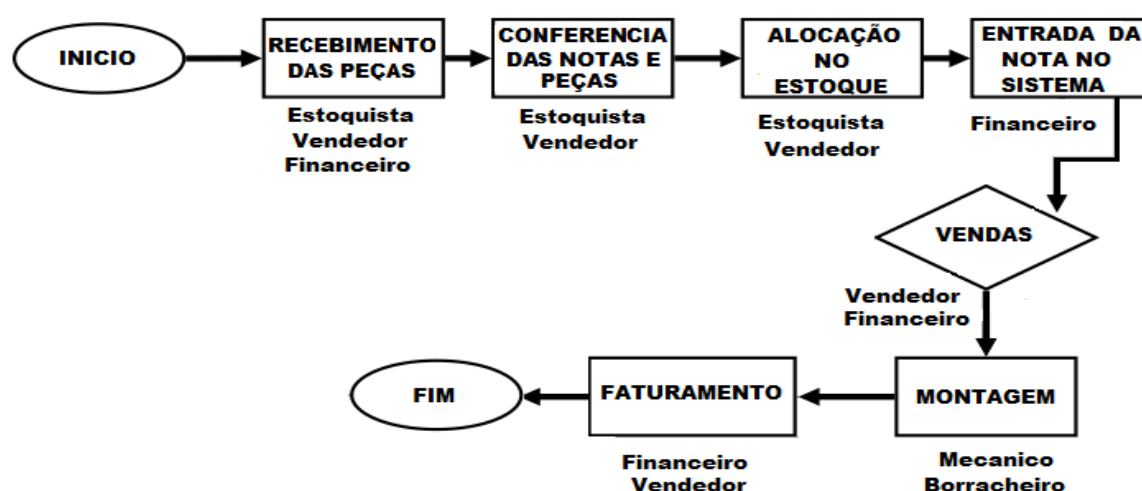
verdadeiros e indiscutíveis e possibilita chegar a conclusões de maneira puramente formal, isto é, em virtude unicamente de sua lógica (GIL, 2008, p. 9).

Através desse método a percepção se faz clara e lógica, onde irá questionar e raciocinar os fatos que estão sendo prejudicial à empresa, tornando à vista a ilustração através de tabela, avaliando a perda e assim mostrar a importância de um controle interno para solucionarem os problemas.

4 ANÁLISE DE RESULTADOS

O Auto Center na qual foi coletada a pesquisa localiza-se em Jaciara estando a seis anos no ramo, oferecendo diversos produtos e serviços no ramo automotivos e cargas pesadas, trazendo uma ampla variedade de marcas de peças, pneus, produtos de caminhão, agrícolas, composta por um proprietário e nove funcionários, onde estão aptos para melhor atender a necessidade de seus clientes.

Figura 1 – Entrada e saída das peças da empresa



Fonte: Da autora.

Neste fluxograma acima, demonstra desde a entrada até a saída das compras de mercadorias, que se dá início ao recebimento das peças pela maior parte através do vendedor que confere e aloca as peças até ao estoque assim que o financeiro efetiva a entrada da nota no sistema, sendo eles, vendido pelo vendedor ou financeiro, passando se necessário ao mecânico ou borracheiro para montagem, que quando terminado serviço ou entrega da peça o vendedor ou financeiro faz o faturamento da ordem de serviço para pagamento, onde o vendedor faz a conferencia mensalmente dos produtos entre os relatórios retirados no sistema e a conferencia das peças que estão dentro do estoque. Portanto o responsável pelo estoque é o vendedor/estoquista, só que, os demais funcionários têm acesso também ao estoque.

Tabela 1 – Tabela dos produtos

PRODUTO	ESTOQUE INICIAL	ENTRADA	SAÍDA	FÍSICO	FURO	VALOR TOTAL
CAMÂRA MOTO	0	27	24	0	-03	R\$ -70,00
AMORTECEDOR DIANTEIRO	02	04	02	04	-	R\$ 441,39
EXTENSÃO NYLON	04	20	15	06	-03	R\$ -30,00
VALVULA CAMINHÃO	10	15	10	14	-01	R\$ -15,00

VALVULA CARRO PASSEIO	86	200	198	58	-30	R\$ -150,00
KIT. AMORTECEDOR	06	08	10	02	-02	R\$ -56,00
VALVULA AGRICOLA	0	20	0	07	-13	R\$ -195,00
DESINGRIPANTE	0	33	30	0	-03	R\$ -36,00
CAMÃRA CAMINHÃO	0	05	04	0	-01	R\$ -100,00
CILINDRO MESTRE	0	01	0	0	-01	R\$ -345,00
BIELETA BARRA	0	01	0	0	-01	R\$ -72,50
BUCHA PONTA ESTABILIZADOR	0	10	09	0	-01	R\$ -13,00
CUBO DE RODA	02	03	02	02	-01	R\$ -42,00
TERMINAL DE DIREÇÃO	0	02	02	0	-	R\$ 55,00
PNEU 175/70R13	0	30	07	23	-	R\$ 195,00
CX. DIREÇÃO REMAN VECTRA	0	01	01	0	-	R\$ 1.140,00
PNEU 245/70R16	0	04	03	0	-01	R\$ -560,00
PNEU MOTO 80/100R14	02	06	05	03	-	R\$ 118,00
PNEU 295/80R22,5	0	02	02	0	-	R\$ 1.695,00
COMPRESSOR ACD	0	01	01	0	-	R\$ 1.105,00

Fonte: Da autora.

Através dos dados coletados, pode-se observar uma constante análise sobre os produtos divergentes. A tabela dos dados foi composta perante o estoque inicial, mais a adição das entradas, subtração da saída e o confrontamento entre o estoque físico no sistema e a tabela manuscrita dos produtos pegos durante o mês. Concluindo assim, o levantamento das faltas, perante os faturamentos, perdas ou furos dos produtos lançados incorretos, ou não lançados nas ordens de serviços.

Verifica-se que as válvulas de rodas carro passeio, válvulas agrícolas, válvulas para caminhão e as extensões, são as que mais ocorrem furos no sistema, dentro de seis meses foram negativadas 47 válvulas do sistema, ocasionando num valor de menos R\$ 390,00, pois além de serem mais baratas e por serem peças pequenas, vem ocasionando furos mensalmente, passando eles por despercebidos. Dentro de seis meses observa-se um valor significativo total de perdas de produtos no valor de R\$ 1.684,50. Dentre eles, um pneu aro 16 no valor R\$ 560,00, onde não foi encontrado o motivo pelo qual ficou negativo no sistema, gerando questões sobre o produto e sobre seu determinado fim, em segundo lugar ficam as peças e produtos dos motores de suspensão e freios em um valor de menos R\$ 564,50. E por fim as câmaras de motos e caminhão com um valor de R\$ 170,00 em que ocorre este tipo de prejuízo.

Sendo assim, foram constatados uma alta elevação de perdas de produtos relevantes, com prejuízos devastadores. Conforme a análise observada sobre o aspecto físico do estoque confrontando com o que estava no sistema, observou-se as distorções.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante deste trabalho, conclui-se que a auditoria interna nas empresas é de suma importância, pois, acrescenta valores e conceitos positivos para certas tomadas de decisões, organizações e controles

internos. Portanto, esta pesquisa teve uma maior abrangência sobre o tema, para a visualização de seus benefícios em auditar e contribuir para análises e medidas cabíveis, seja qual for o setor necessitado.

A pesquisa foi realizada em uma empresa privada de Auto Center no município de Jaciara, analisando e relacionando relatórios do estoque de mercadorias, confrontando entre as planilhas manuscritas de produtos pegos e a conferência perante o sistema. Identificando quais maiores falhas ou perdas sobre os produtos, vendidos, lançados ou pegos de maneira incorreta.

Foi verificado perante a análise, uma falta de organização entre o estoque e os demais colaboradores, pois, não há um controle e uma pessoa específica para a anotação e o faturamento dos produtos. Sendo assim, ocorrendo durante os meses uma falta ou uma incompatibilidade entre os dados repassados e analisados durante a pesquisa, por não possuir um responsável fixo pelo estoque e todos os colaboradores terem acesso, ocasiona uma divergência entre os meses identificados neste trabalho, relatando assim prejuízos a empresa de maneiras significantes.

Entretanto, existem ocorrências de que essas divergências ocasionam um impacto não só para a empresa, mas também para o funcionário, sendo que, o acontecimento dessas perdas é de responsabilidade dele, aplicando assim no abatimento de seu salário a cada perda encontrada. E assim através da auditoria, podem-se propor decisões e prevenções perante as falhas encontradas, evidenciando um controle e uma organização eficaz, podendo também implementar um sistema formal de controle de estoque, com um responsável interno dentro do setor, criando protocolos a serem seguidos, do responsável pelo recebimento das peças e estocagem, até seu destino final.

Diante destas abordagens os resultados de pesquisas são limitados, o trabalho foi concretizado durante o mês de maio a outubro, e cada qual com suas limitações e dificuldades que às vezes encontrada. Portanto, recomenda-se pesquisas futuras sobre, as estratégias contra gestão de riscos e erros com embasamento na auditoria, auditoria de sistemas e auditoria x perícia.

REFERÊNCIAS

ALVES, Joaquim José dos Santos. **Princípios e prática de auditoria e revisão de contas**. Lisboa: Silabo, 2015.

ANTHONY, Robert N.; GOVINDARAJAN, Vijay. **Sistemas de controle gerencial**. 12. ed. Porto Alegre: AMGH, 2011.

ARAUJO, Inaldo da Paixão Santos. **Introdução à auditoria operacional**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ATTIE, William. **Auditoria: Conceito e aplicações**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

CORDEIRO, Claudio Marcelo Rodrigues. **Auditoria e governança corporativa**. Curitiba: IESDE Brasil, 2012.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Auditoria contábil: Teoria e prática**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

CUNHA, Paulo Roberto da; HEIN, Nelson. Procedimentos de auditoria utilizados pelas empresas de auditoria independente estabelecidas em Santa Catarina. **Anais ... IX Congresso Internacional de custos**. Florianópolis, 2005. Disponível em: <https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/2105/2105>. Acesso em: 15 jul. 2019.

DANTAS, Ralliany dos Santos. **A utilização do controle interno e suas vantagens na gestão administrativa financeira das micro e pequenas empresas**. Caicó, 2016. Monografia (Graduação em Ciências Contábeis). Faculdade de Ciências Contábeis. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Caicó, 2016.

DIAS, Marco Aurélio P. **Administração de materiais**: Uma abordagem logística. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1993.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas da pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

JUND, Sergio. **Auditoria**: Conceitos, normas, técnicas e procedimentos. 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa**: Planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LINS, Luiz dos Santos. **Auditoria**: Uma abordagem prática com ênfase na auditoria externa. São Paulo: Atlas, 2011.

OLIVEIRA, Maxwell Ferreira de. **Metodologia científica**: Um manual para a realização de pesquisas em Administração. Catalão, 2011. Manual (Pós-Graduação). Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2011.

PORTAL DE CONTABILIDADE. **NBC T 11 – Normas de auditoria independente nas demonstrações contábeis**. Disponível em: <http://www.portaldecontabilidade.com.br/nbc/t11.htm>. Acesso em: 15 jul. 2019.

SANTOS, Franklin. **Auditoria contábil**. São Paulo: Clube de Autores, 2011.

SILVA, Erlon Rodrigo da. **A importância da auditoria interna na gestão dos recursos financeiros**: Um estudo de caso em uma rede de concessionárias de veículos. Florianópolis, 2018. Monografia (Graduação em Ciências Contábeis) - Faculdade de Ciências Contábeis. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

YOSHITAKE, Mariano. **Auditoria contábil**. Curitiba: IESDE, 2009.

ANÁLISE DOS CUSTOS DE PRODUÇÃO EM UMA INDÚSTRIA DE LACTICÍNIOS: UM ESTUDO DE CASO NO ESTADO DE MATO GROSSO

Carina Francisco Hoennicke¹

Evaldo Rezende Duarte²

Luciana Aparecida AugustaOliveira³

6 RESUMO

O planejamento da produção representa uma das grandes preocupações das indústrias de laticínios. Conhecer os custos envolvidos faz parte desse planejamento e contribui para evitar perdas e otimizar os lucros. Empresas que acompanham e controlam seus custos são financeiramente mais sólidas e possuem maior sobrevivência. O presente artigo teve como objetivo analisar os custos envolvidos na fabricação de produtos lácteos em uma indústria de laticínios no estado de Mato Grosso, afim de demonstrar a relevância de cada dispêndio, ocorrido na fabricação, sobre o custo unitário final dos itens que compõe o Mix de produção no período estudado (Fevereiro de 2019). Com o auxílio das ferramentas de análise criadas pela Contabilidade de Custos, pôde-se perceber como certos custos impactam com maior intensidade o valor de produção do item, enquanto outros são quase que irrelevantes. Verificou-se, também, que o(s) critério(s) de rateio - utilizado(s) para alocar alguns custos e despesas – influencia(m) diretamente na produção sob o ponto de vista da viabilidade financeira do produto. O presente trabalho evidenciou em sua conclusão como a Contabilidade pode contribuir para a melhoria da produção e para o aperfeiçoamento da gestão dos custos e despesas nas empresas de laticínios. A metodologia utilizada foi descritiva, bibliográfica e estudo de caso.

Palavras-chave: Contabilidade de custos; Laticínios; Produção.

¹ Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale de São Lourenço – EDUVALE, Jaciara MT. E-mail: k_hoennicke@hotmail.com

² Mestre em Ciências Contábeis pela FUCEPE Bussines School (2018); Especialista em Gestão Pública pela Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT (2014); Especialista em Gestão Empresarial pela União das Escolas Superiores de Rondonópolis – UNIR (2008); Bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas – EDUVALE (2007)

³ Oliveira, Luciana Aparecida Augusta de Oliveira. Especialista em Recursos Humanos – Gestão de Pessoas (2012), Bacharel em Administração (2006), Bacharel em Ciências Contábeis (2012) pela Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas – Eduvale.

1 INTRODUÇÃO

A contabilidade de custos é uma das atividades mais importantes nas empresas, é o ramo da Ciência Contábil utilizada para identificar, mensurar, registrar e informar os custos dos produtos, mercadorias e serviços. Por meio dela, é possível saber os valores alocados em determinado produto.

A contabilidade de custos nasceu da contabilidade financeira, quando se houve a necessidade de controlar os estoques de uma indústria. Os custos estão relacionados aos gastos despendidos na fabricação/comercialização/prestação de produtos e serviços, auxiliando, também, no controle de estoques, alertando os administradores para quaisquer resultados que exijam correção. Vale ressaltar que o controle eficiente dos custos garante a estas empresas e às demais instituições, a possibilidade de gerenciar seus gastos e ganhos de forma a equilibrar as necessidades e os resultados da mesma.

Esta é uma pesquisa que abordará o custo dos produtos lácteos em uma indústria de laticínios no estado de Mato Grosso, onde sua principal matéria-prima é o leite. Tornando-se relevante o gerenciamento dos custos de produção para gerar informações na tomada de decisão. A matéria-prima é adquirida diretamente de produtores e posteriormente utilizada para fabricar produtos derivados do leite, como: manteiga, doce de leite, requeijão, iogurtes, entre outros.

O objetivo deste estudo é avaliar a relevância de cada custo na fabricação dos produtos que compõe o mix de produção da empresa analisada.

A metodologia utilizada para a pesquisa foi quantitativa, pois os dados coletados apresentam natureza quantitativa e serão apresentados em forma de quadros e tabelas. A pesquisa documental será realizada por meio da coleta de dados de demonstrações contábeis como: balancetes de verificação, demonstração do resultado do exercício, fichas técnicas de produção e alocação e outros informativos gerenciais utilizados pela empresa em fevereiro de 2019.

Os resultados obtidos contribuirão para um melhor conhecimento dos custos de produção e para a visualização do custo final dos produtos, auxiliando, em etapa posterior do processo produtivo, na fixação do preço de venda satisfatório.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O presente capítulo contém os fundamentos teóricos sobre os quais se desenvolveu a pesquisa.

2.1 Contabilidade de Custos

Segundo o autor Martins (2001, pag. 23), “a contabilidade de custos nasceu da contabilidade financeira, quando da necessidade de avaliar estoques da indústria, tarefa essa que era fácil na empresa típica da era do mercantilismo. Até a Revolução Industrial (século XVIII), quase só existia a Contabilidade Financeira (ou Geral), que, desenvolvida na Era Mercantilista, estava bem estruturada para servir as empresas comerciais”.

Por outro lado, Berti (2010, p. 19) afirma que:

A contabilidade de custo, é uma parte da contabilidade financeira voltada à apuração dos gastos ocorridos, no sentido de apurar resultados em qualquer atividade física ou mental do homem, quer com seus recursos pessoais, quer mediante a utilização de outros meios. Utiliza os mesmos mecanismos da contabilidade financeira, porém dá ênfase aos problemas de classificação dos custos, bem como, ao seu controle. Quando se elabora o custo dos produtos industrializados por uma empresa, utilizam-se os dados obtidos pela contabilidade dos gastos efetuados num determinado período.

Para Martins (2001), a primeira preocupação dos Contadores, Auditores e Fiscais foi a de fazer da Contabilidade de custos uma forma de resolver seus problemas de mensuração monetária dos estoques e do resultado, não a de fazer dela um instrumento de administração. Devido o crescimento das empresas, com o consequente aumento da distância entre administrador e ativos e pessoas administradas, passou a Contabilidade de Custos a ser encarada como uma eficiente forma de auxílio no desempenho dessa nova missão: a gerencial.

Martins (2001) ainda afirma que, nesse seu novo campo, a Contabilidade de Custos tem duas funções relevantes: auxiliar o controle e ajudar as tomadas de decisões. No que diz respeito ao controle, sua mais importante missão é fornecer dados para o estabelecimento de padrões, orçamentos e outras formas de previsão e, num estágio imediatamente seguinte, acompanhar os fatos contábeis ocorridos e comparar com os parâmetros anteriormente definidos. No que tange a decisão, seu papel reveste-se de suma importância, pois consiste na alimentação de informações sobre valores relevantes que dizem respeito às consequências de curto e longo prazo sobre medidas de corte de produtos, fixação de preços de venda, opção de compra ou fabricação etc.

Quando falamos em Custo Industrial estamos nos referindo aos procedimentos contábeis e extracontábeis necessários para se conhecer o quanto custou para a empresa industrial à fabricação dos seus produtos, através do processo industrial (MOURA, 2013).

Berti (2010) afirma que a contabilidade e análise de custos deixaram de ser um mero instrumento de auxílio à definição de preços e passaram a ser um auxílio à gestão empresarial capaz, correta, necessária à manutenção da continuidade e sobrevivência das empresas. A contabilidade de custos passou nas últimas décadas de mera auxiliar na avaliação de estoques e lucros globais para importante arma de controle de decisões globais.

Segundo os autores Neves e Viceconti (2013), com a Revolução Industrial, a contabilidade precisou adaptar os métodos de apuração de resultado utilizados nas empresas comerciais para melhor atender as empresas industriais recém-surgidas. A solução para o problema foi usar o mesmo esquema das empresas comerciais para apuração do resultado, substituindo o item compras pelo pagamento dos fatores que entraram na produção: matéria-prima consumida, salário dos trabalhadores da produção, energia elétrica e combustíveis utilizados, enfim, todos os gastos que foram efetuados na atividade industrial e que foram denominados de Custo de Produção.

A contabilidade de custos teve como principal função a avaliação de estoques em empresas industriais, que é um procedimento muito mais complexo do que nas empresas comerciais, uma vez que envolve muito mais que a simples compra e revenda de mercadorias; são feitos pagamentos a fatores de produção tais como salários, aquisições e utilização de matérias-primas. Os demais gastos devem ser incorporados ao valor dos estoques das empresas no processo produtivo. (VICECONTI; NEVES, 2013, p.08)

Ainda segundo Neves e Viceconti (2013), o controle de custos dentro de qualquer atividade econômica é de fundamental importância para orientar os processos administrativos e decisórios da empresa como um todo. Apesar do controle de custos isoladamente não garantir a manutenção e até mesmo a ascensão da empresa no mercado, a ausência dele certamente a deixará mais exposta ao insucesso. O controle de custos industriais é uma ferramenta básica extremamente importante para a otimização dos processos gerenciais e indispensáveis para orientar as decisões diárias das empresas em relação ao processo de produção e às decisões estratégicas relativas à orientação para o mercado. Portanto, o conhecimento e a adoção de técnicas eficientes de controle de custos contribuem positivamente para o sucesso dos processos administrativos e gerenciais nas empresas.

2.2 Custos Diretos e Indiretos

Quanto à apropriação aos produtos fabricados, os custos podem ser definidos em Diretos e Indiretos.

Segundo Berti (2010), custos diretos são aqueles de fácil identificação e alocação aos produtos originários. Os custos diretos mais comuns são: matéria-prima, mão de obra direta e embalagens. Estes podem ser apropriados diretamente aos produtos fabricados, porque há uma medida objetiva de seu consumo nesta fabricação.

Para Zanluca (1996, p. 160) custo direto é:

Aquele que pode ser identificado diretamente a cada tipo de obra a ser custeado, no momento de sua ocorrência, isto é, está ligado diretamente a cada tipo de bem ou função de custo. É aquele que pode ser atribuído (ou identificado) direto a um produto, linha de produto, centro de custo ou departamento. Exemplos de custos diretos: matérias-primas usadas na fabricação do produto; mão de obra direta e serviços sub-contratados e aplicados diretamente nos produtos ou serviços.

Por outro lado, custo indireto é aquele em que o técnico precisa de um auxílio, de uma metodologia, de uma forma de rateio para identificar o custo e não pode se afirmar com certeza ou com precisão se realmente o valor é correto.

Custo indireto são aqueles que não podem ser facilmente identificados em relação a cada produto fabricado, motivo pelo qual a sua determinação está condicionada ao cumprimento de regras bem como a realização de cálculos mais detalhados (MOURA, 2008).

Segundo Martins (2000), “os custos indiretos não oferecem condição de uma medida objetiva e qualquer tentativa de alocação tem de ser feita de maneira estimada e muitas vezes arbitrária”.

Os exemplos de custos indiretos são: depreciação de equipamentos que são utilizados na fabricação de mais de um produto; salários dos chefes de supervisão de equipes de produção e toda mão de obra que não tem aplicação direta sobre o produto, aluguel da fábrica, gastos com limpeza da fábrica e energia elétrica que não pode ser associada ao produto.

2.3 Custos Fixos e Variáveis

Os custos podem ser fixos ou variáveis, assim como as despesas. Custo fixo é aquele que ocorre na empresa independente de esta estar ou não em atividade - custo ocorre e a organização tem que se responsabilizar pelo mesmo. Os custos fixos mais comuns são: aluguel, salários fixos mensais, encargos sociais sobre salários e retirada de diretores (pró-labore).

Para Neves e Viceconti (2013, p. 22), “Custos fixos são aqueles cujos valores são os mesmos qualquer que seja o volume de produção da empresa”. Da mesma forma, Ribeiro (2009, p. 27) afirma que “Os custos fixos são aqueles que permanecem estáveis independentemente de alterações no volume da produção. São custos necessários ao desenvolvimento do processo industrial em geral, motivo pelo qual se repetem em todos os meses do ano”.

Quanto aos custos variáveis, Ribeiro (2009, p. 28) os define como sendo “aqueles que variam em decorrência do volume da produção. Assim, quanto mais produtos forem fabricados em um período, maiores serão os custos variáveis”. Um exemplo desta categoria é a matéria-prima. Por estar vinculada ao volume produzido, possui uma estreita relação com os custos diretos, assim como os custos fixos estão relacionados aos custos indiretos.

De acordo com Martins (2001, p. 55), “os custos diretos são variáveis, quase sem exceção, mas os indiretos são tanto fixos como variáveis, apesar da geral predominância dos primeiros”.

2.4 Métodos De Custeio

Para Berti (2010), método de custeio é a forma empregada ou maneira utilizada para se calcular o custo de um produto ou serviço. Conforme o método de custeio haverá custos diferentes para o mesmo produto.

Os métodos de custeio são ferramentas importantes para a geração de informações relevantes, que serão usadas para a tomada de decisões. Em razão disso, é importante que a organização utilize métodos compatíveis com seus objetivos e características. Dentre os diversos métodos de custeio existentes, cada qual com sua própria metodologia, encontram-se o Custeio por Absorção e o Custeio Direto (Variável).

2.4.1 Custeio por Absorção

No Brasil, o custeio por absorção é o mais utilizado, pois além de respeitar os Princípios Fundamentais de Contabilidade, é aceito pela legislação comercial e pela legislação fiscal. A maioria das empresas utiliza o rateio para fazer corretamente a separação dos seus custos das suas despesas para que seja alocada cada uma em seu departamento correto, sendo assim o conceito de custeio por absorção para Martins (2001, p.41) é:

É o método derivado da aplicação dos princípios de contabilidade geralmente aceitos, nascido da situação histórica mencionada. Consistem na apropriação de todos os custos de produção aos bens elaborados, e só os de produção; todos os gastos relativos ao esforço de fabricação são distribuídos para todos os produtos feitos.

Segundo Leone (2000, p.242), “o critério do custo por absorção é aquele que inclui todos os custos indiretos de fabricação de certo período nos custos de suas diferentes atividades industriais, sejam produtos, processos ou serviços”. O custeio por absorção ou custeio pleno consiste na apropriação de todos os custos (sejam eles fixos ou variáveis), à produção do período.

2.4.2 Custeio Direto (Variável)

É um tipo de custeamento que consiste em considerar como custo de produção do período apenas os custos variáveis incorridos. Os custos fixos, pelo fato de existirem mesmo que não haja produção, não são considerados como custo de produção e sim como despesas, sendo encerrados diretamente contra o resultado do período. Desse modo, o custo dos produtos vendidos e os estoques finais de produtos em elaboração e produtos acabados só conterão custos variáveis.

A técnica de custeio direto parte do princípio de não ratear e não distribuir ao custo dos produtos ou dos serviços as parcelas de custos fixos. Na técnica do custeio direto todos os custos diretos variáveis são imputados aos custos dos produtos ou serviços mediante sistemas de apuração e medição. (BERTI 2010, p.67).

O método de custeio direto é um dos métodos mais utilizados na geração de informações destinadas à tomada de decisão dos gestores da empresa.

3 METODOLOGIA

A metodologia científica pode ser compreendida como o estudo sistemático e lógico dos métodos empregados na pesquisa, isto é, os procedimentos a serem utilizados na obtenção do conhecimento, através de técnicas que garantam a legitimidade do saber obtido. Esta etapa do projeto deve ser exposta de modo suficientemente claro e detalhada, para que "qualquer pessoa" que a leia seja capaz de reproduzir os aspectos essenciais do estudo.

3.1 Método

A ciência se caracteriza pela utilização de métodos científicos, porém nem todos os ramos de estudo que empregam estes métodos são ciências. Diante de tais premissas pode-se concluir que método nem sempre gera ciência, mas não à ciência sem método científico.

Conceitua-se Método na dicção de Lakatos (2003, p. 83) como “o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo - conhecimentos válidos e verdadeiros -, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista”.

O presente trabalho trata-se de um estudo de caso, cujo objeto de análise é uma indústria de laticínios no estado de Mato Grosso.

O método de pesquisa a ser utilizada no projeto será o método dedutivo, que segundo Lakatos (2003, p.92), significa que “Se todas as premissas são verdadeiras, a conclusão deve ser verdadeira”. Toda a informação ou conteúdo fático já estava pelo menos implicitamente nas premissas, isto é, os dados da pesquisa foram coletados na busca pela certeza do saber obtido, de forma sistemática, partindo-se de uma generalização para a especificação que, posteriormente, levará à conclusão de determinado assunto.

3.2 Técnicas de pesquisa

Entende-se por técnicas de pesquisa os procedimentos que se realizam com o fim de recolher informações sobre o programa ou objetivo avaliado. Para Lakatos (2003, p. 174) pode ser definida da seguinte maneira: “Técnica é um conjunto de preceitos ou processos de que se serve uma ciência ou arte; é a habilidade para usar esses preceitos ou normas, a parte prática. Toda ciência utiliza inúmeras técnicas na obtenção de seus propósitos”.

O tipo de pesquisa utilizada para obter as informações pertinentes ao tema é a pesquisa bibliográfica, onde os instrumentos de estudo usados abrangem toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, jornais, revistas, livros, monografias, teses, sites da internet e artigo. Quanto à técnica de pesquisa utilizada será em livros, internet e dados da empresa.

A pesquisa usada será a descritiva, pois serão descritas as informações relativas aos custos de produção da indústria de laticínios que opera no estado de Mato Grosso.

4 ANÁLISE DOS DADOS

O estudo foi realizado durante o mês de fevereiro de 2019, período no qual os custos e despesas oscilaram de forma aleatória e não ocorreram eventos atípicos na rotina industrial. Serão apresentados os dados relativos aos custos da atividade Industrial da Sociedade “Leite de Qualidade”, bem como a apresentação dos resultados da Análise dos Custos sobre seus principais produtos.

Quadro 1 - Custos e Despesas (fev/2019)

Custos	R\$	Despesas	R\$
Mão de obra Direta	196.475,02	Despesas Comerciais	68.565,23
Energia	44.239,86	Despesas Tributárias	39.607,42
Água	292,08	Despesas Gerais	569,00
Depreciações	56.803,66		
Matéria-Prima	4.216.818,35		
Matéria Secundaria	84.281,13		
Conservação e Manutenção	43.573,12		
Embalagens	128.217,52		
Outros Custos	1.044,85		
Total	4.771.745,59	Total	108.741,65

Fonte: Elaborado pela autora

O quadro acima evidencia os custos e despesas do período de fevereiro de 2019. Entre os custos totais da empresa, encontram-se as matérias-primas – sendo o Leite a principal delas devido ao fato de ser adquirido em enorme quantidade e sua importância para a composição dos produtos. Nas posições de maior vulto, figura, também, os custos com a mão de obra direta – composta daqueles trabalhadores que participam diretamente do processo produtivo industrial. Outros custos são compostos por gastos de inexpressivo valor e de natureza fixa.

Nas despesas se encontram os dispêndios com vendas, compostos por fretes, despesas com veículos e atenções comerciais. Todas elas surgem durante o processo de venda dos produtos. As despesas tributárias são aquelas destinadas a fundos estatais como o FUNDEIC/FUNDED. As despesas gerais são os gastos com o escritório responsável pela venda da produção industrial.

Abaixo estão relacionados os produtos e as quantidades produzidas durante todo o mês de fevereiro, conforme relatórios de produção fornecidos.

Quadro 2 – Produção do Período (fev/2019)

Produto	Unidade Medida	Quantidade Produzida
Leite Concentrado	Litro	1.020.000
Leite Tipo C	Litro	572.051
Iogurte Morango 900 G	Frasco	8.087
Iogurte Coco 900 G	Frasco	3.335
Requeijão	Pote	17.601
Doce de Leite	Pote	9.862
Queijo Mussarela 5Kg	Unidade	5.336
Manteiga 500 G	Pote	1.213
Manteiga 250 G	Pote	34.862
Bebida Láctea Morango	Frasco	76.359
Bebida Láctea Coco	Frasco	43.242
Bebida Láctea Pêssego	Frasco	19.716
Bebida Láctea Ameixa	Frasco	9.770
Bebida Láctea Banana	Frasco	13.079

Fonte: Elaborado pela autora

Observa-se no quadro 2, que grande parte do leite captado é destinada a fabricação e venda de leite concentrado e bebidas lácteas e o restante se divide entre os demais produtos.

No quadro a seguir, encontram-se ilustrados os custos e despesas fabris nos produtos acabados. Estes, por sua vez, são distinguidos como de natureza fixa e de natureza variável em relação à produção.

Quadro 3 - Custos e despesas fixas e variáveis (fev/2019)

Custo e Despesas Variáveis	R\$	Custo e Despesas Fixas	R\$
Mão - de - obra Direta	196.475,02	Despesas Gerais	569,00
Energia	44.239,86	Depreciações	56.803,66
Água	292,08	Conservação e Manutenção	43.573,12
Matéria - Prima	4.216.818,35	Outros Custos Fixos	1.044,85
Matéria Secundaria	84.281,13		
Embalagens	128.217,52		
Despesas Comerciais	68.565,23		
Despesas Tributárias	39.607,42		

Fonte: Elaborado pela autora

As despesas comerciais e tributárias fazem parte dos custos e despesas variáveis, pois dependem do volume de vendas, que por sinal, está ligada a produção. Por outro lado, conservação/manutenção, dispêndios gerais e outros custos de despesas fixas mantêm seus valores praticamente constantes independentemente do volume produzido e, por isto, estão classificados como sendo de natureza fixa.

O custo direto unitário do produto lácteo é encontrado somando-se o valor total dos insumos consumidos na fabricação pela quantidade produzida no período. Os insumos podem ser divididos em três categorias: matéria-prima (Leite e demais ingredientes), materiais secundários e as embalagens.

A seguir, estão apresentados os quadros contendo o custo direto total e o custo direto unitário incorrido em cada produto no período de análise (Fevereiro/2019).

Quadro 4 - Custos Diretos do Leite concentrado

Produção		Material
<u>LEITE CONCENTRADO</u>		LEITE CRU (L)
Qtd Prod.	1.020.000	2.397.000,00
Custo Unit. (R\$)	3,10	1,32
Custo Total (R\$)	3.162.055	3.162.055,20

Fonte: Elaborado pela autora

Quadro 5 - Custos Diretos do Leite tipo C

Produção		Materiais		
<u>Leite tipo C</u>		LEITE CRU (L)	FILME (Unid)	FITA H. STAMPING (Unid)
Qtd. Prod.	572.051	577.887,03	3.204,00	61,60
Custo Unit. (R\$)	1,39	1,32	10,64	6,30
Custo Total (R\$)	796.801	762.332,37	34.080,63	388,30

Fonte: Elaborado pela autora

Tanto o Leite concentrado (Quadro 4) como o Leite Tipo C (Quadro 5) possuem como componente principal o Leite cru. Sendo, este último, empacotado para a venda.

Quadro 6 - Custos Diretos do Iogurte de Morango

Produção		Materiais					
<u>IOG. MORANGO</u>		LEITE (L)	AÇÚCAR (Kg)	ESTABILIZANTE (L)	POUPA (Kg)	FRASCO (Unid)	CAIXA (Unid)
Qtd. Prod.	8.087	6.550	665	6	145	8.093	670
Custo Unit. (R\$)	2,16	1,32	1,56	36,81	5,75	0,74	1,15
Custo Total (R\$)	17.454	8.641	1.037	221	834	5.948	773

Fonte: Elaborado pela autora

O produto iogurte de morango é composto por 6 materiais. Sendo que o insumo que apresenta maior relevância quanto ao valor é o leite pasteurizado, seguido pelo frasco, açúcar e a poupa de morango.

Quadro 7 - Custos Diretos do Iogurte de Coco

Produção		Materiais						
<u>IOG. COCO</u>		LEITE (L)	AÇÚCAR (Kg)	ESTABILIZANTE (L)	POUPA (Kg)	TAMPA (Unid)	FRASCO (Unid)	CAIXA (Unid)
Qtd. Prod.	3.335	2.750	275	3	60	3.335	3.335	275
Custo Unit. (R\$)	2,20	1,32	1,56	36,81	4,4	0,04	0,74	1,15
Custo Total (R\$)	7.328,04	3.627,72	428,73	92,02	264,06	147,07	2.451,23	317,21

Fonte: Elaborado pela autora

O produto iogurte de coco é composto por 7 materiais. Sendo que o ingrediente com maior relevância é leite pasteurizado; seguido pelo açúcar, caixa de papelão e a poupa de coco.

Quadro 8 - Custos Diretos do Requeijão

(Continua)

Produção		Materiais					
REQUEIJAO		LEITE (L)	SAL (Kg)	CREME DE LEITE (Kg)	SORBATO DE POTASSIO (Kg)	SAL (Kg)	NISINA (Kg)
Qtd. Prod.	17.601	16.540	17	958	1	39	0,47
Custo Unit. (R\$)	2,06	1,32	2,05	8,00	36,15	6,20	274,07
Custo Total (R\$)	36.337	21.819,10	34,78	7.664,00	51,69	241,82	131,55

Quadro 8 - Custos Diretos do Requeijão

(Conclusão)

	Materiais					
	REDUTOR DE ACIDES (Kg)	LACRE (Unid)	CAIXA (Unid)	TAMPA (Unid)	POTE (unid)	RÓTULO (Unid)
Qtd. Prod.	14	18.923	1.467	18.111	18.596	17.601
Custo Unit. (R\$)	10,4	0,02	0,62	0,06	0,16	0,05
Custo Total (R\$)	145,57	471,18	915,85	1.086,66	2.887,96	887,09

Fonte: Elaborado pela autora

O produto requeijão é composto por 12 materiais. Os principais insumos são o leite pasteurizado, o creme de leite, o pote de requeijão e a tampa. Seguidos pelos demais materiais tais.

Quadro 9 - Custos Diretos do Doce de leite

Produção		Materiais						
<u>DOCE DE LEITE</u>		LEITE (L)	AÇÚCAR (Kg)	BICARBONATO DE SODIO (Kg)	POTE (Unid)	LACRE (Unid)	CAIXA (Unid)	TAMPA (Unid)
Qtd. Prod.	9.862	9.550,00	1.805,00	1,87	9.999,00	9.993,00	813,00	9.987,00
Custo Unit. (R\$)	2,06	1,32	1,56	2,84	0,25	0,04	1,11	0,09
Custo Total (R\$)	20.303	12.598,09	2.814,00	5,31	2.536,75	376,74	903,73	868,87

Fonte: Elaborado pela autora

O processamento deste produto consiste em concentrar o leite com os ingredientes em um equipamento específico, até alcançar o ponto característico do produto.

Na produção do doce de leite foram utilizadas as seguintes matérias primas: leite pasteurizado, açúcar, bicarbonato, potes, lacres de alumínio, caixas de papelão e tampas, conforme o quadro. No mês de fevereiro de 2019, a produção foi de 9.862 potes de doce de leite a um custo total de R\$ 20.305,00. O custo direto unitário foi de R\$ 2,06.

Quadro 10 - Custos Diretos do Queijo

Produção		Materiais						
<u>QUEIJO</u>		LEITE (L)	CLORETO DE CÁLCIO (Kg)	SAL (Kg)	COALHO (L)	COAGULANTE (L)	EMBALAGEM (Unid)	CAIXA (Unid)
Qtd. Prod.	5.336	51.800	33,0	66	1,7	1,4	1.328	207
Custo Unit. (R\$)	13,14	1,32	2,69	2,05	323,56	133,04	0,45	1,1
Custo Total (R\$)	70.134	68.333,11	88,63	135,04	562,99	184,26	603,58	227,12

Fonte: Elaborado pela autora

Numa produção regular, são necessários 9 litros de leite para se produzir 1 kilo de queijo com 3,2% de gordura. A fabricação dos queijos é feita em tanques, nos quais o leite é coagulado, prensado e, posteriormente, salgado e refrigerado.

Quadro 11 - Custos Diretos da Manteiga 500g

Produção		Materiais						
<u>MANTEIGA 500g</u>		SAL (Kg)	CREME DE LEITE (Kg)	POTE (Unid)	LACRE (Unid)	CAIXA PAPELÃO (Unid)	DIVISORIA PAPELÃO (Unid)	TAMPA (Unid)
Qtd. Prod.	1.213	8	983	1.227	1.226	50	50	1.222
Custo Unit. (R\$)	6,94	2,05	8,00	0,22	0,06	1,76	0,24	0,08
Custo Total (R\$)	8.421	16,37	7.864,00	275,58	74,05	87,78	12,12	91,65

Fonte: Elaborado pela autora

Na produção da manteiga 500g foram utilizadas as seguintes matérias primas: sal refinado, creme de leite, potes, lacres de alumínio, caixas de papelão, divisórias de papelão e tampas, conforme demonstra o quadro acima. O principal insumo é o creme de leite.

Quadro 12 - Custos Diretos da Manteiga 250g

Produção		Materiais					
<u>MANTEIGA 250g</u>		SAL (Kg)	CREME DE LEITE (Kg)	POTE (Kg)	LACRE ALUMINIO (Unid)	CAIXA (Unid)	TAMPA (Unid)
Qtd. Prod.	34.862	131	14.120	34.777	35.056	1.448	34.736
Custo Unit. (R\$)	3,55	2,05	8,00	0,17	0,04	1,22	0,05
Custo Total (R\$)	123.794	268,04	112.960,00	5.793,85	1.321,61	1.762,51	1.688,17

Fonte: Elaborado pela autora

Na produção da manteiga 250g foram utilizadas as matérias primas: sal refinado, creme de leite, potes, lacres de alumínio, caixas de papelão e tampas.

Quadro 13 - Custos Diretos da Bebida Láctea sabor Morango

Produção		Materiais							
<u>BEB. MORANGO</u>		LEITE (L)	AÇUCAR (Kg)	ESTABILIZANTE (L)	CORANTE (Kg)	POUPA DE FRUTA (Kg)	FILME (M)	FITA H. STAMPING (M)	CAIXA (Unid)
Qtd. Prod.	76.359	34.500	6.880	148	33.050	1.380	433	13	6.357
Custo Unit. (R\$)	1,16	1,32	1,56	36,81	0,07	5,75	11,16	6,30	1,86
Custo Total (R\$)	88.549	45.511	10.726	5.447	2.180	7.935	4.830	81	11.839

Fonte: Elaborado pela autora

Na produção de bebida láctea de morango foram utilizadas as matérias primas: leite pasteurizado, açúcar, estabilizante, corante carmim, poupa de fruta morango, filmes p/ bebida láctea, fita hot stamping e caixas de papelão.

As bebidas lácteas se diferem dos iogurtes por utilizarem menor quantidade de leite. Quando necessário, é utilizado o soro de leite (líquido com menor concentração de gordura, extraído do leite). Por este motivo, ela possui menor custo em relação ao iogurte.

Quadro 14 - Custos Diretos da Bebida Láctea sabor Coco

Produção		Materiais							
<u>BEB. COCO</u>		LEITE (L)	AÇUCAR (Kg)	ESTABILIZANTE (L)	SORO DE LEITE (L)	POUPA (Kg)	FILME (M)	FITA H. STAMPING (M)	CAIXA (Unid)
Qtd. Prod.	43.242	19.500,00	3.900,00	85,00	18.600,00	780,00	247,24	6,20	3.598,00
Custo Unit. (R\$)	1,14	1,32	1,56	36,81	0,07	4,40	11,16	6,30	1,86
Custo Total (R\$)	49.090	25.723,85	6.080,10	3.128,51	1.226,83	3.432,78	2.759,25	39,08	6.700,56

Fonte: Elaborado pela autora

Na produção de bebida láctea de coco foram utilizadas as seguintes matérias primas: leite pasteurizado, açúcar, estabilizante, soro de leite, poupa de fruta coco, filmes para bebida láctea, fita hot stamping e caixas de papelão. Sendo que os materiais de maior relevância foram o leite pasteurizado, a caixa de papelão e o açúcar.

Quadro 15 - Custos Diretos da Bebida Láctea sabor Pêssego

Produção		Materiais							
<u>BEB. PÊSSEGO</u>		LEITE (L)	AÇUCAR (Kg)	ESTABILIZANTE (L)	SORO DE LEITE (L)	POUPA (Kg)	FILME (M)	FITA H. STAMPING (M)	CAIXA (Unid)
Qtd. Prod.	19.716	9.000	1.800	40	6.750	360	113	3	1.640
Custo Unit. (R\$)	1,14	1,32	1,56	36,81	0,07	4,56	11,16	6,30	1,86
Custo Total (R\$)	22.572	11.872,55	2.806,20	1.472,24	445,22	1.643,22	1.258,54	20,80	3.054,17

Fonte: Elaborado pela autora

Na produção de bebida láctea de pêssego, foram utilizadas as seguintes matérias primas: leite pasteurizado, açúcar, estabilizante, soro de leite, poupa de fruta pêssego, filmes para bebida láctea, fitas hot stamping e caixas de papelão. Os materiais de maior relevância foram o leite pasteurizado, o açúcar e a poupa pêssego.

Quadro 16 - Custos Diretos da Bebida Láctea sabor Ameixa

Produção		Materiais						
<u>BEB AMEIXA</u>		LEITE (L)	AÇUCAR (kg)	ESTABILIZANTE (L)	SORO DE LEITE (L)	POUPA (Kg)	CAIXA (Unid)	FILME (M)
Qtd. Prod.	9.770	4.500	900	20	4.200	180	813	56
Custo Unit. (R\$)	1,15	1,32	1,56	36,81	0,07	4,10	1,86	11,16
Custo Total (R\$)	11.227,42	5.936,27	1.403,10	736,12	277,03	737,89	1.514,05	622,96

Fonte: Elaborado pela autora

Na produção de bebida láctea de ameixa, foram utilizadas as seguintes matérias primas: leite pasteurizado, açúcar, estabilizante, soro de leite, poupa de fruta ameixa, filmes para bebida láctea e caixas de papelão.

Quadro 17 - Custos Diretos da Bebida Láctea sabor Banana

Produção		Materiais							
<u>BEB BANANA</u>		LEITE (L)	AÇUCAR (Kg)	ESTABILIZANTE (L)	SORO DE LEITE (L)	POUPA (Kg)	FITA H. STAMPING (M)	CAIXA (Unid)	FILME (M)
Qtd. Prod.	13.079	6.000	1.180	26	5.500	240	2	1.088	74
Custo Unit. (R\$)	1,17	1,32	1,56	36,81	0,07	5,47	6,30	1,86	11,16
Custo Total (R\$)	15.252	7.915,03	1.839,62	956,96	362,77	1.313,74	12,61	2.026,18	825,85

Fonte: Elaborado pela autora

Na produção de bebida láctea de banana, foram utilizadas as seguintes matérias primas: leite pasteurizado, açúcar, estabilizante, soro de leite, poupa de fruta banana, filmes para bebida láctea, fitas hot stamping e caixas de papelão.

Os custos diretos foram demonstrados conforme relatórios de consumo na produção do mês. Como a empresa analisada não detém informações sobre quanto e quais produtos geram os custos indiretos, o critério utilizado como base para o rateio dos mesmos é o consumo da principal matéria-prima (leite) na produção. Assim, quanto maior o consumo de leite

em determinado produto, maior parcela dos custos indiretos ele vai receber. Abaixo está apresentado o consumo de leite por produto em fevereiro de 2019.

QUADRO 18 – Leite Consumido na Produção (Fev/2019)

PRODUTOS	Consumo de Leite (Litros)	PERCENTUAL %
Leite Concentrado	2.391.164	76,03%
Leite Empacotado	577.877	18,38%
Iogurte 900 G - Morango	6.550	0,21%
Iogurte 900 G - Coco	2.750	0,09%
Bebida Láctea - Morango	34.500	1,10%
Bebida Láctea - Ameixa	4.500	0,14%
Bebida Láctea - Coco	19.500	0,62%
Bebida Láctea - Pêssego	9.000	0,29%
Bebida Láctea - Banana	6.000	0,19%
Manteiga - 500 G	983	0,03%
Manteiga - 250 G	14.120	0,45%
Queijo Mussarela	51.800	1,65%
Doce de Leite	9.550	0,30%
Requeijão Cremoso	16.540	0,53%
Total	3.144.834	100%

Fonte: Elaborado pela autora

Foram consumidos na produção, cerca de 3,1 Milhões de litros de leite in natura, sendo que a maior parte foi destinada à fabricação de leite concentrado, leite tipo C, queijo mussarela e bebida láctea de morango. Utilizando-se dos percentuais de consumo de leite (Quadro 18), realiza-se o rateio dos custos indiretos e das despesas do período conforme observado no quadro 19.

QUADRO 19 – Rateios dos Custos Indiretos (Fev/2019)

PRODUTOS	Mão de Obra Direta	Energia Elétrica	Água	Depreciação	Conservação e manutenção	Outros Custos Indiretos	Total (R\$)	% Rateio
Leite Concentrado	149.388,64	33.637,53	222,07	43.190,33	33.130,57	794,45	260.363,59	76,03%
Leite Tipo C	36.103,66	8.129,38	53,67	10.438,07	8.006,87	192,00	62.923,65	18,38%
Iogurte 900 G – Morango	409,21	92,14	0,61	118,31	90,75	2,18	713,20	0,21%
Iogurte 900 G – Coco	171,81	38,69	0,26	49,67	38,10	0,91	299,44	0,09%
Bebida Láctea – Morango	2.155,40	485,33	3,20	623,16	478,01	11,46	3.756,56	1,10%
Bebida Láctea – Ameixa	281,14	63,30	0,42	81,28	62,35	1,50	489,99	0,14%
Bebida Láctea – Coco	1.218,27	274,31	1,81	352,22	270,18	6,48	2.123,27	0,62%
Bebida Láctea – Pêssego	562,28	126,61	0,84	162,56	124,7	2,99	979,98	0,29%
Bebida Láctea – Banana	374,85	84,4	0,56	108,37	83,13	1,99	653,30	0,19%
Manteiga - 500 G	61,41	13,83	0,09	17,76	13,62	0,33	107,04	0,03%
Manteiga - 250 G	882,15	198,63	1,31	255,04	195,64	4,69	1.537,46	0,45%
Queijo Mussarela	3.236,22	728,69	4,81	935,64	717,71	17,21	5.640,28	1,65%
Doce de Leite	596,64	134,34	0,89	172,50	132,32	3,17	1.039,86	0,30%
Requeijão Cremoso	1.033,34	232,68	1,54	298,75	229,17	5,50	1.800,98	0,53%
Total (R\$)	196.475,02	44.239,86	292,08	56.803,66	43.573,12	1.044,85	342.428,59	100%

Fonte: Elaborado pela autora

Tendo como base de rateio o percentual de leite consumido na produção total do produto em relação ao leite utilizado no somatório da produção de todos os produtos no período de análise, temos as informações descritas no quadro 19. No qual pode-se observar que, por ser o item produzido em maior quantidade, o Leite concentrado absorveu a maior parte dos custos indiretos, seguido pelo Leite empacotado tipo C.

Pode-se observar, a direta relação entre quantidade produzida e o percentual de rateio. Quanto maior o volume produzido, maior consumo de leite e, consequentemente, maior o percentual de absorção dos custos indiretos.

QUADRO 20 – Rateios das Despesas (Fev/2019)

P R O D U T O S	Desp. Comerciais	Desp. Tributárias	Desp. Gerais	Total (R\$)	% Rateio
Leite Concentrado	52.123,30	30.069,95	432,55	82.625,80	76,03%
Leite Tipo C	12.602,28	7279,84	104,58	19.986,70	18,38%
Iogurte 900 G - Morango	143,98	83,18	1,19	228,35	0,21%
Iogurte 900 G - Coco	61,71	35,65	0,51	97,87	0,09%
Bebida Láctea - Morango	754,22	435,68	6,26	1.196,16	1,10%
Bebida Láctea - Ameixa	95,99	55,45	0,80	152,24	0,14%
Bebida Láctea - Coco	425,10	245,57	3,53	674,20	0,62%
Bebida Láctea - Pêssego	198,84	114,86	1,65	315,35	0,29%
Bebida Láctea - Banana	130,27	114,86	1,08	246,21	0,19%
Manteiga - 500 G	20,57	11,88	0,17	32,62	0,03%
Manteiga - 250 G	308,54	178,23	2,56	489,33	0,45%
Queijo Mussarela	1131,33	653,52	9,39	1.794,24	1,65%
Doce de Leite	205,70	118,82	1,71	326,23	0,30%
Requeijão Cremoso	363,40	209,92	3,02	576,34	0,53%
Total (R\$)	68.565,23	39.607,42	569,00	108.741,65	100%

Fonte: Elaborado pela autora

Utilizando-se do mesmo critério de rateio que os custos indiretos, as despesas foram alocadas aos produtos conforme o consumo de leite em sua produção.

QUADRO 21 – Custos e despesas totais (CDT) por produto (Fev/2019)

(Continua)

P R O D U T O S	Custo Direto	Custo Indireto	Despesas	CDT (R\$)
Leite Concentrado	3.162.055	260.363,59	82.625,80	3.505.044,39
Leite Tipo C	796.801	62.923,65	19.986,70	879.711,35
Iogurte 900 G - Morango	17.454	713,20	228,35	18.395,55
Iogurte 900 G - Coco	7.328	299,44	97,87	7.725,31
Bebida Láctea - Morango	88.549	3.756,56	1.196,16	93.501,72
Bebida Láctea - Ameixa	11.227	489,99	152,24	11.869,23
Bebida Láctea - Coco	49.090	2.123,27	674,20	51.887,47
Bebida Láctea - Pêssego	22.572	979,98	315,35	23.867,33
Bebida Láctea - Banana	15.252	653,30	246,21	16.151,51

QUADRO 21 – Custos e despesas totais (CDT) por produto (Fev/2019)

(Conclusão)

PRODUTOS	Custo Direto	Custo Indireto	Despesas	CDT (R\$)
Manteiga - 500 G	8.421	107,04	32,62	8.560,66
Manteiga - 250 G	123.794	1.537,46	489,33	125.820,79
Queijo Mussarela	70.134	5.640,28	1.794,24	77.568,52
Doce de Leite	20.303	1.039,86	326,23	21.669,09
Requeijão Cremoso	36.337	1.800,98	576,34	38.714,32
Total (R\$)	4.429.317	342.428,59	108.741,65	4.880.487,24

Fonte: Elaborado pela autora

Os custos diretos são compostos pelos insumos utilizados na produção, ou seja: matéria-prima, matéria secundária e embalagens. Tais custos totalizaram o valor de R\$ 4.429.317,00 no período, conforme demonstrado no Quadro 21. Os custos indiretos somaram R\$ 342.428,59 e, as despesas, R\$ 108.741,65. Em toda a produção de fevereiro de 2019, os custos e despesas totalizaram R\$ 4.880.487,24.

Com base nos Custos e despesas totais (CDT) por produto e na quantidade Produzida no Período, segue abaixo o quadro com o cálculo do Custo e despesa unitária (CDU) dos produtos.

QUADRO 22 – Custo e despesa unitária (CDU) por produto (Fev/2019)

PRODUTOS	Unidade Medida	CDT	Produção	CDU
Leite Concentrado	Litro	3.505.044,39	1.020.000	R\$ 3,44
Leite Tipo C	Litro	879.711,35	572.051	R\$ 1,54
Iogurte 900 G - Morango	Frasco	18.395,55	8.087	R\$ 2,27
Iogurte 900 G - Coco	Frasco	7.725,31	3.335	R\$ 2,32
Bebida Láctea - Morango	Frasco	93.501,72	76.359	R\$ 1,22
Bebida Láctea - Ameixa	Frasco	11.869,23	9.770	R\$ 1,21
Bebida Láctea - Coco	Frasco	51.887,47	43.242	R\$ 1,20
Bebida Láctea - Pêssego	Frasco	23.867,33	19.716	R\$ 1,21
Bebida Láctea - Banana	Frasco	16.151,51	13.079	R\$ 1,23
Manteiga - 500 G	Pote	8.560,66	1.213	R\$ 7,06
Manteiga - 250 G	Pote	125.820,79	34.862	R\$ 3,61
Queijo Mussarela 5Kg	Unidade	77.568,52	5.336	R\$ 14,54
Doce de Leite	Pote	21.669,09	9.862	R\$ 2,20
Requeijão Cremoso	Pote	38.714,32	17.601	R\$ 2,20

Fonte: Elaborado pela autora

Por fim, através do Quadro 22, pode-se observar o valor que a empresa despende para produzir uma unidade de cada produto. Fica evidente que o volume consumido de leite (ou de seu subproduto, Creme de Leite) reflete diretamente no aumento ou diminuição do custo do item fabricado.

Produtos como o queijo, as manteigas e o leite concentrado consomem enormes quantidades de leite e creme de leite em seu processo produtivo. Tal fato faz com que os mesmos absorvam a maior parte dos custos indiretos e das despesas, colocando-os entre os maiores custos unitários da empresa. Os demais produtos, por consumirem menor quantidade de leite em relação à quantidade produzida, estão entre os menores custos e unitários.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho de conclusão de curso buscou estudar os custos da fabricação de produtos lácteos. O objetivo foi analisar a composição e o impacto dos insumos sobre o custo total de cada produto, gerando informações relevantes para a tomada de decisão.

Pode-se afirmar, diante das informações aqui registradas, que a contabilidade de custos oferece subsídio para as organizações gerenciarem sua produção, decidindo quais produtos são viáveis e qual o impacto de certos insumos sobre o valor agregado. O estudo dos custos pode ajudar o administrador e o empresário a evitar prejuízos possibilitando um melhor planejamento do negócio.

Diante de tamanha importância, foi demonstrada neste trabalho uma análise de custos com o seguinte problema: Qual a contribuição da análise Custo para uma empresa obter um melhor gerenciamento?

Na empresa em estudo, tais contribuições levaram a uma melhor visualização das condições de produção, a uma melhor escolha de itens que compõe o mix de produção, bem como um melhor gerenciamento do processo produtivo.

Os resultados obtidos contribuíram para um melhor conhecimento dos custos de produção e para a visualização do custo final dos produtos, auxiliando, em etapa posterior do processo produtivo, na fixação do preço de venda satisfatório.

Verificou-se, ainda, a necessidade de maior controle dos custos na empresa analisada, devido à dificuldade de levantamento de dados que vão desde os gastos com a produção até a descrição da rotina industrial. Ficando, assim a recomendação para maiores atenções quanto

aos processos industriais, pois o conhecimento destes resulta em maior facilidade na alocação dos custos a suas atividades geradoras. Isto garante a Contabilidade de Custos informações mais precisas e a empresa, melhor gestão de suas atividades.

7 REFERÊNCIAS

BERTI, Anélio. **Contabilidade e análise de custos**. 2. Ed. Curitiba: Juruá, 2009.

LEONE, George S. G. **Custos: planejamento, implantação e controle**. São Paulo: Atlas, 2000.

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. **Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisa, amostragem e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. – 3. ed. – São Paulo: Atlas, 1996.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de Custos**: 8. Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2001.

MOURA, Iranildo José Lopes de. **História da Contabilidade**. 2013.

RIBEIRO, Osni M. **Contabilidade de custos: fácil**. 6. Ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

VICECONTI, Paulo. NEVES, Silvério das. **Contabilidade de Custos: um enfoque direto e objetivo**. 11 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

ZANLUCA, Júlio César. **Contabilidade de custos**. São Paulo: Atlas, 1996.

EXAME DE SUFICIÊNCIA X ENADE: Uma análise de desempenho por Estado.

Adriana Gonçalves de Oliveira ¹
Jailson da Conceição Teixeira ²
Luciana Aparecida Augusta de Oliveira ³

8 RESUMO

O Exame de Suficiência do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) é uma prova aplicada duas vezes ao ano para concluintes e estudantes do curso de Ciências Contábeis que estão no último ano da faculdade. Esse exame foi instituído com a finalidade do aluno ou egresso ter o conhecimento ou uma preparação para o mercado de trabalho, para obtenção do registro do CRC o aluno tem que fazer uma prova na qual precisa acertar 50% ou mais das questões. O Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) é uma prova aplicada de três em três anos para os alunos que estão no último ano da faculdade, afim de avaliar o processo de aprendizagem e o desempenho do aluno, com relação as matérias aplicadas nas normas curriculares do curso de graduação. Sabendo da importância de ambas o objetivo da pesquisa é identificar o Estado com o melhor índice de aprovação no Exame de Suficiência e saber se tem relação com as notas do ENADE. Com a finalidade de confrontar os exames foi realizado uma pesquisa descritiva, documental, utilizando abordagem quantitativa e método dedutivo. Com os dados levantados foi possível constatar que o Exame de Suficiência tem relação com as notas do Enade e o Estado do Rio Grande do Sul é o que mais aprova, porém observa-se que na primeira edição após o ENADE, sempre os alunos vão melhor do que que na segunda edição.

Palavras chave: Exame de Suficiência, ENADE e Conhecimento.

¹Graduanda em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço – EDUVALE. Email: adrianah_oliveira@hotmail.com

²Graduado em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço – EDUVALE, Pós Graduado em Tecnologia de Informação e Lei da Responsabilidade Fiscal na ESAB e em Gestão Fiscal e Planejamento Tributário na UNIC, Mestre em Contabilidade Gerencial e Finanças na FUCAPE.

Professor do Curso de Ciências Contábeis na Faculdade EDUVALE, Contador da Excelência Contabilidade e Assessor Financeiro e Fiscal da Soluções Assessoria. Email: jailson@excelenciacontabilidademt.com.br

³ Oliveira, Luciana Aparecida Augusta de Oliveira. Especialista em Recursos Humanos – Gestão de Pessoas (2012), Bacharel em Administração (2006), Bacharel em Ciências Contábeis (2012) pela Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas – Eduvale.

9 1 INTRODUÇÃO

Criado no Brasil por meio da Resolução nº853 de 1999, o Exame do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), tornou-se requisito necessário para obtenção do registro no Conselho Regional de Contabilidade (CRC). O exame foi suspenso posteriormente, tendo em vista a ausência de embasamento legal pelo Decreto-Lei Nº9.295/1946 (Lei de Regência da Contabilidade). Apesar do Projeto de Lei Nº 2.485/2003 propor uma base legal para a aplicação do certame e ser aprovado no Senado, o respectivo projeto foi vetado pelo Presidente da República em 2005, dado a inaplicabilidade da prova pelo CFC. Já em 2010, após a aprovação da Lei Nº 12.249, o Exame CFC passou a ser legalizado no País, voltando a ser item obrigatório para a obtenção do registro profissional junto ao órgão de classe contábil (Castro,2017).

O Exame de Suficiência do Conselho Federal de Contabilidade (CRC) é uma prova aplicada duas vezes no ano para alunos do curso de Ciências Contábeis, essa prova é indispensável para quem queira atuar como contador, pois para obter o registro do Conselho Regional de Contabilidade (CRC), o aluno precisa ser aprovado no exame de suficiência, acertando no mínimo 50% das questões, ou seja, 25 de 50 questões, que abordam conteúdos de perícia contábil, auditoria contábil, contabilidade aplicada ao setor público, contabilidade geral, contabilidade de custos, contabilidade gerencial, matemática financeira, língua portuguesa, legislação e ética profissional, noções de direito, princípios e normas. O intuito da prova do CFC é de habilitar o aluno para ser um profissional contábil capacitado para o mercado de trabalho, para realizar suas funções de forma correta.

De outro lado, a Lei Nº10.861 determina que é obrigatório o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) aos cursos de graduação, na qual, alunos de todos os cursos devem realizar a avaliação sendo aplicada de 3 (três) em 3 (três) anos. O Exame tem como finalidade avaliar a qualificação dos cursos superiores, e tem como objetivo avaliar a aprendizagem do aluno em um determinado curso, para saber como o ensino está evoluindo, essa prova tem 40 questões, sendo 10 de formação geral e 30 relacionada ao curso. As notas são avaliadas de 1 a 5, sendo a partir de 3 a nota considerada satisfatória.

As médias são padronizadas considerando o nível de desempenho médio nacional e o desvio padrão. Dessa maneira é permitido chegar aos conceitos que diferenciam de 1 a 5, as notas 1 e 2 expõem que o curso está com média considerada insatisfatória, já as notas 4 e 5 são consideradas satisfatória para o curso, é de suma importância que os cursos tenham nota máxima no Enade, pois é através das notas que as instituições de ensino ficam conceituadas.

Diante disso surgiu a necessidade de verificar quais os Estados com maior índice de aprovações no Exame do CFC e qual a relação com o Enade, dessa forma o objetivo da pesquisa é identificar o estado com o melhor índice de aprovação no exame de suficiência de Ciências Contábeis e comparar com as notas do Enade.

Para isso foi utilizado uma pesquisa descritiva e documental, utilizando uma abordagem quantitativa e método dedutivo. A coleta de dados deu-se através de relatórios disponíveis no site do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e no site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

No capítulo a seguir será tratado sobre contexto histórico, mercado de trabalho, áreas de atuações da contabilidade; o exame de suficiência, conteúdo pedagógico do curso de contabilidade e sobre o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes.

2.1 CONTEXTO HISTÓRICO

Desde o descobrimento do Brasil a contabilidade se faz presente, ou seja, a partir de 1500. Mas só foi normalizada por volta de 1770, sendo expedida pelo rei de Portugal, Dom José, na qual, tornou-se obrigatório o registro de quem trabalhava na área da contabilidade. Neste contexto histórico o profissional da contabilidade era denominado de guarda-livros, sendo esta denominação utilizada até aproximadamente o ano de 1970. (Portal Educação, 2019).

De acordo com Barbosa (2009) o ensino da contabilidade teve seu início por volta de 23 de Novembro de 1808.

A preocupação em formar pessoal auxiliar competente em cálculos e em Contabilidade ficou patente especialmente em razão da obrigatoriedade de aplicação do processo das "partidas dobradas", assim como a exigência de informes de natureza analítica para todos os diversos ramos da atividade empresarial. (Sá, 2018, p. 26)

Através do Decreto Imperial nº 4.475, de 18 de Fevereiro de 1870 foi regimentado a profissão contábil no Brasil, dessa forma, o profissional de guarda-livros, foi classificado como

a primeira profissão liberal regulamentada no Brasil. Com essa regulamentação, para exercer a profissão de guarda-livros era necessária ter domínio da língua portuguesa e francesa, e ter uma caligrafia legível, sendo essas umas das exigências mais relevantes até a vinda da máquina de datilografia, pois com a chegada da máquina quem fosse manuseá-la era necessário ter domínio sobre ela.

A profissão de contador vem evoluindo cada vez mais, pois o mesmo deixou de ser considerado apenas gerador de guia e passou a ser visto com outros olhos, nenhuma empresa se mantém aberta sem contador, ele é o “médico das empresas”, é ele quem vai atrás e sabe o que é o melhor, proporcionando segurança para os empresários. A evolução da contabilidade no Brasil é de suma importância, pois proporciona para as empresas uma função correta e segura, pensado na segurança de seus recursos patrimoniais, e isso reflete consequentemente no cenário econômico do Brasil, já que as empresas colaboram consideravelmente em vários setores e segmentos do mercado.

2.2 MERCADO DE TRABALHO E ÁREAS DE ATUAÇÕES DA CONTABILIDADE

Pelo fato das empresas terem a necessidade de inovação e criatividade, é de suma importância discutir as questões relacionadas aos profissionais do ramo da contabilidade, no que diz respeito a adaptação do perfil desse profissional para que ele esteja apto para lidar com os desafios do mercado de trabalho (CARDOSO; SOUZA; ALMEIDA, 2006).

Dessa forma o perfil que as empresas buscam são profissionais que possuam inglês fluente, conhecimentos técnicos, sensatez empresarial e comercial, que estejam constantemente atualizados e que estejam diariamente atentos as mudanças na legislação.

A procura pelo curso de contabilidade vem crescendo, apesar de rumores de uma reportagem realizada em 31 de Janeiro de 2018 sobre: “Elas vão substituir você”, dizendo que a profissão deixará de existir em aproximadamente uma década, com possibilidade de extinção em 94%. Em resposta a essa reportagem, o CFC lançou uma nota falando sobre o importante papel do contador e que o conselho não concorda com esses dados mostrados na reportagem.

Dados do MEC em relação aos alunos matriculados nos últimos 25 anos no curso de Ciências Contábeis, mostra o aumento da procura pelo curso: em 1991 havia 97.223 alunos matriculados nos 262 cursos no país; em 2001, 137.491 matrículas em 596 cursos; em 2011,

289.511 alunos em 1.112 cursos; e, em 2016, 355.425 matrículas em 1.307 cursos. Isso é uma clara demonstração na crença e na confiança, pelos jovens, na Contabilidade, a ciência da informação.

De acordo com o site Guia da Carreira, o índice de empregabilidade da contabilidade no Brasil é de 93,8% (conforme pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea). Isso porque existem várias funções que os contadores podem desempenhar, dentre elas: análise tributária, fiscalização, atuarial (seguros), consultoria, auditoria contábil, ensino, pesquisa, análise contábil, perícia contábil.

O site Guia da Carreira ainda diz que, segundo a pesquisa da consultoria Robert Half para o setor de Finanças e Contabilidade, as maiores procura por contadores aparece nas áreas de, gerência financeira, análise de tesouraria, auditoria, controladoria e análise contábil fiscal.

Segundo dados do Ministério do Trabalho os profissionais da área de contabilidade no Brasil, recebem em média R\$ 4.322,63, com jornada de trabalho de 43 horas semanais. Essa pesquisa foi realizada no período de 11/2017 a 6/2018, tendo a amostragem retirada de dados oficiais do CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados. (Rede Jornal Contábil).

Vale ressaltar que ainda há divergências salariais entre homens e mulheres, infelizmente na área da contabilidade não é diferente, pois mesmo que ambos cumpram uma jornada semanal de 43 horas, o homem recebe R\$ 4.911,52 enquanto a mulher recebe em média R\$ 3.820,51.

Existe diferença salarial para PNE (Portadores de Necessidades Especiais), baseado em dados coletados pelo site Guia da Carreira, em uma amostragem de 189 honorários de profissionais da área contábil, a média salarial em todo o Brasil é de R\$ 4.364,53.

Também existem diferenças salariais para o cargo de contador dependendo a idade, podendo ser observadas no quadro a seguir:

Quadro 1 Diferença salarial por idade

IDADE	SALÁRIO R\$
Até 20 anos	R\$ 1.749,47
Entre 21 e 30 anos	R\$ 3.206,36
Entre 31 e 40 anos	R\$ 4.726,25
Entre 41 e 50 anos	R\$ 5.420,24
Entre 51 e 60 anos	R\$ 5.418,663
Entre 61 e 70 anos	R\$ 6.110,12
Acima de 70 anos	R\$ 6.789,83

Fonte: elaborada pelo autor com base nas informações contidas no site Rede Jornal Contábil.(2018)

O site guia da carreira dispõe uma tabela com a diferença salarial dependendo a área de atuação, informações essas, coletadas em capitais e principais cidades do Brasil. Veja no quadro seguinte:

10 QUADRO 2: SALÁRIO POR SEGMENTO

Segmento da empresa	Salário
Atividades de contabilidade	R\$ 2.500,00
Serviços combinados de escritório e apoio administrativo	R\$ 2.200,00
Locação de mão de obra temporária	R\$ 2.300,00
Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica	R\$ 3.204,00
Holdings e instituições não financeiras	R\$ 6.000,00
Atividades de consultoria e auditoria contábil e tributária	R\$ 9.131,00
Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional	R\$ 3.500,00
Outras atividades de serviços prestados principalmente a empresas não especificadas anteriormente	R\$ 2.700,00
Atividades de atendimento hospitalar, exceto pronto socorro e unidades para atendimento de urgência	R\$ 1.300,00
Preparação de documento e serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente	R\$ 6.000,00

Fonte:elaborada pelo autor com base nas informações contidas no site Rede Jornal Contábil. (2018)

De acordo com pesquisas realizadas pelo site Salário mínimo entre o período de 02/2018 a 09/2018, feitas em todas as capitais do Brasil, verifica-se no quadro abaixo a variação de salário por estado:

11 QUADRO 3:DIFERENÇA DE SALÁRIO POR ESTADO

Estado	Capital	Salário
Acre/AC	Rio Branco	R\$ 2.442,39
Alagoas/AL	Maceió	R\$ 3.056,00
Amapá/AP	Macapá	R\$ 2.338,26
Amazonas/AM	Manaus	R\$ 3.420,29
Bahia/BA	Salvador	R\$ 3.753,70
Ceará/CE	Fortaleza	R\$ 2.884,11
Distrito Federal/DF	Brasília	R\$ 4.115,81
Espírito Santo/ES	Vitória	R\$ 3.386,84
Goiás/GO	Goiânia	R\$ 3.099,07
Maranhão/MA	São Luis	R\$ 3.023,34

Minas Gerais/MG	Belo Horizonte	R\$ 3.929,50
Mato Grosso/MT	Cuiabá	R\$ 3.426,81
Mato Grosso do Sul/MS	Campo Grande	R\$ 3.445,78
Pará/PA	Belém	R\$ 3.458,68
Paraíba/PB	João Pessoa	R\$ 2.728,75
Paraná/PR	Curitiba	R\$ 4.720,05
Pernambuco/PE	Recife	R\$ 3.060,15
Piauí/PI	Teresina	R\$ 2.705,37
Rio de Janeiro/RJ	Rio de Janeiro	R\$ 5.267,07
Rio Grande do Norte/RN	Natal	R\$ 2.062,03
Rio Grande do Sul/RS	Porto Alegre	R\$ 4.122,64
Rondônia/RO	Porto Velho	R\$ 3.441,08
Roraima/RR	Boa Vista	R\$ 2.012,85
Santa Catarina/SC	Florianópolis	R\$ 4.234,99
São Paulo/SP	São Paulo	R\$ 5.435,15
Sergipe/SE	Aracaju	R\$ 2.602,31
Tocantins/TO	Palmas	R\$ 2.292,67

Fonte: elaborada pelo autor com base nas informações contidas no site Salário mínimo. (2018)

Contudo pode se observar que a profissão de contador dispõe de ótimas remunerações o profissional é de suma importância no mercado de trabalho, não podendo nenhuma empresa ficar sem o contador, visto que não há escolha entre ter ou não ter, têm-se a necessidade.

2.3 EXAME DE SUFICIÊNCIA

A Lei nº12.249/2010 alterou o artigo 12 do Decreto lei nº 9.295/1946, onde passou-se a ser obrigatório o exame de suficiência.

Conforme o artigo 12, os profissionais da área de contabilidade só poderão atuar na profissão após a aprovação no exame e o registro no CRC (Conselho Regional de Contabilidade).

O regimento para a prova do exame de suficiência, tendo como registro profissional no CRC, conta na resolução do Conselho federal de contabilidade nº 1.301/10, divulgada na data de 17 de Setembro de 2010. O artigo 1º descreve o exame: “Prova de equalização destinada a comprovar a obtenção de conhecimentos médios, consoante os conteúdos programáticos desenvolvidos no curso de Bacharelado em Ciências Contábeis e no curso de Técnico em Contabilidade”.

Conforme consta no artigo 2º, o objetivo de ser aprovado no exame de suficiência é acrescer os conhecimentos profissionais da área, aplicando as diretrizes, elevando o contador como a profissão mais atraente dos últimos tempos.

A importância da aprovação no exame de suficiência, tem como objetivo analisar o conhecimento de cada aluno para que então o Bacharel, se aprovado, possa exercer sua função no mercado de trabalho, tendo em vista que o curso de ciências contábeis exige um nível de capacidade amplo e dedicação máxima.

Silva, Gomes e Guimarães (2008) apontam que a docência da Contabilidade no Brasil passa por vastas mudanças, entretanto os alunos não estão indo bem nas provas do CRC (Conselho regional de contabilidade), eles destacam que é preciso rever o conteúdo aplicado em sala de aula, assim como o currículo que a mesma oferece.

Existem algumas técnicas de como estudar para o exame do CRC, são elas: ler o edital da forma mais detalhada possível e o conteúdo cobrado, separar os temas para o estudo diário, dar preferência ao conteúdo que se tem mais dificuldade, estudar exames passados e conteúdos da sala de aula, livros com conteúdos atualizados e sites de informações sobre o mesmo, estudo diário sem folga de finais de semana e feriados, estudar em locais apropriados e horários que não esteja cansado, ter o máximo de concentração e dedicação possível.

Desde a aprovação do exame conforme a lei nº 12.249/2010, citada a cima, com início das provas no ano de 2011, sendo dois exames por ano, a prova possui 50 questões objetivas tendo a aprovação quem acertar 25 questões ou mais.

Segundo o site suficiência contábil, o valor da inscrição em 2019 foi de R\$110,00 (cento e dez reais), existe isenção para postulantes que estiverem registrados no Cadastro único para Programas Sociais do Governo Federal e para quem é de família de baixa renda nos termos do Decreto 6.135/2007.

A realização das provas são duas vezes ao ano, normalmente nos meses de Abril e setembro, o aluno que fizer a prova pode fazer uso da calculadora, inclusive a HP 12C, desde que essa não possibilite armazenamento de texto.

2.4 CONTEÚDO PEDAGÓGICO DO CURSO DE CONTABILIDADE

O Ministério da Educação (MEC) orienta as instituições a fornecer o melhor conteúdo pedagógico, afim de que o aluno saia da faculdade com o máximo de conhecimento possível e então possa se encaixar no mercado de trabalho.

A União é responsável pelas instituições, mas a forma de executar cada curso, fica a critério da mesma, desde que, obedeçam a lei, na forma de concluir o ano letivo e não ultrapassar o limite de falta tendo no mínimo duzentos dias de trabalho acadêmico, essas são normas estabelecidas

pela Lei das Diretrizes e Bases (LDB).

Tendo em vista que é de escolha de cada faculdade, criar, constituir, anular cursos de graduação, estabelecer suas normas internas, formas para pesquisas e projetos, determinar quantidades de vagas para cada curso entre outras coisas. (LDB, 1996)

O conteúdo pedagógico do curso de Ciências Contábeis foi estabelecido pela resolução CNE/CES nº 10/04 e deve ser formado pelos aspectos:

- I - perfil profissional esperado para o formando, em termos de competências e habilidades; II – componentes curriculares integrantes; III - sistemas de avaliação do estudante e do curso; IV - estágio curricular supervisionado; V - atividades complementares; VI – monografia, projeto de iniciação científica ou projeto de atividade – como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) – como componente opcional da instituição; VII – regime...

A nível de Brasil, o curso de ciências contábeis deve ser formado por estruturas, sendo elas objetivos gerais para atribuir melhor conhecimento aos alunos, carga horária estipulada pelo MEC, conteúdo interdisciplinar para ter grandes projetos, integração entre conteúdos teóricos e práticos, indução a pesquisas, entendimentos para realizar atividades extra sala e estágios. (RESOLUÇÃO CNE/CES nº 10/2004).

2.5 EXAME NACIONAL DE DESEMPENHO DE ESTUDANTES (ENADE)

O Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) é regulamentado pela Lei nº10.861, de 14 de Abril de 2004, descreve no seu artigo 5º:

- § 1º O ENADE aferirá o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso de graduação, suas habilidades para ajustamento às exigências decorrentes da evolução do

conhecimento e suas competências para compreender temas exteriores ao âmbito específico de sua profissão, ligados à realidade brasileira e mundial e a outras áreas do conhecimento. (Brasil, 2004)

Com isso, desde sua criação em 2004 aplica-se a prova do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), tendo como finalidade analisar a eficiência dos discente e concluintes dos cursos de graduação. Além da prova os alunos devem responder um questionário socioeconômico e um questionário sobre a prova.

Dessa forma, avaliação é composta por 40 (quarenta) questões sendo 8 (oito) de múltipla escolha, 2 (duas) discursiva e 30 (trinta) de conteúdo específico referente ao curso, tendo duração máxima de 4 (quatro) horas. A nota individual da prova e o resultado fica disponível somente para o aluno, com base na média dos estudantes é divulgado a nota de cada curso, nota essa divulgada ao público, variando entre 0 a 5. Em situações de boicotagem, o curso é avaliado sem conceito (SC).

Diferente do Exame de Suficiência que é autorizado o uso de calculadora, inclusive HP, no ENADE não pode se utilizar calculadora para realizar a prova, o que acaba de alguma forma prejudicando as notas dos alunos do curso de Ciências Contábeis.

3 METODOLOGIA

Para a execução desse estudo, utilizou-se a abordagem, quantitativa no tratamento dos dados, com caráter de pesquisa descritiva e documental.

O objetivo dessa pesquisa é analisar o Estado com o maior índice de aprovação no exame do CFC, sendo assim uma pesquisa quantitativa, na qual:

Diferentemente da pesquisa qualitativa, os resultados da pesquisa quantitativa podem ser quantificados. Como as amostras geralmente são grandes e consideradas representativas da população, os resultados são tomados como se constituíssem um retrato real de toda a população alvo da pesquisa. A pesquisa quantitativa se centra na objetividade. Influenciada pelo positivismo, considera que a realidade só pode ser compreendida com base na análise de dados brutos, recolhidos com o auxílio de instrumentos padronizados e neutros. A pesquisa quantitativa recorre à linguagem matemática para descrever as causas de um fenômeno, as relações entre variáveis, etc. A utilização conjunta da pesquisa qualitativa e quantitativa permite recolher mais informações do que se poderia conseguir isoladamente. (Esclarece Fonseca 2002, p. 20).

De acordo com a finalidade desse trabalho a pesquisa caracteriza-se como descritiva, visto que busca analisar os dados e informações extraídas de site. Para Gil (2002, p. 42), “as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”.

Em relação a técnica utilizada a pesquisa classifica-se como documental, tendo em vista que foi pesquisado planilhas mostradas pelo CFC e Enade.

[...] caracteriza-se pela busca de informações em documentos que não receberam nenhum tratamento científico, como relatórios, reportagens de jornais, revistas, cartas, filmes, gravações, entre outras matérias de divulgação. (OLIVEIRA, 2007, p. 69 apud SÁ-SILVA, ALMEIDA; GUINDANI, 2009, p. 6).

O método utilizado para realização desse artigo é o dedutivo. Segundo Santos (2008) apud Rodrigues: Ferronato (2010):

O método dedutivo tem bases nos pensadores racionalistas Descartes, Spniza e Leibniz, tendo como pressuposto que apenas a razão pode conduzir ao conhecimento verdadeiro. Ele parte de princípios tidos como verdadeiros e inquestionáveis (premissa maior), para assim o pesquisador estabelecer relações com uma proposição particular (premissa menor) e, a partir do raciocínio lógico, chegar á verdade daquilo que propõe (conclusão).

Ainda sobre o método dedutivo, pode-se dizer que se trata de um método bastante limitado, visto que a conclusão não deve extrapolar as premissas estabelecidas dessa forma limitando o pesquisador (MEZZAROBBA; MONTEIRO, 2003).

4 ANÁLISE DE DADOS

A coleta de dados para essa pesquisa deu-se através de documentos encontrados no site do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, em uma planilha onde tem os dados necessários para informações que são: total de alunos inscritos, presentes, aprovados, percentual de aprovados, total de reprovados, percentual de reprovados, total de ausentes e percentual de ausentes, dos 26 (vinte e seis) Estados do Brasil e Distrito Federal, são dados coletados desde o ano de 2011 até 2018, por ano são aplicados 2 (duas) provas na qual os alunos precisam acertar 50% (cinquenta por cento) das questões ou mais para serem aprovados, foram coletados a quantidade de aluno presente, aprovações e percentual de aprovação, somente os dados necessários para essa análise.

A coleta de dados do Enade - Exame Nacional de Desempenho do Estudante, foi no site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira- INEP MEC, referente as notas das instituições, no ano de 2012 e 2015, a aplicação da prova do Enade é de 3 (três) em 3 (três) anos, desde o ano em que se aplica o prova do CFC, o confronto com as notas do Enade seria do ano de 2012, 2015 e 2018, visto que não foi usado o ano de 2018, pois as notas desse ano ainda não foram divulgadas, só serão divulgadas em Dezembro. Foram classificadas as notas de 1 a 5, sendo 5 ótimo, 4 bom, 3 regular, 2 ruim e 1 péssimo. Para classificação utilizou-se as notas 5 e 4 para média positiva, as notas 2 e 1 média negativa e a nota 3 que é a nota mínima aceitável pelo MEC, foi considerada como regular. Os relatórios do CFC já estavam separados por ano e Estado, contendo as informações de total de alunos inscritos, presentes, aprovados, percentual de aprovações, total de alunos reprovados,

percentual de reprovações, total de alunos ausentes e percentual de ausentes, visto que só foi usado os dados necessários para mensurar o Estado que mais aprova no exame, nos relatórios do Enade, onde as mesmas eram classificadas por ano, mas os Estados estavam todos misturados, onde foi necessário separar os Estados e arrumar em uma planilha separando os Estados e notas.

Quadro 4:Exame de Suficiência de 2011.1 a 2018.2 Região Centro Oeste

Ano do Exame	Distrito Federal			Goiás			Mato Grosso			Mato Grosso do Sul		
	Total presentes	Aprovados	%Aprovados	Total presentes	Aprovados	%Aprovados	Total presentes	Aprovados	%Aprovados	Total presentes	Aprovados	%Aprovados
2011/1	238	114	47,09%	361	69	19,11%	475	71	14,95%	238	47	19,75%
2011/2	583	412	70,67%	576	262	45,49%	593	241	40,64%	370	166	44,86%
2012/1	696	384	55,17%	786	302	38,42%	834	286	34,29%	406	140	34,48%
2012/2	728	211	28,98%	1116	208	18,64%	1078	141	13,08%	493	85	17,04%
2013/1	870	353	40,57%	1325	392	29,58%	1175	282	24%	533	98	18,39%
2013/2	994	485	48,79%	1363	430	31,55%	1384	390	18,18%	629	211	33,55%
2014/1	863	444	51,45%	1722	674	39,14%	1453	533	36,68%	679	270	39,76%
2014/2	783	335	42,78%	1512	486	32,14%	1353	383	28,31%	625	203	32,48%
2015/1	861	506	58,77%	1565	698	44,60%	1582	627	39,63%	628	273	43,47%
2015/2	1005	207	20,60%	1581	131	8,29%	1662	76	4,57%	630	55	8,73%
2016/1	909	417	45,87%	1621	545	33,62%	1648	431	26,15%	604	163	26,99%
2016/2	1001	260	25,97%	1617	271	16,76%	1608	137	8,52%	633	95	15,01%
2017/1	1194	349	29,23%	1745	370	21,20%	1695	191	11,27%	656	102	15,55%
2017/2	1339	399	29,80%	1668	350	20,98%	1436	228	15,88%	699	136	19,46%
2018/1	1200	436	36,33%	1635	407	24,89%	1505	310	20,60%	673	173	25,71%
2018/2	949	385	40,57%	1192	424	35,57%	1209	290	23,99%	539	165	30,61%
Média	888,3125	356,1	42,04%	1336,563	376,2	28,75%	1293,125	288,6	22,55%	564,6875	148,88	26,61%

Fonte: elaborada pelo autor

Quadro 5: Notas do Enade e médias em percentual do ano de 2012 e 2015 Região Centro Oeste

	Distrito Federal		Goiás		Mato Grosso		Mato Grosso do Sul		Total de faculdade
	2012	2015	2012	2015	2012	2015	2012	2015	
Nota									
5- Ótima	4	3	2	2	-	-	2	-	13
4-Bom	7	-	4	4	5	3	-	6	29
3-Regular	7	11	14	15	15	8	11	7	88
2-Ruim	6	6	14	16	11	17	8	8	86
1-Péssima	-	3	1	-	1	1	-	2	8
Média positiva	45,83%	13,04%	17,14%	16,22%	15,62%	10,34%	9,52%	26,09%	
Média negativa	25%	39,13%	42,86%	43,24%	37,50%	62,07%	38,10%	43,48%	

Fonte: elaborada pelo autor

Diante dos dados apresentados da região Centro Oeste, percebe-se que o Distrito Federal obteve uma aprovação média de 42,04% no Exame do Suficiência, sendo o Estado da região que mais aprovou, analisando os dados do Enade, o Distrito Federal conseguiu a maior média positiva e a menor média negativa, se destacando na qualidade de ensino do curso de Ciências

Contábeis, mas no ENADE de 2015, no Distrito Federal, houve uma queda tanto na média positiva, quanto na média negativa, demonstrando uma diminuição na qualidade do ensino do curso. Essa queda também pode ser vista ao analisar os percentuais de aprovação do Exame de Suficiência após o ano de 2015, observa-se que houve uma queda nos percentuais de aprovação no exame.

No outro extremo, analisando o Exame de Suficiência, em média o estado de Mato Grosso é o que menos aprova 22,55%. Analisando as notas do ENADE no ano de 2012, Mato Grosso tem uma média positiva e média negativa, melhor que o estado de Mato Grosso do Sul, mas na avaliação do ENADE de 2015, houve uma queda nas notas do estado de Mato Grosso, deixando o estado com as piores notas na região Centro Oeste.

Na sequência apresentam-se os dados da Região Nordeste nos quadros 6 e 7

Quadro 6:Exame de Suficiência ano 2011.1 a 2018.2 Região Nordeste

Ano do Exame	Alagoas			Bahia			Ceara			Maranhão			Paraíba			Pernambuco			Piauí			Rio Grande Norte			Sergipe		
	Total presentes	Aprova dos	%Apro vados	Total Prese ntes	Apro va dos	%Apro vados	Total prese ntes	Apro va dos	%Apro vados	Total prese ntes	Apro va dos	%Apro vados	Total prese ntes	Apro va dos	%Apro vados	Total prese ntes	Apro va dos	%Apro vados	Total prese ntes	Apro va dos	%Apro vados	Total prese ntes	Apro va dos	%Apro vados	Total prese ntes	Apro vado s	%Aprov ados
2011/1	71	17	23,94%	639	198	30,99%	211	72	34,12%	210	31	14,76%	201	77	38,31%	291	104	35,74%	218	38	17,43%	312	72	23,08%	78	28	35,90%
2011/2	119	59	49,58%	1102	620	56,26%	441	289	65,53%	402	163	40,55%	222	121	54,50%	519	326	62,81%	336	186	55,36%	359	212	59,05%	163	99	60,74%
2012/1	191	91	47,64%	1062	449	42,28%	563	267	47,42%	471	149	31,63%	330	154	46,67%	629	316	50,24%	458	191	41,70%	458	190	41,48%	169	74	43,79%
2012/2	307	49	15,96%	1481	358	24,17%	706	163	23,09%	580	85	14,66%	362	83	22,93%	798	250	31,33%	556	133	23,92%	615	151	24,55%	229	54	23,58%
2013/1	329	93	28,27%	1740	571	32,82%	977	389	39,51%	747	147	19,68%	412	136	33,01%	941	326	34,64%	639	199	31,14%	702	221	31,48%	279	96	34,41%
2013/2	411	148	36,01%	1964	751	38,24%	1165	486	41,72%	937	265	28,28%	475	207	43,58%	1209	529	43,76%	713	252	35,34%	787	288	36,59%	314	141	44,90%
2014/1	385	165	42,86%	1870	817	43,69%	1203	650	54,03%	1162	411	35,37%	526	250	47,53%	1214	557	45,88%	898	397	44,21%	787	360	45,74%	304	149	49,01%
2014/2	347	115	33,14%	1623	566	34,87%	1116	508	45,52%	1087	286	26,31%	473	194	41,01%	1056	452	42,80%	881	244	27,70%	781	308	39,44%	253	99	39,13%
2015/1	490	212	43,27%	1933	921	47,65%	1077	580	53,85%	1250	468	37,44%	622	333	53,54%	1315	670	50,95%	812	335	41,26%	829	420	50,66%	358	187	52,23%
2015/2	448	43	9,60%	2067	170	8,22%	1253	214	17,08%	1182	73	6,18%	587	77	13,12%	1272	202	15,88%	1013	114	11,25%	838	103	12,29%	278	38	13,67%
2016/1	465	158	33,98%	2050	681	33,22%	1213	573	47,24%	1203	256	21,28%	563	174	30,91%	1477	598	40,49%	962	314	32,64%	891	328	36,81%	303	115	37,95%
2016/2	442	69	15,61%	2414	392	16,24%	1434	378	26,36%	1170	105	9,97%	609	118	19,38%	1446	284	19,64%	945	134	14,18%	806	147	18,24%	358	73	20,39%
2017/1	512	87	16,99%	2387	438	18,35%	1592	448	28,14%	1439	172	11,95%	830	203	24,46%	1767	384	21,73%	1095	211	19,27%	1044	226	21,65%	369	86	23,31%
2017/2	505	103	20,40%	2351	527	22,42%	1525	442	28,98%	1241	185	14,91%	752	206	27,39%	1543	408	26,44%	1083	239	22,07%	912	243	26,64%	415	117	28,19%
2018/1	509	133	26,13%	2231	575	25,77%	1357	437	32,20%	1119	216	19,30%	662	210	31,72%	1494	423	28,31%	1039	285	27,43%	951	287	30,18%	368	104	28,26%
2018/2	393	122	31,04%	1187	589	50,46%	1007	396	39,32%	839	211	25,15%	630	255	40,48%	1317	478	36,29%	778	233	29,95%	651	248	38,10%	319	109	34,17%
Média	370,3	104	29,65%	1756	539	31,65%	1053	393	39,01%	939,9	201	22,28%	516	175	35,53%	1143	394	36,68%	777	219	29,68%	733	238	33,50%	285	98,1	35,60%

Fonte: elaborada pelo autor

Quadro 7: Notas do Enade e médias em percentual do ano 2012 e 2015 Região Nordeste

	Alagoas		Bahia		Ceará		Maranhão		Paraíba		Pernambuco		Piauí		Rio Grande do Norte		Sergipe		Total de faculdade
	2012	2015	2012	2015	2012	2015	2012	2015	2012	2015	2012	2015	2012	2015	2012	2015	2012	2015	
Nota																			
5-Ótima	-		-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	2	1	-	-	9
4-Bom	-	1	7	5	3	6	-	1	1	1	2	6	4	2	1	3	2	2	47
3-Regular	7	3	22	25	14	12	6	5	5	5	12	13	4	8	8	5	3	2	159
2-Ruim	2	4	-	17	2	1	6	10	5	5	13	10	6	8	6	10	3	4	112
1-Péssima	-	1	2	2	-	-	-	1	-	-	1	3	-	-	-	2	-	-	12
Média possitiva	-	11,11%	22,58%	12%	15,79%	31,58%	-	5,88%	9,09%	9,09%	7,14%	18,75%	28,57%	30,43%	17,65%	19,05%	25%	25%	
Média negativa	22,22%	55,55%	6,45%	38%	10,53%	5,26%	50%	5,88%	45,45%	45,45%	50%	40,62%	42,86%	34,78%	35,29%	27,14%	37,50%	50%	

Fonte: elaborada pelo autor

Ao observar os dados constata-se que na região Nordeste o Estado que alcançou o melhor índice de aprovação foi o Ceará, com o percentual geral de 39,01% desde o ano de 2011 até 2018, no Enade obteve uma média positiva no ano de 2012 de 15,79% e no ano de 2015 31,58%, uma porcentagem bem superior a média negativa, ambas médias as maiores do Estado do Nordeste. Sendo assim é possível perceber que há relação entre um percentual e outro, visto que, a média positiva do Enade é superior a média negativa e o percentual de aprovações na primeira prova do CRC no ano de 2012 e 2015 também é excedente ao percentual da segunda prova dos anos de 2012 e 2015.

Por outro lado, analisando os dados dos percentuais da região Nordeste, pode-se perceber que Maranhão é o Estado que possui o menor percentual de aprovações no Exame de Suficiência, sendo 22,28% e o menor percentual de média positiva no Enade sendo 5,88%.

A seguir encontram-se os dados da região Norte apresentados nos quadros 8 e 9.

Quadro 8: Exame de Suficiência ano 2011.1 a 2018.2 Região Norte

	Acre			Amapá			Amazonas			Pará			Rondônia			Roraima			Tocantins		
Ano do Exame	Total presentes	Aprovados	%Aprovados	Total presentes	Aprovados	%Aprovados	Total presentes	Aprovados	%Aprovados	Total presentes	Aprovados	%Aprovados	Total presentes	Aprovados	%Aprovados	Total presentes	Aprovados	%Aprovados	Total presentes	Aprovados	%Aprovados
2011/1	62	3	4,84%	30	5	16,67%	218	25	11,47%	495	88	17,78%	200	35	17,50%	85	8	9,41%	156	21	13,46%
2011/2	104	32	30,77%	54	21	38,89%	358	117	32,68%	712	273	38,34%	261	105	40,23%	124	47	37,90%	214	86	40,19%
2012/1	102	22	21,57%	72	15	20,83%	494	131	26,52%	959	308	32,12%	357	116	32,49%	155	42	27,10%	308	110	35,71%
2012/2	121	10	8,26%	113	11	9,73%	558	73	13,08%	884	100	11,31%	425	137	32,49%	179	17	9,50%	352	40	11,63%
2013/1	177	29	16,38%	134	26	19,40%	716	127	17,74%	1147	219	19,09%	519	197	38,00%	166	30	18,07%	487	113	23,20%
2013/2	183	33	18,03%	151	43	28,48%	793	191	24,09%	1082	267	24,68%	645	290	45,00%	240	45	19,00%	560	132	23,57%
2014/1	211	56	26,54%	147	54	36,73%	1009	293	29,04%	1245	456	36,63%	735	225	30,73%	247	83	33,60%	626	187	29,87%
2014/2	189	40	21,16%	95	20	21,05%	884	202	22,85%	1021	213	20,86%	700	304	43,43%	163	40	24,54%	545	117	21,47%
2015/1	178	54	30,34%	163	49	30,06%	1130	389	34,42%	1483	557	37,56%	766	51	6,65%	194	76	39,18%	639	218	34,12%
2015/2	239	5	0,84%	204	10	4,90%	1112	74	6,65%	1328	64	4,82%	827	227	27,45%	224	10	4,46%	570	29	5,09%
2016/1	188	32	17,02%	248	56	22,58%	1095	283	25,84%	1584	331	20,90%	857	119	13,89%	206	50	24,27%	653	140	21,44%
2016/2	229	17	7,42%	259	28	10,81%	959	126	13,14%	1683	152	9,03%	903	171	18,94%	192	21	10,94%	634	55	8,68%
2017/1	281	27	9,51%	334	51	15,27%	1151	167	14,51%	2092	262	12,52%	1111	180	16,20%	218	31	14,22%	610	75	12,30%
2017/2	259	23	8,92%	249	35	14,06%	1140	250	21,93%	1999	297	14,86%	1072	173	16,19%	239	38	15,90%	613	98	15,99%
2018/1	272	40	14,71%	239	46	19,25%	1036	199	19,21%	1911	400	20,93%	887	160	18,04%	181	48	26,52%	564	109	19,33%
2018/2	210	47	22,38%	221	54	24,43%	838	228	27,21%	1698	446	26,27%	730	206	28,22%	124	38	30,65%	472	88	18,64%
Média	188	29,4	16,19%	170	32,8	20,82%	843,19	180	21,27%	1332,7	277	21,74%	687	169	24,73%	184	39	21,75%	500,2	101	20,92%

Fonte: elaborada pelo autor

Quadro 9: Notas Enade e médias em percentual do ano 2012 e 2015 Região Norte

	Acre		Amapá		Amazonas		Pará		Rondônia		Roraima		Tocantins		Total de faculdade
	2012	2015	2012	2015	2012	2015	2012	2015	2012	2015	2012	2015	2012	2015	
Nota															
5-ótimo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
4-Bom	-	1	-	-	-	1	-	2	3	5	-	1	1	2	16
3-Regular	7	-	1	1	7	3	6	8	-	5	-	3	4	4	49
2-Ruim	2	1	3	3	2	6	9	10	4	5	-	1	4	3	53
1-Péssima	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	1	-	3	3	9
Média positiva	-	50%	-	-	-	10%	-	10%	42,86%	29,41%	-	20%	8,33%	16,67%	
Média negativa	22,22%	50%	75%	75%	22,22%	60%	60%	50%	57,14%	41,18%	100%	20%	58,33%	50%	

Fonte: elaborada pelo autor

Diante dos dados tem-se que na região Norte, Rondônia foi o Estado que obteve o maior índice de aprovações no Exame de Suficiência, tendo a média geral de 24,73% e no Enade teve um percentual de aprovações melhor na prova do ano de 2012 e 2015. Com isso, obteve a média negativa nos dois anos, com um percentual de 98,32% de média negativa somando ambos os anos.

Por outro lado, o Acre possui o menor índice de aprovações com o percentual de 16,19%, já no Enade não possui média positiva no ano de 2012, enquanto no ano de 2015 obtém 50% de média positiva, somando as médias negativas dos dois anos totaliza um percentual de 72,22%.

Em continuidade com as análises, apresentam-se a seguir os quadros 10 e 11 da região Sudeste

Quadro 10: Exame de Suficiência ano 2011.1 a 2018.2 Região Sudeste

	Espírito Santo			Minas Gerais			Rio de Janeiro			São Paulo		
do Exame	Total presentes	Aprovados	%Aprovados	Total presentes	Aprovados	%Aprovados	Total presentes	Aprovados	%Aprovados	Total presentes	Aprovados	%Aprovados
2011/1	343	100	29,15%	1302	448	34,41%	803	334	41,59%	3524	1161	32,95%
2011/2	383	245	63,97%	1782	1151	64,59%	1482	1013	68,35%	3973	2370	59,65%
2012/1	513	254	49,51%	2277	1194	52,44%	1681	959	57,05%	6423	3265	50,83%
2012/2	578	163	28,20%	2805	867	30,91%	1928	647	33,56%	7237	2077	28,70%
2013/1	759	295	38,87%	3096	1260	40,70%	2121	906	42,72%	8268	3140	37,98%
2013/2	795	372	46,79%	3201	1538	48,05%	2255	1224	54,28%	8309	3984	47,95%
2014/1	883	491	55,61%	3586	2013	56,13%	1997	1196	59,89%	8588	4595	53,50%
2014/2	705	325	46,10%	2898	1408	48,59%	1655	858	51,84%	6880	3239	47,08%
2015/1	829	527	63,57%	3546	2255	63,59%	2102	1399	66,56%	8337	5174	61,74%
2015/2	690	116	16,81%	33334	608	18,24%	2213	494	22,32%	7797	1486	19,06%
2016/1	817	381	46,63%	4201	2052	48,85%	2304	1194	51,82%	9920	4865	49,04%
2016/2	791	203	25,66%	3816	944	24,74%	2133	657	30,80%	8542	2195	25,70%
2017/1	900	261	29%	4757	1330	27,96%	2483	867	34,92%	10282	3218	31,30%
2017/2	806	213	26,43%	4266	1320	30,94%	2573	910	35,37%	9145	2794	30,55%
2018/1	771	239	31,00%	4992	1678	33,61%	2637	905	34,32%	9017	2998	33,25%
2018/2	605	261	43,14%	3486	1463	41,97%	2080	933	44,86%	7048	2871	40,73%
Média	698	277,9	40,03%	5209,06	1346	41,61%	2027,9	906	45,64%	7705,63	3090	40,63%

Fonte: elaborada pelo autor

Quadro 11: Notas Enade e médias em percentual do ano 2012 e 2015 Região Sudeste

	Espírito Santo		Minas Gerais		Rio de Janeiro		São Paulo		Total de faculdade
	2012	2015	2012	2015	2012	2015	2012	2015	
Nota									
5-Ótima	4	3	1	4	-	4	11	16	43
4-Bom	7	11	27	25	4	14	38	35	161
3-Regular	8	8	40	51	19	22	76	96	320
2-Ruim	3	3	18	21	22	21	53	88	229
1-Péssima	-	-	-	-	1	1	4	6	12
Média possitiva	50%	56%	32,56%	28,71%	8,70%	29,03%	26,92%	21,16%	
Média negativa	13,64%	12%	20,93%	20,79%	50%	38,48%	31,32%	39%	

Fonte: elaborada pelo autor

Com base nos quadros 10 e 11 da região Sudeste, observa-se que o Estado que atingiu o melhor índice de aprovação foi o Rio de Janeiro, com aprovação geral de 45,64%, mas no Enade o resultado foi diferente, pois teve a menor média positiva 8,70% do Estado no ano de 2012 e a maior média negativa 50%. No ano de 2015 a média positiva foi de 29,03% e a média negativa foi de 38,48%.

Já o Estado do Espírito Santo alcançou o menor índice de aprovações da região Sudeste, tendo 40,03% de aprovações, enquanto no Enade obteve a melhor média positiva em ambos os anos, sendo 50% no ano de 2012 e 56% em 2015 e a menor média negativa do Estado.

Diante das análises apresentam-se a seguir os quadros 12 e 13 da região Sul.

Quadro 12: Exame de Suficiência ano 2011.1 a 2018.2 Região Sul

do Exam	Paraná			Santa Catarina			Rio Grande do Sul		
	Total presentes	Aprov ados	%Apro vados	Total presentes	Aprov ados	%Apro vados	Total presentes	Aprov ados	%Apro vados
2011/1	1255	458	36,49%	642	235	36,60%	725	271	37,38%
2011/2	1495	973	65,08%	956	626	65,48%	992	671	67,64%
2012/1	2101	1040	49,50%	1002	536	53,49%	1277	720	56,38%
2012/2	2413	740	30,67%	1216	377	31%	1368	465	33,99%
2013/1	2395	981	40,96%	1493	708	47,42%	1561	729	46,70%
2013/2	2831	1454	51,36%	1503	788	52,43%	1940	1040	53,61%
2014/1	2687	1552	57,76%	1391	838	60,24%	1698	1043	61,43%
2014/2	2127	1072	50,40%	1289	711	55,16%	1527	942	61,69%
2015/1	2480	1557	62,78%	1285	893	69,49%	1569	1060	67,56%
2015/2	2447	429	17,53%	1464	283	19,33%	1757	421	23,96%
2016/1	2744	1399	50,98%	1552	877	56,51%	1709	936	54,77%
2016/2	2727	765	28,05%	1508	538	35,68%	2020	665	32,92%
2017/1	3025	903	29,85%	1490	542	36,38%	1890	688	36,40%
2017/2	2867	959	33,45%	1580	581	36,77%	2280	759	33,29%
2018/1	2932	1076	36,70%	1484	525	35,38%	2198	812	36,94%
2018/2	2154	929	43,13%	1212	577	47,61%	1671	799	47,82%
Média	2417,5	1018	42,79%	1316,6875	602,2	46,19%	1636,375	751,3	47,03%

Fonte: elaborada pelo autor

Quadro 13: Notas Enade e médias em percentual do ano 2012 e 2015 região Sul

	Paraná		Santa Catarina		Rio Grande do Sul		Total de facultad e
	2012	2015	2012	2015	2012	2015	
Nota							
5-Ótimo	3	3	2	-	3	3	14
4-Bom	23	26	19	12	25	13	118
3-Regular	32	34	33	37	26	35	197
2-Ruim	15	22	3	14	9	18	81
1-Péssima	-	-	-	-	1	-	1
Média possitiva	35,62%	34,12%	38,84%	19,05%	43,75%	23,19%	
Média negativa	20,55%	25,88%	5,26%	22,22%	15,66%	26,09%	

Fonte: elaborada pelo autor

E, por fim na região Sul, o Estado com o melhor índice de aprovação no Exame de Suficiência foi Rio Grande do Sul com 47,03% de aprovação geral e no Enade a média positiva foi bem

superior a média negativa no ano de 2012 já no ano de 2015 a média negativa foi maior que a positiva.

Paraná é o Estado da região Sul que obteve menor índice de aprovação no Exame de Suficiência, obtendo 42,79% de aprovações, e as médias positivas do Enade são umas das melhores, sendo único nessa região que obteve médias positiva superior a média negativa nos 2012 e 2015.

Quadro 14: Porcentagem anual do Exame de suficiência do ano de 2011.1 a 2018.2

	2011/1	2011/2	2012/1	2012/2	2013/1	2013/2	2014/1	2014/2	2015/1	2015/2	2016/1	2016/2	2017/1	2017/2	2018/1	2018/2	Média
1º RS	37,38%	67,64%	56,38%	33,99%	46,70%	53,61%	61,43%	61,69%	67,56%	23,96%	54,77%	32,92%	36,40%	33,29%	36,94%	47,82%	47,03%
2º SC	36,60%	65,48%	53,49%	31%	47,42%	52,43%	60,24%	55,16%	69,49%	19,33%	56,51%	35,68%	36,38%	36,77%	35,38%	47,61%	46,19%
3º RJ	41,59%	68,35%	57,05%	33,56%	42,72%	54,28%	59,89%	51,84%	66,56%	22,32%	51,82%	30,80%	34,92%	35,37%	34,32%	44,86%	45,64%
4º PR	36,49%	65,08%	49,50%	30,67%	40,96%	51,36%	57,76%	50,40%	62,78%	17,53%	50,98%	28,05%	29,85%	33,45%	36,70%	43,13%	42,79%
5º DF	47,90%	70,67%	55,17%	28,98%	40,57%	48,79%	51,45%	42,78%	58,77%	20,60%	45,87%	25,97%	29,23%	29,80%	36,33%	40,57%	42,09%
6º MG	34,41%	64,59%	52,44%	30,91%	40,70%	48,05%	56,13%	48,59%	63,59%	18,24%	48,85%	24,74%	27,96%	30,94%	33,61%	41,97%	41,61%
7º SP	32,95%	59,65%	50,83%	28,70%	37,98%	47,95%	53,50%	47,08%	61,74%	19,06%	49,04%	25,70%	31,30%	30,55%	33,25%	40,73%	40,63%
8º ES	29,15%	63,97%	49,51%	28,20%	38,87%	46,79%	55,61%	46,10%	63,57%	16,81%	46,63%	25,66%	29%	26,43%	31,00%	43,14%	40,03%
9º CE	34,12%	65,53%	47,42%	23,09%	39,51%	41,72%	54,03%	45,52%	53,85%	17,08%	47,24%	26,36%	28,14%	28,98%	32,20%	39,32%	39,01%
10º PE	35,74%	62,81%	50,24%	31,33%	34,64%	43,76%	45,88%	42,80%	50,95%	15,88%	40,49%	19,64%	21,73%	26,44%	28,31%	36,29%	36,68%
11º SE	35,90%	60,74%	43,79%	23,58%	34,41%	44,90%	49,01%	39,13%	52,23%	13,67%	37,95%	20,39%	23,31%	28,19%	28,26%	34,17%	35,60%
12º PB	38,31%	54,50%	46,67%	22,93%	33,01%	43,58%	47,53%	41,01%	53,54%	13,12%	30,91%	19,38%	24,46%	27,39%	31,72%	40,48%	35,53%
13º RN	23,08%	59,05%	41,48%	24,55%	31,48%	36,59%	45,74%	39,44%	50,66%	12,29%	36,81%	18,24%	21,65%	26,64%	30,18%	38,10%	33,50%
14º BA	30,99%	56,26%	42,28%	24,17%	32,82%	38,24%	43,69%	34,87%	47,65%	8,22%	33,22%	16,24%	18,35%	22,42%	25,77%	31,21%	31,65%
15º PI	17,43%	55,36%	41,70%	23,92%	31,14%	35,34%	44,21%	27,70%	41,26%	11,25%	32,64%	14,18%	19,27%	22,07%	27,43%	29,95%	29,68%
16º AL	23,94%	49,58%	47,64%	15,96%	28,27%	36,01%	42,86%	33,14%	43,27%	9,60%	33,98%	15,61%	16,99%	20,40%	26,13%	31,04%	29,65%
17º GO	19,11%	45,49%	38,42%	18,64%	29,58%	31,55%	39,14%	32,14%	44,60%	8,29%	33,62%	16,76%	21,20%	20,98%	24,89%	35,57%	28,75%
18º MS	19,75%	44,86%	34,48%	17,24%	18,39%	33,55%	39,76%	32,48%	43,47%	8,73%	26,99%	15,01%	15,55%	19,46%	25,71%	30,61%	26,63%
19º RO	17,50%	40,23%	32,49%	12,94%	26,40%	30,54%	39,46%	32,14%	39,69%	6,17%	26,49%	13,18%	15,39%	16,79%	18,04%	28,22%	24,73%
20º MT	14,95%	40,64%	34,29%	13,08%	24%	18,18%	36,68%	28,31%	39,63%	4,57%	26,15%	8,52%	11,27%	15,88%	20,60%	23,99%	22,55%
21º MA	14,76%	40,55%	31,63%	14,66%	19,68%	28,28%	35,37%	26,31%	37,44%	6,81%	21,28%	8,97%	11,95%	14,91%	19,30%	25,15%	22,32%
22º PA	17,78%	38,34%	32,12%	11,31%	19,09%	24,68%	36,63%	20,86%	37,56%	4,82%	20,90%	9,03%	12,52%	14,86%	20,93%	26,27%	21,73%
23º RR	9,41%	37,90%	27,10%	9,50%	18,07%	18,75%	33,60%	24,54%	39,18%	4,46%	24,27%	10,94%	14,22%	15,90%	26,52%	30,65%	21,56%
24º AM	11,47%	32,68%	26,52%	13,08%	17,74%	24,09%	29,04%	22,85%	34,42%	6,65%	25,84%	13,14%	14,51%	21,93%	19,21%	27,21%	21,27%
25º TO	13,46%	40,19%	35,71%	11,63%	23,20%	23,57%	29,87%	21,47%	34,12%	5,09%	21,44%	8,68%	12,30%	15,99%	19,33%	18,64%	20,92%
26º AP	16,67%	38,89%	20,83%	9,73%	19,40%	28,48%	36,73%	21,05%	30,06%	4,90%	22,58%	10,81%	15,27%	14,06%	19,25%	24,43%	20,82%
27º AC	4,84%	30,77%	21,57%	8,26%	16,38%	18,03%	26,54%	21,16%	30,34%	0,84%	17,02%	7,42%	9,51%	9,27%	14,71%	22,38%	16,19%

Fonte: elaborada pelo autor

Diante dos dados apresentados pode-se observar que dos 26 (vinte e seis) Estado e 1 (um) Distrito Federal, melhor índice de aprovações foi o Estado do Rio Grande do Sul, em todas as provas do Exame de Suficiência com uma média geral desde o ano de 2011 até 2018, obtendo 47,03% de aprovações no exame e no Enade, tendo assim uma média positiva das provas dos anos de 2012 e 2015 com 66,94%, média essa superior a média negativa, nos levando a entender que o índice de aprovação no Exame de Suficiência tem relação com as notas do Enade.

Observando os dados foi possível verificar que no ano que tem a prova do Enade, a primeira prova do Exame de suficiência o índice de aprovação é bem superior em relação ao da

segunda prova, isso porque no ano que tem a prova do Enade, no começo do ano os acadêmicos do curso de Ciências Contábeis já estão se preparando para fazer a prova.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como finalidade identificar o Estado com o melhor índice de aprovação no exame de suficiência de Ciências Contábeis e comparar se teve relação com as notas do Enade, durante o período de 2011 a 2018 foram analisadas as notas do CFC e as notas do Enade no período de 2012 e 2015, visto que não foi usado o ano de 2018, pois as notas ainda não foram divulgadas.

Diante dos dados analisados pode-se observar que o Estado com o melhor índice de aprovação e com notas consideravelmente boas e ótimas, é o Rio Grande do Sul, pois no ano que acontece o Enade, o percentual de aprovação do exame de suficiência aumentaram. No Estado de Mato Grosso, o Distrito Federal obteve a melhor média no Exame do CFC e média positiva superior ao da negativa na prova do Enade, entendemos assim que houve relação entre o percentual de aprovação do CFC com as notas do Enade. Já na região Nordeste, o Estado do Ceará foi o que mais obteve aprovação e obteve média positiva das notas do Enade bem satisfatória, também nos levando a entender que houve relação entre um percentual e outro. No Estado do Norte, o resultado foi diferente, pois o percentual da média negativa da prova do Enade, foi superior ao da média positiva. Enquanto na região Sudeste o Estado que mais aprovou foi o Rio De Janeiro, mesmo tendo média satisfatória no Exame do CFC, na média da prova do Enade o resultado foi diferente, pois a média negativa foi superior a média positiva, o que permite entender que no Estado do Rio De Janeiro não houve relação entre o Exame e a prova. E na região Sul, o Estado foi o Rio Grande do Sul, o índice de aprovação no exame do CFC foi excedente aos demais anos, podendo-se entender que o preparo para a prova teve relação com a aprovação no exame.

Embora as provas do Enade sejam realizadas no segundo semestre do ano, o índice de aprovação do CFC é maior na primeira prova do ano, realizada no primeiro semestre, mesmo havendo algum tipo de preparatório para o Enade ainda assim não obtém um resultado satisfatório na segunda prova do ano do CFC. Com isso fica como sugestão para estudo o porquê desse percentual de aprovação ser inferior ao da primeira prova do exame.

12 REFERÊNCIAS

CARDOSO, J. L.; SOUZA, M. A.; ALMEIDA, L. B. Perfil do contador na atualidade: um estudo exploratório. Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos, v.3, n.3, p.275- 284, 2006.

CASTRO, V. B. (2017). As idas e vindas do Exame de Suficiência. Revista Brasileira de Contabilidade, Brasília, 37-47.

FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila. GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisas. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002. HENDRIKSEN, Eldon S. e BREDA, Michael F. Van. Teoria da Contabilidade. Ed. Atlas. São Paulo, 1999.

LOPES DE SÁ, Antonio. História Geral da Contabilidade no Brasil. Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2008. Brasília: Conselho Federal de Contabilidade 2008. Acesso em 07 de Abril de 2019.

MEZZAROBIA, Orides; MONTEIRO, Cláudia Servilha. Manual de metodologia da pesquisa no direito. São Paulo: Saraiva, 2003, p.65.

PORTAL EDUCAÇÃO. A História da contabilidade no Brasil Disponível em:<<https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/contabilidade/historiadacontabilidade-no-brasil/53412>>. Acesso em: 07 de Abril. 2019.

PORTAL MEC disponível em<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf>. Acesso em 07 de Abril de 2019.

REDE JORNAL CONTÁBIL. Disponível em <<https://www.jornalcontabil.com.br/quanto-ganha-um-profissional-contabil-mesmo-depois-da-crise-guia-completo/>>acesso em 07 de Abril de 2019.

RESOLUÇÃO CNE/CES 10, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces10_04.pdf>. Acesso em: 13 de Abril 2019.

RESOLUÇÃO CNE/CES 10, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces10_04.pdf>. Acesso em: 13 de Abril 2019.

SILVA, A.C.R., GOMES, S.M., GUIMARÃES, I.P., Educação em Contabilidade: Alguns Aspectos Crítico-Sugestivo do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENAD/2006, 2008. Acesso em 29 de Abril de 2019.

SILVA, A.C.R., GOMES, S.M., GUIMARÃES, I.P., Educação em Contabilidade: Alguns Aspectos Crítico-Sugestivo do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENAD/2006, 2008. Acesso em 29 de Abril de 2019. Disponível em:

<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/181170/102_00128.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 13 de Abril de 2019.

SILVA, BERNARDINO JOSÉ DA - Contabilidade Pública, 4.ed. - Palhoça: Unisul Virtual, 2011.

SITECEUMA UNIVERSIDADE disponível em:

<http://www.ceuma.br/portalenade/?page_id=174>. Acesso em 11 de Setembro de 2019.

13 A POPULAÇÃO ENTENDE O PORQUE DA PROPOSTA DE REFORMA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL?

Marcio Bezerra Cavalcanti 1
Jailson da Conceição Teixeira 2

Fabiana Kely dos Santos Reis ³

Francisco Eudes Gomes de Lima. 4

RESUMO

O governo apresentou a proposta e encaminhou para votação a Proposta de Emenda Constitucional PEC 006/2019, a proposta de reforma objetiva alterar a Constituição Federal e mexer em benefícios, alterando ou mesmo extinguindo alguns, mudar a alíquota de arrecadação além de em alguns casos mudar a forma de alcançar determinados benefícios, o objetivo desta pesquisa e demonstrar o quanto a população tem de conhecimento sobre a previdência social e seus benefícios e o conhecimento quanto ao texto da PEC006/2019, para tanto foi elaborado um questionário para coleta de dados e assim conhecer o quanto a população está interessada neste assunto que é relevante, pois trata de direitos dos cidadãos para no futuro quando não estiver mais em condições de se sustentar, ter uma fonte para cumprir suas obrigações financeiras, o resultado coletado demonstrou que dentre os entrevistados há pouco conhecimento quanto a previdência social e a proposta de reforma que foi apresentada pelo governo, de certa forma um tema que mexe com direitos de toda população, foi demonstrado pouco interesse sobre o assunto, evidenciando que quando se trata de reforma da previdência muitos não concordam ou concordam parcialmente, porém quando se deve demonstrar o interesse em conhecer o que realmente está acontecendo com o sistema previdenciário e as mudanças que estão por vir, não é despertado o interesse.

Palavras-Chave: Constituição Federal. Previdência. Proposta de Reforma.

1 Graduando em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço – EDUVALE. Email: xxxxxxxxxxxxi@hotmail.com, Servidor Público efetivo

2 Graduado em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço – EDUVALE, Pós Graduado em Tecnologia de Informação e Lei da Responsabilidade Fiscal na ESAB e em Gestão Fiscal e Planejamento Tributário na UNIC, Mestre em Contabilidade Gerencial e Finanças na FUCAPE. Professor do Curso de Ciências Contábeis na Faculdade EDUVALE, Contador da Excelência Contabilidade e Assessor Financeiro e Fiscal da Soluções Assessoria. Email: jailsoncontador@outlook.com

³Graduada em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço – EDUVALE, Pós Graduado em Gestão de Recursos Humanos pela IPEMIG: Instituto Pedagógico de Minas Gerais.

⁴Graduado em Direito e especialista em Direito Processual civil e professor da Faculdade de Ciências Sociais e Aplicadas do Vale do São Lourenço – EDUVALE.

1 INTRODUÇÃO

Muito se tem falado sobre a previdência e seu déficit, mas isso existe realmente, e a população conhece e sabe para que serve a previdência, conhece o que diz a proposta de reforma da previdência, deve se preocupar com o futuro da previdência e com o seu próprio futuro em questão de benefícios previdenciários, afinal é a previdência que deve assegurar uma tranquilidade através dos benefícios quando a população estiver impossibilitada devido a problemas de saúde ou de acidente, de ganhar o próprio sustento ou mesmo quando estiver com a idade avançada para conseguir o básico e essencial para manter a sua família.

A previdência social realmente está em crise, a beira de um colapso, o que a população tem a ver com esse déficit o porque não foi feito nada antes?

Este trabalho de Conclusão de Curso apresenta o que é a Previdência Social, o que ela proporciona em benefícios, o que é a Proposta de Emenda Constitucional PEC 006/2019 e o seu objetivo, o que deve mudar para o cidadão brasileiro, com este estudo será demonstrado através de dados estatísticos extraídos dos Sistemas Governamentais tais como Portal da Transparência Site da Previdência e utilização de dispositivos da Constituição Federal e Leis.

Será exposto no decorrer desta pesquisa alguns pontos para demonstrar o que é a previdência os tipos de regime que existe e algumas mudanças, que é a proposta da reforma da previdência traz e quais os impactos que essa reforma trará no dia a dia da população, se a população acha que a reforma vai resolver o déficit previdenciário e se acha que essa reforma vai tirar seus direitos ou garantir a possibilidade de no futuro conseguir se aposentar. Através da metodologia de pesquisa bibliográfica que foi realizada com leitura de artigos, livros, textos de lei e sites da internet. Com a elaboração de um questionário sobre a previdência e proposta de reforma, será demonstrado através de gráficos percentuais o quanto a população entende e conhece deste tema.

Ao finalizar este estudo a intenção é deixar um pouco do conhecimento para que outros possam assim compreender o que se deve esperar da previdência social para o futuro, tendo em vista que toda a população em geral depende de alguma forma da seguridade social.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Aqui será apresentado um pouco da previdência social no Brasil, que foi instituído através do Regime Geral da Previdência Social (RGPS) e o Regime Próprio da Previdência Social (RPPS), este é o regime dos servidores públicos, e existe no Governo Federal, no Governo Estadual e em alguns casos no Governo Municipal.

2.1 REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL (RGPS)

O início da seguridade no Brasil, se deu devido à falta de amparo aos trabalhadores que ficavam doentes, se acidentavam ou mesmo vinham a óbito, e assim não tinha como garantir o sustento de suas famílias ou no caso do óbito deixavam-nas desamparadas, entender o que é seguridade é importante, pois esta engloba as políticas de saúde assistência social e previdência social (nosso foco no estudo) porém vale ressaltar a importância da previdência na saúde e na assistência social.

“Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.” (CF do Brasil 1988).

A seguridade social está prevista na constituição federal de 1988, sendo apresentada no título VIII com o tema “Ordem Social” a partir do art. 194 indo até o art. 204, compreendendo um conjunto de ações de iniciativas dos Poderes Públicos e da sociedade visando garantir os direitos da população a saúde, assistência social e previdência social. Sendo assim a seguridade social tem o objetivo de garantir a universalidade de cobertura e atendimento, desta maneira a assistência social e a saúde é de direito a todos sem necessidade de contribuição pecuniária, porém a previdência social é de direito de todos os segurados que contribuem e seus dependentes.

A seguridade social tem a responsabilidade de atender a saúde, assistência social e previdência social, desta forma a saúde é gratuita, não exige nenhum tipo de contribuição e é para todos, a assistência social também é gratuita e aos necessitados e por fim a previdência social tem o caráter contributivo, exige contribuição para se ter direito, e é destinado aos segurados através de Benefícios como Aposentadorias, Auxílios Doença e Acidente e reabilitação profissional, e seus dependentes através de benefícios como pensões e Auxílio Reclusão entre outros.

Os princípios constitucionais ou objetivos da seguridade social são:

Quadro 1: Princípio constitucionais

UNIVERSALIDADE DE COBERTURA E DO ATENDIMENTO	Indicando assim que todos serão acolhidos, que as ações sociais deverão alcançar a todos cobrindo-lhes todos os riscos sociais.
UNIFORMIDADE E EQUIVALÊNCIA DOS BENEFÍCIOS	Indica assim que não deve existir diferenças entre os beneficiários podendo ser urbano ou rural. Rico ou pobre, homem ou mulher. Desta maneira a equivalência determina que nos proventos ou qualidade dos serviços prestados deve ser equivalente (não confundindo com igualdade).
SELETIVIDADE E DISTRIBUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS	Os benefícios e serviços devem ser destinados aos realmente necessitados, tendo como base possibilidades econômico-financeira.

IRREDUTIBILIDADE DO VALOR DOS BENEFÍCIOS	A renda do beneficiário deve ser capaz de prover o seu sustento e de seus dependentes, não deve ser reduzido o seu valor real em decorrência da economia do país.
EQUIDADE NA FORMA DE PARTICIPAÇÃO DO CUSTEIO	Conforme está previsto no art. 5º da CF1988, a participação no custeio da seguridade social deve ser conforme a capacidade econômica do contribuinte.
DIVERSIDADE NA BASE DE FINANCIAMENTO	Desta forma o financiamento da seguridade social deve ser de forma abrangente para que não ponha em risco o sistema, sendo assim financiado por toda a sociedade podendo ainda a lei instituir outras formas de custeio.
CARÁTER DEMOCRÁTICO E DESCENTRALIZADO DA ADMINISTRAÇÃO	A gestão quadripartite formada por trabalhadores, empregadores, aposentados e governo, onde todos participam e discutem a melhor forma de gerir o sistema.

Fonte: Elaborado pelo autor com base na Constituição Federal do Brasil 1998

Estes princípios constitucionais estão explanados no art. 194 da Constituição Federal do Brasil que foi promulgada em 1988, além princípios constitucionais ou os objetivos existe também os princípios implícitos, são aqueles que mesmo sem deixar claro o que ele quer dizer, entende-se que ele quer se referir a algo de relevante importância para o tema em questão.

Quadro 2: Princípios implícitos

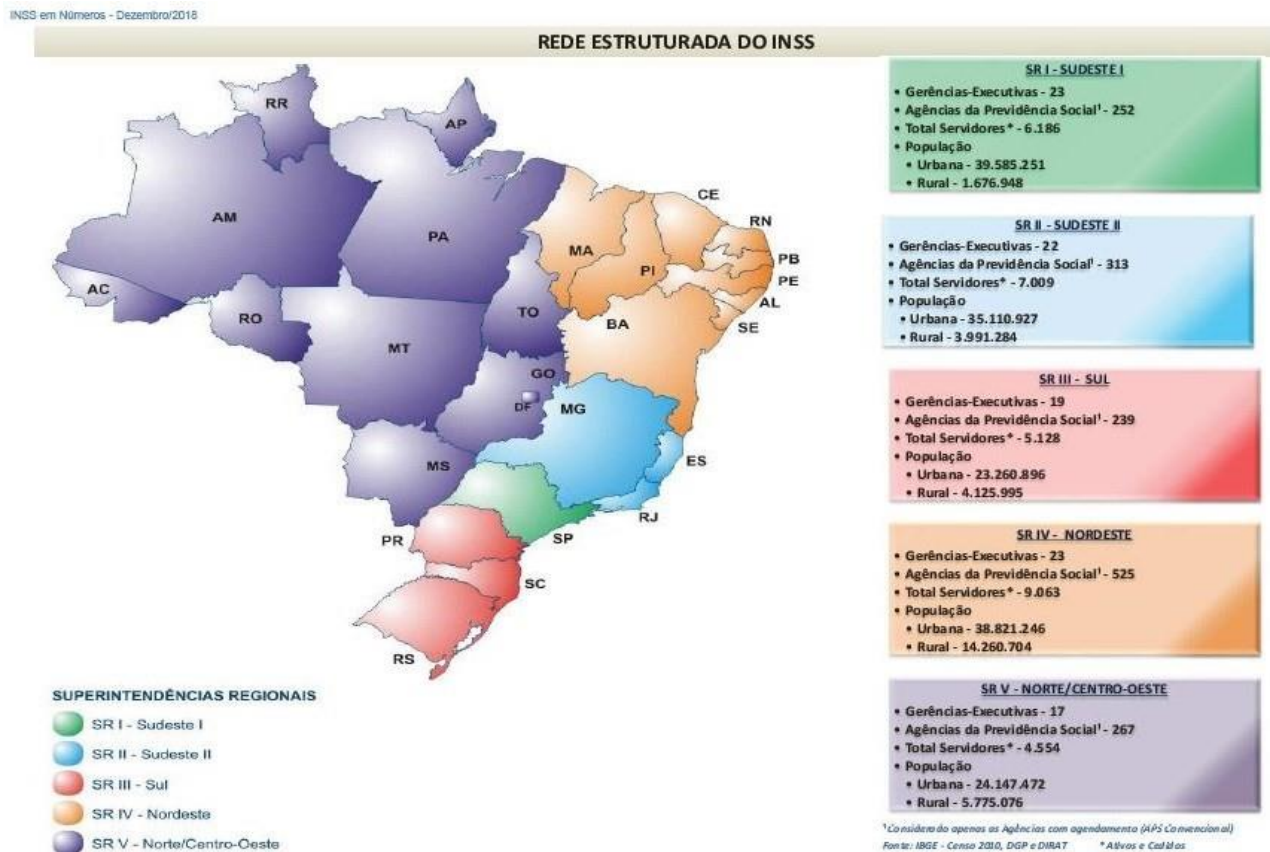
PRÉ EXISTÊNCIA DO CUSTEIO OU CONTRAPARTIDA	Tem por objetivo que nenhum benefício será criado, majorado ou estendido sem que seja definido a fonte de custeio, para assim manter o equilíbrio financeiro da seguridade social.
PROGRESSIVIDADE DE CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	Prevê a possibilidade de alíquotas e base de cálculos diferenciadas para as contribuições sobre folhas de pagamento, faturamento, lucro entre outros, conforme alguns critérios tais como, atividade da empresa, utilização da mão de obra, porte da empresa e condição estrutural do mercado de trabalho.
ANTERIORIDADE NONAGESIMAL	Determina assim que qualquer mudança na lei só poderá ser exigida após 90 dias.
SOLIDARIEDADE	Este princípio rege que todos devem contribuir para que se tenha recursos a fim de conceder benefícios aqueles que necessitam

Fonte: Elaborado pelo autor com base na Constituição Federal do Brasil 1998

Conforme a figura 1 abaixo, temos destacado a abrangência de atendimento do INSS, ele é dividido em 5 (cinco) superintendências sendo Sudeste I e II, Sul, Nordeste e Norte/Centro-Oeste, dividido em 104 Gerências executivas responsáveis por 1596 APSs que são subdivididas em categorias A, B, C e D, conforme o seu tamanho e a demanda de atendimento, para essa demanda existia no ano de 2018 o equivalente a 34.937 servidores, mas este quadro teve mudanças no decorrer deste ano, pois muitos dos servidores estavam em abono de permanência, ou seja, já tinha idade para se aposentar e estavam na ativa ainda, mas devido ao quadro político do Brasil e eminência de reforma

previdenciária, muitos se aposentaram, esse cenário não tem nada a ver com déficit financeiro da previdência, pois este não engloba os servidores e sim os benefícios previdenciários pagos aos brasileiros conforme vamos demonstrar nas próximas figuras.

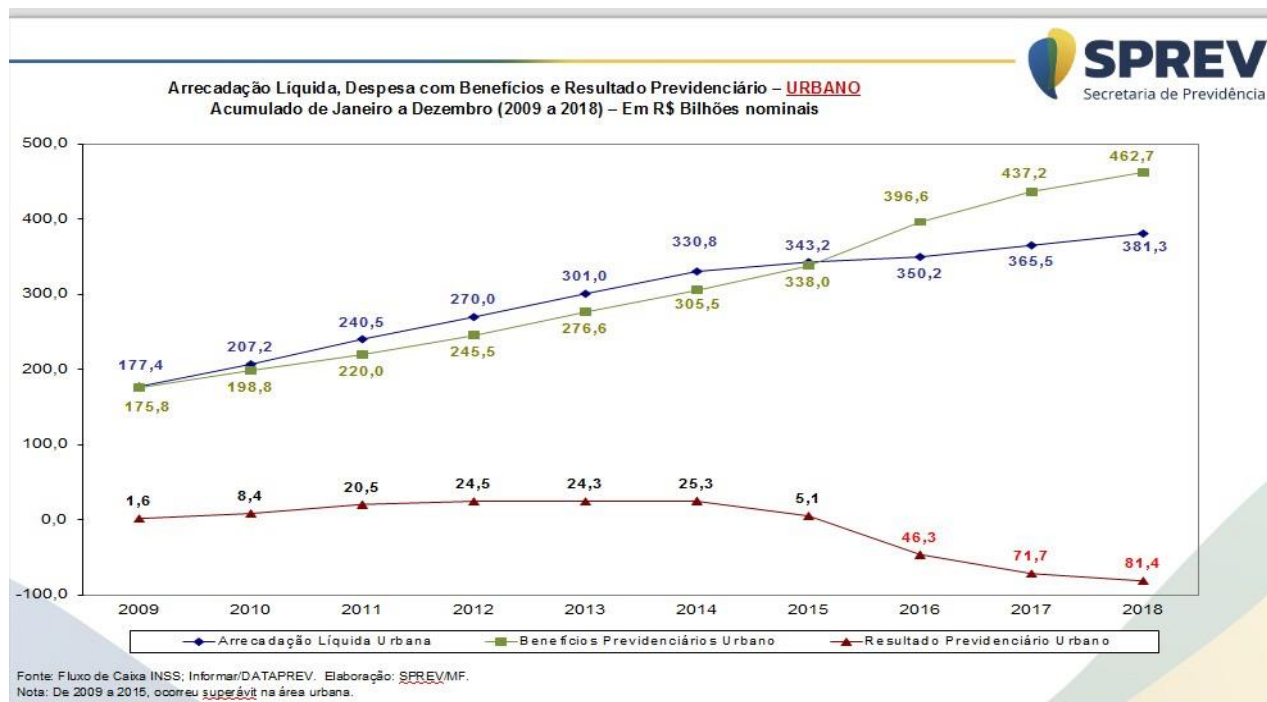
Figura 1 Rede de Estrutura de Atendimento do INSS



Fonte: Boletim Estatístico Gerencial INSS em números dezembro/2019, intranet www-inss.gov.br

Conforme a figura 2 é demonstrado no cenário de arrecadação e benefícios concedidos na esfera urbana, a arrecadação líquida e a despesa com benefícios e o resultado levantado na última década abrangido assim o ano de 2009 a 2018, ficando assim evidenciado que no ano de 2009, a arrecadação era 1,6 bilhão a mais em relação os benefícios pagos, e se manteve nesse patamar com um aumento que chegou a 25,3 bilhões em 2014, em 2015 ficou um pouco acima ainda, mas em seguida começou a ter a arrecadação menor em relação aos benefícios pagos, atingindo em 2018 um déficit de 81,4 bilhões. A tendência conforme o gráfico é de aumento neste déficit, pois segundo o IBGE a expectativa de vida tem aumentado a cada ano, assim a despesa com benefícios previdenciários também tende a aumentar, sendo necessário medidas drásticas para que o sistema não entre em colapso.

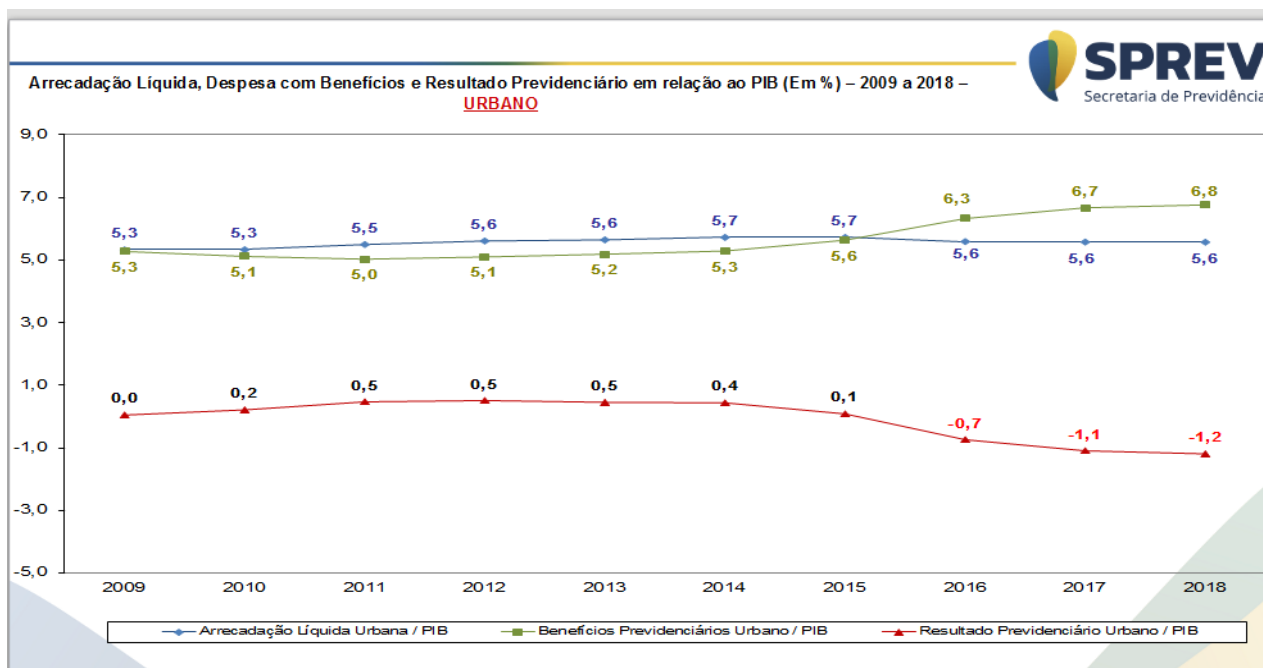
Figura 2 Arrecadação e despesas com benefícios previdenciários urbanos na última década 2009 a 2018 em bilhões de reais



Fonte: Sítio do Tribunal de Contas da União

A demonstração da figura 3, evidencia a mesma situação da anterior, porém em números percentuais em relação ao PIB – Produto Interno Bruto do País. Em 2009 a arrecadação e a despesa tinham o mesmo percentual em relação ao PIB, mas no decorrer desta década essa variação foi oscilando, num percentual de menos de 1% de diferença até o ano de 2015, e depois a arrecadação foi diminuindo e em 2018 foi de -1,2 pontos percentuais, enquanto a despesas com benefícios representou 6,8% do PIB a arrecadação atingiu apenas 5,6%.

Figura 3 Arrecadação e despesas com benefícios previdenciários urbanos na última década 2009 a 2018 em percentuais com relação ao PIB



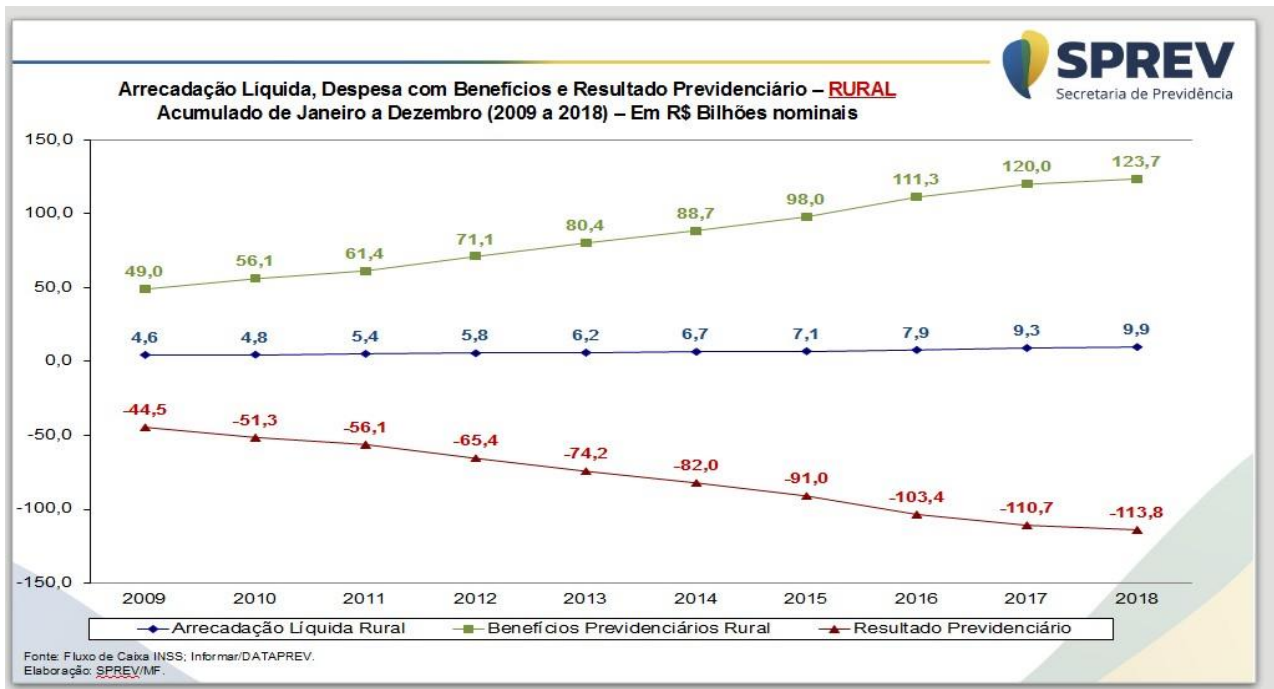
Fonte: Sítio do Tribunal de Contas da União

Apesar desta diferença isso demonstra o quadro urbano do país, tem um déficit que se não for tomada alguma providência tende a piorar. Vale ressaltar que as demonstrações aqui exposta até agora são apenas referente a arrecadação e benefícios urbanos.

O destaque a seguir é referente aos benefícios rurais, este sim é um pouco alarmante, com os gráficos a seguir pode-se verificar que é uma situação preocupante.

Conforme a figura 4 verifica-se no cenário de rural a arrecadação líquida e a despesa com benefícios e o resultado, no ano de 2009, a arrecadação era 4,6 bilhões enquanto os benefícios pagos estavam em 49,0 bilhões, dando uma diferença de aproximadamente 44,5 bilhões, e no decorrer dos anos essa diferença foi aumentando cada vez mais, chegando a diferença entre a arrecadação e os benefícios pagos em 113,8 bilhões a menos de arrecadação em 2018. A tendência conforme o gráfico é de aumento neste déficit, pois segundo o IBGE a expectativa de vida tanto do trabalhador urbano e rural tem aumentado a cada ano, assim a despesas com benefícios previdenciários também tende a aumentar, sendo necessário medidas drásticas e que não agradam a todos pois acaba mexendo no bolso de muitos.

Figura 4 Arrecadação e despesas com benefícios previdenciários rurais na última década 2009 a 2018 em bilhões de reais



Fonte: Sítio do Tribunal de Contas da União

A figura 5 traz a mesma demonstração mas em números percentuais em relação ao PIB Produto Interno Bruto do país onde constata-se novamente que a diferença entre a arrecadação e os benefícios pagos, tem deixado uma diferença que em 2009 estava em 1,5% de despesas e 0,1% de arrecadação, as despesas tiveram variação enquanto a arrecadação ficou estagnada e ao final de 2018 essa diferença atingiu 1,7%

Figura 5 Arrecadação e despesas com benefícios previdenciários rurais na última década 2009 a 2018 em percentuais com relação ao PIB do Brasil

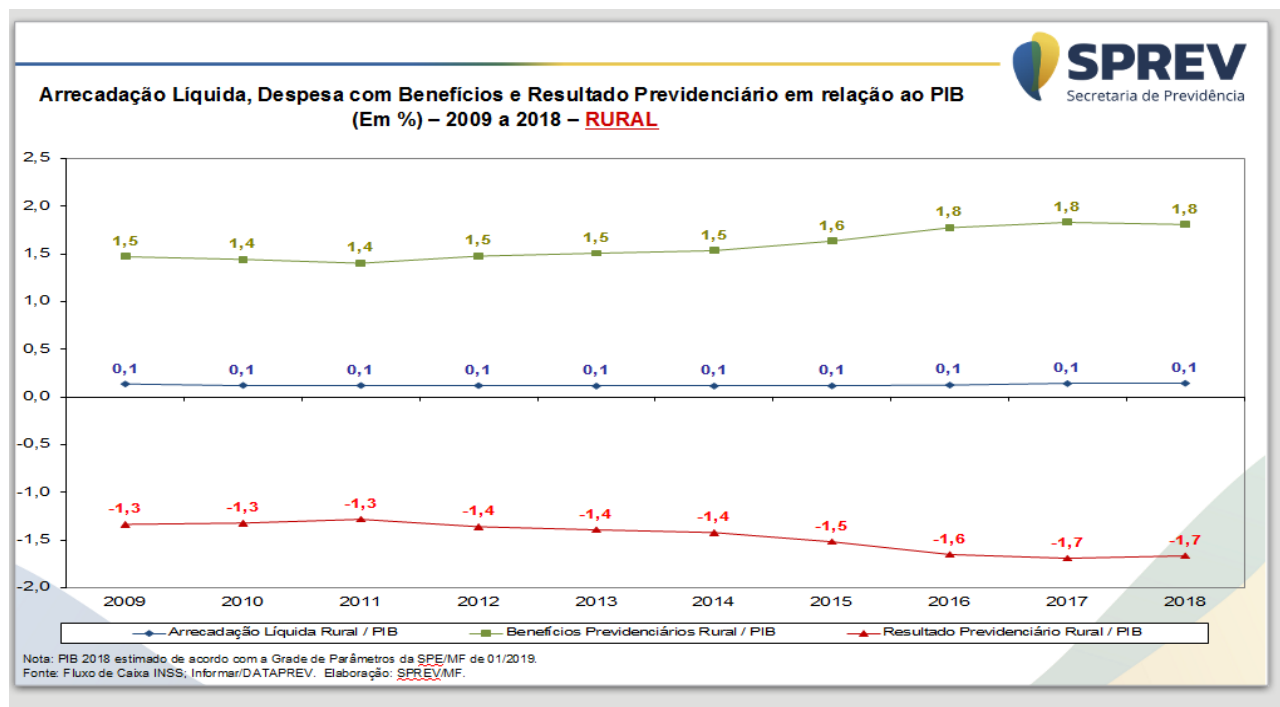
PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS POR GRUPO DE ESPÉCIE					
Grupo de Espécie	Quantidade	%	Valor (R\$)	%	Valor Médio
Aposentadorias	20.641.278	84,9%	27.205.078.397,33	61,3%	1.317,99
por idade	10.697.981	50,5%	10.369.765.069,12	34,3%	969,32
por Tempo de Contribuição	5.711.158	26,3%	11.112.469.884,23	35,8%	1.945,75
por Invalidez (Previdenciária)	3.277.100	13,1%	3.923.382.921,72	11,1%	1.197,21
Outras	955.039	2,7%	1.799.460.522,26	4,2%	1.884,17
Auxílios	1.754.566	4,0%	2.010.256.880,91	4,7%	1.145,73
Auxílio-Doença Previdenciário	1.132.025	3,1%	1.446.592.468,24	3,4%	1.277,88
Auxílio-Doença Acidentário	107.564	0,3%	159.140.535,65	0,4%	1.479,50
Auxílio-Reclusão	45.411	0,1%	46.689.559,32	0,1%	1.028,16
Outros	469.566	1,3%	357.834.317,70	0,8%	762,05
Amparos	4.760.966	13,4%	4.531.656.231,68	10,9%	951,84
Benef. Prest. Continuada - LOAS	4.651.924	13,3%	4.427.892.731,23	10,9%	951,84
Outros	109.042	0,3%	103.763.500,45	0,2%	951,59
Pensões	7.842.466	22,4%	9.208.274.689,12	21,4%	1.174,16
Salário Maternidade	53.536	0,2%	43.365.000,66	0,1%	810,02
Outros Benefícios	5.752	0,0%	7.299.894,95	0,0%	1.269,11
Total	35.058.564	100%	43.005.931.094,65	100,0%	1.226,69

Fonte: DIRBEN - Dezembro/2018

Fonte: Sítio do Tribunal de Contas da União

Na figura 6 será demonstrado uma sequência com os principais tipos de benefícios concedidos em dezembro de 2018, as quantidades em números e o percentual representado, além do valor total e o percentual que cada um representa com relação a uma análise vertical, além de demonstrar também o valor médio de cada tipo de benefício concedido, dá para visualizar que o valor médio da aposentadoria por idade por exemplo, que é o benefício mais concedido no período ficou em pouco acima de 1 salário-mínimo, enquanto que a aposentadoria por tempo de contribuição que teve o maior valor médio, não atingiu o equivalente a 2 salários-mínimos, vale relatar que os benefícios previdenciários têm o seu teto mínimo em 1 salário-mínimo R\$ 954,00, e o teto máximo em R\$ 5,645,80, isto no ano de 2018.

Figura 6 Benefícios concedidos em Dezembro de 2018, em quantidade, valor acumulado e valor médio



Fonte: Boletim Estatístico Gerencial INSS em números dezembro/2019, intranet www-inss.gov.br

2.2 REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RPPS)

Assim como o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) que nada mais é do que a previdência dos servidores públicos, conforme diz a Constituição Federal de 1988, em seu Art. 40.

Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)

O regime próprio de previdência social, existe na esfera Federal, Estadual e Municipal isso no âmbito executivo, mas existe também o Regime Próprio do Poder Judiciário. O RPPS federal foi instituído através da lei 9717/1998. O regime previdenciário dos servidores públicos de Mato Grosso, foi instituído pela lei complementar 1614/61 com a criação do IPEMAT – Instituto de Previdência do Estado de Mato Grosso e posteriormente consolidado pela lei 4491/82, posteriormente através da lei complementar 560/2014 foi criada a Mato Grosso Previdência – MTPREV, que é a atual autarquia gestora do RPPS do Estado de Mato Grosso. Na região do vale do São Lourenço existe os Municípios de Dom Aquino, Juscimeira e São Pedro da Cipa, os quais não possui regime próprio de previdência.

Já o município de Jaciara possui a Prev-Jaci que é o fundo municipal de previdência social dos servidores de Jaciara criada e estruturado através da lei municipal 740/1999.

Todos os regimes próprios atendem aos servidores estatutários, ou seja, possuidores de cargo efetivo, os servidores que atendem aos entes federativos através de cargo em comissão de livre nomeação e exoneração (desde que não sejam servidores estatutários), os servidores de contrato (passam por processo seletivo mas não são efetivos) tem a sua contribuição previdenciária vertida para o regime geral de previdência social.

Existe a preocupação com relação as contas que não fecham, a preocupação das autoridades é clara e notória, afinal com a criação do RPPS apesar de ser uma conquista para os servidores públicos transformando-os de celetistas a estatutários, muitos entes federativos se endividaram, pois não tinha uma reserva financeira para cobrir estes gastos, apesar da Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1988, que dispunha de regras para a organização e funcionamento dos regimes próprios, não havia a compensação para os entes federados cobrir seus custos, sendo apenas em 1999 com a publicação da lei 9796 de 05 de maio que passou a existir a compensação previdenciária (COMPREV).

A criação do RPPS tinha por objetivo, desonerar as obrigações dos entes federativos através de contribuições previdenciárias, vertidas ao INSS relacionadas a parte do empregador, agora passou a ser um grande problema, onerando ainda mais o custo financeiro dos entes, eles não tinha o retorno necessários para cobrir os aumentos que foram adicionados aos benefícios.

2.3 PROJETO DE EMENDA CONSTITUCIONAL PARA A REFORMA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL (PEC 06/2019)

Desde de sua criação, já houve várias alterações na previdência, na sua maioria restritivas e não inclusivas, através de várias reformas realizadas nos governos passados, mas a atual proposta de reforma denominada PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL – PEC 06/2019 apresentada pelo então presidente Jair Messias Bolsonaro é a mais ampla de todas pois altera vários pontos da previdência atual. Segundo Lobato, Lenaura de Vasconcelos Costa “É também a mais injusta com os brasileiros e a que mais aumenta riscos aos grupos mais vulneráveis de mulheres e idosos.” (Reforma da previdência: o golpe fatal na seguridade social brasileira, 2019 p, 2)

Esta reforma é justificada com o argumento de ser necessária para garantir a maior equidade, para que não seja afetado as gerações futuras, partindo desses argumentos uma série de mudanças para acesso aos benefícios é proposta, dentre elas está a ampliação do tempo de contribuição, da idade, redução do valor de pensões, restrições a aposentadoria rural e ao benefício de prestação continuada (BPC), além de propor uma reestruturação total da previdência que acaba com o regime de repartição/solidário e cria um regime de capitalização.

O assunto Reforma da Previdência, a muito tempo é debatido e noticiado nos meios de comunicação, não é um assunto fácil para se discutir e nem um pouco fácil de aceitar, mesmo assim o assunto está em evidente discussão com a Proposta de Emenda Constitucional (PEC 06/2019), que é um conjunto de alterações nas regras previdenciárias existente no Brasil. Esta proposta foi apresentada pelo Governo Federal e está em votação para ser aprovada, já passou pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania CCJD da Câmara dos Deputados, tendo sido aprovada, seguiu para o Congresso Nacional onde também teve sua 1ª aprovação, seguindo assim para o Senado deliberar e votar, após ser aprovada no Senado volta para o Congresso para a 2ª votação e depois volta novamente ao Senado para também ter a 2ª votação, somente depois desse tramite ela segue para a sanção do Presidente.

Ao assumir o Governo como Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, apresentou a atual Proposta de Emenda Constitucional, esta proposta foi aprovada conforme a legislação determina pois trata-se de emenda constitucional, e para isso existe um rito a ser seguido, pois ela altera o texto da constituição federal, e assim o que era um projeto de reforma da previdência já foi sancionado e transformado em lei através da Emenda Constitucional nº 103/2009. Houve mudanças o texto original da proposta de reforma, como por exemplos os servidores público estaduais e municipais que foram excluídos do texto na primeira aprovação no Congresso Nacional na Câmara de Deputados e seguindo para apreciação do Senado Federal, mas já existe um outro projeto de Emenda Constitucional correndo paralelamente que se for aprovado, os Estados e Municípios elaborarão os seus projetos de reforma previdenciária dos respectivos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS).

2.4 PORQUE A REFORMA DA PREVIDÊNCIA É NECESSÁRIA.

O nosso maior desafio é deixar o sistema previdenciário mantido e sustentável, para que isso ocorra é que está em votação a PEC 06/2019, pois assim deve-se evitar que os benefícios pagos pelo Governo Federal através da previdência entre em colapso e assim coloque em risco toda a população que de certa forma ficará desamparada neste quesito.

Como já foi dito a PEC 06/2019 é um conjunto extenso de alteração na constituição, destaca-se aqui alguns pontos que trata a reforma da previdência:

Quadro 3: Pontos de Alteração da Reforma da Previdência

Tipo de Benefício	Como está atualmente	Como Será com a PEC 06/2019
Aposentadoria por tempo de contribuição	35 anos de contribuição para o homem e 30 para a mulher Redução de 5 anos para professor. Se a soma do Tempo de contribuição + Idade alcançar 96/86 pontos para homem e mulher respectivamente para entrar ou não no fator Previdenciário.	Deixará de existir
Aposentadoria por idade para o trabalhador urbano	65 anos homem e 60 anos mulher com no mínimo 15 anos de contribuição	65 anos homem e 60 anos mulher com o mínimo de 20 anos de contribuição Professores 60 anos de idade homem ou mulher e terão que contribuir por 30 anos.
Aposentadoria por idade rural	60 anos homem e 55 anos mulher com o mínimo de 15 anos de contribuição ou comprovação de 15 anos de trabalho rural para subsistência. Aposentadoria híbrida 65 anos homem e 60 anos mulher e 15 anos de carência, podendo somar tempo rural com tempo urbano	60 anos homem e 60 anos mulher com o mínimo de 20 anos de contribuição, além de contribuição de R\$ 600,00 anuais por grupo familiar
Aposentadoria do servidor público (RPPS)	60 anos homem e 55 anos mulher, 35 anos de contribuição para o homem e 30 para a mulher para aposentadoria por tempo de contribuição, 65 anos para o homem e 60 para a mulher sem exigência de contribuição mínima. Para aposentadoria por idade, e 55/50 ano de idade para homem e mulher e 35/30 de tempo de contribuição, para professores. Além de 10 anos de serviço público e 5 anos no último cargo	Aposentadoria por idade + tempo de contribuição 65/62 anos de idade para homem/mulher + 25 anos de contribuição com 10 anos de serviço público e 5 anos no último cargo. Professores do Ensino Público com RPPS: 60 anos, 30 de contribuição, 10 anos no serviço público e 05 anos no cargo, para ambos os sexos.
O cálculo da aposentadoria por idade	80% das maiores contribuições desde julho 1994 até a data do requerimento para formar o salário de benefício e deste recebe 70% + 1% a cada 12 contribuições podendo chegar a 100%	Media de todas as contribuições desde julho de 1994 até a data do requerimento para formar o salário de benefício e deste recebe 60% + 2% a cada 12 contribuições que exceder os 20 anos mínimos, atingindo 100% do salário de benefício com 40 anos de contribuição
Benefício de prestação continuada	Idoso com 65 anos de idade homem ou mulher ou deficiente Ambos em situação de miserabilidade recebe 1 salário-mínimo de benefício	Para o deficiente continua as mesmas regras, Idoso passa a receber R\$ 400,00 a partir dos 60 anos e quando atingir 70 anos passa a receber 1 salário-mínimo
Aposentadoria para policiais civis, federais e agentes penitenciários/socioeducativos	Não existe atualmente regra de aposentadoria especial para agentes penitenciários e socioeducativos. Para os policiais civis e federais não exige idade mínima apenas contribuição de 30/25 para homem/mulher e tempo de atividade de 20/15 anos respectivamente	Pela proposta, para os policiais existirá a necessidade de cumprir 55 anos idade, para ambos os sexos, 30 anos de contribuição para homens e 25 para mulheres, somados ao tempo de exercício no cargo, de 20 e 15 anos, respectivamente.

		Para agentes, a regra será quase igual, diferenciando-se na questão do tempo de exercício, que será sempre de 20 anos.
Pensão por morte	100% do salário de benefício dividido de forma igualitária entre os dependentes no RGPS 100% do salário de benefício + 70% do que exceder ao teto	60% do salário de benefício + 10% por dependente habilitado até atingir 100% em caso de morte por acidente de trabalho, doença profissional ou do trabalho a pensão será de 100%
Acumulo de benefício	Permite a acumulação de Benefício concedido pelo RGPS e RPPS	100% do benefício de maior valor + percentual de soma dos demais, nos seguintes moldes: até 1 SM = 80% de 1 a 2 SM = 60% de 2 a 3 SM = 40% de 3 a 4 SM = 20%
Policiais militares, bombeiros e forças armadas		Os grupos terão as mesmas regras de aposentadoria. Todos serão equiparados às Forças Armadas Criou-se permissivo para militares da reserva exercerem atividades civis
FGTS dos aposentados e multa de 40%	Aposentado que continuar trabalhando o empregador continua recolhendo o FGTS e no caso de demissão sem justa causa incide a multa de 40% sobre o saldo do FGTS para fins rescisórios	Com a reforma, retira-se a obrigatoriedade do recolhimento do FGTS e da Multa do FGTS (40%) pelo empregador nos casos de empregado já aposentado

Fonte: Elaborado pelo autor com base no texto da PEC 006/2019

A proposta de reforma da previdência já foi aprovada e sancionada pelo Presidente da República, mas durante a tramitação houve várias mudanças no texto de lei, e referente aos pontos aqui exposto apenas o benefício de prestação continuada ao idoso não houve alteração, foi excluído o texto da reforma e a idade para o trabalhador rural continuou a mesma, os outros pontos foram mantidos como no texto base

3 METODOLOGIA

O método de pesquisa a ser utilizado é o de pesquisa bibliográfica que consiste em levantamento de dados através de fontes de dados já existentes que possam fornecer as respostas esperadas para solucionar o problema que foi proposto, estas fontes têm sua origem em livros, publicações e também no formato eletrônico que é muito utilizado hoje em dia, pela facilidade de ser encontradas obras realizadas em qualquer parte do mundo.

Documental, este método pode ser utilizado em praticamente todas as ciências sociais, ele se assemelha muito com a metodologia bibliográfica afinal os dois utilizam-se de dados já existentes, porém tendo um leque maior de possibilidades para estudo pois enquanto a pesquisa bibliográfica utiliza-se de material elaborado por autores com o propósito de ser lido por um público específico, o método documental é todo o tipo de documentos elaborados com finalidades diversas. Segundo, GIL, 2010 “o conceito de Documento é bastante amplo pois é constituído por qualquer objeto capaz de comprovar algum fato ou acontecimento”.

Foi construído um questionário com 14 questões, e dividido e 3 grupos, identificação do participante, conhecimento da existência da proposta de reforma e conhecimento do texto da proposta de reforma, após a elaboração do questionário ele foi disponibilizado a parte da população por meio eletrônico de mídia social através do aplicativo whatsapp, para saber o seu conhecimento quanto a proposta da reforma da previdência feita pelo Governo Federal, houve uma limitação na quantidade de respostas colhidas, devido à falta de interesse ou de conhecimento da população.

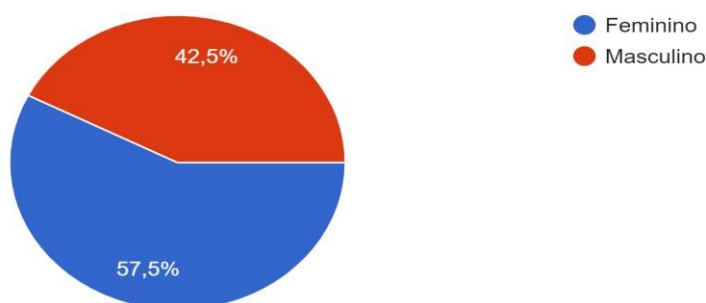
4 ANÁLISE DE DADOS

A coleta de dados se deu através do questionário e fora formulado e respondido por parte da população, este questionário foi disponibilizado através de mídia social a um número considerável de pessoas, sendo replicado a vários grupos virtuais de pessoas, porém o retorno obtido não foi o esperado atingindo apenas um total de 106 respostas, conforme será demonstrado a seguir os dados coletados.

Gráfico 1 – Sexo do entrevistado

1. Qual o sexo do entrevistado?

106 respostas



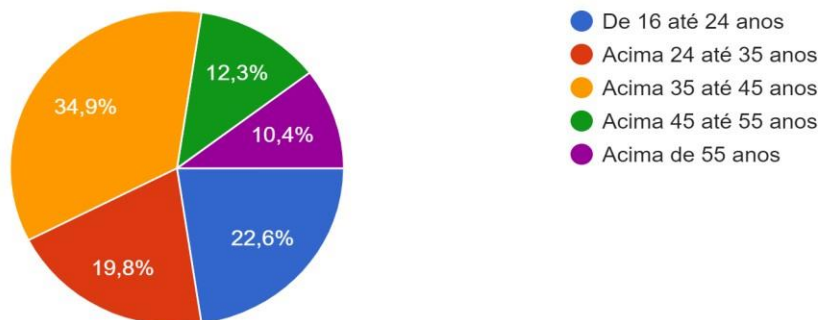
Fonte: Pesquisa

Dos entrevistados 57,5% eram do sexo feminino e 42,5% do sexo masculino.

Gráfico 2 – Idade do entrevistado

2. Qual a Idade do Entrevistado?

106 respostas



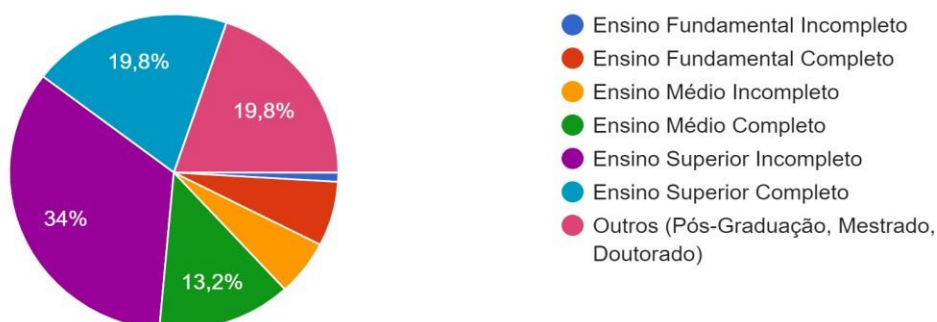
Fonte: Pesquisa

Conforme o gráfico 2 a faixa etária dos entrevistados ficou desta maneira de 16 até 24 anos um total de 22,6%, de 24 até 35 anos 19,8%, a maioria ficou na faixa acima de 35 até 45 anos que correspondeu 34,9%, acima de 45 até 55 anos representou 12,3%, e na última categoria ficou acima de 55 anos que representou 10,4% 11.

Gráfico 3 – Escolaridade do entrevistado

3. Qual a Escolaridade do Entrevistado?

106 respostas



Fonte: Pesquisa

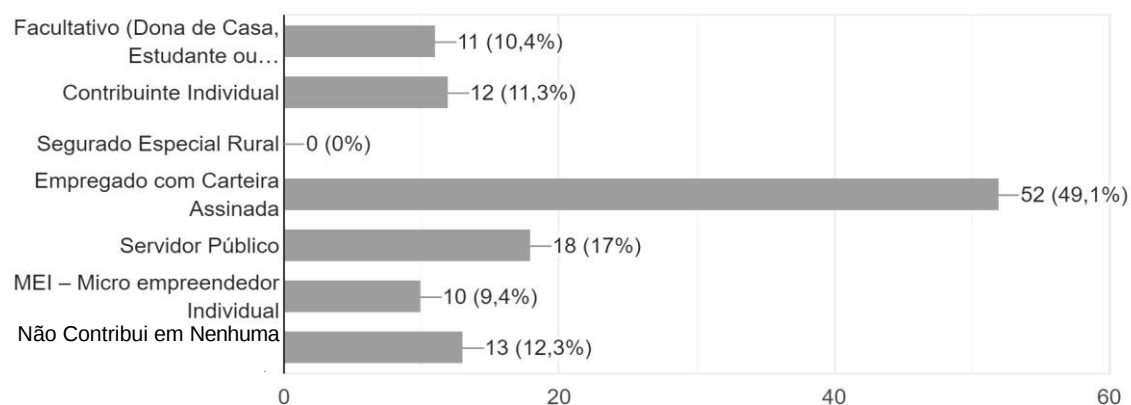
No 3º gráfico visualizamos a maior porcentagem dos que responderam o questionário ficou entre os que possuem ensino superior incompleto, representando 34%, seguido por aqueles que não

concluirão ensino fundamental e os que possuem formação complementar além da graduação que seria pós-graduação, mestrado ou doutorado, e representaram o equivalente a 19,8% cada um.

Gráfico 4 – Contribuição previdenciária

4. O Entrevistado Contribui com a Previdência em qual Categoria? (aqueles que contribui em mais de uma opção pode escolher mais de um)

106 respostas



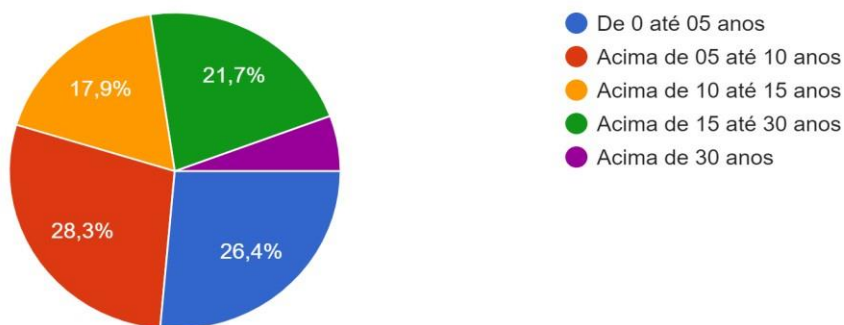
Fonte: Pesquisa

No 5º gráfico fica evidenciado o tempo médio que cada participante tem de recolhimento junto a previdência social, aqueles de tem o tempo de recolhimento entre 0 e 5 anos equivale a 26,4% dos entrevistados, acima de 05 até 10 anos 28,3%, acima de 10 até 15 anos de contribuição representa 17,9% acima de 15 até 30 anos representou 21,7% e acima de 30 anos de contribuição representou 5,7% dos entrevistados.

Gráfico 5 – Qual o tempo de contribuição

5. O Entrevistado já possui Quanto Tempo de Contribuição?

106 respostas



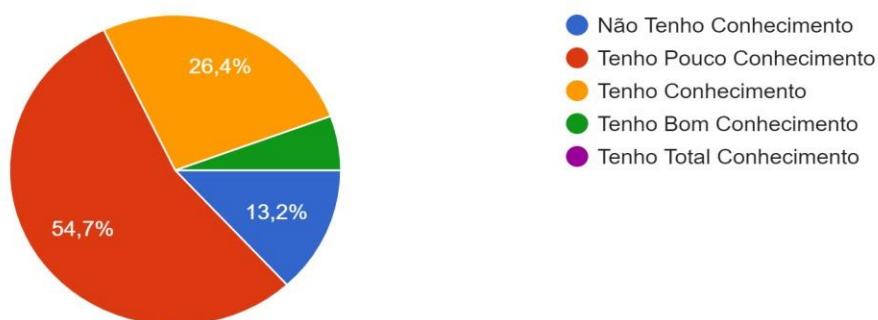
Fonte: Pesquisa

A partir deste ponto da pesquisa os dados coletados devem representar o quanto cada participante conhece sobre a previdência e o porquê da proposta da reforma.

Gráfico 6 – Conhecimento da PEC 006/2019

6. O Entrevistado tem Conhecimento da proposta da Nova Reforma da Previdência PEC nº 6/2019

106 respostas



Fonte: Pesquisa

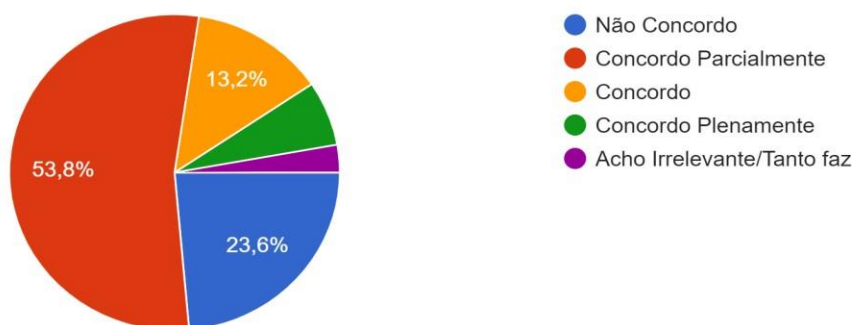
No 6º gráfico ficou evidente que a maior parte dos entrevistados declarou ter pouco conhecimento sobre a reforma da previdência representando 54,7%, 26,4% declarou ter conhecimento, 13,2% respondeu não ter nenhum conhecimento, 5,7% declarou ter um bom

conhecimento referente a reforma da previdência, dentre os entrevistados não houve ninguém que declara-se ter um total conhecimento quando a proposta de reforma da previdência.

Gráfico 7 – Concorda com a reforma da previdenciária

7. O Entrevistado Concorda com a Nova Reforma da Previdência

106 respostas



Fonte: Pesquisa

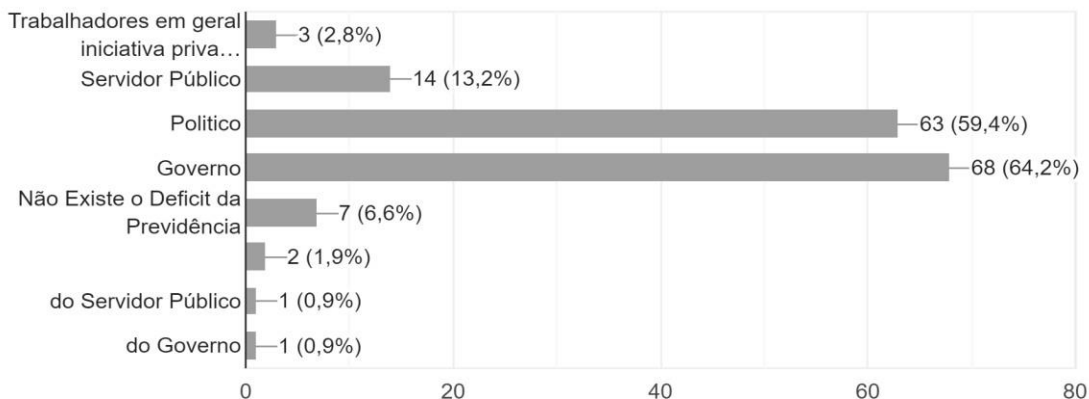
O 7º gráfico traz a resposta sobre se o entrevistado concorda com a proposta de reforma da previdência, onde 53,8% dos entrevistados responderam concordar parcialmente, 23,6% não concordam, 13,2% declarou concordar e 6,6% respondeu que concorda plenamente e 2,8% responderam que acha irrelevante a reforma da previdência.

Os entrevistados foram questionados sobre de quem eles achavam ser a culpa do déficit que o governo aponta existir na previdência e que justificaria a proposta da reforma, e a maioria respondeu que a culpa é principalmente do Governo 64,2% seguido pelos políticos 59,4%, em terceiro os servidores públicos representando 13,2%, e os trabalhadores em geral representou 2,8%, houve até quem acha-se que não existe o déficit e representou 6,6% dos entrevistados, nesta questão poderia ser escolhido mais de uma opção.

Gráfico 8 – A culpa do déficit

8. O Governo aponta que existe um deficit na previdência, na sua opinião isso é culpa dos? (pode escolher mais de uma opção)

106 respostas



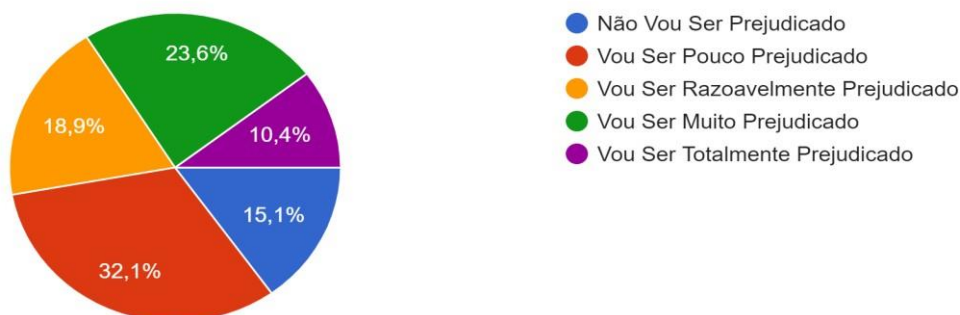
Fonte: Pesquisa

Conforme o gráfico 9 os participantes responderam se achavam que eles seriam prejudicados com a reforma da previdência, 15,1% acha que não será prejudicado, 32,1% acredita que será pouco prejudicado, 18,9% respondeu que será razoavelmente prejudicado, 23,6% acredita que será muito prejudicado e por fim 10,4% acredita que será totalmente prejudicado.

Gráfico 9 – Serei Prejudicado com a reforma da previdência

9. Você acha que vai ser prejudicado com a Reforma da Previdência?

106 respostas

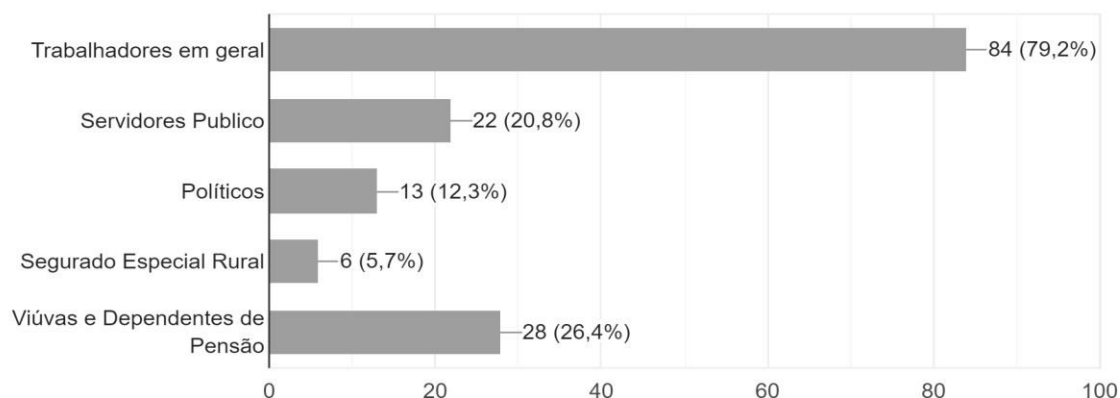


Fonte: Pesquisa

Gráfico 10 – Quem será mais prejudicado

10. Quem você acha que vai ser mais prejudicado com a Reforma da Previdência? (Pode escolher mais de uma alternativa)

106 respostas



Fonte: Pesquisa

Também sobre a questão de ser ou não prejudicado com a reforma da previdência, os participantes foram questionados sobre quem eles achavam que seria mais prejudicado, a maioria respondeu que os mais prejudicados serão os trabalhadores em geral representando 79,2%, seguidos pelas viúvas e dependentes de pensão representando 26,4, servidores público 20,8% políticos 12,3% e por fim os segurados especiais rurais que representou 5,7%, vale ressaltar que nesta questão poderia ser escolhido mais de uma opção.

A partir deste ponto da pesquisa, o objetivo era saber até que ponto o entrevistado tinha o conhecimento quanto ao texto da proposta de reforma da previdência, para isso foi usado na pesquisa temas que estão em debate nos pontos principais da reforma da previdência, dentre eles mudança nas regras de acesso ao auxílio-reclusão, ao benefício assistencial ao idoso além de mudanças nas regras para servidores públicos da esfera federal e dos políticos.

Gráfico 11 – Auxílio Reclusão na PEC 006/2019

11. Sobre a PEC de Reforma da Previdência. O benefício de Auxílio-Reclusão atualmente tem o seu...a proposta foi aprovada na reforma?

106 respostas



Fonte: Pesquisa

Conforme o gráfico 11 a maior parte dos entrevistados não tem conhecimento sobre o tema da proposta da reforma que abrange o benefício de auxílio-reclusão, totalizando 77,4% vale ressaltar que este benefício existe e é destinado a subsistência dos familiares daquele segurado da previdência que por algum ato ilícito foi privado de sua liberdade, já na medida provisória 871 de janeiro de 2019 e posteriormente convertida em lei, houve mudanças neste benefício, e com a proposta nas regras de acesso, mas o tema na Proposta da reforma da previdência é com relação ao valor do benefício que será repassado aos dependentes que antes era calculado pela média das contribuições e partir da reforma da previdência vai ser de um salário-mínimo vigente, este texto foi aprovado, e entra em vigor assim que a reforma da previdência entrar em vigor.

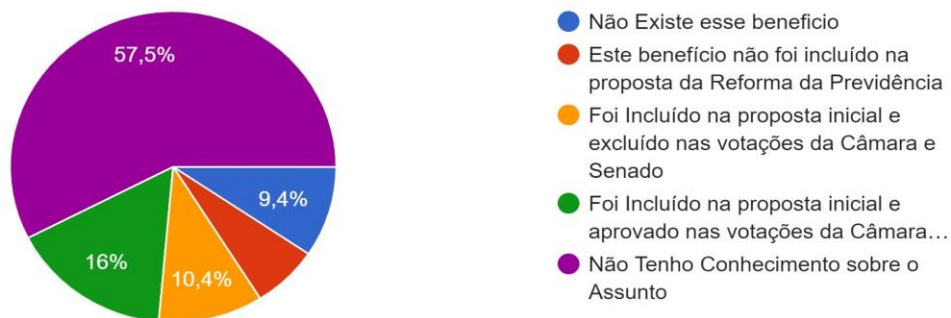
O benefício assistencial ao idoso atualmente é o valor de um salário-mínimo pago ao idoso acima de 65 anos e que não tenha condições de prover o seu sustento, além de outras regras para acesso ao benefício, o texto da reforma da previdência trazia que o benefício seria de R\$400,00 para o idoso acima de 60 anos até ele completar 70 anos e assim passaria a um salário-mínimo, mas este texto foi excluído na votação inicial, permanecendo as regras vigentes.

Conforme o gráfico 12, sobre o benefício de prestação continuada ao idoso, novamente a maioria dos participantes da pesquisa responderam não ter conhecimento sobre o assunto representando 57,5%, e um percentual de 9,4% respondeu que não existe este benefício, apenas 10,4% dos participantes responderam corretamente que o tema estava no texto inicial e foi excluído na votação da camará dos deputados e no senado.

Gráfico 12 Benefício Assistencial ao Idoso – BPC Loas

12. Sobre a PEC de Reforma da Previdência. O Benefício de Prestação Continuada BPC – Loas, destinado ao i...sa proposta foi aprovada na reforma?

106 respostas



Fonte: Pesquisa

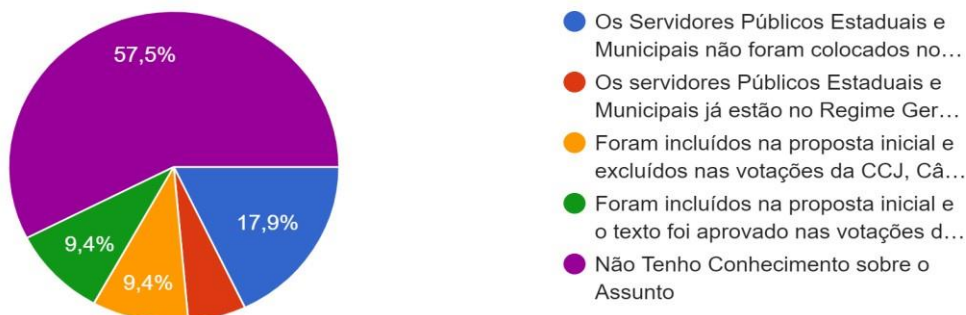
No texto inicial da proposta da reforma da previdência os servidores públicos foram incluídos, porém nas votações iniciais os servidores públicos da esfera estadual e municipal que tenham seus regimes próprio de previdência social foram excluídos da proposta inicial.

Os participantes foram questionados sobre os servidores públicos estaduais e municipais terem entrado na proposta da reforma da previdência e mais uma vez responderam na maioria não ter conhecimento sobre o assunto representando um percentual de 57,3%, e apenas 9,4% responderam corretamente que foram incluídos inicialmente e excluídos nas votações iniciais conforme demonstrado no gráfico 13.

Gráfico 13 – Servidores Públicos Estaduais e Municipais

13. Sobre a PEC de Reforma da Previdência. Os Servidores Públicos Estaduais e Municipais entraram na nova Reforma da Previdência?

106 respostas



Fonte: Pesquisa

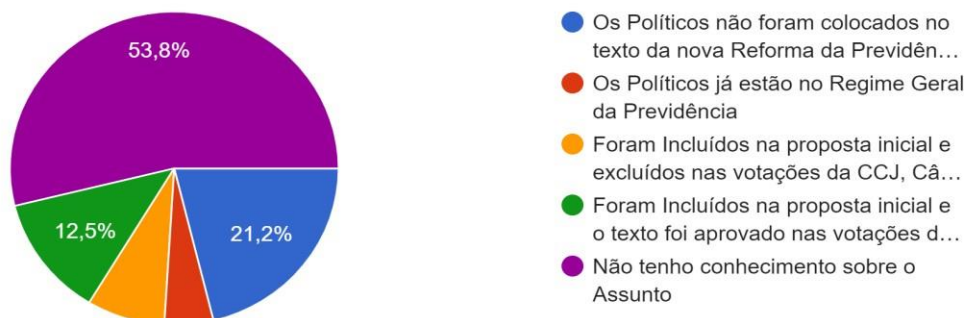
Cabe ainda ressaltar nesta questão que está correndo em paralelo a proposta da reforma da previdência, uma proposta que se aprovada, os estados e municípios farão a sua reforma dos seus regimes próprios de previdência social.

Na última questão referente aos entrevistados conhecerem o texto da reforma da previdência não foi diferente das outras questões, pois a maioria representando 53,8% novamente respondeu que não tem conhecimento sobre o assunto, 21,2% responderam que os políticos não entraram na proposta da reforma, e apenas 12,5% respondeu corretamente que ele entram no texto da proposta sendo aprovado e assim os ocupantes de cargo eletivo passam a compor o regime geral da previdência social a partir das próximas eleições.

Gráfico 14 – Políticos na reforma da previdência

14. Os Políticos entraram na nova Reforma da Previdência, passando a receber o teto do INSS como qualquer outro cidadão brasileiro?

104 respostas



Fonte: Pesquisa

4.1 ANÁLISE DE DADOS

Através dos dados coletados, chegou-se à conclusão que a maioria dos entrevistados representando em média 54,7%, não tem interesse em conhecer sobre a previdência social e o que ela implica no nosso futuro, devido a este tema ser relevante a população, estar em tramitação e exposto diariamente nos meios de comunicação, pelo fato de responderem que não tem conhecimento mostra o total desinteresse quanto ao tema.

Na segunda etapa da pesquisa procurou-se saber se o entrevistado tinha conhecimento da proposta de reforma da previdência que está sendo divulgado nos meios de comunicação, e chegou-se a seguinte percentual, 5,7% dos entrevistados responderam que tem bom conhecimento da proposta da reforma, 13,2% dos responderam não ter conhecimento da proposta, 26,4% respondeu que tem conhecimento a grande maioria 54,7% respondeu que tem pouco conhecimento, no seguimento foi questionado se os entrevistados concordavam com a proposta da reforma da previdência, a maioria representando 53,8%, respondeu que concorda parcialmente seguindo de uma parcela de 23,6%, que não concorda com a reforma chegando a ter uma pequena parcela de 2,8% dos entrevistados que responderam achar irrelevante a reforma. Por ser um tema de alta relevância, pois trata do futuro da população em relação a benefícios previdenciários, deveria ter um maior interesse da população.

Os entrevistados foram questionados sobre de quem eles achavam ser a culpa do déficit que o governo aponta existir na previdência e que justificaria a proposta da reforma, neste caso foi dado a oportunidade de múltipla resposta e a maioria respondeu que a culpa e primeiramente do Governo

com 65,1% e depois dos políticos atingindo um percentual de 61,3%, seguido pelos servidores públicos com 14,1% e trabalhadores em geral com 2,8%, teve também uma parcela de 6,6%, respondeu que não existe o déficit da previdência.

Desta maneira foi concluído a segunda etapa do questionário e na terceira etapa deu-se uma real situação quando ao conhecimento e interesse da população com relação a previdência social, que é de interesse de todos mas apenas quando precisam dos seus direitos, mas na hora de conhecer quais são e quais as consequências nessas mudanças a sua maioria não demonstra ter interesse.

Para saber sobre o conhecimento dos entrevistados, foi elaborada quatro perguntas referente ao texto da reforma da previdência como por exemplo o benefício de auxílio-reclusão que muitos reclamam de sua existência por ouvir falar mas na prática 77,4% dos entrevistados responderam não ter conhecimento e apenas 9,4% responderam corretamente, que o texto deste benefício foi incluído na proposta e aprovado na câmara e no senado, com relação ao benefício de prestação continuada BPC LOAS ao idoso novamente 57,5% respondeu não ter conhecimento sobre o assunto 10,4% responderam corretamente que o texto foi incluído na proposta inicial e excluído na câmara e senado, chegando até um percentual de 9,4% responder que este benefício não existe.

Com relação aos servidores públicos, estes foram incluídos na proposta inicial e excluído posteriormente, porém existe uma PEC paralela em tramitação para os entes federativos realizarem a sua reforma da previdência privada, já nas respostas novamente 57,5% responderam não ter conhecimento sobre o assunto, 17,9% respondeu que os servidores público não foram incluídos na proposta, 5,4% respondeu que os servidores já fazem parte do regime geral da previdência social e 9,4% que os servidores públicos foram incluídos na proposta inicial e aprovados, ficando um percentual de 9,4% que responderam corretamente que os servidores foram incluídos e excluídos.

E por fim foi questionado sobre os políticos, se os mesmos também entraram na proposta da reforme e mais uma vez a resposta ficou que 53,8% não tem conhecimento do assunto e apenas 12,5% responderam corretamente que eles foram incluídos e aprovados na proposta da reforma da previdência.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho de conclusão de curso foi elaborado a fim de demonstrar um pouco da previdência social que existe no Brasil, o que a população conhece sobre o tema e demonstrar a proposta de reforma apresentada pelo governo federal, que nos apresenta um déficit nas contas previdenciárias, segundo o governo com esta reforma da previdência tem a intenção de economizar o equivalente a 800 bilhões de reais nos próximos 10 anos.

Para demonstrar se a população conhece sobre a previdência e a proposta da reforma, foi elaborado um questionário para coletar os dados deste conhecimento, este questionário foi aplicado através de meio eletrônico utilizando o aplicativo whatsapp e distribuído em grupos virtuais para assim obter um retorno e demonstrar o resultado.

Com base nos resultados, evidenciou que a população em geral apesar de reclamar da medida adotadas pelo governo, não demonstra interesse sobre os assuntos pois 54,7% dos entrevistados não tem conhecimento sobre o assunto, o questionário apresentado tinha questões pertinente sobre o tema, e questões sobre o conhecimento do texto da reforma da previdência, mas as respostas deixaram claro que a população não tem interesse realmente sobre o tema, pois em quatro questões do texto da reforma apresentado, 61,5% em média respondeu que não tem conhecimento sobre este assunto, e este assunto está diretamente relacionado aos nossos direitos como cidadãos e contribuintes.

14 REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. promulgada em 5 de outubro de 1988. Legislação Federal. Sítio eletrônico internet – planalto.gov.br.

BRASIL, **Emenda Constitucional 41 de 19 de dezembro de 2003**. Legislação Federal do Brasil Sítio eletrônico internet – planalto.gov.br.

BRASIL, **Lei 8112 de 11 de dezembro de 1990**. Legislação Federal do Brasil Sítio eletrônico internet – planalto.gov.br.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**, 5ª ed. São Paulo: Atlas 2010.

LOBATO, Lenaura de Vasconcelos Costa; Costa, Ana Maria; Rizzotto, Maria Lucia Frizon. Reforma da previdência: o golpe fatal na seguridade social brasileira. **Scientific Electronic Library Online Saúde Pública**, Rio de Janeiro 2019. Disponível em <<https://doi.org/10.1590/0103-1104201912000>> Acesso em 18 de jul. 2019.

LONGO, João Leonardo. Reforma da Previdencia: as 13 maiores mudanças da PEC 06/2009. **Rede jornal contabil**, 05 de junho de 2019. Disponível em <<https://www.jornalcontabil.com.br/reforma-da-previdencia-as-13-maiores-mudancas-da-pec-06-2019/>>. Acesso em 18 de jul. 2019

UM ESTUDO SOBRE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO NO VALE DO SÃO LOURENÇO-MT.

Regiane Sebastião Macedo Jailson
da Conceição Teixeira
Fabiana Kely dos Santos Reis
Francisco Eudes gomes de Lima

15 RESUMO

O objetivo desse artigo é verificar se a população do Vale do São Lourenço tem conhecimento sobre contrato de trabalho por prazo determinado. Considera-se o contrato por prazo determinado aquele que depende de uma espécie de contrato cuja a natureza das atividades justifique a predeterminação de prazo que tem datas de início e término em que foram definidas e conceituadas todas as modalidades de contrato de trabalho. A metodologia utilizada para a efetivação deste trabalho foi à quantitativa baseada na coleta de dados, ao qual foi feito um questionário com 11 (onze) questões. Buscando analisar de forma que é feito o processo de contrato por prazo determinado que seja exposto com apresentação de gráficos para melhor entendimento. Dos dados coletados e analisados da amostra foi possível constatar que 50% dos respondentes tem conhecimento sobre o contrato de trabalho por prazo determinado. Esse tipo de contrato é para que o empregador possa avaliar o desempenho profissional do novo empregado e suas aptidões pessoais, se realmente está desempenhado com as atividades de forma que satisfaça as necessidades da empresa.

Palavras-chave: Contrato de trabalho, Contrato de experiência, Contrato temporário.

¹ Graduando em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do vale do São Lourenço – EDUVALE. Email:xxxxxxxxxxi@hotmail.com, servidor Público efetivo

² Graduado em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço – EDUVALE, Pós Graduado em Tecnologia de Informação e Lei da Responsabilidade Fiscal na ESAB e em Gestão Fiscal e Planejamento Tributário na UNIC, Mestre em contabilidade Gerencial e Finanças na FUCAPE. Professor do Curso de Ciências Contábeis na Faculdade EDUVALE, Contador da Excelência Contabilidade e Assessor Financeiro e Fiscal da Soluções Assessoria. Email: jailsoncontador@outlook.com

³Graduada em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço – EDUVALE, Pós Graduado em Gestão de Recursos Humanos pela IPEMIG: Instituto Pedagógico de Minas Gerais.

⁴Graduado em Direito e especialista em Direito Processual civil e professor da Faculdade de Ciências Sociais e Aplicadas do Vale do São Lourenço – EDUVALE.

1 INTRODUÇÃO

O contrato de trabalho por prazo determinado é uma das modalidades que regulamentam a relação empregatícia no Brasil. Com a admissão de um empregado a empresa junto com o trabalhador efetuará um acordo que por meio de contrato de trabalho irá definir o tipo de função e a sua forma de contratação que o mesmo será contrato. Porém a contratação por prazo determinado é celebrada com a fixação do seu término final, sendo sua duração limitada de 2 anos, porém é previsto ao empregado não apenas o início em que começa a trabalhar como também o prazo que determinará o seu término. Portanto o principal tipo de contrato por prazo determinado é o contrato de experiência que não pode exceder os 90 (noventa) dias, onde cada parte tem um período para avaliar se a outra parte atende suas expectativas.

A metodologia utilizada deste trabalho foi a quantitativa baseada na coleta de dados, o método dedutivo que utiliza o raciocínio lógico e a dedução para obter a conclusão a respeito do assunto abordado e a pesquisa bibliográfica.

O principal objetivo deste artigo é verificar se a população do Vale do São Lourenço tem conhecimento sobre o contrato de trabalho por prazo determinado, com a elaboração prática deste estudo, pretende-se esclarecer a importância do Direito do trabalho e seus principais contratos por prazo determinado.

Essa pesquisa tem como início seus conceitos e acima de tudo esclarecer a maneira, mas clara e precisa das regras e os benefícios de contrato de trabalho contrato por tempo determinado a suas variadas modalidades.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo vamos abordar os conceitos de Direito do trabalho, contrato de trabalho, os envolvidos na relação de emprego, contrato de trabalho por prazo indeterminado, contrato por prazo determinado e seus principais tipos de contratos.

2.1 DIREITO DO TRABALHO

De acordo com Fuhrer (2009, p. 23) “Direito do trabalho é o ramo da ciência jurídica que regula a relação de emprego e as situações conexas, bem como a aplicação das medidas de proteção ao trabalhador. ”

A definição de direito do trabalho pressupõe uma tomada de posição sobre a qual pode não haver unanimidade, a respeito de diversos

aspectos propedêuticos da questão de modo que cada doutrinador pode em função das suas conclusões, divergir de outro porque tem uma visão diferente a respeito dessas premissas, embora alguns pontos mereçam a concordância praticamente geral (NASCIMENTO, 2009, p.193)

Assim como disse Nascimento a definição de direito do trabalho pode ter divergências, Russomano conceitua direito do trabalho:

O direito do trabalho sempre foi definido como instrumento de equilíbrio dos níveis sociais, assim como a proteção do trabalhador sempre foi considerado capítulo moderno da história, que nada tem de revolucionário ou subversivo é sim uma ideia solidarista, baseada na necessidade de apoio aos mais débeis. Por isso, as primeiras leis trabalhistas protegem mulheres e menores (físicas e psicologicamente frágeis), enfermos e acidentados (feridos em sua integridade orgânica). (RUSSOMANO, 2002, p.16)

O direito do trabalho tem como base o princípio da proteção, o qual defende o princípio da igualdade jurídica. Tendo como finalidade melhorar as condições de trabalho de seus trabalhadores e suas situações sociais, assegurando-lhes a prestação de serviços com um salário que proporcione uma vida digna pra ele e seus familiares, além disso, corrige as deficiências encontradas dentro da empresa, assegurando uma remuneração, a fim de que o trabalhador possa suprir todas as suas necessidades.

O contrato é, portanto, um negócio jurídico bilateral em que “os interesses contrapostos” se acham presentes com mais intensidade do que os outros contratos dependendo da categoria profissional e econômica a que pertençam os contratantes. (BARROS, 2009, p.31)

Conforme FUHRER, a definição de contrato de trabalho individual é:

Contrato individual de trabalho é o ajuste de vontades pelo qual uma pessoa física (empregado) se compromete a prestar serviço subordinado não eventual a outrem (empregador) mediante pagamento de salário. As características mais importantes deste contrato são a subordinação, a personalidade, a não eventualidade e o salário. (FUHRER, 2008, p.36).

2.2 OS ENVOLVIDOS NA RELAÇÃO DE EMPREGO

Para FUHRER (2009) empregado é a pessoa física que presta serviços de natureza não eventual a empregador sob sua dependência, mediante a pagamento de salário. (Art. 3º).

Segundo DELGADO, definição de relação de emprego é:

A relação de emprego, entretanto, é, do ponto de vista técnico-jurídico, apenas uma das modalidades específica de relação de trabalho juridicamente configurada. Corresponde a um tipo legal próprio e específico inconfundível com as demais modalidades de relação de trabalho ora vigentes. (DELGADO, 2005, p.284)

ALCÂNTARA, (2014, p.51) “Resume-se ao fato de que o empregado não se pode fazer substituir por outra pessoa, pois o serviço por outra pessoa, pois o serviço deve ser prestado por ele mesmo, pessoalmente. ”

Assim pode-se definir a relação de emprego como a pessoa contratada para prestar serviços para um empregador, numa carga horária definida, mediante salário. O serviço tem de ser subordinado, qual seja, o empregado não tem autonomia para escolher a maneira como realizará o trabalho, estando sujeito às determinações do empregador.

Para FUHRER (2009, p.42) Empregador é a pessoa física ou jurídica que assume os riscos da atividade econômica, admite, dirige e assalaria a prestação pessoal de serviço.

Neste ponto verificar-se à amplitude que a figura do empregador recebe na legislação trabalhista. O conceito de empregador está descrito no caput art. 2º da CLT que preceitua, in verbis:

Considera-se empregador a empresa, individual ou coletiva, que, assumindo os riscos da atividade econômica, admite assalaria e dirige a prestação pessoal de serviço. 1º- Equipara-se ao empregador, para os profissionais liberais, as instituições de beneficência, as associações recreativas ou outras instituições sem fins lucrativos, que admitirem trabalhadores como empregados. (Art.2º-CLT)

De acordo com MALHADAS (1995, p.215) “É o resultado de consenso de vontades em decorrência do qual o ser humano se subordina a outro ou um grupo de outros obrigando lhe prestar pessoalmente serviço, segundo certas condições previamente estabelecidas. ”

Da mesma forma que o empregado tem seus direitos o empregador também tem descrito no direito do trabalho os direitos sobre o empregado tais como: romper o contrato de trabalho; descontar o salário em caso de falta sem justificativa; direito de determinar o modo como deve ser exercida a atividade do empregado - O empregador dita as normas dentro da sua empresa e o empregado tem de cumprir aquilo que foi proposto.

16 2.3.1 CONTRATOS DE TRABALHO

Haverá um contrato sempre que uma pessoa física se obrigar a, executar obras ou prestar serviços para outra sob dependência desta, durante um período determinado ou indeterminado de tempo, mediante o pagamento de uma remuneração.

O contrato é, portanto, um negócio jurídico bilateral em que “os interesses contrapostos” se acham presentes com mais intensidade do que os outros contratos dependendo da categoria profissional e econômica a que pertençam os contratantes. (BARROS, 2009, p.31)

Conforme FUHRER, a definição de contrato de trabalho individual é:

Contrato individual de trabalho é o ajuste de vontades pelo qual uma pessoa física (empregado) se compromete a prestar serviço subordinado não eventual a outrem (empregador) mediante pagamento de salário. As características mais importantes deste contrato são a subordinação, a personalidade, a não eventualidade e o salário. (FUHRER, 2008, p.36)

Portanto contrato é, um negócio bilateral ou plurilateral, que sujeita as partes a observância de conduta idônea à satisfação que regulam seus interesses, já o contrato individual é o acordo tácito ou expresso, verbal ou escrito, por prazo determinado ou indeterminado. Caracterizando toda vez que a pessoa física prestar um serviço não eventual a uma outra pessoa física ou jurídica, mediante o pagamento de contraprestação chamada salário.

Nesse artigo o foco é contrato de trabalho por prazo determinado e seus principais tipos de contratos: contrato de experiência, contrato de aprendizagem, contrato de safra e o contrato por obra certa.

2.3.1 CONTRATOS POR PRAZO INDETERMINADO

Segundo CURY, NICOLETI (2012, P.84):

Art.477 é assegurado a todos empregado, não existindo prazo estipulado para a determinação do respectivo contrato, e quando não haja ele dado motivo para cessação das relações de trabalho, o direito de haver do empregador uma indenização, paga na base da maior remuneração que Tenha percebido na mesma empresa.

De acordo com o costume universalmente adotado, a modalidade do contrato por tempo indeterminado constitui a regra geral. A indeterminação da duração da maioria dos contratos de trabalho resulta de uma das principais características, qual seja, a continuidade da relação jurídica.

2.3.2 CONTRATOS DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO

De acordo com FUHRER (2009, p.38) “como se vê, o contrato por prazo determinado deve estar previsto na lei não pode conter cláusula garantindo direito de rescisão antes do termo final ajustada. ”

Art.1º as convenções e os acordos coletivos de trabalho poderão instituir contrato de trabalho por prazo, de que trata o art. 443 da consolidação das leis do trabalho—CLT independentemente das condições estabelecidas em qualquer atividade desenvolvida pela empresa ou estabelecimento, para admissões que representem acréscimos no número de empregados. (CURI, NICOLETTI, 2012 p.192).

Para FUHRER (2008, p.38) “O contrato de trabalho por prazo determinado é uma espécie de contrato cuja a natureza de suas atividades justifique a predeterminação de prazo com datas de início e término antecipadamente combinadas entre o trabalhador e o empregador. É permitida a prorrogação somente por uma única vez, não se admite porém, que se ultrapasse o prazo global de dois anos computada a prorrogação. (art. 445). Excedendo este limite ou prorrogado mais de uma vez, o contrato passa a vigorar sem determinação de prazo. ”

Prorrogação é a dilatação do prazo de duração do contrato, sem nenhuma interrupção dentro de sua vigência. O contrato de trabalho por prazo determinado é o mesmo, mas as partes podem ir estendendo a sua duração, desde que não ultrapasse o limite de 2 anos.

2.4 TIPOS DE CONTRATOS POR PRAZO DETERMINADO

2.4.1 Contratos de Experiência

O contrato de experiência é um contrato por prazo determinado onde cada parte tem um período para avaliar se a outra parte atende as expectativas.

O empregado passa pelo contrato de experiência que tem por objetivo proporcionar tanto para o empregador como para o empregado se terá aptidão para a função a ser desempenhada, podendo mostrar suas habilidades e qualidades profissionais.

- Contrato de experiência é uma modalidade do contrato por prazo determinado, cuja finalidade é a de verificar se o empregado tem aptidão para exercer a função para a qual foi contratado.

Segundo ALCÂNTARA (2014, p.127), definição de contrato de experiência é:

Como o próprio nome sugere, é que as partes se experimentem e se conheçam, para o empregador, se o empregado consegue entender sua determinação se realiza as atribuições e ele conferida se é disciplinado, entre outras; para o empregado se as condições oferecidas no trabalho são condizentes com suas expectativas se consegue interagir adaptar-se com as normas internas como será seu relacionamento com seus superiores e com seus colegas de trabalho etc.

Ele é temporário, podendo durar 90 dias, no máximo. Se for demitido sem justa Causa antes do final do contrato, o trabalhador tem direito ao 13º salário proporcional, férias proporcionais mais 1/3, além do saldo do salário e 40% do FGTS. Além desses valores, ele deve receber também uma indenização.

Segundo “o artigo 451 da CLT, determina que o contrato de experiência só poderá sofrer uma única rescisão motivada pelo empregador sem justa causa. A indenização adicional prevista no artigo 9º das leis nº6.708/79 e 7.238/84, determinam uma indenização adicional, equivalente a um salário mensal no caso de dispensa sem justa causa. ”

O contrato de experiência, além de objetivar a avaliação do desempenho profissional do empregado, pode-se também considerar seu relacionamento com os colegas e a sua prestação pelas ordens recebidas.

2.4.2 CONTRATOS DE APRENDIZAGEM

De acordo com a legislação trabalhista, contrato de aprendizagem é o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado não podendo ser superior a 2 anos, em que o empregador se compromete a assegurar ao aprendiz, inscrito em programa de aprendizagem, formação técnico- profissional.

Segundo ALCÂNTARA (2014, p.130) “é um contrato especial, ajustado por escrito e por prazo determinado em que o empregador se compromete a assegurar ao maior de 14 (quatorze) anos e menos de 24 (vinte e quatro) anos inscrito em programa de aprendizagem formação técnica profissional. ”

De acordo com a lei 10.097/2000 afirma que empresas devem contratar jovens com idade de 14 a 24 anos como aprendizes. O contrato pode durar até 2 anos, e durante esse período, o jovem é capacitado na instituição formadora e na empresa, combinando formação teórica e prática.

O contrato de estágio, no direito brasileiro tem por objetivo a regulamentação de um vínculo entre contratante e contratado, buscando assim a complementação educacional em cursos superiores e técnicos.

Estágio o ato educativo escolar supervisionado desenvolvido no ambiente de trabalho que visa a preparação para o trabalho produtivo do educando que estejam frequentando o ensino regular em instituições de ensino superior, de educação profissional. (ALCÂNTARA, 2014, p.133)

Não é considerada pela lei uma relação jurídica de emprego, sendo assim não é obrigatório anotação do estágio na CTPS.

2.4.3 CONTRATOS DE SAFRA

Contrato de safra é aquele cuja duração depende de variações das atividades agrárias, sendo as tarefas normalmente executadas no período entre a preparação do solo para o cultivo e a colheita.

Para GONÇALES (1993, p.132) “Safra tanto significa colheita como época, estação ou temporada em que são colhidos ou extraídos produtos vegetais ou animais.”

Percebe –se, pois que o contrato de safra é uma espécie de contrato por prazo determinado, ou seja, sua duração fica na dependência do término de sua safra.

Portanto, o safrista deve ser registrado em carteira de trabalho e em livro ou ficha de registro, deve também, ser inscrito no programa de integração social (PIS). Sua jornada de trabalho é de 44 horas semanais, não podendo ultrapassar 8 horas diárias, poderá exceder o prazo legal desde que não exceda 12 horas, tendo seus direitos trabalhistas, previdenciários e jornada de trabalho.

2.4.4 CONTRATOS POR OBRA CERTA

Contrato por obra certa, são modalidades de contratos por prazo determinado, para uma obra de construção civil, tendo data de início e o fim.

Contrato por prazo determinado, vinculado a uma obra de construção civil ou um serviço específico relacionado à construção civil, poderá ser realizado apenas mediante previsão expressa em instrumento coletivo ou ainda para um serviço de natureza transitória que justifique a determinação do prazo nos termos do artigo 443, § 2º, alínea “a”, da CLT.

O empregado tem os seus direitos trabalhistas e previdenciário garantidos por lei, tais como: salário, 13º salário, férias acrescidas de 1/3, depósitos de FGTS, E demais benefícios da categoria.

3 METODOLOGIA

A metodologia busca explicar o processo de pesquisa que foi utilizado para determinado trabalho. Evidenciando as formas de pesquisa e o material que foi empregado para a sua investigação.

Para realização deste artigo serão utilizados os método dedutivo, pesquisa bibliográfica e abordagem de pesquisa quantitativa.

Para Andrade, o método de pesquisa será o dedutivo:

A dedução é o caminho das consequências, pois uma cadeia de raciocínio em conexão descendente, isto é, do geral para o particular, leva à conclusão. Segundo esse método, partindo-se de teorias e leis gerais, pode-se chegar à determinação ou previsão de fenômenos particulares.

É um processo de análise da informação que utiliza o raciocínio lógico e a dedução para obter uma conclusão a respeito do assunto abordado.

De acordo Marconi e Lakatos a pesquisa tem como finalidade de colocar o pesquisador em contato direto com tudo que foi escrito, dito ou filmado.

Assim afirma Marconi e Lakatos:

A pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundária, abrange toda bibliografia já publicada em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisa, monografias, teses, material cartográfico etc.” (Marconi e Lakatos, 2011, p.57)

Para Andrade (1998, p.106) por sua vez diz que: “a pesquisa bibliográfica tanto pode ser um trabalho independente como constituir-se no passo inicial de outra pesquisa. ”

A coleta de dados foi por meio de questionário, com perguntas fechadas. De acordo com Marconi e Lakatos (2011, p.86) “o questionário é um instrumento de coleta de dados constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito sem a presença do entrevistador. ”

O método da pesquisa quantitativa pode ser mensurado em números, classificados e analisados. Caracteriza-se pela quantificação das modalidades de coleta de informações.

Segundo Fonseca (2002, p.20):

Diferentemente da pesquisa qualitativa, os resultados da pesquisa quantitativa podem ser quantificados. Como as amostras geralmente são grandes e consideradas representativas na população, os resultados são tomados como constituíssem um retrato real de toda a população alvo da pesquisa. A pesquisa quantitativa se centra na objetividade influenciada pelo positivismo, considera que a realidade só pode ser compreendida com base na análise de dados brutos, recolhidos com o auxílio de instrumentos padronizados e neutros. A pesquisa quantitativa recorre à linguagem matemática para descrever as causas de um fenômeno, as relações entre variáveis, etc.

A pesquisa quantitativa é realizada para compreender e enfatizar seu raciocínio lógico e todas suas informações que se possam mensurar através das experiências humanas, através de questionários e entrevistas, envolvendo a matemática como uma das formas de investigação de um trabalho.

4 ANÁLISE DE DADOS

A pesquisa foi realizada no vale do São Lourenço, com os municípios de Jaciara, São Pedro, Juscimeira e Dom Aquino.

O vale do São Lourenço é constituído por 49.780.000 habitantes, sendo Jaciara com aproximadamente 26.519.000, São Pedro 4.259.000, Juscimeira 10.971.000, Dom Aquino 8.031.000.

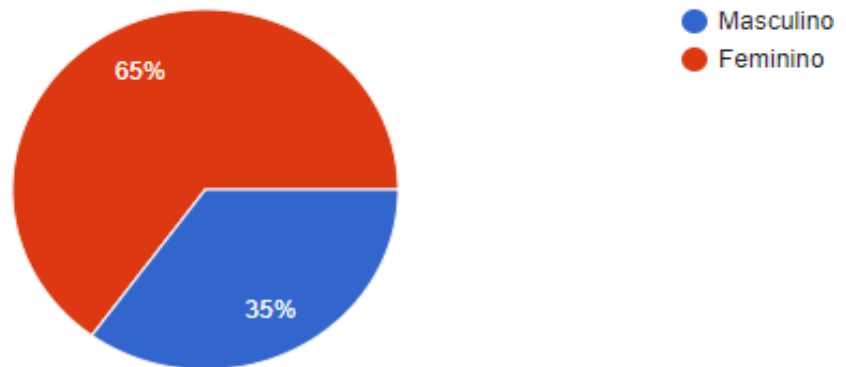
A pesquisa realizada foi no ano de 2019, foi aplicado um questionário com 11 questões através do aplicativo google formulários, sendo 4 perguntas pessoais e 7 sobre o tema contrato por prazo determinado e obteve 40 respostas.

Primeiramente, foi questionado **“Qual o sexo do entrevistado?”** para uma constatação dos respondentes, o resultado apresenta-se no gráfico 1 a seguir:

Gráfico 1- Sexo dos entrevistados

1. Qual o sexo do entrevistado?

40 respostas



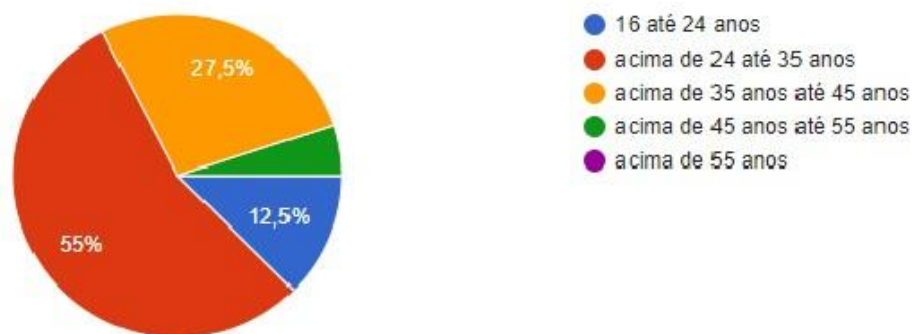
Fonte: Dados da pesquisa

O gráfico nos mostra que 65% dos entrevistados foram do sexo feminino e 35% do sexo masculino. No gráfico 2, **“qual a faixa etária de idade do entrevistado?”**

Gráfico 2- Faixa etária de idade dos entrevistados

2. Qual a faixa etária de idade dos entrevistados?

40 respostas



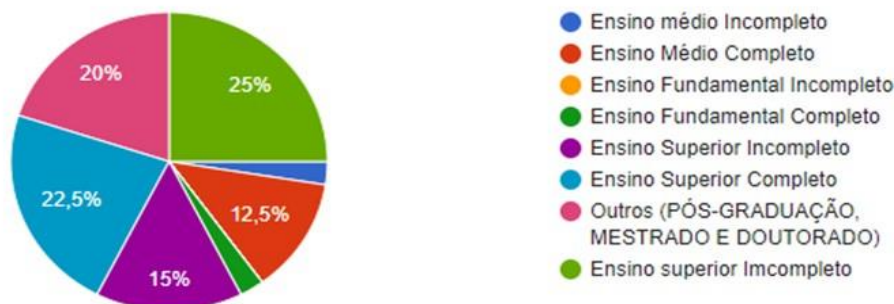
Fonte: Dados da pesquisa

Através do gráfico acima veremos que a faixa etária de idade foi de 55% acima de 24 anos até 35 anos. Já os entrevistados acima de 45 anos até 55 anos foi de 5% da população. No gráfico 3, **“qual o grau de instrução do entrevistado?”**

Gráfico 3- Qual o grau de instrução do entrevistado?

3. Qual o grau de instrução do entrevistado?

40 respostas



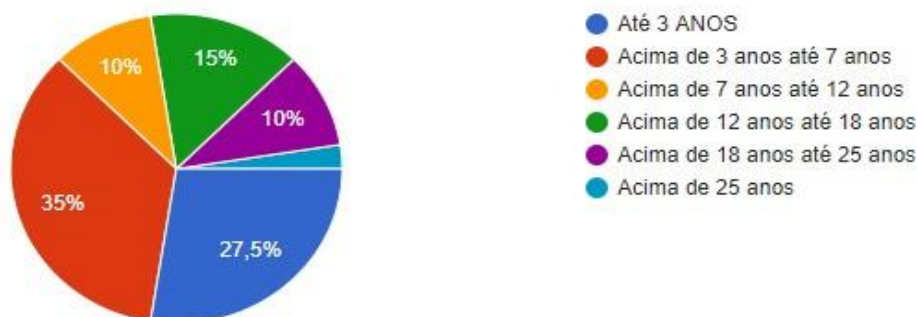
Fonte: Dados da pesquisa

Portanto, o grau de escolaridade dos entrevistados é de 25% que possuem Ensino Superior Incompleto. **No gráfico 4, “qual o tempo de registro de carteira na trabalho do entrevistados? ”**

Gráfico 4- Qual o tempo de registro de carteira de trabalho do entrevistado?

4. Qual o tempo de registro de carteira de trabalho do entrevistado?

40 respostas



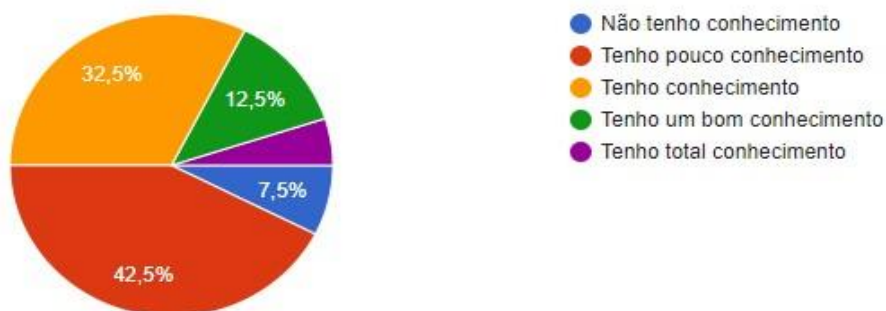
Fonte: Dados da pesquisa

O tempo de registro de carteira dos entrevistados é de 35% acima de 3 anos até 7 anos, porém acima de 25 anos é 2,5%. **No gráfico 5, “O entrevistado tem conhecimento sobre contrato de trabalho por prazo determinado? ”**

Gráfico 5- O entrevistado tem conhecimento sobre contrato de trabalho por prazo determinado?

5. O entrevistado tem conhecimento sobre contrato de trabalho por prazo determinado?

40 respostas



Fonte: Dados da pesquisa

Sobre conhecimento de contrato de trabalho por prazo determinado temos 50% que possuem total conhecimento, portanto apenas 42,5% possuem pouco conhecimento. No gráfico 6, **“com fundamento nas disposições da CLT, em relação ao contrato de trabalho por prazo determinado, o mesmo: ”**

Gráfico 6- Com fundamento nas disposições da CLT, em relação ao contrato de trabalho por prazo determinado, o mesmo:

6. Com fundamento nas disposições da CLT, em relação ao contrato de trabalho por prazo determinado, o mesmo

40 respostas



Fonte: Dados da pesquisa

Com base na resposta do gráfico 6, 30% dos entrevistados acertaram a resposta correta. Não poderá ser estipulado por mais de 2 anos, podendo ser prorrogado uma única vez.

Com fundamento nas disposições da CLT, em relação ao contrato de trabalho.

Segundo Fuhrer:

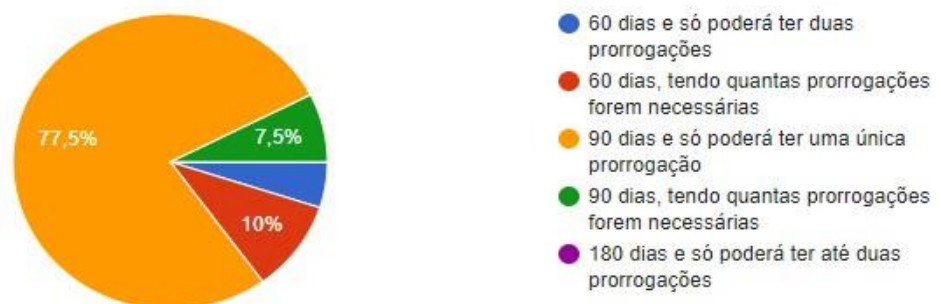
“É permitida a prorrogação somente uma única vez. Não se admite porém, que se ultrapasse o prazo global de dois anos computada a prorrogação. (art.445). Excedendo este limite ou prorrogado mais de uma vez, o contrato passa a vigorar sem determinação de prazo. ”

Porém se entende que havendo a prorrogação do contrato por prazo determinado não pode se exceder a dois anos, pois o contrato passa a ser vigente e o contrato passa a ser indeterminado. No gráfico 7 **O contrato de experiência é uma modalidade de contrato por prazo determinado sua finalidade é verificar se o empregado tem aptidão para exercer a função para qual foi contratado.**

Gráfico 7- O contrato de experiência é uma modalidade de contrato por prazo determinado sua finalidade é verificar se o empregado tem aptidão para exercer a função para a qual foi contratado.

7. O contrato de experiência é uma modalidade de contrato por prazo determinado sua finalidade é verificar se o empregado tem aptidão para exercer a função para a qual foi contratado.

40 respostas



Fonte: Dados da pesquisa

Com base no gráfico, 77,5% dos entrevistados acertaram a resposta correta. A finalidade do contrato de experiência é 90 dias e só poderá ter uma única prorrogação. O contrato de experiência é um contrato por prazo determinado que tem por objetivo proporcionar tanto para o empregador como para o empregado se terá aptidão para a função a ser desempenhada, porém é um período para avaliar se a

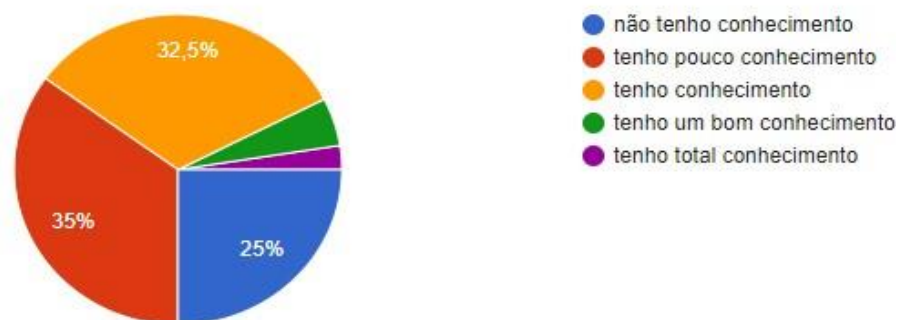
outra parte atende as expectativas do empregador, podendo mostrar suas habilidades profissionais.

O contrato de experiência pode ser prorrogado, respeitado o limite máximo de 90 dias. (TST-súmula 188) conforme a CLT 445, parágrafo único.

Gráfico 8- O contrato individual de trabalho pode ser acordado tácito ou expressamente, verbalmente ou por escrito e por prazo determinado ou indeterminado. No gráfico 8, “ **O contrato individual de trabalho pode ser acordado tácito ou expressamente, verbalmente ou por escrito e por prazo determinado e indeterminado.** ”

8. O contrato individual de trabalho pode ser acordado tácito ou expressamente, verbalmente ou por escrito e por prazo determinado ou indeterminado.

40 respostas



Fonte: Dados da pesquisa

Se agregarmos os que têm conhecimento, tenho bom conhecimento e total conhecimento veremos que 40% dos entrevistados possuem conhecimento sobre contrato individual de trabalho.

CLT-Decreto Lei nº 5.452 de 01 de Maio de 1943
Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.

Art.443- O contrato individual de trabalho poderá ser acordado tácita ou expressamente, verbalmente ou por escrito e por prazo determinado ou indeterminado.

§ 1º- Considera-se como de prazo determinado o contrato de trabalho cuja vigência dependa de termo prefixado ou da execução de serviços especificados ou ainda da realização de certo acontecimento suscetível de previsão aproximada. (Parágrafo Único renumerado pelo Decreto-lei nº229, de 28.2.1967)

§ O contrato por prazo determinado só será válido em se tratando: (Incluído pelo Decreto-lei nº 229, de 28.2.1967)

- a) De serviço cuja natureza ou transitoriedade justifique a predeterminação do prazo; (Incluída pelo Decreto-lei nº 229, de 28.2.1967)
- b) De atividades empresariais de caráter transitório; (Incluída pelo Decreto-lei nº 229, de 28.2.1967)
- c) De contrato de experiência. (Incluída pelo Decreto-lei nº 229, de 28.2.1967).

Contrato individual de trabalho é o acordo tácito ou expresso, verbal ou escrito, por prazo determinado ou indeterminado. No gráfico 9, **“Nos termos previstos na consolidação do trabalho, o contrato”** temos abaixo:

No gráfico 9- Nos termos previstos na consolidação do trabalho, o contrato

9. Nos termos previstos na consolidação do trabalho, o contrato

40 respostas



Fonte: Dados da pesquisa

Dos entrevistados 55% acertaram a resposta correta, que o contrato de experiência não poderá exceder o prazo de 90 dias.

Conforme Carrion:

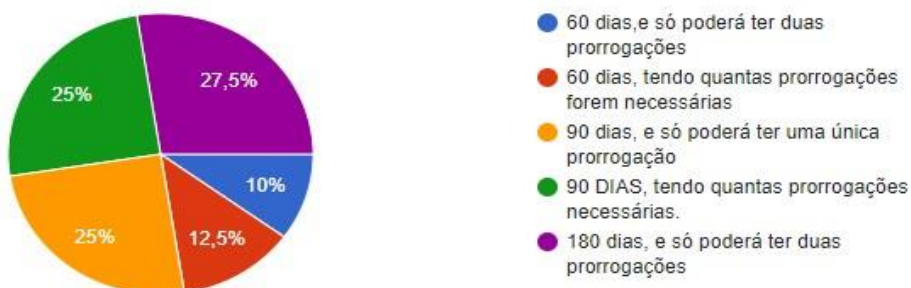
O contrato de experiência é espécie de contrato por prazo determinado (CLT, art.443, § 2º, c). Definindo-se por seu limite máximo e duração (CLT, art.445, parágrafo único), mas admitindo, como todo contrato a termo, uma só prorrogação (CLT, art.451), respeitado o limite máximo previsto em lei (TST, RO-AR 80/88.8, Ermes Perpassai, Ac. SDI 4.255/89)

No gráfico 10, **“qual a duração máxima de um contrato de safra? ”** podemos analisar:

Gráfico 10- Qual é a duração máxima de um contrato de safra?

10. Qual é a duração máxima de um contrato de safra?

40 respostas



Fonte: Dados da pesquisa

Portanto, 27,5% dos entrevistados acertaram a resposta correta que contrato de safra tem duração máxima de 180 dias.

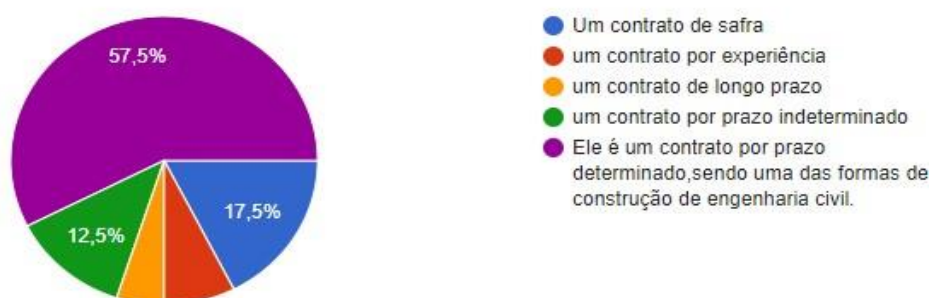
Conforme Gonçalves (1993, p.133) “Percebe-se, pois que o contrato de safra é uma espécie de contrato de prazo determinado. Isto porque sua duração fica na dependência do término da safra.”

Desde logo é de observar que os vocábulos safra e temporada, para o estudo que ora se faz, são sinônimos. Por último, o gráfico 11 **“O contrato de obra certa é muito importante para firmar a relação entre uma construtora e seus empregados. Esse contrato é: ”**

Gráfico 11- O contrato de obra certa é muito importante para firmar a relação entre uma construtora e seus empregados. Esse contrato é:

11.O contrato de obra certa é muito importante para firmar a relação entre uma construtora e seus empregados.Esse contrato é:

40 respostas



Fonte: Dados da pesquisa

Dos entrevistados 57,5 % acertaram a resposta correta, o contrato de obra certa ele é um contrato por prazo determinado, sendo uma das formas de construção de engenharia civil.

Segundo a CLT:

Contrato por prazo determinado, vinculado a uma obra de construção civil ou um serviço específico relacionado à construção civil, poderá ser realizado apenas mediante previsão expressa em instrumento coletivo ou ainda para um serviço de natureza transitória que justifique a determinação do prazo nos termos do artigo 443, § 2º, alínea “a”, da CLT.

Na obtenção de coleta de dados do presente trabalho pode-se identificar que 50% dos entrevistados tem conhecimento sobre contrato de trabalho por prazo determinado como mostra no gráfico 5.

E em gráfico 6 apenas 30% dos entrevistados acertaram sobre a CLT sobre o prazo máximo do contrato de trabalho por prazo determinado.

Já por parte do contrato de experiência no gráfico 7, o índice foi de 77,5% os que acertaram sobre a prorrogação de seu prazo legal, observando no gráfico 9 apenas 55% responderam a afirmativa correta. Portanto no gráfico 10 nos mostra que 27,5% dos entrevistados sabem sobre contrato de safra e sua duração, pode-se dizer por ser um contrato conhecido também como temporada e seu término pode acontecer antes da data prevista. Posto isto, no gráfico 11 temos uma modalidade de contrato por obra certa conhecido como uma das formas de construção de engenharia civil, por sua vez temos um índice de 57,5% acertaram a resposta correta, o que quer dizer, que a população do vale do São Lourenço tem conhecimento sobre contrato de trabalho por prazo determinado.

5 CONCLUSÃO

O interesse pelo tema surgiu pela importância do direito do trabalho. Diante do que foi exposto, o principal objetivo deste artigo foi verificar se a população do Vale do São Lourenço tem conhecimento sobre contrato de trabalho por prazo determinado.

Na presente pesquisa foram expostos os principais tipos de contrato por prazo determinado, onde foram analisadas suas características como também as regras de cada tipo de contrato principalmente o contrato por prazo determinado ou contratos temporários de acordo com a lei nº 9.601/98.

O estudo analisou os tipos de contrato por prazo determinado, sendo uma modalidade de contratação muito discutida pelos doutrinadores por não obedecer aos requisitos do art.443 da CLT.

Dos dados coletados e analisados da amostra foi possível constatar que 50% dos respondentes tem conhecimento sobre contrato de trabalho. Este artigo foi de grande relevância, pois revelou o aprendizado, e o conhecimento dos principais tipos de contrato por prazo determinado, que nos garante um maior conhecimento na área trabalhista.

Na elaboração do artigo científico, aprendeu-se como formalizar o contrato de trabalho, os direitos e deveres dos envolvidos na relação trabalhista, ou seja, empregado e empregador, conforme o que designa a CLT.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, Silvano Alves. **Legislação trabalhista e rotina trabalhista**/Silvano Alves de Alcântara, Curitiba, Inter saberes 2014.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à Metodologia do Trabalho Científico**/Maria Margarida de Andrade. 7 ed. São Paulo: Atlas,2005.

BARROS, Alice Monteiro. **Curso de direito do trabalho**- 5ªedição ver. E ampla São Paulo LTr,2009.

CARRION, Valentin. **Comentários à CLT: legislação complementar: Jurisprudência**/ Valentin Carrion- 39 ed. rev. E atual por Eduardo Carrion- São Paulo: Saraiva,2014.

CERVO, A. L; P. A. **Metodologia Científica**: para uso de estudantes. Universitários. São Paulo: McGraw-Hill,1983.

CLT Saraiva acadêmica e constituição federal/obra coletiva de autoria da editora saraiva com colaboração de Luiz Roberto Cúria, Lívio Céspedes Juliano Nicoletti- 10 ed.São Paulo: Saraiva 2012.

CLT, **Consolidação das Leis do Trabalho**: 15, ed. Editora rideel, 2009.

Das Leis do Art.443 Consolidação Trabalho- Decreto Lei 5452/43 disponível em:

<[www.jusbrasil](http://www.jusbrasil.com.br/.../artigo-443do-decreto-lei-nº5452-de-01-de-maio-1943)>com.br/.../artigo-443do-decreto-lei-nº5452-de-01-de-maio- 1943>Acesso em 29 de julho de 2019 às 20h08 min.

DELGADO, Mauricio Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**. 2ª ed. São Paulo: Saraiva,2005.

DELGADO, Mauricio Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**. São Paulo: LTr, 2008.

FUHER, MAXIMILLIANUS Claudio Américo, **resumo do direito do trabalho**. 21ª edição, 02.2007

LAKATOS, E.M.; MARCONI, Metodologia **Científica**. 3ª Ed. São Paulo: Atlas.

MALHADAS, Júlio Assunção. **Estrutura e disciplina das alterações contratuais do trabalho**. São Paulo: LTr,1995.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Curso de direito do trabalho: história e teoria geral do direito do trabalho**, relações individuais e coletivas do trabalho. 18 ed.rev.e atual. São Paulo: Ed. Saraiva 2003.

RUSSOMANO, Mozart Victor. **Direito do trabalho e direito processual do trabalho:**
novos rumos. 2ed. Curitiba: Juruá, 2002.

17 FORMALIDADE X INFORMALIDADE: UM ESTUDO NO VALE DO SÃO LOURENÇO-MT.

Vanessa de Moraes Feitosa ¹

Jailson da Conceição Teixeira ²

Fabiana Kely dos Santos Reis³

18 RESUMO

A informalidade nas relações trabalhistas é uma realidade no mercado de trabalho brasileiro e mundial. Diante disso, objetivou-se elaborar uma pesquisa de campo para analisar a situação da informalidade incidente na folha de pagamento dos trabalhadores do Vale do São Lourenço, bem como, elencar as principais desvantagens para o trabalhador que se encontra neste caso. Para tanto, foi elaborado um questionário através da plataforma Google Formulários e encaminhados via *email* e WhatsApp a uma amostra de cem pessoas dentre os habitantes das cidades de Jaciara, São Pedro da Cipa e Juscimeira. Com isso buscou-se conhecer a faixa etária, o sexo e a escolaridade predominantes entre os que já trabalharam informal ou semi formalmente. Os principais resultados obtidos mostraram uma alta incidência em trabalhos informais, em ao menos uma vez trabalhada, nas mulheres com até 30 anos de idade, que concluíram o Ensino Médio ou que estão cursando graduação. Também foi observado que 67% aceitaram trabalhar informalmente não por opção da empresa, mas possivelmente fora acordado esta situação entre empregado e empregador. Contudo, para o empregado, não ter o valor recebido coincidente com o declarado na folha de pagamento é desvantajoso no sentido de que seus direitos trabalhistas não serão recolhidos totalmente em seu benefício. Notou-se um número expressivo entre graduados e pós-graduados que trabalharam, ao menos uma vez, na informalidade, como também se aferiu um número notório entre as pessoas que se sentiram prejudicadas nesta situação porém reincidiriam a trabalhar na informalidade novamente, devido essencialmente à falta de emprego abundante na região do Vale do São Lourenço.

Palavras-chave: Folha de pagamento. Informalidade. Tributação.

¹Graduanda em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço – EDUVALE. Email: vanessavdmf@gmail.com.

²Graduado em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço – EDUVALE, Pós Graduado em Tecnologia de Informação e Lei da Responsabilidade Fiscal na ESAB e em Gestão Fiscal

e Planejamento Tributário na UNIC, Mestre em Contabilidade Gerencial e Finanças na FUCAPE. Professor do Curso de Ciências Contábeis na Faculdade EDUVALE, Contador da Excelência Contabilidade e Assessor Financeiro e Fiscal da Soluções Assessoria. Email: jailsoncontador@outlook.com

³Graduada em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço –

EDUVALE, Pós Graduação em Gestão de Recursos Humanos pela IPEMIG: Instituto Pedagógico de Minas Gerais.

1 INTRODUÇÃO

No atual ramo empresarial, é comum ocorrerem práticas nas quais as mesmas optam por efetuar a remuneração de seus colaboradores de forma fragmentada, ou seja, pagando uma parte do salário com registro na CTPS, e a outra parte paga “por fora” de forma que a empresa declara salário inferior ao que efetivamente é pago, ou seja, estabelece vínculos com o trabalhador que o encaminharão para a informalidade, conforme a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). A informalidade possui controvérsias, na prática, uma vez que, muitas opiniões de trabalhadores e empregadores discordam de que grande parte destas atividades deveriam ser enquadradas como informais, já que é praticamente rotina este tipo de prática.

Analisar informações sobre o tema mencionado, é de suma importância, visto que, no meio empregatício é relativamente comum a ocorrência deste tipo de atividade que as suas vantagens e desvantagens levantam discussões sobre o que seria melhor para o empregador ou para o empregado.

Assim sendo, objetivou-se elaborar uma pesquisa de campo para analisar a situação da informalidade incidente na folha de pagamento dos trabalhadores do Vale do São Lourenço, a fim de contribuir com informações detalhadas do quanto receber desta forma é prejudicial para o empregado.

Nesta pesquisa foi utilizado o método de pesquisa bibliográfica, através de artigos, livros entre outros. Foi elaborado um questionário, com base exploratória, a fim de entender um tipo de padrão entre os entrevistados que determinem os focos da informalidade.

Por fim, este presente artigo tem o intuito de esclarecer aos moradores da região, a realidade da informalidade neste meio empregatício, tendo em vista que a uma grande porcentagem significativa da população que já trabalharam ou trabalham nesta modalidade.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Evolução no Contexto Trabalhista

A palavra “trabalho” segundo Carmo (1997, p. 16) “origina-se do latim através do termo ‘tripliquem’, cujo objeto retratava-se de um aparelho sustentado por três estacas com o objetivo de manter bois ou cavalos presos ou com o significado de ‘pena ou servidão do homem à natureza’”. Com o passar do anos, a palavra vindo sendo, por vezes, identificada como sinônimo de atividade, ocupação, ofício, profissão, tarefa, distinguindo-se de lazer, e pode significar ainda o resultado de uma determinada ação que eleva moralmente o homem e garante

uma forma de sustento para si e sua família, promovendo a realização dos projetos planejados e por fim, somando aos demais empreendimentos, possibilita a mudança de atitude em relação ao seu próximo, permitindo mudanças substanciais na sociedade (OLIVEIRA, 2006)

Na década de 80, surgiu o conceito de “globalização” ou a universalização do comércio, prestação de serviços e da comunicação. Mercado este onde as empresas internacionalizadas caracterizam-se por: estruturas enxutas, redução de níveis hierárquicos, busca de flexibilidade, orientação para busca de qualidade, capacitação contínua de seus profissionais e fluxo de diálogo (SANTOS et al, 1999). O Brasil, juntamente com os países em desenvolvimento do terceiro mundo, se encontra na era da globalização em condições de defasagem com relação às grandes potências, e mantém sua situação de dependência e enfrenta dificuldades em atualizar seu mercado de trabalho, para cumprir as suas exigências. Essa condição de inferioridade gerou uma certa defasagem na prestação de trabalho que pode ser encontrada nos problemas de identidade caracterizados pela dificuldade na autovalorização da sua prestação de serviços.

2.2 ENCARGOS TRABALHISTAS

De acordo com dados do PNADC (Pesquisa Nacional por Amostra em Domicílios Contínua) e da Síntese de Indicadores Sociais do IBGE (2018) dos 91,3 milhões de pessoas ocupadas no trimestre encerrado em setembro de 2018, a marca de trabalhadores sem carteira passou de 10,9 milhões, em 2017, para 11,2 milhões, ou seja, 12,26% em relação ao total de trabalhadores.

Segundo o professor do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas, a FGV, Neri (2000, p. 38) “há mais relações entre a CLT e os empregados informais do que supõe o INSS”, pois os “benefícios legais são estendidos aos empregados sem carteira, exatamente como está no papel. A diferença principal está nas obrigações fiscais devidas ao governo”. E o que se tem observado é a queda do trabalho formal em relação ao informal é maior quando comparando com a alteração da carga horária semanal a partir da Constituição Federal de 1988, de 48 para 44 horas. Embora os trabalhadores sem carteira recebam menos e operem em jornada maior que os que possuem a carteira assinada, conforme Neri (2000) e Meneguín e Bugarin (2008), é recorrente que estes e os que estão na informalidade, recebam seus direitos praticamente proporcionais. Por exemplo, diante de pesquisa realizada, indivíduos na formalidade e na informalidade recebem, ambos, no mesmo período (até o quinto dia útil do mês seguinte trabalhado), possuem o abono no último mês do ano e salários mensais, estabelecidos pela legislação. Entretanto, o trabalhador sem carteira contribui exponencialmente menos com os encargos sociais e trabalhistas, como o Instituto Nacional do

Seguro Social, o INSS, e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, o FGTS, que o assalariado com carteira assinada.

Neri (2000) acredita que a principal razão que fomenta a informalidade é a ameaça constante que o trabalhador sem carteira assinada representa ao empregador, frente à Justiça do Trabalho, pronta a cobrar judicialmente, com a anuência do Estado, que este adeque o trabalhador às formalidades da CLT. Ora, para o trabalhador é conveniente se manter no posto, gozando de certos benefícios, como poder receber mais por hora trabalhada; como também é conveniente ao empregador que os custos dos encargos sociais sejam direcionados ao caixa da empresa, ao qual poderá servir de investimento a um novo empreendimento.

De fato, o relatório do IPEA e do Banco Mundial (2002, p. 26) confirmam o que foi sugerido por Neri (2000) e Meneguín e Bugarin (2008) a respeito do papel da Justiça do Trabalho em relação ao vínculo empregatício mantido pelo trabalhador e contratante:

Dada a alta incidência de causas trabalhistas, não surpreende que a justiça do trabalho influencie significativamente os produtos do mercado de trabalho. Os tribunais impõem custos diretos e indiretos aos usuários. Os custos diretos dos litígios mais frequentes são as taxas pagáveis ao Estado e aos advogados, que são suportados pelas empresas. Estes custos não são desprezíveis. Todavia, os custos indiretos devidos à mudança de comportamento são muito maiores e recaem sobre os empregados e os empregadores. O litígio frequente implica que os custos de mão-de-obra em termos de pagamento futuro de multas e honorários advocatícios são incertos para o empregador no tempo do emprego. O preço real da mão de obra só será conhecido cinco anos depois da rescisão do contrato – após o que o sistema judiciário não aceita mais denúncias. Frente a essa incerteza, os empregadores se tornam cautelosos na contratação de novos trabalhadores, aumentando o cuidado na triagem e, dessa forma, aumentando igualmente seus custos de contratação. Embora não existam provas sistemáticas, é provável que isto tenha reduzido o emprego.

Sobre as consequências, Neri (2007), determina que “a primeira consequência indesejada da informalidade seria a disseminação de distorções e ineficiências derivadas de comportamentos *rent-seeking* e a introdução de incertezas sobre a situação fiscal futura”. Em outras palavras, é a manipulação do ambiente social para se obter recursos financeiros.

2.2.1 PROVENTOS E DESCONTOS

Segundo Dias et al (2017, p. 16),

“a folha de pagamento é um documento utilizado para pagamento aos funcionários onde estão discriminados todos os descontos e proventos, como: comissões, gorjetas, porcentagens, gratificações, diárias e abonos bem como descontos do INSS, plano de saúde, odontológico, entre outros, pagos pelo empregador que o colaborador tem direito, identificando o valor bruto e líquido de direito a receber”.

As férias, horas extras, adicional de insalubridade, adicional noturno e de periculosidade, salário-família, décimo terceiro, quebra de caixa são enquadrados também na modalidade de proventos garantidos pela Constituição Federal e CLT, pagos aos colaboradores.

Da mesma forma que faltas, atrasos e saídas injustificadas, INSS e IRRF, ou Imposto de Renda Retido na Fonte fazem parte dos principais descontos dos colaboradores e, especialmente, das empresas. (DIAS, 2017). As Tabelas 1. e 2. se referem justamente às tabelas de recolhimento do INSS/FGTS e IRPF.

19 TABELA 1 - TABELA NACIONAL DE RECOLHIMENTO DO INSS – 2019

Salário	Alíquota
Até R\$ 1.751,81	8%
De R\$ 1.751,82 até R\$ 2.919,72	9%
De R\$ 2.919,73 até R\$ 5.839,45	11%

Fonte: Portal Tributário, 2019.

20 TABELA 2 - TABELA NACIONAL DE RECOLHIMENTO DE IRPF – 2019

Salário	Alíquota	Parcela a Deduzir do IRPF
Até R\$ 1.903,98	Isento	Isento
De R\$ 1.903,99 até R\$ 2.826,65	7,5%	R\$ 142,80
De R\$ 2.826,66 até R\$ 3.751,05	15%	R\$ 354,80
De R\$ 3.751,06 até R\$ 4.664,68	22,5%	R\$ 636,13

Fonte: Portal Tributário, 2019.

2.2.2 INFORMALIDADE E A POSTURA DA CLT

Na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) existem várias modalidades de pagamento, a opção de pagamento por comissão faz parte desta classificação especialmente aos funcionários do ramo do comércio. A comissão é entendida como uma recompensa ao funcionário pelo cumprimento das metas, visada como um incentivo às vendas. Ela pode ser paga principalmente, em porcentagem ou valor fixo sobre as vendas do mês. Entretanto, é relativamente comum retirar a descrição da comissão ao funcionário da folha de pagamento, pagando-a “por fora”. Para Nogueira (p.13, 2016), este caso se enquadra na chamada semiformalidade. Para ele, semiformalidade trata-se:

Trata-se de empresas que, a despeito de serem formalmente estabelecidas (empresas com CNPJ), não incluem parte de suas operações em seus registros contábeis (transações realizadas sem a emissão do comprovante fiscal, ou Nota Fiscal) e/ou possuem em seus quadros trabalhadores sem contrato formal de

trabalho (carteira de trabalho assinada). Há, ainda, empresas que remuneram seus trabalhadores em valores efetivos que são superiores àqueles que constam de seus registros contábeis e dos respectivos contratos de trabalho – prática usual no comércio, em que a remuneração variável (comissões de vendas) é paga à margem dos registros oficiais. Esse conjunto de práticas é conhecido pelos nomes de transações por fora ou caixa dois.

O objetivo desta prática, para Nogueira (2016), é claro. Refere-se não somente a evasão fiscal, como também, intenção por parte da empresa em ocupar um espaço no mercado que, se não fosse ocupada por ela, seria ocupado pela concorrência. Para ilustrar o assunto em questão, as figuras (1. e 2.) abordam casos diferentes. Em ambos casos se tratam da mesma funcionária do ramo comercial, possui carteira assinada para o cargo de vendedora em uma loja. Contudo, na carteira de trabalho, está discriminado apenas o salário comercial, ou seja, a comissão sobre as vendas está combinada oralmente “por fora”, caracterizando um caso de semiformalidade. A Figura 1 demonstra um holerite fictício recebido pela funcionária, referente ao mês de setembro do ano de 2019. Nele é possível identificar que a comissão acordada com o setor administrativo ou de recursos humanos não está discriminado, contudo, a funcionária recebe a quantia líquida da comissão, ou seja, sem os descontos tributados ao Governo.

Figura 1. Holerite fictício sem a comissão.

EMPREGADOR					set.-19	
XXXXXXXXXXXX						
CNPJ 00.000.000/0000-00						
CÓDIGO	NOME DO FUNCIONÁRIO	CBO	FUNÇÃO			
1	XXXXXXXXXXXX	0	VENDEDORA			
Cód.	Descrição	Referência	Proventos	Descontos		
1	SALARIO NORMAL	220,00	996,89			
998	I.N.S.S.	8,00		96,74		
150	HORAS EXTRAS 50%	21,38	145,38			
200	HORAS EXTRAS 100%	3,49	31,63			
250	REFLEXO HORAS EXTRAS DSR	0,00	35,40			
995	SALARIO FAMILIA	2,00	65,60			
MENSAGENS			Total dos Vencimentos	Total dos Descontos		
			1.274,90	96,74		
			Líquido a Receber->	1.178,16		
SALARIO BASE	Base Cál. INSS	Base Cál. FGTS	FGTS do Mês	Base Cál. IRRF	Faixa IRRF	
996,89	1.209,30	1.209,30	96,74	1.129,48	0	

DECLARO TER RECEBIDO A IMPORTÂNCIA LÍQUIDA DISCRIMINADA NESTE RECIBO.

ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO
 DATA

Fonte: Arquivo Pessoal.

Nota-se que a comissão sobre as vendas do mês não se encontra discriminadas, entretanto, a funcionária a recebe liquidamente, como acordado com a empresa.

Com base na Tabela 1 de recolhimento do INSS, os cálculos realizados para se chegar aos valores descritos na folha de pagamento da Figura 1 são:

- Foi suposto um salário comercial para o cargo de vendedor (R\$ 996,89) e um Salário Família (R\$ 32,80, para duas pessoas R\$ 65,60), com base no Guia Tributário, 2018/2019;

- O cálculo feito para o recolhimento do INSS é feito sobre a soma dos proventos salário normal, horas extras 50 e 100% e DSR. O salário-família deve estar de fora deste desconto, obrigatoriamente.

Assim, soma-se: R\$ 996,89 + R\$ 145,38 + R\$ 31,63 + R\$ 35,40 = R\$ 1.209,30

Deste valor, retira-se 8% da alíquota do INSS, presente na Tabela 1 referente aos salários de até R\$ 1.751,81.

R\$ 1.209,30 x 8% = R\$ 96,74 descontados do INSS, na folha de pagamento.

- O cálculo das horas extras (50 e 100%) pode ser feito de forma simplificada, utilizando apenas as horas totais trabalhadas e as horas extras respectivamente trabalhadas:

Para as horas extras 50%:

R\$ 996,89 / 220 (horas normais trabalhadas) = R\$ 4,53 (valor por hora total trabalhada)

R\$ 4,53 + 50% = R\$ 6,80 (hora total trabalhada mais meia hora extra)

R\$ 6,80 X 21,38 (horas extras 50% trabalhadas no mês) = R\$ 145,38 (valor recebido)

Para as horas extras 100%:

R\$ 996,89 / 220 = R\$ 4,53 (hora normal trabalhada)

R\$ 4,53 + 100% = R\$ 9,06

R\$ 9,06 X 3,49 = R\$ 31,63 (valor recebido)

- Para o cálculo do Descanso Semanal Remunerado (DSR) necessita-se dos valores recebidos das horas extras de 50 e 100%, a quantidade de dias úteis trabalhados e a de dias inúteis (domingos e feriados):

R\$ 145,38 + R\$ 31,63 X 5 dias = R\$ 35,40

25 dias

Obs: os dias úteis e inúteis foram considerados para o número de 30 dias + 1 feriado em dia útil (mês de setembro).

No exemplo a seguir da vendedora, a Figura 2 representa a situação como ela ocorre na prática, pois, na prática, além dos proventos recebidos (horas extras, DSR e salário-família) e do INSS descontado, a empresa descontaria seu imposto de renda, em virtude do salário total (normal + comissão) não se enquadrar na isenção (Tabela 2.).

Ainda segundo Nogueira (p.12, 2016) “no universo das pequenas e microempresas, é um fato notório que, para muitas delas, seus demonstrativos contábeis não têm nenhuma relação com a realidade”. Esta afirmação indica que os casos de informalidade e semiformalidade são frequentes no país, especialmente nas micro e pequenas empresas.

Figura 2. Holerite simbólico representando o caso da vendedora fora da informalidade.

EMPREGADOR XXXXXXX CNPJ 00.000.000/0000-00						set.-19	
CÓDIGO 1		NOME DO FUNCIONÁRIO XXXXXXXXXXXXX		CBO 0		FUNÇÃO VENDEDORA	
Cód.	Descrição	Referência	Proventos		Descontos		
1	SALARIO NORMAL	220,00	996,89				
37	COMISSAO	1,00	2.310,00				
150	HORAS EXTRAS 50%	21,38	482,11				
200	HORAS EXTRAS 100%	3,49	104,91				
250	REFLEXO HORAS EXTRAS DSR	0,00	185,89				
995	SALARIO FAMILIA	2,00	63,42				
998	INSS	11,00			448,78		
	IRRF	15,00			180,71		
MENSAGENS			Total dos Vencimentos		Total dos Descontos		
			4.143,22		629,49		
			Líquido a Receber->		3.513,73		
SALARIO BASE		Base Cál. INSS	Base Cál. FGTS	FGTS do Mês	Base Cál. IRRF	Faixa IRRF	
996,89		4.143,22	4.143,22	448,78	3.788,42	15	

DECLARO TER RECEBIDO A IMPORTÂNCIA LÍQUIDA DISCRIMINADA NESTE RECIBO.

ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO
 DATA

Fonte: Arquivo Pessoal.

A comissão está descrita e os devidos descontos feitos em cima do salário normal + comissão de 1%.

Em linhas gerais, os cálculos permaneceriam com as mesmas bases, porém com valores maiores:

- Para efetuar corretamente os valores, os cálculos precisam tomar como premissa o salário total do referido mês por R\$ 3.306,89 (R\$ 996,89+R\$ 2.310,00) do salário normal e a comissão de 1% sobre as vendas do mês (R\$ 231.000,00).
- O cálculo do INSS e FGTS é feito pela soma de todos os benefícios, menos o valor do salário-família, como mencionado anteriormente. A alíquota referente ao salário da funcionária é de 11% (vide Tabela 1.).

$$R\$ 996,89 + R\$ 2.310,00 + R\$ 482,11 + R\$ 104,91 + R\$ 117,40 = R\$ 4.143,22$$

$$R\$ 4.143,22 - 11\% = R\$ 448,78$$

- Com base nos cálculos acima já citados, o valor das Horas Extras 50% recebidas = 482,11. Já o valor recebido referente às Horas Extras 100% = 104,91.
- Cálculo referente ao Descanso Semanal Remunerado (DSR)

$$(\text{Horas extras 50\%} + \text{Horas extras 100\%}) \times \text{Dias inúteis}$$

Dias úteis

$$(482,11 + 104,91) \times 5 = \text{R\$ } 117,40$$

25

Obs: os dias inúteis são considerados domingos e feriados. O cálculo foi feito levando em consideração o período de 30 dias, sendo 25 dias trabalhados e 5 dias inúteis (mês de setembro).

- Cálculo referente ao Imposto de Renda (IRRF):

Base X 15% - R\$ 132,59

R\$ 3.513,73 X 15% - R\$ 354,80= R\$ 180,71

Obs: o cálculo foi feito tendo como referência o salário total líquido para identificar a alíquota e a dedução respectiva.

2.2.3 A TRIBUTAÇÃO INCIDENTE SOBRE A FOLHA DE PAGAMENTO E A INFORMALIDADE

A tributação incidente sobre uma folha de pagamento é paga pelos vários tipos de empresas existentes no Brasil são complexas e, por vezes, burocrática. As tributações são regidas por regimes específicos que variam de acordo com a renda empresarial. Conforme um levantamento da Confederação Nacional da Indústria (CNI), em estudo divulgado pelo Portal da Indústria e realizado nos anos de 2017 e 2018 entre 18 países, o Brasil se posiciona em 15º no fator “Peso dos Tributos” sobre a renda das empresas (CNI, 2018). E por assim ser, a alta taxa tributária tem por consequências a redução da competição entre empresas de mesmo ramo e a desestimulação dos investimentos no país, mas conforme o portal da indústria, os setores mais afetados pela alta carga tributária se concentram próximos à base da pirâmide aonde estão reunidos os bens de maior valor agregado que são desestimulados em razão do lucro menor do que o esperado. Em linhas gerais, os regimes de tributação são: os regimes especiais para a MEI (microempreendedor individual), o Simples Nacional, o Lucro Presumido ou Real. O objetivo é especificar os principais impostos incidentes sobre a folha de pagamento, tributado pela contratação de pessoal.

O regime especial para a MEI se enquadra no Simples Nacional em que é determinada a isenção de impostos como IRRF, Cofins, etc. Neste cenário, o MEI deve pagar um valor, que corresponde a arrecadação de ICMS e INSS, de R\$ 50 (para comércio e serviços gerais), R\$ 49 (para prestação de serviços) e R\$ 45 (sobre indústria e comércio), no caso da não contratação de funcionário. Se contratar, é cobrado um valor de 3% sobre INSS e salário + alíquota de 8% sobre FGTS.

As micro e pequenas empresas que se enquadram no regime do Simples Nacional receberam um benefício do Estado que reuniu os oito impostos incidentes sobre a folha em uma única guia de pagamento, o Documento de Arrecadação Simplificada (DAS). Os impostos contidos nessa guia (Tabela 3) são:

Tabela 3. Além da guia do DAS, o micro e pequeno empresário precisa pagar o FGTS em guia separada

Imposto	Alíquota
ICMS (Imposto sobre Comercialização de Mercadorias e Serviços)	1,25% ~ 3, 95%
ISS (Imposto sobre Serviços)	2% ~5%
IRPJ (Imposto de Renda de Pessoa Jurídica)	0,16% ~ 0,81%
CSLL (Contribuição sobre Lucro Líquido)	0,47% ~10, 73%
PIS/PASEP	0,23% ~ 0,57%
IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados)	0,5%
COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social)	0,86% ~ 1,6% 1,28% ~ 2,63%
CPP (Contribuição Patronal Previdenciária)	2,75% ~ 4,6%

. **Fonte:** Guia Trabalhista, 2019.

Empresas vinculadas ao regime de Lucro Real ou Presumido podem optar pelo Simples Nacional, mas se não, estes são os impostos adicionais que incidem sobre a folha:

Tabela 4. Impostos incidentes sobre o holerite definidos para empresas regidas pelo Lucro Presumido/Real.

Impostos Regime Lucro Presumido/Real	Alíquota
INSS	20%, caso a empresa não opte pelo SN
RAT (Risco Ambiental do Trabalho)	1, 2 e 3%, conforme nível de risco
FGTS + Multa rescisória + 10% do valor total da folha de pagamento + aviso prévio indenizado	8% + até 40% sobre valor da conta FGTS + 10% + 1/11 das férias e salário
Salário Educação	2,5% sobre a folha de pagamento
Sistema S	SENAI, SESC E SEST (1,5%), SESI, SENAC E SESNAT (1%), SEBRAE (0,3% ~ 0,6%), SENAR (0,2% ~ 2,5%) E SESCOOP (2,5%)
INCRA	2,5% para alguns tipos de empresas
DSR, 13º e férias	-
Auxílio doença	1,9% sobre a folha
Salário Família	R\$ 32,80 fixados
Contribuição Patronal Sindical	Não obrigatório

Fonte: Guia Trabalhista, 2019.

Com a informalidade, o empresário, em sua visão, poderá contratar mais pessoal e produzirá mais por isso. Para Neri e Fontes (p.3, 2010):

O consenso entre Estado e contribuintes por menores impostos seria automático, o que não aparece ainda no caso brasileiro mesmo porque, apesar da crescente informalidade, a carga tributária efetivamente arrecadada tem subido nos últimos doze anos atingindo 37,6% do PIB brasileiro em 2008.

Os autores classificam as consequências da informalidade em três: i) a manipulação do meio político-social a fim de obtenção de renda com o caos, que desemboca na incerteza a respeito da arrecadação do fisco nas projeções; ii) a transferência de quantias sem uma decisão regulamentada previamente gera uma situação de instabilidade e até de impotência do Estado Maior em relação a sua população e; iii) a não contribuição trabalhista e previdenciária acaba por formar uma massa de pessoas desprotegidas dos amparos legais em caso de qualquer eventual problema que possa acometer o trabalhador no ambiente de trabalho ou apesar dele, como a velhice, a maternidade, o 13º salário, etc. Caberia, portanto, ao indivíduo, por sua conta e risco, a autoproteção e integralidade em relação aos riscos ocorridos.

3 METODOLOGIA

Para Gerhardt e Silveira (2009), a pesquisa é o resultado de uma investigação sobre um problema que, para resolvê-lo, é necessário recorrer a um processo científico. Já para SILVA et al. (2015), a pesquisa se conceitua num procedimento sistemático e intensivo para descobrir fatos e interpretá-los, com base numa realidade existente.

Neste meio, existe a pesquisa qualitativa e a quantitativa. Para as pesquisas do primeiro grupo, SILVA et al. (2015) e Fonseca (2002), determina que mais importa o estudo aprofundado da relação deste grupo composto por diversas partes com a realidade a qual estão inseridos, ou em outras palavras, para as pesquisas qualitativas têm mais relevância algum fato em comum, que a quantidade numérica de pessoas inseridas nele.

As explicativas visam a seleção de fatores que causam ou ajudam a causar um determinado fenômeno dentro de uma realidade, e estabelece relações de causa-efeito de modo a explicá-lo. Por fim, as exploratórias são conceituadas por possibilitarem o melhor entendimento sobre um assunto que pode ser mais aprofundado por outras pesquisas posteriores, além de permitir a formulação de hipóteses com base em dados coletados, podem esclarecer os problemas com visão geral acerca de algum fenômeno.

Oliveira (2011) define a pesquisa exploratória como “informações definidas ao acaso e o processo de pesquisa é flexível e não estruturado. A amostra é pequena e não representativa e a análise dos dados é qualitativa. As constatações são experimentais e o resultado, geralmente, seguido por outras pesquisas exploratórias ou conclusivas”. Já os métodos geralmente são levantamentos secundários, experimentais, estudos de casos específicos e observação geral sobre o tema.

Deste modo, o presente artigo para conclusão do curso de Ciências Contábeis foi idealizado se valendo de uma pesquisa de natureza qualitativa, com escolha do objeto de estudo

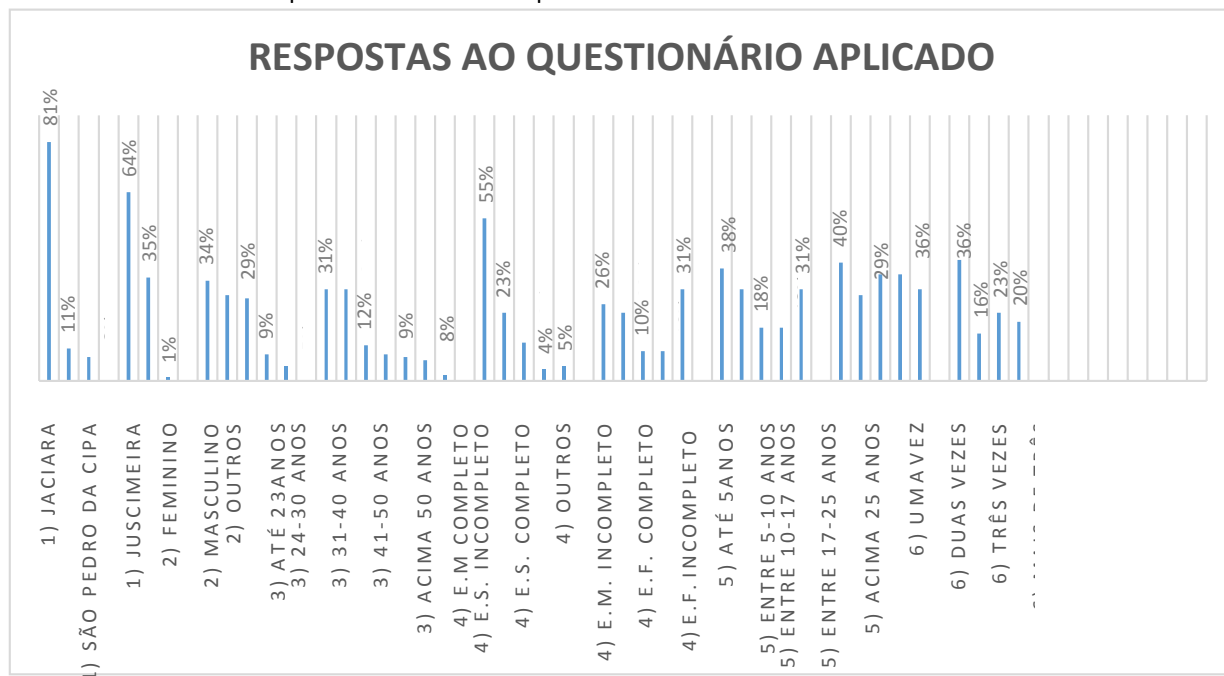
por amostragem de 100 (cem) pessoas, escolhidas e distribuídas entre as cidades de Jaciara, Juscimeira e São Pedro da Cipa – todos pertencentes ao estado do Mato Grosso. A coleta de dados foi realizada por meio de questionário aplicado via Google Formulários, encaminhados via *e-mail* ou WhatsApp.

O questionário foi elaborado com 9 questões sendo elas: 1) Qual a cidade que o entrevistado reside?; 2) Qual o sexo do entrevistado?; 3) Qual a faixa etária do entrevistado?; 4) Qual a escolaridade do entrevistado?; 5) Qual o tempo de registro de carteira de trabalho do entrevistado?; 6) Somado ao seu trabalho atual, se for o caso, quantas vezes o entrevistado já trabalhou com carteira assinada, mas recebia “por fora”?; 7) As vezes em que o entrevistado trabalhou recebendo “por fora” da carteira de trabalho, foi por opção da empresa?; 8) O entrevistado se sentiu prejudicado quando trabalhou recebendo “por fora” da carteira de trabalho? e; 9) O entrevistado aceitaria trabalhar recebendo “por fora” da carteira de trabalho?

4 ANÁLISE DOS DADOS

O questionário foi encaminhado para a amostra de 100 pessoas e as respostas foram as seguintes, em termos de porcentagem:

Gráfico 1. Resultados do questionário em dados percentuais.

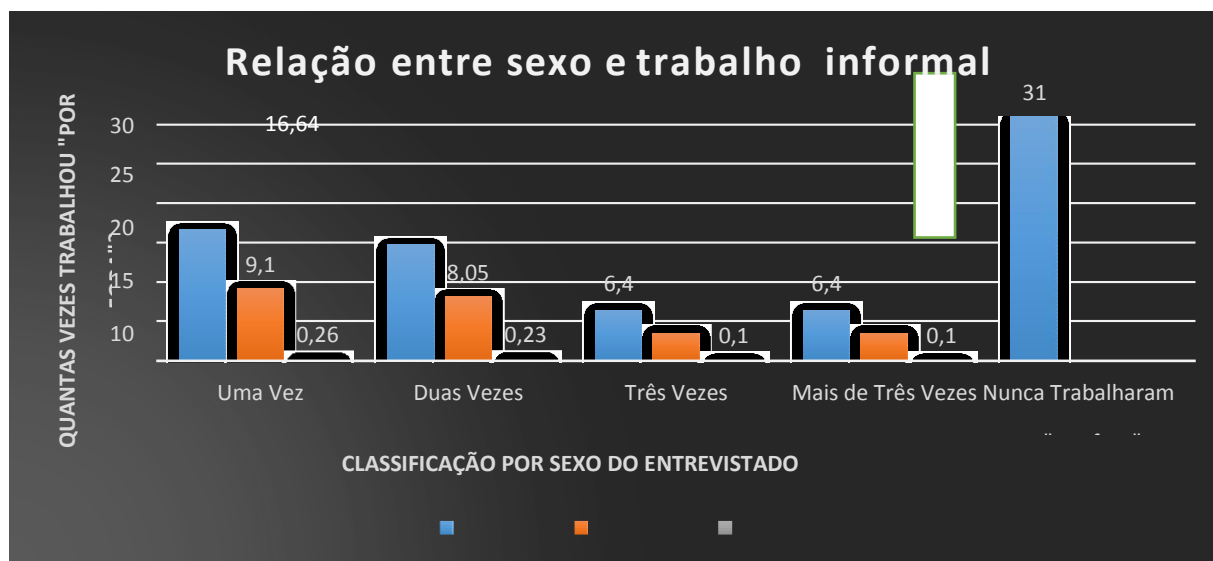


Fonte: Dados da Pesquisa.

Assim sendo, os gráficos abaixo foram elaborados a partir do cruzamento das porcentagens observadas no gráfico 1. Para elaborá-los, multiplicou-se todas as respostas de determinada pergunta com todas as respostas de outra pergunta. O objetivo é entender a

quantidade de vezes que mulheres e homens trabalharam informalmente em suas vidas (Gráfico 2), bem como a quantidade de vezes trabalhadas informalmente associadas à faixa etária dos 100 entrevistados (Gráfico 3) e a escolaridade (Gráfico 4). Deste modo é possível traçar um padrão entre os entrevistados para observar o foco de maior incidência de casos de trabalho informal, na região do Vale do São Lourenço.

Gráfico 2. Gráfico que relaciona a porcentagem das mulheres, dos homens e outros com a quantidade declarada de vezes que trabalharam informalmente até o momento da pesquisa.



Fonte: A pesquisa.

As entrevistadas mulheres superaram em porcentagem os entrevistados em sua relação com a informalidade incidente na folha de pagamento.

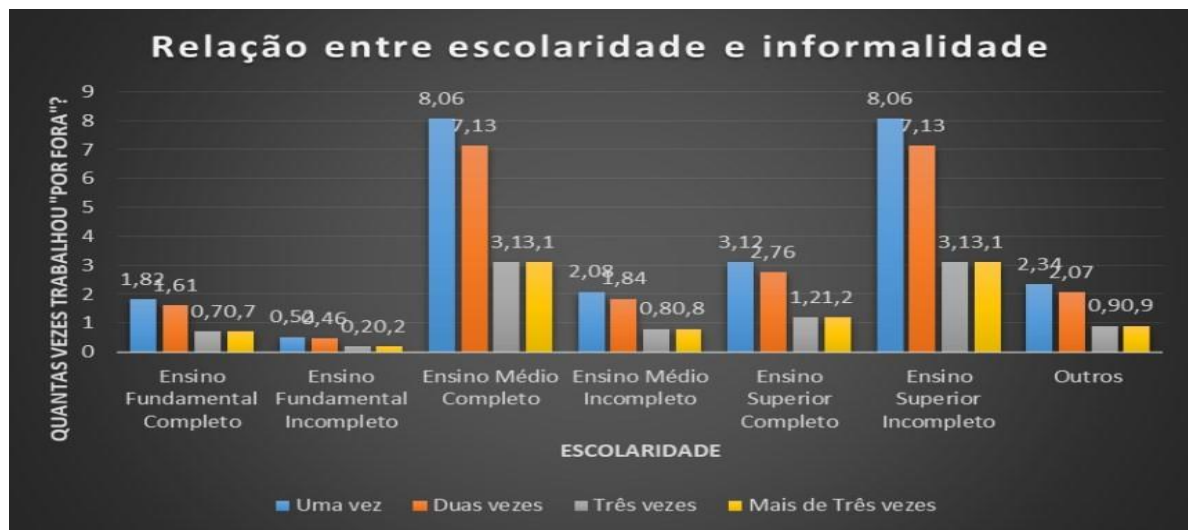
Gráfico 3. Gráfico para relacionar a faixa etária dos entrevistados com a quantidade de vezes já trabalhadas por fora, conforme dados obtidos na pesquisa.



Fonte: A pesquisa.

Nota-se que a informalidade se aproxima mais das faixas mais jovens (até 40 anos), que das mais idosas, uma vez que, os valores cruzados entre a quantidade de vezes trabalhadas informalmente mostram valores maiores entre a faixa etária dos entrevistados mais jovens.

Gráfico 4. Levantamento em porcentagem que relaciona a escolaridade em relação a quantidade de vezes que os entrevistados trabalharam informalmente, de acordo com os dados informados na pesquisa.



Fonte: A pesquisa.

Nota-se que a informalidade se aproxima de jovens que concluíram apenas o Ensino Médio em paridade aos que estão cursando uma graduação. Percebe-se que ou os jovens apenas trabalham ou trabalham durante o dia e estudam pela noite. Nota-se o volume de jovens graduados e pós graduados que se encontram na informalidade.

Com base nos dados coletados e observando os gráficos elaborados, entende-se que o foco do trabalho informal na região do Vale do São Lourenço se concentra principalmente em mulheres de até 40 anos de idade que concluíram o Ensino Médio ou que estão cursando graduação. Elas trabalharam ao menos uma vez na informalidade em suas vidas, como consta nos gráficos. A probabilidade deste foco é entendida assim porque correspondem com os maiores valores dos gráficos apresentados. Isso não anula as demais ocasiões, ou seja, que homens de até 40 anos ou mais e que já tenham trabalhado mais vezes pela informalidade. O que cabe analisar são sobretudo o tempo trabalhado somado a perspectiva de aposentadoria. Em outras palavras, será que os entrevistados que trabalharam mais de uma vez informalmente recolheram INSS, ou receberam parcialmente seus direitos, ou então, será que eles possuem projeção de aposentadoria por terem trabalhado desta forma? Como já foi demonstrado neste artigo, os encargos descontados sobre a folha de pagamento são agigantados e por vezes os empregadores oferecem a possibilidade de trabalhar recebendo algo “por fora” por vários motivos, não cabe aqui citá-los. Contudo, o que deve ser frizado é a relação desvantajosa por

parte do trabalhador que está sujeito a não receber adequadamente certos direitos que devem lhe ser pago: seguro-desemprego, licença-maternidade, décimo terceiro, férias remuneradas, seguro contra riscos ao funcionário, dentre outros. Estes direitos e outros são descumpridos parcialmente ou totalmente quando o empregado se encontra nestas condições, cabe a ele, somente, a total responsabilidade sobre a sua integridade física, além da sujeição a receber menos nos benefícios que visam a longevidade do trabalhador, como INSS.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A informalidade é uma realidade na vida do trabalhador e no caso das suas variações nos encargos que incidem sobre o holerite se caracterizam como um problema real a ser enfrentado no Vale do São Lourenço. O que muitas vezes ocorre é a falta de informação a respeito das desvantagens de se sujeitar a este tipo de restrição aos direitos que competem aos trabalhadores, conforme a CLT.

Visando abordar a informalidade na região do Vale do São Lourenço, foi realizado um questionário, com base em uma pesquisa exploratória, a fim de entender um tipo de padrão entre os entrevistados que determinem os focos da informalidade. O questionário foi aplicado nas cidades de Jaciara, Juscimeira e São Pedro da Cipa.

Assim sendo, os principais resultados observados com base em um cruzamento somando as porcentagens obtidas na pesquisa sobre as respostas dos entrevistados observou-se um padrão aproximado de maiores quadros de informalidade em trabalhadoras, jovens (até os 40 anos de idade as mulheres trabalharam ao menos uma vez na informalidade) e de escolaridade de Ensino Médio completo a mestrado e doutorado. Isto não exime o fato de que homens jovens ou mais idosos de baixa escolaridade não tenham trabalhado informalmente ao menos uma única vez.

Na pesquisa, a palavra “parcialmente” foi entendida na pergunta de número 7 como que a aceitação por parte do trabalhador no exercício do emprego não foi obrigatoriamente opção do empregador, sendo aceita a hipótese de um acordo selado entre empregado e empregador sobre determinadas condições. Na pergunta número 8 entende-se que as pessoas que já trabalharam informalmente se sentiram prejudicadas, afinal o fato de não receber determinados benefícios é de fato um fator negativo aos trabalhadores que se enquadram na informalidade. Entretanto, observa-se pela questão número 9 que vários trabalhadores que já estiveram na informalidade aceitariam trabalhar desta maneira novamente.

Com base nos dados apresentados, o presente artigo não abordou uma amostra maior que 100 pessoas que moram na região do Vale, portanto sendo limitadas. As amostras foram

escolhidas aleatoriamente, entretanto, a porcentagem de mulheres na pesquisa é mais da metade dos entrevistados, o que limita até certo ponto a pesquisa. A pesquisa não abordou a opinião pessoal dos entrevistados sobre o que significa trabalhar informalmente para os entrevistados.

Por fim, entende-se que, apesar do conhecimento sobre o que pode ser prejudicial na omissão de determinados encargos que devem ser pagos e não o são, os entrevistados reagiram majoritariamente favorável à informalidade, ou seja, apesar de se sentirem majoritariamente prejudicados no trabalho informal, eles trabalhariam novamente desta maneira se tivessem a oportunidade.

21 REFERÊNCIAS

BANCO MUNDIAL; IPEA. **Relatório: empregos no Brasil**, v. 1, 2002. (Seção Informativa sobre Política). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/bd/pdf/2009/Livro_BrasilDesenvEN_Vol04.pdf> Acesso em 21 set. 2019;

CARMO, R. C. **Trabalho Informal, Desemprego E Pobreza: Terreno Fértil No Surgimento De TMC. VII Seminário do Trabalho**. Univ. Estad. Rio de Janeiro: UERJ, 2010. Disponível em: <http://www.estudosdotrabalho.org/anais-vii-7-seminario-trabalho-ret-2010/roberto_coelho_trabalho_informal_desemprego_e_pobreza_terreno_fertil_no_surgimento_de_tmc.pdf> Acesso em: 05 set. 2019;

Confederação Nacional da Indústria. **Mapa Estratégico das Indústrias 2018-2022: Tributação**. *Portal da Indústria*. 2018. Disponível em: <<http://www.portaldaindustria.com.br/cni/canais/mapa-estrategico-da-industria/fatores-chave/tributacao/>> Acesso em 08 nov 2019;

DIAS, M. V. et al. **O Impacto dos Tributos Incidentes sobre a Folha de Pagamento das Empresas de Agronegócio dos Estados do Espírito Santo e Minas Gerais**. // *Jornada de Iniciação Científica*. Nov. 2017;

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. *Apostila*. Fortaleza, CE, UEC, 2002; GERHARDT, T. E. & SILVEIRA, D. T. **Métodos de Pesquisa**. *Editora da UFRGS*.

Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. p. 1-120, Porto Alegre, RS. 2009. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>> Acesso em 10 nov 2019;

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de Indicadores Sociais 2018: Uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira.** Dez 2018. Disponível em:

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/ce915924b20133cf3f9ec2d45c2542b0.pdf> Acesso em 18 set. 2019;

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS. **Desemprego Sobe Para**

12,7% Com 13,4 Milhões De Pessoas Em Busca De Trabalho. *Relatório PNAD Contínua.*

Maio de 2019. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/24283-desemprego-sobe-para-12-7-com-13-4-milhoes-de-pessoas-em-busca-de-trabalho>> Acesso em 11 nov 2019

MENEGUIN, F. B. & BUGARIN, M. S. **A Informalidade no Mercado de Trabalho e o Impacto Das Instituições: Uma Análise Sob a Ótica da Teoria dos Jogos.**

Economia Aplicada, São Paulo, v. 12, n. 3, p. 341-363, Jul-Set, 2008. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/ecoa/v12n3/v12n3a01>> Acesso em 21 set. 2019;

MOTA, D. S. **Rotinas do Departamento de Pessoal de um Comércio Varejista de Fortaleza em Relação à Legislação Trabalhista.** *Dissertação de Mestrado.*

Faculdade Cearense, FaC, Fortaleza, CE, 2012. Disponível em: <

<http://ww2.faculdadescearenses.edu.br/biblioteca/TCC/CCO/ROTINAS%20DO%20DEPAR>

[TAMENTO%20DE%20PESSOAL%20DE%20UM%20COMERCIO%20VAREJISTA%20D](http://ww2.faculdadescearenses.edu.br/biblioteca/TCC/CCO/ROTINAS%20DO%20DEPAR)

[E%20FORTALEZA.pdf](http://ww2.faculdadescearenses.edu.br/biblioteca/TCC/CCO/ROTINAS%20DO%20DEPAR)> Acesso em 24 set. 2019;

NERI, M. & FONTES, A. **Informalidade e Trabalho no Brasil: Causas,**

Consequências e Caminhos de Políticas Públicas. *Centro de Políticas Sociais-FGV.*

p. 1-34, FGV, Rio de Janeiro, RJ. 2010. Disponível em:

<[https://www.cps.fgv.br/cps/bd/papers/es61- Informalidade-e-trabalho-no-Brasil-causas-consequencias-e-caminhos-de-Politicas-Publicas- Marcelo-Neri.pdf](https://www.cps.fgv.br/cps/bd/papers/es61-Informalidade-e-trabalho-no-Brasil-causas-consequencias-e-caminhos-de-Politicas-Publicas-Marcelo-Neri.pdf)> Acesso em 10 nov 2019;

NERI, M. **Capítulo 8: Informalidade.** *Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)* p. 285-319. Mar. 2007. Disponível em: <

[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/Arq17_Cap08Informali](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/Arq17_Cap08Informalidade_21.pdf)

[dade_21.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/Arq17_Cap08Informali)
> Acesso em 24 set. 19;

NERI, M. **Direitos Trabalhistas, Encargos e Informalidade.** *Conjuntura*

Econômica do Centro de Políticas Sociais. p. 38-41. FGV, São Paulo, SP, 2000.

Disponível em:

<<https://www.cps.fgv.br/cps/bd/clippings/c222.pdf>> Acesso em 21 set. 2019;

NOGUEIRA, M. O. **A Problemática do Dimensionamento da Informalidade na Economia Brasileira.** *Manual do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).* p. 1-44, Rio de Janeiro, RJ, ago de 2016. Disponível em:

<http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6907/1/td_2221.pdf> Acesso em 04 nov 2019;

OLIVEIRA, M. F. de. **Metodologia Científica: um Manual para a Realização de Pesquisas em Administração.** *Manual Pós Graduação.* p. 1-72, UFG, Catalão, GO. 2011. Disponível em:

<https://adm.catalao.ufg.br/up/567/o/Manual_de_metodologia_cientifica_-_Prof_Maxwell.pdf> Acesso em 10 nov 2019;

OLIVEIRA, F. **Crítica À Razão Dualista: O Ornitorrinco.** São Paulo: Boitempo, 2006. Disponível em:

<http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/33e/art15_33esp.pdf> Acesso em: 05 set. 2019;

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **OIT: Quase Dois Terços Da**

Força De Trabalho Global Estão Na Economia Informal. *Relatório da Organização.* Maio de 2018. Disponível em: <

https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_627643/lang--pt/index.htm> Acesso em 11 nov 2019;

SALVADOR, M. A. V. **O Impacto da Carga Tributária na Empresa de Pequeno Porte.**

Monografia Apresentada para MBA em Gestão Empresarial. Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium, p. 1-56, Lins, SP. 2011. Disponível em:

<<http://www.unisalesiano.edu.br/biblioteca/monografias/53443.pdf>> Acesso em 08 nov 2019;

SANTOS, V. et al. **Projeto Ergonômico De Centrais De Atendimento.** *ERGON Projetos de Ergonomia e Design Ltda.* Rio de Janeiro, RJ. 1999. Disponível em:

<<https://www.ergonomianotrabalho.com.br/analise-ergonomica-centrais-de-atendimento.pdf>> Acesso em 13 set. 2019;

SILVA, E. R. et. al. **Caracterização das Pesquisas de Teses em Administração com Abordagem Qualitativa.** *15ª Amostra de Iniciação Científica, Pós graduação, Pesquisa e Extensão.* UCS, p. 1-16, 2010. Disponível em:

<<http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/mostraucspgga/xvmostrappga/paper/viewFile/4066/1276>> Acesso em 10 nov 2019;

SPECHT, V. **O Impacto Dos Encargos Sociais E Trabalhistas Sobre A Folha De Pagamento.** *Monografia (Bacharel em Ciências Contábeis).* Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Florianópolis. 2005. 46f.;

ZANLUCA, J. C. **Calculos de Encargos Sociais e Trabalhistas.** Guia Trabalhista, 2019. Disponível em:

<<http://www.guiatrabalhista.com.br/tematicas/custostrabalhistas.htm>> Acesso em 24 de nov de 2019;

Gleicy Karoline de Oliveira Medeiro¹

Evaldo Rezende Duarte²

Amauri Gonçalves de Oliveira³

22 RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo avaliar a eficiência da gestão pública nos municípios do Estado de Mato Grosso comparando os investimentos efetuados aos resultados que foram obtidos. A pesquisa foi realizada em todos os municípios do Estado de Mato Grosso na área da Educação Infantil, creche e pré-escola, durante um período de cinco anos, de 2013 a 2017, os dados foram retirados do site do SICONFI onde disponibiliza os valores que são gastos na área da educação e no site do INEP que dispõe o total de alunos matriculados na educação pública brasileira, por meio desses dados foi calculado um valor per capita investido e comparados com os indicadores de desempenho do município que são disponibilizados no site do Tribunal de Contas do Estado, com isso os municípios foram separados em dois grupos, onde um grupo foi nomeado como de maior investimento com dados relativos aos municípios que tiveram um investimento por aluno maior e no outro grupo os de menor investimento contendo os municípios com investimento menor por aluno. Por meio dessa divisão foi efetuado o teste *T-student* e assim gerando o resultado da pesquisa. Com base no teste pode se observar que municípios que investem mais em educação tem maior resultado em comparação com aqueles municípios que investem menos, sendo assim os gestores devem priorizar o investimento nessa área, pois quanto maior o volume de investimento melhor será os resultados em uma educação de qualidade.

Palavras-chave: Educação. Investimento. Municípios.

¹Graduanda em Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - EDUVALE/ Jaciara-MT. E-mail: gleicykarolineoliveira13@hotmail.com

² Mestre em Ciências Contábeis pela FUCAPE; Especialista em Gestão Pública pela UFMT;

Especialista em Gestão Empresarial pela UNIR; Bacharel em Ciências Contábeis pela EDUVALE. E-mail: erezende_9@hotmail.com

³Mestre em Ciências Contábeis pela FECAP (2014), Pós Graduado em Matemática pela UFMT (2004)
Graduado em Matemática pela UFMT (2002), Graduado em Ciências Contábeis pela UFMT (2009)

1 INTRODUÇÃO

A eficiência na gestão pública está relacionada ao bom direcionamento de seus recursos de forma que gerem um bom resultado em suas atribuições. O presente trabalho tem por objetivo avaliar o desempenho nos municípios do Estado de Mato Grosso baseado nos investimentos na educação comparados aos índices de desempenho de cada município.

O objetivo dessa pesquisa é verificar se os municípios que tem um investimento maior em educação tem um resultado que condiz com a aplicação dos recursos, demonstrando assim que os resultados na qualidade do ensino dependem do que foi investido.

A análise foi feita em todos os municípios do estado de Mato Grosso nos anos de 2013 a 2017, na área da educação especificamente na Educação infantil (creche e pré-escola), utilizando os valores investidos em educação e o total de alunos matriculados nessa área, assim dividindo esses investimentos por aluno foi encontrado o gasto per capita, esses valores foram classificados do maior para o menor onde foram divididos em dois grupos, um grupo contendo os municípios com maior investimento per capita e o outro grupo com municípios que tiveram um menor investimento e com esses dados foi feito o teste *T- estudante*.

Conforme o resultado da pesquisa, o investimento em educação resulta em um desempenho maior nos indicadores de desempenho, e uma boa educação é algo essencial para o desenvolvimento do país, visto que esta ligada ao avanço na qualidade de vida e mão de obra qualificada.

Os resultados sugerem que o índice de desempenho na educação esta correlacionado ao investimento que foi realizado, pois os municípios que mais investiram em educação tiveram um índice maior do que aqueles que investiram menos.

Os resultados contribuem com a discussão sobre os investimentos públicos na área da educação, pois conforme o resultado aponta os gestores devem priorizar o investimento nessa área visto que, quanto maior o volume de investimento melhor será os resultados em uma educação de qualidade e esse é o resultado que o estudo aponta, onde contribui com a discussão sobre o aspecto do investimento na educação.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Princípio da Eficiência

A eficiência pode ser um elemento de fiscalização das atividades na gestão pública, avaliando a prontidão do gestor no desempenho das funções, a delonga inadequada no processo e a demora infundamentada no pronunciamento de uma decisão administrativa, podendo em alguns casos se caracterizarem como uma imoralidade administrativa ou até mesmo desonestidade administrativa. (Meirelles, 2016).

“Princípios de uma ciência são as proposições básicas, fundamentais, típicas, que condicionam todas as estruturações subsequentes. Princípio, neste sentido, são os alicerces, os fundamentos da ciência.” (Júnior, 1988).

O princípio da Eficiência está disposto no *caput* do artigo 37, da Constituição Federal Brasileira de 1988, no qual diz “A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência[...]”.

Já no artigo 39, §7º, da Constituição Federal Brasileira de 1988 trata sobre a mudança que o princípio da eficiência desempenha nas mudanças da administração pública, expondo que, como Lei da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, regulará a aplicação dos recursos orçamentários, oriundo da economia com despesas correntes em cada órgão, autarquia e fundação, aplicando-se em treinamento e desenvolvimento, programas de qualidade e produtividade, modernização, reaparelhamento e racionalização do serviço público, até mesmo em forma de adicional ou prêmio de produtividade.

Segundo Aragão (2004), a eficiência não deve ser entendida apenas como a parte financeira e econômica da gestão pública originado apenas um aumento do lucro, mas sim como um bom desempenho do trabalho do Estado em suas atribuições sendo isso a parte operacional da contabilidade pública.

Resultados positivos não significam lucros, mas sim a maximização dos resultados da administração pública, sendo isso um objetivo do agente público em relação à eficiência de seu trabalho. (Gasparini, 2012)

Di Pietro (2005) expõe a eficiência com dois aspectos. O primeiro aspecto retrata a atuação eficiente do agente público, desenvolvendo as suas atribuições de forma que gere bons resultados, conforme espera a sociedade em geral, já o segundo aspecto diz respeito ao

modo de organização, estrutura e disciplina que a Administração Pública está inserida objetivando também o alcance da eficiência na prestação do serviço público.

Segundo Gasparini (2012), o cumprimento do princípio da eficiência é o resultado de uma boa administração, sendo o princípio que impõe a obrigação de realizar as atribuições de forma rápida, perfeita e com rendimentos, sendo que nenhum erro justifique qualquer demora. O desperdício de tempo e dinheiro público corresponde ao custo-benefício que deve nortear as ações públicas, é como dispor rede de iluminação pública em ruas que não são utilizadas, deixando outras que realmente precisam em segundo plano, o que não traria resultados positivos, ocorreria apenas um custo sem qualquer benefício para a sociedade.

O princípio da Eficiência na gestão pública objetiva a execução das tarefas do agente público de forma mais rápida e com menos gastos possível, com o intuito de satisfazer o que a sociedade espera. O atraso pode levar o administrador público a ressarcir os prejuízos que tal ato pode ocasionar num dado desempenho estatal. (Machado, 2009)

Gasparini (2012) exemplifica o atraso no cumprimento da eficiência na gestão pública da seguinte forma: em uma escola é solicitado à instalação de um para-raios. Caso a solicitação não seja atendida pelo Estado, e ocorra uma queda de raio na escola ocasionando prejuízo aos alunos, o Estado analisa a culpa e indeniza a quem foi prejudicado pelo ocorrido.

Segundo Meirelles (2016), o princípio da eficiência deve ser entendido como uma causa e efeito, ou seja, a atividade administrativa deve produzir um resultado que atenda ao interesse público.

As atribuições devem ser realizadas com perfeição, utilizando técnica e entendimento necessários para que a execução seja da melhor forma possível, abstendo-se de repetições e reclamações, evitando também o desperdício de tempo e dinheiro público. (Gasparini, 2012).

Moraes (2003) destaca que o princípio da eficiência faculta uma avaliação de desempenho do servidor público, sendo uma fonte para uma declaração de inconstitucionalidade, caso haja um surgimento de uma administração oposta a sua plena e total aplicação, sucedendo a perda do cargo do servidor público.

2.2 PRINCÍPIO ORÇAMENTÁRIO DA ECONOMICIDADE

O princípio da economicidade está previsto no *caput* do artigo 70, da Constituição Federal Brasileira de 1988, assim disposto:

“A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será

exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.”

Já no §1º do artigo 1º da Lei nº 8.443 de Julho de 1992, diz que o Tribunal no ato de julgamento de contas e na fiscalização, decidirá sobre a legalidade, a legitimidade e a economicidade das ações e despesas ocorridas na gestão, como também dos subsídios financeiros e o renunciamento de receitas.

Segundo Torres (1994), a economicidade em relação aos incentivos faz uma abordagem entre o que foi almejado e o resultado final obtido, e o benefício econômico e social de fato gerado, para ele o controle da economicidade é uma forma de fiscalizar a aplicação do orçamento de forma legal, com o objetivo de verificar se há minimização de custos e gastos públicos e aumento de receita e arrecadação.

O princípio da economicidade é um equilíbrio entre receitas e despesas. Baseia no princípio de Custo/Benefício, no qual deve ter um ajustamento entre receita e despesa, de forma que a população não seja obrigada a pagar mais impostos para conseguir bens e serviços que são disponíveis em menor preço. (Torres, 1994).

Rosa (2011) exemplifica a economicidade com uma contratação, antes de solicitar uma contratação é necessário analisar a capacidade existente para solucionar problemas e para atender as necessidades que uma contratação pode demandar como também refletir se compensará os custos contratuais admissionais e demissionais.

De acordo com Altounian (2016, *apud* ROSA, 2011), a ideia da economicidade é o ato de realizar o trabalho de forma eficiente, produtiva, eficaz e com rentabilidade, consistindo uma potencialização no rendimento dos recursos disponíveis em um determinado tempo e espaço, de forma que também atenda aos interesses da comunidade, tendo por fim a probabilidade de análise do Tribunal de Contas da União em relação à otimização dos custos e o resultado da meta que foi estabelecida.

2.3 AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO NA GESTÃO PÚBLICA

Para Brandão (2008), avaliar o desempenho é uma forma de agregar estratégias, aprendizagem, competências e indicadores qualitativos e quantitativos.

A avaliação de desempenho permite medir a amplitude do sucesso dos resultados, segundo princípios previamente estabelecidos, e assim formar medidas e programas para melhorias adequadas é como um instrumento de aperfeiçoamento da gestão, sendo indispensável para a eficiência dos serviços públicos prestados. (Santos e Cardoso, 2001).

Heinrick (2003 apud Suzuki e Gabbi, 2009) descreve a avaliação de desempenho como algo que auxilia os gestores a compreender a forma com o qual os resultados obtidos são um reflexo das ações e decisões que foram tomadas.

Kaplan e Norton (1997) dizem que o desempenho deve ser avaliado não somente com a intenção de observar os resultados passados, mas também analisar se haverá resultados bons no futuro.

A avaliação de desempenho exerce um papel importante em quatro áreas na gestão pública, de acordo com Santos e Cardoso (2001) no diagnóstico inicial possibilita definir as condutas para elaborar o tipo de política pública fundamental. No processo decisório, através de avaliação, propõe alternativas de ação que verifique o que está ou não funcionando. Já durante a implementação, conforme o gestor tome conhecimento dos resultados obtidos no processo, cabe a ele efetuar ajuste ao que for necessário. Ao término da política é feita uma avaliação dos resultados, comparando o que foi concluído com o que era esperado.

Suzuki e Gabbi (2009) acreditam que a avaliação de desempenho deve ser uma forma de obter um aprendizado e não como uma punição resultante do mau desempenho do gestor público ela é uma ferramenta utilizada para melhorar a gestão do programa, dos serviços públicos e também das políticas públicas.

Acconuntability é o processo de avaliar e responsabilizar as ações dos agentes públicos, permitindo que o cidadão vigie o exercício de seus representantes, sendo imprescindível a participação democrática dos cidadãos para que nesse compartilhamento de poder com os agentes públicos, as decisões tomadas sejam para um bem comum da sociedade (Rocha, 2011).

Para Campos (1990) a *accountability* é entendida como um sinônimo de obrigação, deve se submeter à viabilidade de prêmios ou punições para quem for o responsável, é uma responsabilidade de uma pessoa ou organização perante outra.

Pinho e Silva (2009) dispõe *accountability* como uma responsabilidade individual que exige prestação para a prestação de contas, seja na área pública ou privada.

Aplicar a *accountablility* na gestão pública é um modo de dar informações adequadas a respeito do funcionamento da administração pública, administrar os custos de forma eficiente, atingir mais metas e proporcionar a transparência da gestão pública. (Santos e Cardoso, 2001).

O início da *accountability* começa já nos processos eleitorais, onde o cidadão escolhe o seu representante, dando a ele o poder de escolha. Entretanto a atuação dos agentes públicos e das organizações também faz parte do processo da *accountability* (Rocha, 2011).

Assim Miguel (2005) diz que a *accountability* corresponde à capacidade que os constituintes têm de instituir sanções aos governantes especificamente reintegrando ao cargo aqueles que se desobrigam bem de sua missão e removendo os que não se desenvolvem satisfatoriamente, acrescenta que na *accountability* há uma prestação de contas por parte de quem está no mandato e requer uma aprovação popular em relação à prestação de contas.

A *accountability* é um ato democrático, sendo que conforme cresce o estágio democrático, mais notável tende a ser o interesse por ela, acompanhando os valores da democracia como, dignidade humana, igualdade, representatividade e participação. (Campos,1990)

O *Balanced Scorecard* é um instrumento que ajuda na tomada de decisão, pois contempla todos os elementos necessários que estão inseridos na estratégia da organização, sendo alterado conforme as necessidades, tendo um objetivo de equilibrar os planejamentos a curto e longo prazo, entre medidas financeiras e não financeiras e outros fatores importantes para chegar ao resultado que se espera. (Nascimento e Reginato, 2009).

Para Oliveira, Junior e Silva (2011) o *Balanced Scorecard* é o ato de agir, colocar em prática os planos e metas estratégicas da organização e distribuí-las para todos os funcionários, a fim de todos participem efetivamente e contribuam por meio das habilidades, energias e conhecimentos que cada um tem de melhor, com o objetivo de alcançar a realização das metas de estratégia e da lucratividade.

O objetivo da elaboração do *Balanced Scorecard* era disponibilizar um conjunto de medidas de desempenho que verificasse a aptidão e os resultados dos ativos intangíveis indispensáveis para o crescimento. É um conjunto de medidas que são a base para um sistema de medição e gestão estratégica, a forma de medição é feita sob quatro perspectivas balanceadas são elas: financeiro, cliente, processos internos, aprendizado e crescimento (Kaplan e Norton, 1997).

As perspectivas balanceadas compõe-se de medidas operacionais, que podem ser visualizadas como direcionadoras do desempenho financeiro futuro (Oliveira, 2008).

Na idealização do *Balanced Scorecard* a empresa é considerada sob quatro perspectivas financeira, clientes, processos internos e aprendizado e crescimento, (Nascimento e Reginato, 2009), sendo adequadas com as medidas de desempenho e de resultado.

De acordo com Silva (2003), o *Balanced Scorecard* é um sistema que integra indicadores financeiros e não financeiros de uma estrutura lógica, que se baseia na administração das metas fixadas, se forem alcançadas ou não, possibilitando aos gestores uma

reavaliação dos recursos financeiros, físicos e humanos para que assim se obtenha o resultado, através de objetivos estratégicos.

Para que o *Balanced Scorecard* seja bem sucedido dentro da organização é necessário que alguns requisitos sejam seguidos, tais como transmitir a estratégia através de um conjunto de medidas financeiras e não financeiras todos que estão inseridos na organização, entretanto a estratégia deve ser clara e compreensível para que todos entendam as metas essenciais e as cumpram (Nascimento e Reginato, 2009).

O BSC pode ser comparado à função de um piloto de avião que para Oliveira, Junior e Silva (2011), deve conferir todos os dados que possui para que não haja problemas durante e após a viagem. Tais dados devem ser totalmente avaliados, pois se for analisado apenas um, é possível que ocorra uma série de problemas durante a trajetória do voo. Da mesma forma é com o *Balanced Scorecard*, ele pode ser comparado com o painel de controle, sendo uma ferramenta imprescindível para os gestores, pois se forma por meio de um conjunto de informações que permitem localizar problemas, traçar metas, prevenir acidentes e estar com o controle do rumo que está tomando.

Através do *Balanced Scorecard* é possível obter indicadores de ocorrência e de tendência conhecidos como vetores de desempenho, assim Nascimento e Reginato (2009) dizem que os indicadores de ocorrência referem-se às medidas de resultados obtidos por fatos já ocorridos como lucros, clientes e mercado. Já os indicadores de tendência está relacionado às metas que são estabelecidas para obter sucesso por meio da estratégia implementada.

Segundo Silva (2003) o *Balanced Scorecard* contribui para a tomada de decisão visto que a estrutura demonstra claramente os fatores críticos na execução e como procedem quando são influenciados pelas decisões, assim sendo, essa ferramenta possibilita um feedback sobre os fatores críticos de sucesso na implementação das estratégias que foram escolhidas, proporcionando um aprimoramento do processo estratégico.

O *Balanced Scorecard* reúne em um único relatório as medidas que demonstram o que é necessário para alcançar as metas com o intuito de obter valor futuro. (Kaplan e Norton, 1997).

2.4 INVESTIMENTO EM EDUCAÇÃO

Segundo Zoghbi *et al.* (2009) avaliar a eficiência dos municípios através dos gastos públicos é algo muito importante, pois além de demonstrar o direcionamento dos recursos públicos, muitas vezes revelam que existe uma ineficiência na tomada de decisão, resultando

em uma má utilização dos recursos públicos. Embora existam várias formas de avaliar o desempenho e direcionamento de recursos, analisar os gastos realizados com educação é um meio de grande eficiência, visto que são os gastos que mais geram crescimento no nível de capital humano o que é uma grande forma de crescimento econômico e de benefícios para a economia.

As ferramentas que disponibilizam o acesso à transparência e prestação de contas concedem a averiguação da aplicação dos recursos públicos a fim de saber se estão sendo aplicados de forma eficientes pelos gestores. O investimento em educação tem um resultado significativo já que reflete em uma educação de qualidade gerando cidadãos mais bem preparados e esclarecidos. (Firmino e Filho, 2018).

De acordo com Almeida (2007), para comparar com exatidão o investimento que determinada gestão realiza em educação é necessário observar o gasto por aluno, assim comparar, por exemplo, o nível de gastos brutos realizados em países desenvolvidos com países em desenvolvimento é algo que não dá um resultado preciso, pois a quantidade de alunos em cada um deles é variável, sendo assim a comparação deve ser feita com o gasto por aluno.

A importância em investir em capital educacional se dá por meio do impacto futuro que será gerado, com diversos aspectos no desenvolvimento socioeconômico do país, que de acordo com o ponto de vista privado a educação faz com que os salários, a produtividade e a qualidade de vida aumentem e o grau de pobreza diminua. Sendo assim a expansão educacional gera um impacto indireto que diz respeito à renda per capita refletindo na redução na taxa de mortalidade, ou seja, uma expansão educacional hoje leva a um crescimento na renda per capita e assim a uma redução na taxa de mortalidade e também um impacto direto que ocorre na mesma na ausência da expansão educacional sobre o crescimento da renda per capita. (Barros, 1997).

3 METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada nos 141 municípios do Estado de Mato Grosso nos anos de 2013 a 2017, entretanto alguns municípios não informavam anualmente os valores que eram investidos na educação, devido a isso uma parte da amostra se perdeu. O banco de dados foi criado através de relatórios coletados junto ao site do Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT) onde foram obtidos os índices de desempenho dos municípios, site do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI) onde disponibiliza os

investimentos realizados na área da educação e no site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) contendo o total de alunos matriculados.

Os dados que foram coletados seguiram as seguintes etapas:

1ª etapa: os investimentos dos municípios em educação infantil foram divididos pelo total de alunos matriculados;

2ª etapa: por meio da divisão anterior foi criado o valor per capita;

3ª etapa: classificação dos municípios de maior gasto por menor gasto ano a ano;

4ª etapa: separação dos municípios em dois grupos, o primeiro portando os municípios que tiveram um maior investimento em educação por aluno, já o segundo grupo compondo-se dos municípios que tiveram um menor investimento em educação por aluno;

5ª etapa: já com os grupos separados, foi criada uma tabela específica para cada um deles, contendo os indicadores de desempenho e assim foi realizado o teste *T- student*.

Essa pesquisa se caracteriza como de natureza básica que conforme Gerhardt e Silveira (2009), têm por objetivo gerar conhecimentos novos que possam ser usados para o avanço da ciência sem uma aplicação prática esperada, essa forma de pesquisa envolve verdades e interesses universais.

A abordagem será feita por uma pesquisa quantitativa, no qual decorrerá em uma avaliação dos índices de arrecadação financeira e nos indicadores de educação. Caracteriza uma pesquisa quantitativa da seguinte forma:

Os resultados da pesquisa quantitativa podem ser quantificados. Como as amostras geralmente são grandes e consideradas representativas da população, os resultados são tomados como se constituíssem um retrato real de toda população alvo da pesquisa. A pesquisa quantitativa se centra na objetividade. Influenciada pelo positivismo, considera que a realidade só pode ser compreendida com base na análise de dados brutos, recolhidos com auxílio de instrumentos padronizados e neutros. A pesquisa quantitativa recorre à linguagem matemática para descrever as causas de um fenômeno, as relações entre variáveis, etc. (Fonseca, 2002)

A pesquisa quantitativa para Pradanov e Freitas (2013) se conceitua onde tudo pode ser quantificável, podendo transpor em opiniões, números e informações a fim de classificar e analisar os dados obtidos, contando também com métodos estatísticos para além de analisar as informações, ajuda a interpretar e divulgar os dados e resultados.

A pesquisa se caracteriza como descritiva.

As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática. (GIL, 2002)

O procedimento utilizado para pesquisa foi o bibliográfico e documental já que a fonte de dados se dará por meio do site do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (TCE), o site do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi), e pelo site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), sendo analisados os relatórios financeiros para verificar a arrecadação das receitas e os indicadores de desempenho das políticas públicas de educação e saúde assim como também a quantidade de alunos matriculados na educação infantil de cada município. Marconi e Lakatos (2003) caracterizam a pesquisa bibliográfica da seguinte forma:

A pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc., até meios de comunicação orais: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais: filmes e televisão. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, quer publicadas, quer gravadas. (Marconi e Lakatos 2003).

Uma pesquisa bibliográfica é elaborada por meio de um trabalho já produzido, normalmente livros e artigos científicos. Essa forma é muito utilizada e várias pesquisas são desenvolvidas apenas por esse meio. (Gio, 2002).

Já a pesquisa documental é definida para Pradanov e Freitas (2013) como:

A pesquisa documental, devido a suas características, pode ser confundida com a pesquisa bibliográfica. Gil (2008) destaca como principal diferença entre esses tipos de pesquisa a natureza das fontes de ambas as pesquisas. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições de vários autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental baseia-se em materiais que não receberam ainda um tratamento analítico ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa.

A Natureza da pesquisa documental é a fonte da coleta de dados onde se limita a documentos escritos ou não que é classificado como fontes primárias. (Marconi e Lakatos 2003)

A metodologia aplicada na pesquisa foi à dedutiva.

O método dedutivo, de acordo com a acepção clássica, é o método que parte do geral e, a seguir, desce ao particular. Parte de princípios reconhecidos como verdadeiros e indiscutíveis e possibilita chegar a conclusões de maneira puramente formal, isto é, em virtude unicamente de sua lógica. E o método proposto pelos racionalistas (Descartes, Spinoza, Leibniz), segundo os quais só a razão é capaz de levar ao conhecimento verdadeiro, que decorre de princípios a priori evidentes e irrecusáveis. (GIL, 2008)

Segundo Pradanov e Freitas (2013) o método dedutivo origina-se partindo do geral após para algo mais específico, parte de princípios indiscutíveis e verdadeiros possibilitando chegar a uma conclusão fundamentada.

4 ANÁLISE DOS DADOS

Para a realização da análise dos dados foi utilizado o teste *T-student*, esse teste trabalha com duas hipóteses, nula e alternativa. A hipótese nula remete-se ao fato de não haver diferença entre os dois grupos analisados desta forma a média entre eles é igual e assim não tem relevância estatisticamente. Já na hipótese alternativa entre os grupos analisados existe uma diferença desse modo, a média entre eles são diferentes tendo significado estatístico.

Esse trabalho foi realizado com base na hipótese alternativa, que nesse presente trabalho se refere ao fato de que os municípios que investem mais tendem a ter um maior desempenho, assim dado o resultado do teste a média desse grupo é maior em comparação com o grupo que realiza menos investimento.

Tabela 1 - Teste *T-student*: Índice de Desempenho da Educação Infantil dos Municípios de 2013 a 2017

	Maior	Menor
Média	0,529605263	0,282392
Variância	0,248295553	0,203322
Observações	304	301
Hipótese da diferença de média	0	
Gl	598	
Stat t	6,399569983	
P(T<=t) uni-caudal	1,57439E-10	
t crítico uni-caudal	2,33259981	
P(T<=t) bi-caudal	0,000000000315	
t crítico bi-caudal	2,584075717	

Fonte: A pesquisa

A amostra para a realização do teste *T-student* foi composta por 605 observações, 304 pertencente ao grupo de maior investimento na educação infantil e 301 para o grupo de menor investimento essas observações são os municípios que tiveram gastos na educação infantil no decorrer dos cinco anos analisados.

Os resultados apontam que existe uma diferença considerável quando no grupo de maior investimento pode observar uma média de desempenho de 0,529605263, esse resultado é significativamente superior ao resultado obtido pelos municípios que realizam menor investimento o qual obtiveram uma média de 0,282392 obtendo assim, uma diferença de quase o dobro no resultado. Isso sugere que municípios que investem mais em educação propendem a ter melhores resultados nos índices que medem a qualidade do ensino fornecido pelo TCE, dessa forma verifica-se a eficiência na gestão desses municípios já que tiveram um bom desempenho em suas atribuições gerando bons resultados.

Os resultados demonstram que o resultado da diferença das médias dos dois grupos é robusto, pois através do teste realizado há um nível de significância de 1%, obteve-se um p-valor bi-caudal de 0,000000000315, inferior ao nível de relevância do p-valor indicando um resultado de pesquisa estatisticamente significativo com um nível de confiança de 99%. Com isso rejeitando a hipótese nula de pesquisa e aceitando a hipótese alternativa de que existem diferenças significativas estatisticamente entre os grupos que efetuam um maior investimento possuindo melhores índices de desempenho em comparação com os municípios que efetuam menor investimento.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou avaliar a eficiência na gestão pública municipal e assim verificar se o investimento em educação tem ligação com a performance na boa qualidade do ensino conforme os indicadores de desempenho .

A pesquisa foi realizada nos municípios do Estado de Mato Grosso no período de 2013 a 2017 sendo uma pesquisa robusta com uma quantidade considerável de 605 observações nesse período de cinco anos, utilizando os valores gastos em educação infantil de cada município e o número de alunos matriculados nesse segmento. Com isso foi possível estipular o valor investido em cada aluno, assim classificado em dois grupos, sendo um grupo com os maiores investimentos e o outro com os menores investimentos, para que pudessem ser comparados com os indicadores de desempenho.

Dessa forma foi constatado que os municípios que investem mais em educação têm maior desempenho em confrontação com os que investem menos, expondo que para alcançar uma média consideravelmente boa em educação os gestores devem priorizar o investimento público nessa área, com base nisso é notório que quando os recursos que são disponibilizados para serem investidos na educação, são aplicados de forma eficiente os resultados são

evidentes, assim é indispensável à ideia de que esses aspectos devam ser mais explorados tanto em trabalhos científicos quanto perante a sociedade, sempre com dados concretos para que possa ser feita uma discussão embasada nesses dados por parte da sociedade e pelas pesquisas científicas, assim como o presente trabalho colabora com essa discussão.

Essa pesquisa teve um alto grau de dificuldade para encontrar os dados para gerar o desempenho com base no investimento, pois os dados são encontrados separadamente por sites e de difíceis acessos para localizar os indicadores, investimentos e principalmente a quantidade de alunos matriculados para realizar o cálculo. Deixo aqui a ideia para que esse estudo possa ser realizado em outras unidades da federação a fim de complementar o resultado obtido nesse trabalho.

23 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ivan Castro de. Gastos com educação no período de 1994 a 1999. **Revista brasileira de estudos pedagógicos**, v. 82, n. 200-01, p. 02, 2007.

ARAGÃO, Alexandre Santos de. O princípio da eficiência. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, v. 237, p. 1-6, jul. 2004. ISSN 2238-5177.
Disponível em:

<<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/44361>>. Acesso em: 10 de Abril de 2019

BARROS, Ricardo Paes de; MENDONÇA, Rosane. **Investimentos em educação e desenvolvimento econômico**. 1997.

BRANDÃO, Hugo Pena et al. Gestão de desempenho por competências: integrando a gestão por competências, o balanced scorecard e a avaliação 360 graus. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro 42(5):875-98, set/out. 2008.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal; Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992. Dispõe sobre a Lei Orgânica do

Tribunal de Contas da União e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 16 de julho de 1992.

CAMPOS, Anna Maria. **Accountability: quando poderemos traduzi-la para o português?**. Revista da Administração Pública, v. 24, n. 2, 1990.

Disponível em:

<<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/9049/8182>> Acesso em: 06 de maio de 2019

DI PIETRO, M.S.Z. **Direito Administrativo**. 18. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica**. Curso de especialização em comunidades virtuais de aprendizagem – informática educativa. Universidade Estadual do Ceará, 2002.

FIRMINO, Rafaelle Gomes; FILHO, Paulo Amilton Maia Leite. Eficiência na Aplicação dos Recursos Públicos da Educação Básica. **Revista de Contabilidade do Mestrado de Ciências Contábeis da UERJ**. v.23, n.1, p.28-49, 2018.

GASPARINI, Diógenes. **Direito administrativo**. 17ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. 1. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas,

2002. GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São

Paulo: Atlas, 2008.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Sinopses Estatísticas da Educação Básica. Disponível em: <<http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>> Acesso em: 20 de Setembro de 2019.

JÚNIOR, José Cretela. **Os Cânones do direito administrativo**. Revista de Informação Legislativa. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/181819>> Acesso em; 16 de Abril de 2019

KAPLAN, R. S.; NORTON, D. P. **A estratégia em ação**-balanced scorecard. 21. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

.MACHADO, Marcelo Couto. **Princípio da eficiência da Administração Pública**. Amicus Curiae, v. 6, p. 1-10, 2011.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro / Hely Lopes Meirelles, José Emmanuel Burle Filho. - 42. ed. / atual. até a Emenda Constitucional 90, de 15.9.2015. - São Paulo: Malheiros, 2016.

MIGUEL, Luís Felipe. **Impasses da Accountability** : Dilemas e Alternativas da Representação Política. Biblioteca Digital de Periódicos, 2005. Disponível em:
<<https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/7066>> Acesso em: 06 de maio de

2019. MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

NASCIMENTO, Auster Moreira; REGINATO, Luciane. **Controladoria**: Um enfoque na eficácia Organizacional. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

OLIVEIRA, Luís Martins de. **Controladoria Estratégica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

OLIVEIRA, Maxwell Ferreira de. **Balanced Scorecard**: uma análise da produção acadêmica brasileira na área da administração. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Lavras, Minas Gerais, 2008.

PINHO, José Antônio Gomes de Sacramento; SILVA, Ana Rita. **Accountability: já podemos traduzi-la para o português?**. Repositório Institucional, 2009.

Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/1645>> Acesso em: 06 de maio de 2019.

PRADANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico**: Métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

ROSA, Eugênio. **Princípio da economicidade**. 2011. Disponível em:

<<http://www.direitolegal.org/artigos/principio-da-economicidade/>> Acesso em: 03 de maio de 2019

SANTOS, L. A. dos; CARDOSO, R. L. dos S. Avaliação de desempenho da ação governamental no Brasil: problemas e perspectivas. In: CONCURSO DE ENSAYOS DEL CLAD, 2001. Caracas.

SICONFI. Siconfi Tesouro Nacional. Contas Anuais. Disponível em:
<https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/consulta_finbra/finbra_list.jsf>
Acesso em: 06 de Agosto de 2019.

SILVA, Leandro Costa da. **O Balanced Scorecard e o Processo Estratégico**. Caderno de Pesquisas em Administração, v.10, nº4, p.61-73, outubro/dezembro 2003.

SUZUKI, Juliana Akiko Noguchi; GABBI, Lúcia Villas Boas. **Desafios da avaliação de desempenho no setor público: o caso da prefeitura municipal de São Paulo**. Banco do Conhecimento CONSAD. 2009. Disponível em:

<<http://banco.consad.org.br/handle/123456789/265>> Acesso em: 17/05/2019

TCE. Tribunal de Contas de Mato Grosso. Avaliação de Resultados das Políticas de Saúde e Educação: Estado e Municípios de MT. Disponível em:
<<http://politicas.tce.mt.gov.br/v3/Main.html?ts=1573338582#>> Acesso em: 20 de Agosto de 2019

TORRES, Ricardo Lobo. **O Tribunal de Contas e o controle da legalidade, economicidade e legitimidade**. Revista de informação legislativa, v. 31, n. 121, p. 265-271, jan./mar. 1994.

ZOGHBI, Ana Carolina Pereira et al. Mensurando o desempenho e a eficiência dos gastos estaduais em educação fundamental e média. **Estudos Econômicos (São Paulo)**, v. 39, n. 4, p. 785-809, 2009.

PERCEPÇÃO DO CONHECIMENTO DOS ENFERMEIROS SOBRE A AUTARQUIA COFEN/COREN'S

Adelson Luiz Menezes Barbosa¹

Mônia Maia de Lima²

RESUMO

No que tange a representatividade de enfermagem, atualmente existem vários órgãos com atribuições distintas, porém que se interligam e pouco se diferem na prática. Por ser de inscrição compulsória, a autarquia COFEN/ COREN's é o órgão hierárquico mais representativo da classe. O objetivo dessa pesquisa é identificar a percepção do conhecimento dos dez profissionais enfermeiros inseridos na rede de atenção básica de saúde do município de Primavera do Leste – MT a respeito das atribuições desta autarquia. Trata-se de um estudo de levantamento, qualitativo e analítico onde foi aplicado um questionário *in loco* com questões objetivas e subjetivas. Os resultados dos dados coletados durante o período de fevereiro a maio de 2013 apontam heterogeneidade na formação, gênero e faixa etária da população de estudo, bem como certa dificuldade em dissociar as atribuições da autarquia COFEN/COREN's junto aos demais órgãos representativos da classe. Almeja-se pelos profissionais entrevistados, explícito desejo de que o COFEN e os COREN's venham em defesa dos mesmos nas fiscalizações propostas pela legislação, observando desde as condições de trabalho até a remuneração, associadas as responsabilidades que tal profissão exige nos diversos campos de atuação.

Palavras-chave: Percepção. Conhecimento. COFEN/COREN's.

¹ Acadêmico do Curso de Enfermagem da Universidade de Cuiabá – UNIC, Unidade Primavera do Leste – Mato Grosso

² Professora do Curso de Enfermagem da Universidade de Cuiabá - UNIC, Unidade de Primavera do Leste – Mato Grosso

ABSTRACT

Regarding the representativeness of nursing, currently there are several agencies with different responsibilities, but that interlock and differ little in practice. Being compulsory registration, the municipality COFEN/ COREN's is the agency's most senior representative of the class. The objective of this research is to identify the perceived knowledge of the ten nurses included in the network of primary health care in the city of Primavera do Leste - MT regarding the duties of this municipality. This is a survey study, qualitative and analytical where a questionnaire was applied in situ with objective and subjective questions. The results of the data collected during the period February to May 2013 indicate heterogeneity in training, gender and age of the study population, as well as some difficulty in dissociating the functions of the municipality COFEN/ COREN 's together with other representative bodies of the class. One hopes the professionals interviewed, explicit wish that COFEN and COREN's come to their defense in the surveillance proposed by the legislation, observing from working conditions to the remuneration associated with the responsibilities that this profession demands in various fields.

Keywords: Perception. Knowledge. COFEN/COREN's.

INTRODUÇÃO

A pesquisa do saber permite conhecer o funcionamento das coisas, o que permite melhorar o controle, bem como melhores previsões (LAVILLE; DIONNE 1999). Assim, consegue-se entender o motivo de querer perceber o conhecimento dos enfermeiros sobre a autarquia COFEN/COREN's, onde conhecimento se diz o ato ou efeito de conhecer, tomar ideia ou noção de algo, buscar informação, notícia ou ciência (FERREIRA, 1999).

A enfermagem, que mantém valores elementares a vida, e assim como qualquer profissão, está regulamentada pela Constituição no artigo 5º, inciso XIII, desde que satisfeitas às qualificações estabelecidas em leis específicas (OGUISSO; SCHIMIDT, 2010).

O Art. 2º do DL nº 6.016, de 22 de novembro de 1943 considera autarquia como: “serviço estatal descentralizado, com personalidade de direito público, explícita ou

implicitamente reconhecida por lei”, ou seja, estas entidades criadas por autorização legal do Congresso Nacional por lei específica estabelecem as diretrizes gerais, representam um sistema específico destinado a verificar condições de capacidade de exercer a atividade profissional tendo, inclusive o poder de ser executados pela própria administração, sem depender de alguma solicitação ao Poder Judiciário a Pessoas Físicas e Jurídicas que sejam consideradas faltosas aos seus deveres profissionais (BRASIL, 1943).

A lei 5.905/73 dispõe sobre a criação do sistema Conselho Federal de Enfermagem/ Conselhos Regionais de Enfermagem (COFEN/COREN's), onde funciona com os 27 conselhos regionais localizados em cada estado brasileiro, mais o Distrito Federal, e ainda diz em seu artigo terceiro, que os Conselhos Regionais estão subordinados ao Conselho Federal, sendo assim são atribuições do COFEN, órgão hierarquicamente superior, normatizar, fiscalizar e julgar em último grau procedimentos éticos e administrativos no exercício do COREN (BRASIL, 1973).

Compete ao COREN fiscalizar o cumprimento da Lei do Exercício Profissional (Lei 7.498/86), cuidar do bom entendimento da profissão e dos que a executam, assim como pelo acatamento do Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem (COREN-MG, 2010).

Assim entendendo, é possível notar diferenças na atuação do sistema com os demais órgãos, com destaque histórico para Associação Brasileira de Enfermagem (ABEN) e Federação Nacional de Enfermagem (FNE). Ambas são fundadas e criadas com atribuições diferentes. A ABEN é uma entidade que articula-se com os demais órgãos de enfermagem brasileira visando desenvolvimento político, social e científico aos seus associados, acredita na enfermagem como prática social, essencial a saúde, e ao seu funcionamento nas diversas instituições. E ainda se compromete a defender e propor políticas e programas que visem a melhoria da qualidade de vida da população e acesso universal aos mesmos (BRASIL, 2005).

Já a FNE é descrita como entidade sindical de segundo grau, que presta trabalhos a classe de enfermagem no território nacional para fins de estudo, organização, coordenação, defesa e representação legal dos Sindicatos de Enfermeiros que se associem a ela (BRASIL, 2011).

Ressalta-se que o estudo dos aspectos legais da enfermagem faz parte da grade curricular na academia, e ainda que, ao efetuar o registro no Conselho, obrigatório para o

exercício profissional, é entregue o Código de Ética de Enfermagem que detalha as funções atribuídas aos conselhos, bem como aos profissionais.

Considera-se que este estudo venha contribuir para os enfermeiros, estudantes e profissionais da área, na busca constante em entender a finalidade das leis que os norteiam, evitando danos e proporcionando maior segurança que, aliada ao conhecimento teórico e científico, resulta na excelência dentro das atividades executadas nos diversos âmbitos de saúde.

Diante do atual contexto, de notícias na mídia retratando erros ocorridos na enfermagem, foi possível observar a atuação do Conselho Federal de Enfermagem e do Conselho Regional de Enfermagem. Assim surgiu o interesse de saber o que os enfermeiros entendem sobre a autarquia COFEN/COREN's, bem como o que os mesmos almejam de tais entidades que define a classe enfermagem.

O objetivo dessa pesquisa foi de identificar a percepção do conhecimento dos enfermeiros sobre o exercício da autarquia COFEN/COREN's, bem como levantar possíveis sugestões a serem propostas a estes conselhos.

METODOLOGIA

Trata-se de um levantamento, qualitativo e analítico, onde foi selecionado de modo aleatório o grupo composto pelos dez profissionais enfermeiros que compõem as dez unidades de atenção básica do município de Primavera do Leste – MT. Este estudo foi desenvolvido no período de fevereiro e maio do ano de 2013.

Primavera do Leste que foi fundado em 13 de Maio de 1986, é um município brasileiro do estado de Mato Grosso. Encontra-se a uma latitude 15°33'32" Sul e a uma longitude 54°17'46" Oeste, estando a uma altitude de 636 metros. Localiza-se na Rodovia BR 070 no entroncamento com a Rodovia MT 130, suas terras fazem divisa com Paranatinga, Santo Antônio do Leste, Poxoréu, Dom Aquino, Campo Verde, Planalto da Serra e Nova Brasilândia a aproximadamente 240 Km a leste de Cuiabá capital, seu clima é caracterizado como tropical (SMS/PVA, 2012). Estima-se através do Censo Demográfico 2010, uma população de 53.910 habitantes para o ano de 2013 (BRASIL, 2012). A fonte econômica da região é a agricultura destacando a soja e o algodão e o comércio, sendo a quinta maior economia do estado. O município conta com três distritos

industriais com cerca de 50 empresas instaladas, gerando 1000 empregos diretos e indiretos.

A rede de saúde local conta com a Atenção Básica de saúde constituída por nove Estratégias de Saúde da Família e uma Unidade Básica de Saúde sendo coordenadas por enfermeiros que prestam trabalho de gerenciamento e assistência, com um Centro de Especialidades Médicas (CEMOC – Centro de Especialidades Médicas Osvaldo Cruz) que atende em diversas áreas como ginecologia-obstetrícia, endocrinologia, pediatria e ortopedia.

Conta também com o SAMU 192 que dispõem de suporte básico e avançado, com o Pronto Atendimento Municipal que presta atendimento nas áreas de urgência, emergência e internação provisória, um Centro de Atendimento Psicosocial (CAPS), um Centro de Reabilitação com atendimentos de psicologia, fonoaudiologia, fisioterapia e assistência social, um Banco de Sangue, um Laboratório Municipal, um Núcleo de Assistência a Saúde da Família (NASF), um Centro de Referência a Saúde do Trabalhador (CEREST), um Centro de Testagem e Aconselhamento, um Centro de Especialidade Odontológica (CEO), uma Farmácia Municipal, uma Central de Regulamentação de Vagas e três vigilâncias, a Ambiental, a Epidemiológica e a Sanitária.

Foi aplicado um questionário *in loco*, sendo necessário o preenchimento dos dados demográficos através da identificação, contendo uma questão de múltiplas escolhas com atribuições pertinentes a autarquia COFEN/COREN's e também pertinentes a ABEn (Associação Brasileira de Enfermagem) e a FNE (Federação Nacional de Enfermagem), sendo indicado que os participantes assinalassem apenas as atribuições propostas pela pesquisa, contendo ao final, uma questão dissertativa propondo ações ao conselho de classe.

Como critério de seleção das questões referentes as atribuições de cada entidade de classe, além do método aleatório, foram selecionadas atribuições semelhantes.

Respeitando os critérios éticos, os nomes dos enfermeiros serão preservados, adotando uma chamada de ordem alfabética na descrição das questões dissertativas apresentadas nos resultados aqui expostos. Foram selecionadas as respostas que tiveram maior representatividades em relação as respostas dos demais enfermeiros.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados a seguir serão apresentados conforme a sequência do questionário aplicado descrito nesta pesquisa.

Quanto a variável faixa etária dos participantes, conforme a tabela um, três (30%) pertencem a faixa etária de vinte a vinte e cinco anos; três (30%) pertencem a faixa etária de vinte e seis a trinta anos; três (30%) pertencem a faixa etária de trinta e um a trinta e cinco anos e um (10%) pertence a faixa etária acima de trinta e seis anos.

TABELA 1: Faixa etária dos enfermeiros da Atenção Básica em Primavera do Leste – MT 2013

Faixa Etária	Valor absoluto	Valor Relativo %
De 20 a 25 anos	3	30
De 26 a 30 anos	3	30
De 31 a 35 anos	3	30
Acima de 36 anos	1	10

Fonte: entrevista.

Nota-se que não há predominância de uma faixa etária específica, porém acima de trinta e seis anos existe apenas um entrevistado e atuante na área. Este resultado se contrapõe ao estudo de Rocha & Zeitoune (2007) na cidade de Floriano – PI, onde a maior parte dos entrevistados está na faixa etária entre 26 – 30 anos.

Conforme a sequência, a tabela dois traz os dados que dizem respeito ao gênero dos participantes, três (30%) pertencem ao sexo masculino e sete (70%) pertencem ao sexo feminino.

TABELA 2: Gênero dos participantes

Gênero	Valor absoluto	Valor Relativo %
Masculino	3	30
Feminino	7	70

Fonte: entrevista.

Consegue-se identificar a predominância feminina nos campos componentes da rede de atenção básica local. Resultado semelhante também pode ser observado nos estudos de Spíndola et. Al. (2008) que falava a respeito da formação acadêmica com predominância feminina nos cursos de enfermagem, o que nos remete a atuação profissional ser maior do grupo feminino.

A tabela três descreve o tempo de formação dos participantes onde os resultados encontrados foram: quatro (40%) estão com tempo de formação entre um a cinco anos; quatro (40%) estão com tempo de formação de seis a dez anos e dois (20%) a mais de onze anos de formação profissional.

TABELA 3: Tempo de formação dos participantes

Anos	Valor absoluto	Valor Relativo %
De 1 a 5 anos	4	40
De 6 a 10 anos	4	40
Acima de 11 anos	2	20

Fonte: entrevista

Nota-se que não existe predominância de tempo de formação, porém apenas vinte por cento dos entrevistados possuem formação profissional acima de onze anos e um total de 80% possuem tempo de formação menor que dez anos, caracterizando um grupo de enfermeiros heterogêneos.

Tal heterogeneidade também pode ser observada em estudo realizado em 2007 na cidade do Rio de Janeiro com enfermeiros em hospitais universitários que nos demonstra um perfil diferente do apresentado onde a predominância dos enfermeiros atuantes eram com tempo de formação entre vinte e um a vinte e cinco anos, ilustrando um grupo bastante experiente (SANTOS & CASTRO, 2010).

O questionário aplicado após o preenchimento dos dados, continha de modo aleatório todos os componentes das tabelas quatro, cinco e seis, aqui desmembrados e enumerados para melhor entendimento.

A tabela quatro ilustra a parte do questionário onde as responsabilidades pertencem a autarquia. A questão um é entendida como responsabilidade da própria autarquia por cinco (50%) dos dez enfermeiros pesquisados, a questão dois por seis (60%), a questão três e a questão quatro por nove (90%) e a questão cinco por dez (100%). Assim entende-se que é claro ao profissional que disciplinar e fiscalizar a sua atividade, conhecer e decidir os assuntos atinentes a ética profissional impondo as penalidades cabíveis e fixar o valor da anuidade é atribuição da autarquia, especificamente dos

COREN's, e que promover estudos e campanhas ainda se confunde com atribuições de outras classes.

TABELA 4: Identificação das atividades atribuídas pelos enfermeiros ao binômio COFEN/COREN's, responsabilidades da própria autarquia.

Atividade	Valor absoluto	Valor Relativo %
1 - Promover estudos e campanhas para aperfeiçoamento profissional.	5	50
2 - Zelar pelo bom conceito da profissão e dos que a exerçam.	6	60
3 - Conhecer e decidir os assuntos atinentes à ética profissional, impondo as penalidades cabíveis.	9	90
4 - Fixar o valor da anuidade.	9	90
5 - Disciplinar e fiscalizar o exercício profissional.	10	100

Fonte: entrevista.

A tabela cinco ilustra as atividades de responsabilidade da ABEN, nas questões um e dois, seis (60%) dos dez enfermeiros submetidos a pesquisa atribuem - na ao COFEN/COREN's, e a questão três, nenhum (00%) dos enfermeiros entendem como atribuição da autarquia. Sendo difícil o entendimento dos pesquisados que promover o desenvolvimento técnico, científico, cultural e político dos profissionais de enfermagem no país e defender os interesses das profissões de área da enfermagem não são atribuições pautadas pela legislação do COFEN e dos COREN's, e claro a todos que articular-se com setor de organizações de saúde e da sociedade em geral não é atribuição da autarquia.

TABELA 5: Identificação das atividades atribuídas pelos enfermeiros ao binômio COFEN/COREN's, responsabilidades da ABEN.

Atividade	Valor absoluto	Valor Relativo %
1 - Promover o desenvolvimento técnico, científico, cultural e político dos profissionais de enfermagem no país, pautado em princípios éticos.	6	60
2 - Defender os interesses das profissões da área da enfermagem.	6	60
3 - Articular-se com setor de organizações de saúde e da sociedade em geral.	0	00

Fonte: entrevista.

Em relação as questões com conteúdo de responsabilidade da FNE, presentes na tabela seis, nas questões um e dois, nove enfermeiros (90%) entendem que, zelar pelo cumprimento da legislação e normativas de interesse da categoria, e que tenham sido deliberados pela diretoria e defender o exercício pleno da atividade profissional, são atribuições da autarquia, ilustrando um entendimento confuso nestas responsabilidades. E na questão três, apenas um entrevistado (10%) a entende como atribuição da autarquia, observa-se entendimento claro por parte dos entrevistados que lutar por melhor qualidade de vida e de trabalho não é atribuição da autarquia.

TABELA 6: Identificação das atividades atribuídas pelos enfermeiros ao binômio COFEN/COREN's, responsabilidades da FNE.

Atividade	Valor absoluto	Valor Relativo %
1 - Zelar pelo cumprimento da legislação e normativas de interesse da categoria, e que tenham sido deliberados pela diretoria.	9	90
2 - Defender o exercício pleno da atividade profissional.	9	90
3 - Lutar por melhor qualidade de vida e trabalho.	1	10

Fonte: entrevista.

Como analisado nos resultados, atribuem-se tal dificuldade ao entender e diferenciar as responsabilidades de cada entidade, ao fato de que na prática suas atuações não possuem limites nítidos (GIOVANINI et al., 2010).

Os diversos representantes da enfermagem possuem propósitos diversos em sua legislação e são imprescindíveis como órgãos que defendem os interesses culturais, políticos e econômicos dos profissionais de enfermagem, tanto nacionalmente, quanto internacionalmente. Partindo dessa ideia, tais entidades necessitam unir esforços para a valorização e reconhecimento da enfermagem no Brasil (OGUISSO, 2007).

No final da pesquisa foi aberto um espaço para que os entrevistados citassem um número máximo de três sugestões ao seu conselho. Dos dez entrevistados, apenas dois não deram sua opinião. Das opiniões, a que mais foi evidenciada está relacionada a fiscalização ativa, onde cinco dos oito que prestaram sugestões, pedem como item prioritário uma fiscalização mais ativa, que cumpra as determinações propostas na legislação, olhando mais pelo profissional atuante, defendendo seus direitos e cobrando seus deveres, como relata o enfermeiro A: “*Fiscalização ativa e não utópica*”.

Como segundo item proposto, três enfermeiros levantaram a valorização financeira da classe como sugestão, onde propõem ao conselho que crie/busque mecanismos de atuação dentro das normas para que o profissional seja remunerado de acordo com suas atribuições e competências, como propõe a enfermeira B: “*Valorização do profissional no teto mínimo*”.

No terceiro item levantado, com duas sugestões, está a atuação da autarquia em parceria ao MEC na fiscalização, aprovação, avaliação e sentença nos cursos da área de enfermagem nas diversas instituições privadas ou particulares, e a diminuição da taxa de anuidade cobrada aos profissionais.

Enfermeiro C: “*Atuação conjunta com o MEC na avaliação e manutenção aos cursos de técnico em enfermagem e graduação de enfermagem*”.

Enfermeiro D: “*Diminuir taxa de anuidade*”.

Finalizando, há itens que foram citados apenas uma vez, sendo eles: jornada de trabalho com carga de trinta horas semanais; facilidade de contato com o COREN e melhor atendimento por parte dos funcionários; realização de educação permanente; mais diálogo da autarquia com os profissionais e humanização nos horários de repouso para as equipes de enfermagem que prestam plantões como relata a enfermeira E: “*Humanização do repouso para a enfermagem*”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve por objetivo identificar a percepção do conhecimento dos enfermeiros sobre o exercício da autarquia COFEN/COREN's, bem como levantar possíveis sugestões a serem propostas ao conselho de classe, como já relatado na introdução.

A faixa etária, o sexo e o tempo de formação não foram nesta pesquisa, fatores determinantes que atribuíssem maior conhecimento aos profissionais pesquisados.

Ao analisar os dados, entende-se que algumas das responsabilidades dos órgãos ABEN e FNE acabam assemelhando-se as atribuições do COFEN e dos COREN's, o que leva o profissional a confundir no momento de associar a responsabilidade ao órgão competente.

Ao aplicar as questões e explicar o objetivo dessa pesquisa, bem como seu título, muitos enfermeiros, se não todos, se referiam a autarquia como algo distante aos olhos e

daquilo a qual esperam que as mesmas cumpram, a enxergando apenas como órgão que fixa e cobra a anuidade.

Notou-se grande desejo de que o COFEN e os COREN's venham em defesa do profissional nas fiscalizações determinadas em sua legislação, observando suas condições de trabalho e sua remuneração, associadas as responsabilidades que tal profissional exerce nos diversos campos de atuação.

Espera-se que esta pesquisa proporcione a todos os estudantes e a classe de enfermagem, o interesse em buscar o conhecimento sobre as leis pelas quais são amparados, pois saber as leis que os norteiam é tão importante quanto todo o conhecimento teórico, científico e prático necessários para a vida profissional.

Almeja-se também que a partir desse estudo, os órgãos representantes da enfermagem, procurem entender e atender mais os seus associados, abrindo portas também aos estudantes dos diversos níveis de graduação na área, bem como busquem pela satisfação dos associados, abrindo periodicamente pesquisas propondo entender a visão dos diversos profissionais sobre sua atuação e levantando também sugestões, analisando assim no que seus associados esperam ser atendidos. Finalizando, espera-se ainda que esta pesquisa tenha continuidade, abrangendo os profissionais dos diversos campos de atuação.

AGRADECIMENTOS

Dedico meu agradecimento na realização, desde a elaboração até a conclusão aos professores que disponibilizaram de seu tempo para a realização deste estudo pioneiro e tão importante a prática profissional.

A minha orientadora, professora enfermeira Mônia, responsável pela matéria de Legislação em Enfermagem, que desde o princípio deu o apoio e o destaque para que meu estudo fosse concretizado, não delimitando horários e nem finais de semana para que prestasse seu auxílio.

A enfermeira da ESF VII, Lídia Paniago, que dedicou auxílio a esta pesquisa desde a elaboração do questionário até sua aplicação, e principalmente na escolha por este tema tão fundamental.

E a professora, fisioterapeuta e tia Taciana Zanchet Fernandes, que nas atribuições comuns ao dia a dia, disponibilizou tempo para auxílio na correção das

formatações e na busca por material, organizando esta pesquisa quando a desistência manifestava seu desejo.

A estas e todas as outras pessoas que contribuíram na conclusão deste estudo, meu inteiro agradecimento e respeito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei nº 6.016, de 22 de novembro de 1943. Dispõe sobre a imunidade dos bens, rendas e serviços das autarquias, e dá outras providências. **Diário Oficial da União** - Seção 1 de 24/11/1943.

BRASIL. Lei nº 5.905, de 12 de julho de 1973. Dispõe sobre a criação dos Conselhos Federal e Regionais de Enfermagem e dá outras providências. **Diário Oficial da União** – Seção 1 de 13/07/1973.

BRASIL. Estatuto Associação Brasileira de Enfermagem- ABEN. **Estatuto Associação Brasileira de Enfermagem – ABEN**. Brasília, DF: Assembleia Nacional de Delegados, 2005.

BRASIL. Estatuto da Federação Nacional de Enfermagem - FNE. **Estatuto da Federação Nacional de Enfermeiros – FNE**. São Paulo, SP: Cartório do Segundo Ofício de Registro Civil, 2011.

BRASIL. Secretaria de Estado de Saúde de São Paulo – **Diário Oficial**. Brasília, DF: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2012.

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE MINAS GERAIS. **Legislação e Normas**. V. 12 N. 1 (2010) – Belo Horizonte: COREN-MG, 2010.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

GEOVANINI, Telma; MOREIRA, Almerinda; SCHOELLER, Soraia D.; MACHADO; Wiliam C. A. **História da enfermagem** – versões e interpretações. 3ª edição. Rio de Janeiro: Revinter, 2010.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

OGUISSO, Taka (org.). **Trajetória histórica e legal da enfermagem**. Barueri. Manole, 2007.

OGUISSO, Taka; SCHMIDT, Maria José. **O exercício da enfermagem: uma abordagem ético - legal**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.

ROCHA, Josane B. B.; ZEITOUNE, Regina C. G. **Perfil dos enfermeiros do Programa Saúde da Família:** uma necessidade para discutir a prática profissional, Brasil. Rev. Enf. UERJ, Rio de Janeiro, v. 15, n.1, p46 - 52, Jan/Mar. 2007.

SMS/PVA. Secretaria Municipal de Saúde de Primavera do Leste, MT. **Informações gerais sobre Natalidade e Mortalidade.** Vigilância Epidemiológica. Primavera do Leste, 2012.

SANTOS, Iraci dos; CASTRO, Carolina Bittencourt. **Características pessoais e profissionais de enfermeiros com funções administrativas atuantes em um hospital universitário,** Brasil. Rev. Esc. Enf. USP, São Paulo, v. 54, n. 1, p154 – 160. 2010.

SPÍNDOLA, T.; MARTINS, E. R. C.; FRANCISCO, M. T. R. **Enfermagem como opção:** perfil de graduandos de duas instituições de ensino, Brasil. Rev. Bra. Enf., Brasília, v. 61, n. 2, p164-169, Mar/Abr. 2008.

A IMPORTÂNCIA DO PROFISSIONAL LICENCIADO EM INFORMÁTICA NAS ESCOLAS FRENTE AO NOVO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM CAUSADO PELO COVID-19

Rafael Martins Bezerra Costa¹³

Marco Tulio Martins da Silva Junior²

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo demonstrar a necessidade de educadores capacitados na área de informática, sendo que a ausência de capacitação impacta diretamente nas turmas do Ensino Fundamental, Anos Iniciais e Finais, Ensino Médio e Ensino Técnico. O profissional com formação em Licenciatura em Informática, deixa de ser um educador tradicional, elevando o ensino para o mundo informatizado. O Docente passa a orientar e facilitar a aprendizagem por meio da tecnologia, com isso, desenvolvendo discente com maior capacidade de pensamentos e criatividade. A Pandemia do COVID – 19, trouxe à tona a necessidade de aprimoramento de conhecimento tecnológico da maioria dos profissionais de educação, tendo em vista que os mesmos tiveram que se reinventar, com pouco suporte na área de TI, para atender a demanda de Ensino a Distância.

Palavra chaves: Tecnologia. Ensino. Pandemia.

¹³ Professor da Faculdade EDUVALE, Licenciatura Plena e Bacharelado em Educação Física, Licenciatura Plena em Pedagogia, Especialização em Educação Especial e Inclusão no Espaço Escolar, Especialização em Mídias Digitais para a Educação

² Técnico Administrativo da Escola Estadual Emanuel Pinheiro, Bacharelado em Sistemas de Informação MBA Gestão de Projetos

INTRODUÇÃO

No mundo em que vivemos hoje no Século XXI é de suma importância a tecnologia em nossas vidas, praticamente alguns trabalhos não podem ser realizados sem o uso da tecnologia. Imagine um engenheiro para poder fazer o desenho de uma planta hoje em dia ou um médico para realizar determinados processos cirúrgicos, a tecnologia está envolvida em todos os campos de trabalhos atualmente inclusive em nosso convívio do dia a dia em nosso lar em nossa casa. Quantas coisas já não mudaram em função da tecnologia e quantos fatos tecnológicos hoje em dia estão impactando diretamente no cotidiano do nosso dia a dia podemos dizer que o Século XXI é marcado pelo uso da tecnologia.

Podemos dizer que, quanto mais tecnologia nas nossas vidas, mais possibilidades nós temos, quanto mais possibilidades temos, podemos ter melhores escolhas.

O ciclo de vida da tecnologia anteriormente era muito longo, levava-se anos até uma nova entrar no lugar da anterior, as pessoas passavam a vida inteira utilizando a mesma tecnologia. Atualmente o ciclo de atualização tecnológica é muito dinâmico e veloz, a pouco tempo atrás utilizávamos tocadores de Mp3, DVD, Blu-Ray e nos dias atuais, essas ferramentas tornaram-se obsoletas.

A era da tecnologia é marcada por tecnologias que vem e vão, e devemos estar constantemente nos adaptando nos atualizando a este processo, hoje o impossível se prender a um mundo sem tecnologia e está se tornando cada vez mais rápido este processo de evolução tecnológica, ou seja algo que era impossível de acontecer a algum tempo atrás e hoje é perfeitamente normal.

O avanço tecnológico nos mais diversos setores é muito rápido e modifica muito as nossas vidas e isso também tem que ocorrer no processo educacional, mas para isso ocorra nós devemos ter o profissional habilitado e qualificado para mediar esse processo de ensino e aprendizagem interdisciplinar com os demais profissionais da instituição.

A BNCC coloca uma questão que está sendo muito comentada que é sobre a tecnologia e o uso da tecnologia por todos, atualmente quase todas as escolas possuem internet e estrutura para um laboratório de informática, não sendo algo distante ou impossível.

Certo dia presenciamos todo esse contexto eclodindo abruptamente na educação, dormimos no presencial e tivemos que acordar no EAD (Educação a Distância) ou no EAR (Ensino de Acesso Remoto), os alunos, pais, professores e toda comunidade escolar passaram por uma mudança de maneira a se adaptar aos novos tempos de Covid-19, ou seja, passando de aulas presenciais para aulas mediadas por diferentes tecnologias.

Mas este impacto poderia ter sido bem menor e menos agressivo aos seus envolvidos, se todos estivessem preparados para este momento, mas quando dizemos “preparados”, não nos referimos apenas a espera de uma pandemia, mas sim inseridos em um contexto educacional tecnológico, com um processo educacional que envolva a utilização das TDIC (Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação), de forma eficaz com objetivos claros, de forma que possuam profissionais, devidamente habilitados nesta instituições de ensino, para que seja desenvolvido de forma plena o desenvolvimento do currículo deste educando, preparando-lhe não só para situações emergenciais ou caóticas no contexto educacional, mas vislumbrando a formação de um cidadão integral, frente a mudanças tecnológicas e sociais que ocorrem no dia a dia.

Ao invés disso quando visto a utilização destes ambientes em unidades escolares, encontramos profissionais não habilitados na área necessária ou “estagiários”, ministrando aulas de forma imprecisa e incoerente ao processo formativo educacional. Hoje temos um processo de formação que habilita o profissional de forma específica para

esta atuação no ambiente escolar, a formação em Licenciatura em Informática traz um profissional com o perfil pertinente a esta atuação no ambiente escolar, porém, a sua atuação é negligenciada ou deixada de lado, pois é substituído por estagiários de forma incorreta ou outros profissionais sem a devida formação.

Conforme classificação de áreas do conhecimento definidas pelo CNPQ, o Curso de Licenciatura em Informática se dá nas seguintes áreas:

- Educação
- Ciências Exatas e Tecnologia

O Licenciado em Informática deve na área da Educação, atuar como docente auxiliando as demais disciplinas com o uso da informática nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental, no Ensino Médio e Escola Técnica. Ter capacidade de fazer uso da interdisciplinaridade e introduzir conceitos pedagógicos no desenvolvimento de Tecnologias Educacionais, atuar na análise sistemas educacionais, atuar no processo de desenvolvimento e implementação de sistemas educacionais, ser capaz de atuar no desenvolvimento de processos de orientação, motivação e estimulação da aprendizagem, com a seleção de plataformas computacionais adequadas às necessidades das organizações.

Partindo desse pressuposto, fica claro que o perfil do Licenciado em Informática abrange as seguintes características:

- Visão do seu papel social como educador e capacidade de se inserir em diversas realidades com sensibilidade para interpretar as ações dos educandos;
- Visão da compreensão que a aprendizagem da Informática pode oferecer à formação dos indivíduos para o exercício de sua cidadania;
- Visão de que o conhecimento da informática pode e deve ser acessível a todos e consciência de seu papel na superação dos preconceitos, traduzidos pelas angústias, inércia ou rejeição que muitas vezes ainda estão presentes no ensino e aprendizagem da disciplina.

Assim, o currículo do curso do Licenciado em Informática/Computação possui uma estrutura de maneira a proporcionar-lhe as seguintes competências e habilidades de identificar, formular e resolver problemas na sua área de aplicação, utilizando rigor lógico-científico na análise de situações-problema, estabelecer relações entre a informática e outras áreas do conhecimento, identificar problemas que tenham solução

algorítmica, resolver problemas de ensino aprendizagem utilizando ambientes de programação, tomar decisões e inovar, com base no conhecimento do funcionamento e das características técnicas de hardware e da infraestrutura de software dos sistemas de computação consciente dos aspectos éticos, legais e dos impactos ambientais decorrentes, avaliar criticamente projetos de sistemas de computação voltados para aplicação na educação, adequar-se rapidamente às mudanças tecnológicas e aos novos ambientes de trabalho, ler textos técnicos na língua inglesa, empreender e exercer liderança, coordenação e supervisão na sua área de atuação profissional, especificar os requisitos pedagógicos na interação humano-computador, especificar e avaliar softwares e equipamentos para aplicação educacionais e de Educação à Distância, projetar e desenvolver softwares e hardware educacionais e de Educação à Distância em equipes interdisciplinares, atuar junto ao corpo docente das Escolas nos níveis da Educação Básica e Técnico e suas modalidades e demais organizações no uso efetivo e adequado das tecnologias da educação, produzir materiais didáticos com a utilização de recursos computacionais, propiciando inovações nos produtos, processos e metodologias de ensino aprendizagem, administrar laboratórios de informática para fins educacionais, atuar como agentes integradores promovendo a acessibilidade digital, atuar como docente com a visão de avaliação crítica e reflexiva, propor, coordenar e avaliar, projetos de ensino-aprendizagem assistidos por computador que propiciem a pesquisa.

Sendo de caráter próprio do educador, o licenciado em Informática deverá ter as capacidades de se expressar escrita e oralmente com clareza e precisão, de trabalhar em equipes multidisciplinares, de compreender, criticar e utilizar novas ideias e tecnologias para resolução de problemas, de aprendizagem continuada, sendo sua prática profissional também fonte de produção de conhecimento, de elaborar proposta de ensino e aprendizagem de Informática para a Educação dos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental, Ensino Médio e Nível Técnico, de analisar, selecionar e produzir como também, planejar e desenvolver materiais didáticos, de analisar criticamente propostas curriculares da Informática na Educação dos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental, Ensino Médio e Nível Técnico, de desenvolver estratégias de ensino que favoreçam a criatividade, a autonomia e a flexibilidade do pensamento dos educandos, de perceber a prática docente de Informática como processo dinâmico de investigação científica, em que ocorre o processo ação-testagem-depuração-generalização de novos conhecimentos

que são gerados e modificados continuamente e de participar na realização de projetos que envolvam a comunidade.

Sendo assim de acordo com a LEI Nº 11.788, DE 25 DE SETEMBRO DE 2008,

Em seu Art. 1º Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam freqüentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

§ 1º O estágio faz parte do projeto pedagógico do curso, além de integrar o itinerário formativo do educando.

§ 2º O estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.

Art. 3º O estágio, tanto na hipótese do § 1º do art. 2º desta Lei quanto na prevista no

§ 2º do mesmo dispositivo, não cria vínculo empregatício de qualquer natureza, observados os seguintes requisitos:

*§ 1º O estágio, como ato educativo escolar supervisionado, deverá ter acompanhamento efetivo pelo professor orientador da instituição de ensino e **por supervisor da parte concedente**, comprovado por vistos nos relatórios referidos no inciso IV do caput do art. 7º desta Lei e por menção de aprovação final.*

§ 2º O descumprimento de qualquer dos incisos deste artigo ou de qualquer obrigação contida no termo de compromisso caracteriza vínculo de emprego do educando com a parte concedente do estágio para todos os fins da legislação trabalhista e previdenciária.

Art. 9º As pessoas jurídicas de direito privado e os órgãos da administração pública direta, autárquica e fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como profissionais liberais de nível superior devidamente registrados em seus respectivos conselhos de fiscalização profissional, podem oferecer estágio, observadas as seguintes obrigações:

III – Indicar funcionário de seu quadro de pessoal, **com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário**, para orientar e supervisionar até 10 (dez) estagiários simultaneamente; (BRASIL,2008)

Restando esclarecido que o estagiário só pode atuar em um laboratório de informática mediante a presença de um profissional Licenciado, que supervisionaria a sua atuação, tornando valido seu estágio.

Ainda assim de acordo com RESOLUÇÃO Nº 5, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2016, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação na área da Computação traz que:

Art. 5º Os cursos de bacharelado e licenciatura da área de Computação devem formar egressos que revelem pelo menos as competências e habilidades comuns para:

I - identificar
problemas que tenham solução

algorítmica; II - conhecer os limites da computação;

III - resolver problemas usando ambientes de programação;

IV - tomar decisões e inovar, com base no conhecimento do funcionamento e das características técnicas de hardware e da infraestrutura de software dos sistemas de computação consciente dos aspectos éticos, legais e dos impactos ambientais decorrentes;

V - compreender e explicar as dimensões quantitativas de um problema;

VI - gerir a sua própria aprendizagem e desenvolvimento, incluindo a gestão de tempo e competências organizacionais;

VII - preparar e apresentar seus trabalhos e problemas técnicos e suas soluções para audiências diversas, em formatos apropriados (oral e escrito); VIII - avaliar criticamente projetos de sistemas de computação;

IX - adequar-se rapidamente às mudanças tecnológicas e aos novos ambientes de trabalho;

X - ler textos técnicos na língua inglesa;

XI - empreender e exercer liderança, coordenação e supervisão na sua área de atuação profissional;

XII - ser capaz de realizar trabalho cooperativo e entender os benefícios que este pode produzir.

Art. 6º Os currículos dos cursos de bacharelado e licenciatura da área da Computação deverão incluir conteúdos

básicos e tecnológicos referentes à área da Computação, comuns a todos os cursos, bem como conteúdos básicos e tecnológicos específicos para cada curso, todos selecionados em grau de abrangência e de profundidade de forma consistente com o perfil, as competências e as habilidades especificadas para os egressos. (BRASIL, 2008)

§ 3º Para a licenciatura deverão ser incluídos conteúdos de formação pedagógica, considerando as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores para a Educação Básica.

Desta maneira acordo com a RESOLUÇÃO Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a *formação* continuada identificamos que:

Art. 1º Ficam instituídas, por meio da presente Resolução, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada em Nível Superior de Profissionais do Magistério para a Educação Básica, definindo princípios, fundamentos, dinâmica formativa e procedimentos a serem observados nas políticas, na gestão e nos programas e cursos de formação, bem como no planejamento, nos processos de avaliação e de regulação das instituições de educação que as ofertam.

Art. 2º As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada em Nível Superior de Profissionais do Magistério para a Educação Básica aplicam-se à formação de professores para o exercício da docência na educação infantil, no ensino fundamental, no ensino médio e nas respectivas modalidades de educação (Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, Educação Profissional e Tecnológica, Educação do Campo, Educação Escolar Indígena, Educação a Distância e Educação Escolar Quilombola), nas

diferentes áreas do conhecimento e com integração entre elas, podendo abranger um campo específico e/ou interdisciplinar.

§ 1º Compreende-se a docência como ação educativa e como processo pedagógico intencional e metódico, envolvendo conhecimentos específicos, interdisciplinares e pedagógicos, conceitos, princípios e objetivos da formação que se desenvolvem na construção e apropriação dos valores éticos, linguísticos, estéticos e políticos do conhecimento inerentes à sólida formação científica e cultural do ensinar/aprender, à socialização e construção de conhecimentos e sua inovação, em diálogo constante entre diferentes visões de mundo.

§ 2º No exercício da docência, a ação do profissional do magistério da educação básica é permeada por dimensões técnicas, políticas, éticas e estéticas por meio de sólida formação, envolvendo o domínio e manejo de conteúdos e metodologias, diversas linguagens, tecnologias e inovações, contribuindo para ampliar a visão e a atuação desse profissional.

Art. 18. Compete aos sistemas de ensino, às redes e às instituições educativas a responsabilidade pela garantia de políticas de valorização dos profissionais do magistério da educação básica, que devem ter assegurada sua formação, além de plano de carreira, de acordo com a legislação vigente, e preparação para atuar nas etapas e modalidades da educação básica e seus projetos de gestão, conforme definido na base comum nacional e nas diretrizes de formação, segundo o PDI, PPI e PPC da instituição de educação superior, em articulação com os sistemas e redes de ensino de educação básica.

§ 1º Os profissionais do magistério da educação básica compreendem aqueles que exercem atividades de docência e demais atividades pedagógicas, como definido no artigo 3º, § 4º, desta Resolução;

§ 2º No quadro dos profissionais do magistério da instituição de educação básica deve constar quem são esses

profissionais, bem como a clara explicitação de sua titulação, atividades e regime de trabalho.

§ 3º A valorização do magistério e dos demais profissionais da educação deve ser entendida como uma dimensão constitutiva e constituinte de sua formação inicial e continuada, incluindo, entre outros, a garantia de construção, definição coletiva e aprovação de planos de carreira e salário, com condições que assegurem jornada de trabalho com dedicação exclusiva ou tempo integral a ser cumprida em um único estabelecimento de ensino e destinação de 1/3 (um terço) da carga horária de trabalho a outras atividades pedagógicas inerentes ao exercício do magistério, tais como:

I - preparação de aula, estudos, pesquisa e demais atividades formativas;

II - participação na elaboração e efetivação do projeto político-pedagógico da instituição educativa;

III - orientação e acompanhamento de estudantes;

IV - avaliação de estudantes, de trabalhos e atividades pedagógicas; V - reuniões com pais, conselhos ou colegiados escolares;

VI - participação em reuniões e grupos de estudo e/ou de trabalho, de coordenação pedagógica e gestão da escola;

VII - atividades de desenvolvimento profissional;

VIII - outras atividades de natureza semelhante e relacionadas à comunidade escolar na qual se insere a atividade profissional.

Art. 19. Como meio de valorização dos profissionais do magistério público nos planos de carreira e remuneração dos respectivos sistemas de ensino, deverá ser garantida a convergência entre formas de acesso e provimento ao cargo,

formação inicial, formação continuada, jornada de trabalho, incluindo horas para as atividades que considerem a carga horária de trabalho, progressão na carreira e avaliação de desempenho com a participação dos pares, asseverando-se:

I - acesso à carreira por concurso de provas e títulos orientado para assegurar a qualidade da ação educativa;

II - fixação do vencimento ou salário inicial para as carreiras profissionais da educação de acordo com a jornada de trabalho definida nos respectivos planos de carreira no caso dos profissionais do magistério, com valores nunca inferiores ao do Piso Salarial Profissional Nacional, vedada qualquer diferenciação em virtude da etapa ou modalidade de educação e de ensino de atuação;

III - diferenciação por titulação dos profissionais da educação escolar básica entre os habilitados em nível médio e os habilitados em nível superior e pós-graduação lato sensu, com percentual compatível entre estes últimos e os detentores de cursos de mestrado e doutorado;

IV - revisão salarial anual dos vencimentos ou salários conforme a Lei do Piso;

V - manutenção de comissão paritária entre gestores e profissionais da educação e os demais setores da comunidade escolar para estudar as condições de trabalho e propor políticas, práticas e ações para o bom desempenho e a qualidade dos serviços prestados à sociedade;

VI - elaboração e implementação de processos avaliativos para o estágio probatório dos profissionais do magistério, com a sua participação;

VII - oferta de programas permanentes e regulares de formação e aperfeiçoamento profissional do magistério e a

instituição de licenças remuneradas e formação em serviço, inclusive em nível de pós-graduação, de modo a atender às especificidades do exercício de suas atividades, bem como os objetivos das diferentes etapas e modalidades da educação básica.

Art. 20. Os critérios para a remuneração dos profissionais do magistério público devem se pautar nos preceitos da Lei no 11.738, de 16 de julho de 2008, que estabelece o Piso Salarial Profissional Nacional, e no artigo 22 da Lei no 11.494, de 20 de junho de 2007, que dispõe sobre a parcela da verba do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização do Magistério (Fundeb), destinada ao pagamento dos profissionais do magistério, bem como no artigo 69 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que define os percentuais mínimos de investimento dos entes federados na educação, em consonância com a Lei no 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE). Parágrafo único. As fontes de recursos para o pagamento da remuneração dos profissionais do magistério público são aquelas descritas no artigo 212 da Constituição Federal e no artigo 60 do seu Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, além de recursos provenientes de outras fontes vinculadas à manutenção e ao desenvolvimento do ensino.

Art. 21. Sobre as formas de organização e gestão da educação básica, incluindo as orientações curriculares, os entes federados e respectivos sistemas de ensino, redes e instituições educativas deverão garantir adequada relação numérica professor/educando, levando em consideração as características dos educandos, do espaço físico, das etapas e modalidades da educação e do projeto pedagógico e curricular.

É papel do professor licenciado em Informática, proceder a uma criteriosa seleção dos softwares, tanto no aspecto técnico quanto no pedagógico, estando ele de posse dos conhecimentos necessários a ambos os aspectos da utilização dos softwares. Os critérios que podem balizar esta análise são variados, atendendo tanto as elaborações teóricas sobre o processo de ensino de aprendizagem, em especial aquelas pensadas exclusivamente para uso de tecnologias na educação, quanto o conhecimento advindo da prática, da experiência do professor licenciado em Informática, da sua leitura da realidade escolar e das características e gostos dos seus alunos, os quais, sempre que possível, devem ser envolvidos no planejamento escolar, em todas as etapas em que sua colaboração se mostrar pertinente.

Nesse viés, o uso pedagógico do computador é tido como auxiliar na construção do processo de conceituação e no desenvolvimento de capacidades importantes para que o aluno se desenvolva plenamente enquanto indivíduo e possa assim participar de forma ativa da sociedade do conhecimento, tarefa primordial da escola enquanto locus por excelência do ensino formal. Sendo assim a tecnologia consiste em um conjunto de técnicas direcionadas a atender uma necessidade humana, um dos pressupostos para sua existência, sua origem é dada no exato momento que essa necessidade ou exigência encontra os meios para eclodir, tanto materiais quanto lógicos, ou seja, para que um instrumento como o astrolábio ou a bússola pudesse ser inventado, antes houve o anseio humano de explorar novos horizontes e, ao fazê-lo, de orientar-se com precisão nessa busca.

Porém, apenas esse desejo não ensejaria o surgimento desses artefatos: também se fez necessário que o homem dominasse certos materiais que pudessem lhe dar suporte e alguns conceitos básicos, que aplica ao instrumento, a incessante procura do ser humano para enquadrar, dentro da sua própria existência, o papel que a tecnologia ocupa, no tocante aos seus mais diversos aspectos, sua definição, seus fins e sua importância.

Devendo o processo de mediação ser contemplado pelo respectivo profissional habilitado para tal exercício.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vivemos em uma sociedade de informação e ensinar utilizando a internet pressupõe um professor diferente, carregado de informações advindas tanto da sua própria

experiência pessoal, como dos seus alunos, tendo um perfil animador e coordenador de atividades e integrador.

Ressalta-se portanto, que a formação docente específica, deve ser uma política pública permanente, pois são muitas as possibilidades no uso pedagógico das TICs, além da complexidade que é a utilização do computador no processo ensino e aprendizagem, como uma ferramenta pedagógica, a qual deve ser utilizada efetivamente na melhoria do ensino.

Desta forma, espera-se um reconhecimento do Licenciado em Informática e sua importância frente ao processo educacional, uma vez que tal profissional encontra-se plenamente apto a aplicar, de maneira criativa e efetiva, a computação e suas tecnologias nos processos de planejamento e gestão do ensino e aprendizagem nas escolas e capazes de atuar nos diferentes contextos de ensino formal e não formal.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Simone Diniz Junqueira; SILVA, Santana Bruno. **Interação humano computador**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017. BRASIL.

GUEDES, Gildásio. **Interface Humano-computador: prática pedagógica para ambientes virtuais**. Teresina: EDUFPI, 2008.

PRADO, M. E. B. B. **O uso do computador na formação do professor: um enfoque reflexivo da prática pedagógica**. Brasília: MEC, 1996.

PONTE, J. **O computador um instrumento da educação**. Lisboa: Texto Editora, 1986.

RANGEL, M. **Métodos de ensino para a aprendizagem e a Dinamização das aulas**. 2. ed. São Paulo: Papirus, 2017.

SANTINELLO, J., CENCI, S. **O uso das tecnologias da informação e da comunicação na formação docente**. 2009. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1628-8.pdf>>. Acesso em: 12 maio 2020

TAJRA, S. F. **Informática na educação: professor na atualidade**. São Paulo: Érica, 2001.

AULAS REMOTAS: ELUCIDAÇÃO DA DESIGUALDADE EDUCACIONAL

Izaías de Lacerda Pereira¹⁴

Tagiana Maria da Silva Bandeira¹⁵

RESUMO

Este artigo, parte de uma análise reflexiva, formulada a partir dos debates acadêmicos com descrições sobre a volta das aulas de forma remota e suas consequências sociais. No decorrer do texto, são expostas as percepções de como a educação brasileira está à margem das políticas públicas neoliberal arraigada ao capitalismo especulativo que atende ao interesse de uma burguesia representativa que buscam interesses pessoais ao invés das reais necessidades sociais. As aulas remotas revelam como é tão desigual o processo educacional brasileiro, conjuntamente é feita uma correlação teórica fundamentada a escritores que descrevem sobre o processo educacional.

Palavras chaves: Aulas remotas. Reflexão. Educação Escolar.

ABSTRACT

This article, part of a reflective analysis, formulated from academic debates with descriptions about the return of classes remotely and its social consequences. Throughout the text, perceptions of how Brazilian education is on the sidelines of neoliberal public policies rooted in speculative capitalism that meets the interests of a representative bourgeoisie that seek personal interests rather than real social needs are exposed. The remote classes reveal how the Brazilian educational process is so unequal, together a grounded theoretical correlation is made to writers who describe the educational process.

Key words: Remote classes. Reflection. Schooling.

¹⁴ Universidade Federal de Rondonópolis (UFR) Primavera do Leste-MT/Brasil.

¹⁵ Universidade Federal de Rondonópolis (UFR) Primavera do Leste-MT/Brasil.

INTRODUÇÃO

A volta das aulas de forma remota, fez emergir muitos anseios e incertezas, o que nos levou a refletir sobre o atual momento. Essas reflexões, foram suscitadas em debates acadêmicos, quando passamos a fazer anotações de relatos docentes e desenvolvendo questionamentos acerca da volta das aulas de forma remota, buscando compreender como este processo educativo foi se elucidando em tempos de pandemia mundial do Covid-19. Partindo deste contexto, buscamos fazer uma análise reflexiva relacionando-as a teóricos que descrevem sobre a educação escolar.

Inicialmente descrevemos, a respeito das indagações docentes, e a forma que foram direcionadas a retomada das aulas remotas. Ao longo do texto, iremos tecer um raciocínio crítico às imprudências das autoridades políticas da união que insistiram em desacreditar em uma pandemia mundial, e deixaram de tecer precauções, sequer tomaram iniciativas a fim de liderar um amplo plano nacional que pudesse pensar a educação escolar a curto e a longo prazo.

No decorrer da escrita, faremos uma correlação reflexiva sobre a elite burguesa iluminista descritas por Ocaño (2010) relacionando às autoridades políticas brasileiras e lideranças que estavam a frente de pastas importantes da educação nacional que abstiveram de manifestar-se e ao negarem a apresentar um plano educacional estratégico que fosse ao encontro dos anseios sociais. Neste mesmo contexto evidenciamos sobre os reflexos da educação escolar tradicional arraigada à elite política que utiliza da educação via escola como coerção do poder. Destacamos como este processo de desigualdade se elucidava através das políticas públicas educacionais em tempos de pandemia.

As reflexões críticas é uma forma de posicionamento e de denúncia de como as aulas de forma remota traz à tona como é desigual o processo educacional brasileiro e como isto fica mais latente em tempos de pandemia. Para isto utilizamos de Brandão (1993), para entender o que é educação e os reflexões na formação do ser humano. Também utilizamos de Chauí (1980) para compreender de como a ideologia é utilizada ao exercício do poder e efeito para formação educacional do ser, fazendo uma correlação da Saviani (2011) e Gasparin (2012), que realçam a importância da escola de garantir aos filhos da classe trabalhadora o direito de adquirir o conhecimento sistematizado por meio de apropriação dos conteúdos escolares.

Para tentar fazer uma frente a tudo que está posto, fundamentamos em Freire (1992) a ideia pensante que nos instiga a acreditar que a educação escolar pode ser um ato de liberdade, onde cabe aos agentes sociais e principalmente aos educadores tomar uma frente que vise a libertação humana por meio de uma práxis crítica e reflexiva.

DESENVOLVIMENTO

Que o processo educacional escolar brasileiro passa por um descaso político nos últimos anos é perceptível, mas em tempo de pandemia a desigualdade social presente no sistema de ensino aparece de forma avassaladora, as lideranças políticas desacreditaram em tudo aquilo que parte do mundo ocidental e oriental estavam vivenciando, enquanto se discutia no seio da ciência o que estava ocorrendo em parte do mundo e se avançava sobre o globo terrestre, os representantes dos altos escalões da educação brasileira, insistiam em acreditar que o Covid-19 era simplesmente um resfriado. Não teceram preocupações de buscar uma organização de curto a longo prazo para antecipar-se ao vírus que estava depois de outros oceanos, deixaram se surpreender pelo o que já era anunciado.

Passaram-se dias, quinzenas e meses, as lideranças políticas que deveriam liderar na busca de alternativas para a educação pública brasileira, se quer tinham apercebido ou tomado ciência do que estava ocorrendo. De braços cruzados às margens plácidas, esperavam em berço esplêndido, sem tomar uma iniciativa de chamar as representatividades políticas e sociais para um diálogo amplo, debaterem juntos planos e estratégias para educação escolar brasileira às margens de uma grande pandemia que se anunciavam constantemente. As medidas simplesmente se resumiram às publicações de normativas e decretos de leis, sem um plano estratégico temporal de curto a longo prazo, insistiram apenas em medidas prorrogativas, era o tal de deixar a bola rolar, como se fosse um jogo de pelada aos finais de semana.

Não foi convocado gestores escolares, especialistas da educação, pais, alunos para um debate amplo, nem as próprias cúpulas administrativas do governo nacional se dialogavam entre si. Os estados e municípios estavam à mercê de políticas públicas em tempos de pandemia. Era cada um por si, a disputada egocêntrica de quem se aparecia mais nos meios de comunicação. Não houve nenhum debate amplo entre a representatividade do Ministério da Educação-MEC com os representantes da ciência,

corpo técnico/científico do Ministério da Saúde. Faltou pensar educação como prioridade, mas como pensar a educação como prioridade se nem o direito à vida tem prioridade?

Com a pandemia presente dilacerando vidas, a preocupação era a retomada das aulas, de forma rápida e às vezes pouco pensada e despreparada. Algo que poderia ter sido pesando e planejado logo no seu início, quando a pandemia estava depois dos oceanos, mas não, os representantes educacionais nas estâncias superiores estavam mais preocupados com as ideologias para uma determinada “escola sem partido”, e não aperceberam as marés oceânicas chegarem à altura do pescoço.

Quando a Organização Mundial da Saúde - OMS junto com o Ministério da Saúde brasileira, conclamavam diversos setores sociais e inclusive a governabilidade política da nação para pensar uma quarentena que evitasse a proliferação do vírus Covid-19, representantes inclusive do Ministério da Educação resistiam as medidas de isolamento social, demonstrando a falta de consciência destes representantes e a total desorganização arraigadas ao processo de ensino brasileiro. As representações políticas estaduais vendo-se como um barco à deriva, cada um por si a luz de orientações do Ministério da Saúde e da OMS, passaram a tomar medidas restritivas que achavam necessário para tentar conter uma proliferação rápida do Coronavírus.

O ato de suspender as aulas no decorrer do mês de março por parte das representações políticas estaduais, talvez tenha sido a tomada de decisão mais correta para aquele momento. Com o processo de suspensão das aulas nas jurisdições estaduais do país, as representações educacionais do MEC pareciam estarem mais preocupadas em retomar as aulas do que repensar um plano estratégico educacional em tempos de pandemia. Não seria aquele o momento de repensar o processo de ensino? Chamarem as representações de todos os setores educacionais para pensarem medidas e estratégias de curto e longo prazo, mas não, a preocupação era em ofertar a educação escolar, sem pensar a qualidade e/ou na preservação da vida. Era a ânsia da retomada das aulas. Retomar aulas escolar para quem? Para os filhos da classe trabalhadora pobre? Certamente não, era para atender um pequeno grupo com muita representatividade que conseguem assegurar aos filhos uma educação remota de muita qualidade.

A pandemia trouxe à tona de como é desigual o processo educacional brasileiro, por vias das aulas remotas segregarem o processo ensino/aprendizagem que transcenderá

gerações e a defasagem de formação intelectual entre classes poderá ser ainda maior. As famílias mais abastadas financeiramente poderão oferecer uma formação nos moldes escolares dentro das suas casas, algo muito distante da realidade da maioria dos lares de nossos alunos. Fica a pergunta, os alunos filhos da grande classe trabalhadora explorada pelo capital têm as condições mínimas para uma educação escolar com qualidade? O que diria Paulo Freire das pedagogias do oprimido, certamente “a maioria silenciosa”, cada vez mais silenciada. Silenciada por não se aperceber-se que é preciso gritar bem alto contra as incertezas educacionais propostas pelo estado. Apesar da retoma das aulas de forma remotas representar talvez uma das medidas possíveis para o sistema educacional brasileiro, isto não garante que por meio das aulas remotas de fato a educação escolar será proporcional a todos. É preciso perguntar, qual a educação que está sendo oferecida e para quem? Antes de qualquer ato é preciso entender o que é educação, para depois ofertá-la.

Ninguém oferta o que não tem, ética/moral e caráter, é um capital adquirido educacionalmente no decorrer da vida. Pode se retomar as aulas de forma remota, jogar conteúdos ao vento, mas a formação educacional do sujeito vai além do que a escola pode oferecer em tempos de pandemia. Como diria Brandão (1993), a educação é um complexo de fatores que leva a formação integral do indivíduo, inclusive o ato de ensinar a ler e escrever.

“É a partir de então que a questão da educação emerge à consciência e o trabalho de educar acrescenta à sociedade, passo a passo, os espaços, sistemas, tempos, regras de prática, tipos de profissionais e categorias de educandos envolvidos nos exercícios de maneiras cada vez menos corriqueiras e menos comunitárias do ato, afinal tão simples, de ensinar-e-aprender”. (1993, p. 6 e 7).

Partindo do pensamento de Brandão é possível afirmar que a escola é importante, mas não é o único meio que garanta a formação humana, a escola tem um papel importante para formação social do ser, mas se não for utilizada de forma correta a escola pode prejudicar a formação do indivíduo. Neste sentido acrônico a escola pode até adestrar, mas não verdadeiramente educar. Para Brandão (1993) a educação surge antes da escola.

“A educação aparece sempre que surgem formas sociais de condução e controle da aventura de ensinar-e-aprender. O ensino formal é o momento em que a educação se sujeita à pedagogia (a teoria da educação), cria situações

próprias para o seu exercício, produz os seus métodos, estabelece suas regras e tempos, e constitui executores especializados” (BRANDÃO, 1993, p. 11).

A concepção de educação descrita por Brandão, leva a reflexão de que pensar a educação é pensar na formação integral do ser humano. Para que a pessoa possa ter sua formação integral fortalece-se a necessidade de uma escola que além de oferecer a educação também eduque para a vida. Mais do que nunca em tempos de pandemia a escola deveria exercer sua função social de formar pessoas. Mas o que acontece neste momento de pandemia vai ao contrário da função social da escola, a escola é subjugada à políticas públicas ao exercício do poder, escancarando de vez a desigualdade social, cultural e econômica, a garantia da educação, não garante a aprendizagem, dependendo de como é utilizado a escola, ao invés de educar a escola pode deseducar.

É importante fazer uma reflexão profunda e entender o que está por traz da volta às aulas de forma remota, e de fundamental importância tentar entender o papel da escola em tempos remotos. Para compreender tudo o que está ocorrendo no processo ensino/aprendizagem via processo escolar é preciso talvez se debruçar sobre as escritas de Brandão (1993), entender que a educação é inevitável e o processo de ensino está subjugado ao exercício do poder. O que diria Brandão ao descrever sobre o processo educacional brasileiro em tempos de pandemia?

“A resposta mais simples é: "porque a educação é inevitável". Uma outra, melhor seria: "porque a educação sobrevive aos sistemas e, se em um ela serve à reprodução da desigualdade e à difusão de ideias que legitimam a opressão, em outro pode servir à criação da igualdade entre os homens e à pregação da liberdade". Uma outra ainda poderia ser: "porque a educação existe de mais modos do que se pensa e, aqui mesmo, alguns deles podem servir ao trabalho de construir um outro tipo de mundo". (BRANDÃO, 1993, p. 45).

A partir de Brandão pode se ter a luz da razão de como o processo educacional é utilizado para atender interesse de cunho mesquinho do capital, que utilizam da escola como meio do exercício do poder. É preciso refletir que apesar da escola sofrer todo e qualquer processo de opressão, a escola ainda é um espaço para a construção da consciência coletiva que liberta o ser humano. Para SAVIANI (2011, p.20), “... *pela mediação da escola, acontece a passagem do saber espontâneo ao saber sistematizado, da cultura popular à cultura erudita*”. Afirmação semelhante a Saviani (2011) encontramos em Gasparin (2012, p. 08).

O processo pedagógico deve possibilitar aos educandos, através do processo de abstração, a compreensão da essência dos conteúdos a serem estudados [...] é o caminho por meio do qual os educandos passam do conhecimento empírico ao conhecimento teórico-científico, desvelando os elementos essenciais da prática imediata do conteúdo e situando-o no contexto da totalidade social.

Com Saviani (2011) e Gasparin (2012) podemos elucidar que a formação educacional pode acontecer de diversas maneiras no contexto social, mas o conhecimento científico se dá pela mediação da escola. Saviani (2011) salienta em sua obra *Pedagogia da Histórico-Crítica*, que a escola é importante para a construção do conhecimento sistematizado do aluno. “[...] a escola é uma instituição cujo papel consiste na socialização do saber sistematizado” (SAVIANI, 2011, p. 14). O autor refere-se ao conhecimento elaborado metódico que vai além do conhecimento cultural herdado pelo aluno em seu convívio social. A escola é de suma importância para aluno adquirir novos conhecimentos, neste caso o conhecimento científico.

A escola existe, pois, para propiciar a aquisição dos instrumentos que possibilitam o acesso ao saber elaborado (ciência), bem como o próprio acesso aos rudimentos desse saber. As atividades da escola básica devem organizar-se a partir dessa questão. Se chamarmos isso de currículo, poderemos então afirmar que é a partir do saber sistematizado que se estrutura o currículo da escola elementar. Ora, o saber sistematizado, a cultura erudita, é uma cultura letrada. (SAVIANI, 2011, p. 14).

Em Saviani (2011) salientamos a importância da escola para elucidação do conhecimento científico do aluno. Certamente um grande engano acreditar que por meio das aulas remotas os alunos se apropriaram de novos conhecimentos simplesmente por despejar ou disponibilizar conteúdos de forma online ou impressa, para autores os conhecimentos científicos se dão pela sistematização crítica dos conteúdos escolares, algo muito distante do que pode ser oferecido de forma remota. Segundo o autor é por meio da sistematização dos conteúdos que os alunos passam do conhecimento cultural adquirido por meio do convívio social para conhecimento sistêmico, elaborado e científico.

Para escritores da linha progressistas como Saviani (2011) e Gasparin (2012), a escola é instrumento de transformação social, para isto é preciso apoderar a classe trabalhadora de conhecimentos que se dá pela apropriação dos conteúdos. Para estes autores a escola tem uma função de fomentar a transformação social em conjunto aos movimentos sociais libertando-as do domínio do estado.

Portanto, se o saber escolar, em nossa sociedade, é dominado pela burguesia, nem por isso cabe concluir que ele é intrinsecamente burguês. Daí a conclusão: esse saber, que, de si, não é burguês, serve, no entanto, aos interesses burgueses, uma vez que a burguesia dele se apropria, coloca-o a seu serviço e o sonega das classes trabalhadoras. Portanto, é fundamental a luta contra essa sonegação, uma vez que é pela apropriação do saber escolar por parte dos trabalhadores que serão retirados desse saber seus caracteres burgueses e se lhe imprimirão os caracteres proletários (SAVIANI, 2011, p. 48).

Conforme Saviani (2011), a partir da apoderação dos saberes escolares a classe trabalhadora utiliza das mesmas ferramentas da burguesia para se libertar da exploração social de grupos de classes dominantes. Nestes tempos de pandemia é preciso tomar cuidado diante da classe dominante para não utilizar da educação para prevalecer o domínio sobre a classe trabalhadora. É perceptível que as aulas remotas não é uma política educacional voltada realmente para a classe trabalhadora, e muitos menos garante aos alunos filhos de trabalhadores e trabalhadoras novas aprendizagens. As aulas remotas é apenas uma alternativa viável em tempos de pandemia, que se consolida como uma proposta de governo jogada ao vento que pouco oferece para instrumentalizar o processo de aprendizagem.

Logo é tão importante pensar, que o oferecimento de um processo educacional escolar de forma desigual para todos é algo fortemente bem pensado para utilizar o processo escolar como exercício do poder pelo poder. A volta das aulas de forma remota é uma demonstração que existe mais interesses de grupos elitizados do que uma real necessidade de atender a população de forma geral. Apesar das aulas remotas ser apresentada como uma solução para o ensino escolar em tempos de pandemia, é também a demonstração da desigualdade social escancarada, onde o ato do ensino/aprendizagem é para poucos. Vale o ato de dizer que estão fazendo alguma coisa, mas para quem? Certamente não é para atender a todos, mas atender a elite da pirâmide social e/ou para quem acha que tem e não se apercebeu que não tem nada.

Será que a volta das aulas de forma remota pode salvar a educação escolar? Será que por meio das aulas remotas os filhos da classe trabalhadora serão alfabetizados a distância? Os pais que têm sua mão de obra explorada e ao chegar em casa no final do dia fadigados, irão dar conta de ajudar o filho/aluno com os deveres escolares e ainda alfabetizá-los? Os alunos irão aprender por si só? Será que as aulas remotas darão conta de dar aprendizagem básica a aprendizagem avançada? Os alunos aprenderão por si a organizar

as palavras gramaticalmente corretas e terão o domínio das operações simples da matemática?

Como se em um passe de mágica, os alunos sozinhos irão pegar de forma correta no lápis e aprender a ler e a escrever. A realidade é muito diferente, muitos dos pais/responsáveis não foram alfabetizados e se tem formação escolar não possuem o conhecimento pedagógico/didático necessário para o processo de ensino/aprendizagem. Lar não é escola, fazer do lar extensão da escola pode ser o maior erro pensado na contemporaneidade, os pais não são professores e não precisam exercer a função da docência. É difícil até de pensar este momento conturbado onde pai/mãe são docentes sem ser professor, além de educar precisam ensinar os conteúdos escolares.

Para tentar entender essa relação pai/mãe e aluno em tempos de aulas remota, faço uma comparação com um relato de Freire (1992) em a Pedagogia da Esperança onde descreveu sobre a “relação dialógica” entre pais e filho. Neste relato, Freire aborda sobre um operário que lhe dirigiu a palavra lhe chamando de Doutor enquanto dava uma palestra no SESI em Recife.

[...] veja, doutor, a diferença. O senhor chega em casa cansado. A cabeça até que pode doer no trabalho que o senhor faz. Pensar, escrever, ler, falar esses tipos de fala que o senhor fez agora. Isso tudo cansa também. Mas – continuou – uma coisa é chegar em casa, mesmo cansado, e encontrar as crianças tomadas banho, vestidinhas, limpas, bem comidas, sem fome, e a outra é encontrar os meninos sujos, com fome, gritando, fazendo barulho. E a gente tendo que acordar às quatro da manhã do outro dia pra começar tudo de novo, na dor, na tristeza, na falta de esperança. Se a gente bate nos filhos e até sai dos limites não é porque a gente não ame eles não. É porque a dureza da vida não deixa muito pra escolher (1992, p. 13-14).

Freire, descreveu que este foi um dos relatos que mais marcou sua vida, pois enquanto ele utilizava de Piaget para expressar a “relação amorosa” entre pais e filhos, foi interpelado pelos paradigmas sociais. Uso este recorte de Freire para fazer uma comparação aos tempos de pandemia, com uma pequena diferenciação, agora os pais são também docentes, depois do cansaço de um dia de trabalho precisam não só educar, mas também ensinar os conteúdos escolares.

A aulas remotas não afeta só alunos e familiares, afetam também professores e professoras, os docentes para não se exporem a uma pandemia precisam se trancar em

casa e fazer de sua casa uma extensão da escola. Precisam correr para adquirir um computador/notebook, instalar uma internet de qualidade, precisam fazer formação para utilizar aplicativos digitais e aprender lecionar via online, preparar material apostilados para alunos que não dispõe de tecnologias digitais, estar praticamente três períodos a função da escola. O período noturno que seria o momento de descanso para alguns docentes é o momento de fazer orientações aos pais/responsáveis de alunos que chegam em casa tarde da noite ansiosos com a demanda escolar que lhe foi atribuído.

Professores e professoras pai/mãe, que cuida da casa, ajuda os filhos com as tarefas da escola e ao mesmo tempo é docente em tempo integral. Professores e professoras que tentam levar o aluno à aprendizagem mesmo diante das precárias condições de trabalho. Não seria melhor esperar e retomar a aulas de forma segura após a pandemia? São interrogações que talvez o tempo traga as repostas de que o professor no outro lado da linha imaginária das mídias sociais e/ou por meio dos apostilado impresso conseguiram ou não desenvolver habilidades e competências que tornassem os discentes seres autônomos de sua própria aprendizagem.

Perguntamo-nos, por que a pressa dos alunos concluírem a educação básica? Os alunos já estariam com seu futuro totalmente encaminhado ao concluir o ensino médio? Estes alunos ao entrarem na Universidade jamais desistiriam do curso superior porque já tinham definido o seu futuro no ensino médio? A verdade é bem diferente, muitos jovens não conseguem concluir o ensino superior, muitos adolescentes não conseguem concluir a formação escolar básica e sequer chegam ao ensino superior. A preocupação da retomada das aulas de forma remota não é para atender todos os alunos, mas, para atender a minoria privilegiada, prova de como o sistema educacional brasileiro é guiado de forma medíocre e mesquinha.

Existe uma ironia disfarçada que marginaliza o processo educacional/escolar, ao invés da educação escolar estreitar as desigualdades é utilizado para externá-la de forma mais brusca. A educação escolar pensada pelos iluministas com princípios democráticos que defendiam a formação do cidadão por meio da escola, séculos depois é descoberto como modelo educacional pouco democrático. Ocaño (2010) descreveu que a educação iluminista fruto da Revolução Francesa definiu um formato educacional/escolar de cunho burguês, cuja finalidade era de disciplinar o cidadão, isto se daria pelo oferecimento de instruções para a formação da classe trabalhadora. O iluminismo educativo representou os fundamentos da pedagogia burguesa, que até hoje insiste predominantemente na

transmissão dos conteúdos e na formação social individualistas. Para Ocaño, a burguesia percebeu a necessidade de oferecer instrução mínima a classe trabalhadora que formasse o cidadão em um ser disciplinado.

Historicamente a massa periférica da sociedade só é atendida por políticas públicas com viés de preparar uma mão de obra barata, a massa não tem acesso a uma educação com qualidade, mas sim tem a formação básica necessária para exercer os serviços braçais a exercício do capital. O que diria Karl Marx em suas maiores reflexões sobre este momento de pandemia onde muitos professores com um semestre sem receber salários estariam preparados emocionalmente para a retomada das aulas de forma remota, onde precisa reaprender a ser um novo professor, com quesitos técnicos que a academia não lhe proporcionou.

Em pleno século XXI, professores são preparados de forma muito remota com instruções às vezes desconstruídas sobre o uso das tecnologias digitais. Em poucas horas estariam estes professores prontos e acabados para exercer sua profissão docente também de forma remota. A formação dos professores com viés das metodologias ativas no modelo da aula invertida defendida por Bacich e Moran (2018), foi uma cortina de fumaça para o processo educacional. Será que estes autores visualizaram que o método defendido por eles poderia estar sendo distorcido, que a ideia de formar alunos autônomos por meio da aula invertida e ensino híbrido seria para ofuscar o quanto as aulas remotas realçam a desigualdade social.

(...) a história é o real, e o real é o movimento incessante pelo qual os homens, em condições que nem sempre foram escolhidas por eles, instauram um modo de sociabilidade e procuram fixá-lo em instituições determinadas. Além de procurar fixar seu modo de sociabilidade através de determinadas instituições, os homens produzem ideias ou representações pelas quais procuram explicar e compreender sua própria vida individual, social, suas relações com a natureza e com o sobrenatural. Em sociedades divididas em classes (e também em castas), nas quais uma das classes explora e domina as outras, essas explicações ou essas ideias e representações serão produzidas e difundidas pela classe dominante para legitimar e assegurar seu poder econômico, social e político. Por esse motivo, essas ideias ou representações tenderão a esconder dos homens o modo real como suas relações sociais foram produzidas e a origem das formas sociais de exploração econômica e de dominação política. Esse ocultamento da realidade social chama-se ideologia (CHAUI, 1980, p. 8).

Este recorte de Chauí, nos ajuda entender como o processo educacional é pensado para poucos, a “maioria silenciosa” cada vez mais silenciada, são deixadas à margem da sociedade, os nossos alunos estão sendo refugiados dentro do seu próprio país, buscando meios ilícitos de se sentirem gente, fugindo da segregação social, onde a classe trabalhadora está sendo oprimida de forma silenciosa tendo seus direitos dilacerados para atender interesses do mundo neoliberal. Talvez poderia pensar que a palavra refugiados não poderia caber nesta expressão, mas o que dizer de crianças e jovens que refugiam na criminalidade para garantir o seu direito de viver, muitas vezes precisam refugiar-se para encontrar alimentação, fundamento básico da vida.

A desigualdade social bate à porta regida por uma ideologia elitista, tornando a realidade docente/discente muito obscura. É tempo de reinventar de pensar reflexivamente sobre a práxis docente, de que o professor não é elite, que o professor é fruto da classe trabalhadora, precisa pensar como trabalhador que tem sua força de trabalho explorada como meio de manobra de coerção e alienação social. Diante desta realidade social fica a interrogação, qual a reflexão que o professor e a professora precisam fazer em tempos de aula remota? Prefiro tentar pensar pelo viés das entrelinhas deixado por Freire (1992).

“É neste sentido que volto a insistir na necessidade imperiosa que tem o educador ou educadora progressista de se familiarizar com a sintaxe, com a semântica grupos populares, de entender como fazem eles sua leitura do mundo, de perceber suas “manhas” indispensáveis à cultura de resistência que se vai constituindo e sem a qual não podem defender-se da violência a que estão submetidos” (FREIRE, p. 55).

Talvez a reflexão sobre a práxis seria alento das nossas indagações a luz da utopia, no ato de acreditar sempre e ao mesmo tempo de ter que fazer tudo de forma diferente, fazê-lo dialeticamente, pensando que as mudanças sociais começam pela nossa própria mudança.

CONCLUSÃO

Visualizamos a importância dos profissionais da educação de liderar uma frente que visa a emancipação social humana, utilizando a escola como ferramenta que garanta a classe trabalhadora apropriação de conhecimentos que possam lhes elucidar na luta

contra a exploração social, cultural e economicamente impostas pelo sistema elitista do capital. Aí a importância de desenvolver um pensamento crítico-reflexivo que possibilite aos profissionais da educação tomar uma práxis transformadora, que garanta aos alunos filhos da classe trabalhadora desenvolver um pensamento crítico que os levem a emancipação social. Pensar crítica e reflexivamente é um passo para a libertação humana, por meio da reflexão crítica é que se conquista a verdadeira liberdade. A alternativa mais viável para se opor as mazelas do poder é desenvolver uma consciência libertadora que se consolida na práxis que medeia a transformação da consciência para um pensamento crítico e reflexivo.

REFERÊNCIAS

- BACICH, Lilian & MORAN, José, orgs. **Metodologias ativas para uma educação inovadora**: abordagem teórico-prática [recurso eletrônico]. Porto Alegre: Penso, 2018.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, Coleção Primeiros Passos, 28o ed., 1993.
- CHAUI, Marilena. **O que é ideologia**. (Artigo). São Paulo, 2004. Acessado em: http://www.sergiofreire.pro.br/ad/CHAU_OQI.pdf Em 06 de agosto de 2020.
- FREIRE, Paulo. 1921 - **Pedagogia da Esperança**. Um Reencontro com a Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1992.
- GASPARIN, J. L. **Uma didática para Pedagogia Histórico-Crítica**. 5 ed. Ver. Campinas, SP: Autores Associados, 2012. – (Coleção educação contemporânea).
- MARX, Karl. Instruções para os Delegados do Conselho Geral Provisório. **As Diferentes Questões**. Lisboa/Moscou 1866. Editorial Avante/Edições Progresso (traduzido do inglês pelo Prof. José Barata-Moura), 1982. Transcrição e HTML: Fernando A. S. Araújo, julho 2008. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1866/08/instrucoes.htm>. Acessado em 06 de agosto de 2020.
- SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações/Dermeval Saviani 11.ed.rev.— Campinas, SP: Autores Associados, 2011. — (Coleção educação contemporânea)

OCAÑO, Joni Ramón. **Teorías de Educación y modernidade**. Montevideo: UGY.
Grupo imago editores. 2010.P. 63-139. – La ilustración: bass político-pedagógicas de la
modernidade.

ATUAÇÃO DA ENFERMAGEM NOS CASOS DE VERMINOSES: REVISÃO DE LITERATURA

Caroline Rodrigues Melo de Sousa¹

Chaira Juniellen de Jesus¹

Cleidiane Andrade¹

Elaine Gonçalves Aires¹

Rachel Arruda Pereira¹

Luana Cristina Richielly Pereira

Bittencourt²

Magno Rafael Miranda Santos³

RESUMO

As Verminoses têm como característica a infecção intestinal, que é causada por agentes específicos, que são denominados parasitos. São doenças comuns e de dificultoso monitoramento pelos órgãos públicos, os mesmos afetam o ser humano de forma irrestrita. Não escolhem idade, ocorrem tanto em crianças quanto em adultos, em ambos sexos, mas são muito mais comuns na primeira infância. A contaminação por tal se dá de diversas formas, mas a transmissão oral-fecal é a mais comum, onde o próprio indivíduo se infecta através da ingestão da água ou de alimentos contaminados. As parasitoses são responsáveis pela redução de qualidade de vida, ocasionando a dificuldade de aprendizado, perda do funcionamento de alguns órgãos vitais, além de favorecer o crescimento da desnutrição e seus danos podem por vezes ser fatais. A ação preventiva relacionada à parasitose é de ordem primária, e é caracterizada por ações que busquem impedir que a pessoa venha a adoecer. Este artigo abordará através da revisão de literatura, as principais parasitoses, e ainda dará ênfase sobre a atuação da enfermagem na prevenção dos mesmos, através da educação em saúde que é uma estratégia de baixo custo e eficaz e quando executada corretamente. Mas para que ocorra uma redução significativa destes parasitos além dos programas educacionais da enfermagem, é primordial e necessário o saneamento básico, por isso as verminoses se tornaram uma questão de saúde pública no nosso país.

Palavras chave: Verminoses; Helmintos; Enfermagem.

¹ Discentes do Curso de Enfermagem da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço EDUVALE;

² Orientadora Professora Enfermeira Especialista em Urgência, Emergência e UTI e Docente do curso de Enfermagem da Faculdade de EDUVALE;

³ Coorientador Psicólogo Especialista em Psicologia do Trânsito e docente do curso de Psicologia e Enfermagem da Faculdade EDUVALE.

ABSTRACT

Verminosis is characterized by intestinal infection, which is caused by specific agents, which are called parasites. They are a common disease and difficult to monitor by public agencies, they affect human beings in an unrestricted way. It does not choose age, it occurs in both children and adults, in both sexes, but it is much more common in early childhood. Contamination by this occurs in several ways, but oral-fecal transmission is the most common, on which the individual is infected through the ingestion of contaminated water or food. Parasitic diseases are responsible for reducing people's quality of life, causing learning difficulties, loss of functioning of some vital organs, in addition to promoting the growth of malnutrition and their damage can sometimes be fatal. The preventive action related to parasitosis is of a primary order, and is characterized by actions that seek to prevent the person from becoming ill. This article will address, through the literature review, the main parasites, and will also emphasize the role of nursing in their prevention, through health education, which is a low-cost and effective strategy when performed correctly. But for a significant reduction of these parasites to occur in addition to educational nursing programs, basic sanitation is necessary and paramount, which is why worms have become a public health issue in our country.

Keywords: Verminoses; Helminths; Nursing.

INTRODUÇÃO

O tema verminoses foi escolhido por ser fundamental na área da saúde, tendo em vista o número elevado de pessoas afetadas em nosso país.

Essas doenças parasitárias são comuns do nosso dia a dia, levando em consideração que se predomina o clima tropical, e as políticas de saúde são inapropriadas e escassas.

No Brasil, as parasitoses tem vasta distribuição geográfica, estas podem ser encontradas em zonas rurais ou urbanas (MONTEIRO, 1995).

O elevado índice de parasitismo e/ou verminoses está ligado à falta de saneamento básico e a condições de vida muitas vezes precária, o que favorece a sua disseminação, além da falta de higiene ou deficiência de princípios higiênicos, em conjunto com a falta de limpeza dos reservatórios de água e o não consumo de água filtrada ou fervida, sendo causadores da elevada incidência de parasitoses em várias regiões brasileiras (NEVES, 2005).

A enfermagem atua contra as parasitoses na prevenção na área de educação em saúde que envolve a capacitação de seus pacientes, orientando sobre as condições de

higiene onde vivem e de seus alimentos.

A falta de conhecimento das pessoas e a ausência de rede de água e esgoto que acomete a comunidade faz com que os casos de verminoses aumentem o que gera principalmente na população infantil consequências gravíssimas como a desnutrição, anemia, diarreia e obstrução intestinal acometendo seu desenvolvimento na escola e no dia a dia.

A educação em saúde é sem dúvida uma importante e eficiente medida profilática relacionada às parasitoses e nesse sentido se faz necessário implementar programas e atuar na infraestrutura sanitária que são fatores essenciais para reduzir a prevalência destas doenças.

Mudanças no comportamento devem ser buscadas, isso através do esclarecimento e informação da população, promovendo também a educação Ambiental, como informado no artigo.

METODOLOGIA

O artigo trata-se de uma revisão de literatura sobre as parasitoses intestinais e a atuação da enfermagem voltada pra prevenção dos mesmos.

A pesquisa bibliográfica busca explicar e discutir um tema baseado em referências teóricas publicadas em livros, revistas, periódicos e outros. Busca também, conhecer e analisar conteúdos científicos sobre determinado assunto (MARTINS, 2001).

A busca foi feita com as seguintes descrições isoladas ou em associação: Verminoses, Parasitoses, Enteroparasitose, Promoção da Saúde, Saúde Pública, Educação em Saúde, Saneamento Básico, Prevenção das parasitoses, entre outras que foram relevantes na busca dos artigos.

Este tipo de pesquisa tem a finalidade colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado tema (MARCONI e LAKATOS, 2007).

REVISÃO DE LITERATURA

Verminoses / Parasitos

As enteroparasitoses são patologias que afetam o homem, estas são mais comuns nos países em desenvolvimento. No caso do nosso país, essa relação ocorre devido à escassez de políticas de saúde apropriadas, assim é considerado um grave problema de saúde pública, de acordo com Tavares-Dias; Grandini(1999).

O parasitismo intestinal pode ser descrito pela relação entre os seres vivos, onde um apenas acaba sendo beneficiado, no qual o parasita faz a espoliação provendo seu alimento (NEVES, 2005 apud MARINHO, 2008, p. 1).

As doenças que se apresentam nos países em desenvolvimento e de clima tropical no caso de enterobioses ocorrem na sua maioria por contaminação através da água não tratada e má higienização das mãos e são mais comuns em crianças apesar de acometem adultos também, portanto como as verminoses ocorrem e a frequência com que são encontrados em determinados locais depende de interações complexas entre hospedeiros, parasita e ambiente.

Ainda que exista um número considerável de organismos classificados como parasitos os que são capazes de infectar o homem principalmente são os das classes dos protozoários e helmintos (SILVA.; MASSARO,2011).

Marinho, (2008), cita que além da mortalidade, as parasitoses são doenças que prejudicam o organismo do ser humano, comprometendo inclusive a evolução normal das crianças e reduzindo a capacidade no trabalho de adultos.

No Brasil, mais da metade de crianças pré- escolares e escolares encontram-se parasitadas, segundo a literatura. (FERREIRA; ANDRADE, 2005).

Classificação dos Endoparasitas

Para que se possam entender melhor as espécies de parasitos, estes são divididos ou distribuídos em grupos, esta divisão é de acordo com as características particulares.

Os endoparasitos são constituídos por dois grupos: Protozoários e Helmintos (metazoário) e os protozoários se subdividem em: Sarcomastigophora (flagelados), Sarcomastigophora (sarcodina), Espozoários e Ciliados.

Os helmintos (metazoários) são subdivido em filos: Platyhelminthes (vermes achatados) e nemathelminths (vermes cilíndricos). LEVINSON (2010 p. 356).

Protozoários

O nome “protozoário” vem do grego (protos: primeiro/ zoon: animal), e encontra-se várias espécies podendo ser de vida livre e parasita.

Os mesmos representam os organismos eucariotas que possuem apenas uma célula, mas de diversos formatos, distintos processos de alimentação, reprodução e locomoção, sendo assim possuem todas as funções que mantém os vivos (NEVES, 2009).

Metazoários (Helmintos)

Os metazoários são animais constituídos de inúmeras células, sendo assim são pluricelulares, diferentemente dos protozoários que são unicelulares em que sua célula desempenha todas as funções vitais, no metazoário ocorre ao contrário às células realizam funções diferenciadas. (LEVINSON, 2010).

Estes são classificados por filos devido às diferenças em suas características, uns são achatados e outro de forma cilíndrica, os vermes platelmintos em sua maioria possuem os dois órgãos reprodutores (masculino e feminino), e os vermes nematelmintos são dióicos e possuem os gametas masculinos e femininos que são produzidos em indivíduos distintos, mas a adaptação parasitária destes filos tem características bem comuns.

Algumas doenças causadas por endoparasitas

Antes de apresentar sobre as doenças parasitárias é necessário esclarecer que parasitismo não é doença, se faz necessário esse esclarecimento porque as pessoas ainda se confundem muito.

Inúmeros fatores como, as formas infectantes presentes a virulência, tamanho, localização, a idade e metabolismo, o estado nutricional do hospedeiro, resposta imune, os órgãos atingidos, associação com outra doença inflamatória já existente, e que irão determinar a intensidade da doença e desta forma caracterizar o hospedeiro como um doente ou um portador assintomático. (NEVES, 2005).

As principais patologias parasitárias causadas por protozoários e helmintos abordadas neste artigo serão amebíase, giardíase, ascaridíase e oxiuríase, mais comuns no período da infância e que causam danos severos aos acometidos.

Amebíase

Causada pelo Agente etiológico *Entamoebahistolytica*, um protozoário unicelular, suas infecções podem ocorrer pela ingestão de cisto (parasito dormente) ou pela forma de trofozoíto (parasito ativo).

É adquirida tanto pela água e alimento contaminados, e a falta de higiene favorece ainda mais sua contaminação, sendo assim o saneamento básico é o meio principal para que se evite a proliferação desta verminose.

As manifestações clínicas ocorrem das formas mais diversas, desde formas assintomáticas até disenterias, hemorragia intestinal, apendicite amebiana, cólicas e

outras (REY, 2001), estas manifestações vão variar de acordo com o organismo acometido.

Giardíase

É causada pelo agente etiológico *Giardia lamblia*, um protozoário flagelado que do mesmo modo que a amebíase se apresenta nas formas de cisto e trofozoíto.

A maioria dos infectados não apresenta sintomas, são os assintomáticos, e nos casos da infecção sintomática pode apresentar-se de forma aguda ou crônica, sendo o quadro clássico de diarreia, cólica e dor abdominal (REY, 2001).

A giardíase crônica na infância impede que as crianças cresçam conforme o esperado.

Ascaris Lumbricóides

A ascaridíase é a helmintíase causada pelo *Ascaris lumbricoides*, conhecido vulgarmente por lombriga (LOPES, 2006).

É uma doença que geralmente não provoca sintomas, mas pode apresentar dor abdominal, náuseas, diarreia e anorexia.

Com a infestação em grande número deste parasito pode levar a um quadro de obstrução ou semiobstrução intestinal, que apresentam sintomas como diarreia seguida de constipação, dor abdominal, vômitos, história de eliminação do parasito nas fezes ou vômitos (NEVES, 2005).

E ainda podem ocorrer lesões hepáticas no fígado com pequenos focos hemorrágicos e de necrose, evoluindo para fibrose.

É a verminose mais frequente no mundo, existe cerca de 1,5 bilhão de pessoas infestadas por este verme, correspondendo 25% da população. (NEVES, 2005).

Oxiríuse

Infecção causada pelo parasito nematóide intestinal *Enterobius vermicularis*, popularmente conhecido como oxiúrus este normalmente afeta crianças.

Sua transmissão pode ocorrer por contato com superfícies contaminadas, pela ingestão de alimentos que estejam contaminados com ovos ou mesmo pela inalação dos ovos dispersos no ar, isso porque estes são bem leves.

É um verme muito comum em crianças, não respeitando classe social (MORAES, 2008), se em contato com os ovos qualquer pessoa pode se contaminar.

O sintoma característico da oxiríuse ou enterobiose é a coceira anal, que ocorre de maneira intensa durante a noite, pois nesse período o parasita se desloca até o ânus, e quando há uma grande quantidade destes, outros sintomas como vômito, dores na barriga, cólica intestinal também podem ocorrer.

Endoparasitas na Infância e suas Consequências

Os endoparasitos são considerados um dos problemas de saúde pública relevante nos dias atuais, pois eles podem causar graves danos à saúde, sobretudo na população infantil, causando nas crianças agravos como desnutrição, anemia, obstrução intestinal e diarreia.

As infecções por parasitos acometem mais crianças e acabam causando efeitos preocupantes no seu desenvolvimento na escola, na questão nutricional, e no seu crescimento relacionado à estatura.

Ainda que apresente taxa de mortalidade baixa, as parasitoses intestinais ainda representam um grande problema na área da saúde, tendo em vista o número elevado de pessoas afetadas e as várias alterações orgânicas que estes podem provocar tendo destaque o estado nutricional (PRADO et al, 2001).

A desnutrição, é uma problemática que desenvolve uma série de alterações graves no organismo, sendo assim uma das principais causas de mortalidade infantil no nosso país, que tem como manifestações episódios de náuseas e vômitos que são causados por parasitos e complicados ainda mais pela desnutrição.

As parasitoses podem afetar o organismo de forma severa, chegando até a parte do cérebro que é responsável pela regulação da fome, causando anorexia e/ou vômito o que leva o indivíduo a um estado de fraqueza total.

Os trofozoitos da Giárdia lamblia (G.lamblia), por exemplo, podem causar danos intestinais fazendo com que haja perda na função de algumas enzimas celulares, causando má absorção dos carboidratos (MUNIZ-JUNQUEIRA et al, 2002).

As parasitoses intestinais podem levar à anemia e à desnutrição proteico-calórica o que prejudica o desenvolvimento tanto das habilidades físicas como as habilidades intelectuais que acabam refletindo no processo de aprendizagem. (PRADO et al, 2001).

Ações de enfermagem frente às parasitoses

A Enfermagem é uma profissão que tem na sua bagagem um componente próprio de conhecimentos científicos e técnicos, que são desenvolvidos e reproduzidos através

das práticas sociais, éticas e políticas que se processam pelo ensino, pesquisa, gerência e assistência, realizando a prestação de serviços à pessoa, família e coletividade (COFEN, 2007).

A educação em saúde integra um conjunto de saberes e práticas que têm como objetivo principal a prevenção de doenças e promoção da saúde, e a enfermagem atua diretamente nessa prática.

A promoção da saúde auxilia os indivíduos e a coletividade a obterem saúde, por meio da obtenção de melhores condições de saúde, intermediado pelos profissionais de saúde (Alves VS. Interface (Botucatu). 2005; 9 (16): 39-52).

A atuação do enfermeiro em relação às parasitoses intestinais deve ser primeiramente focada na prevenção, com foco na vigilância e controle das doenças, através da elaboração de várias atividades, destacando a educação em saúde integrando o auto cuidado, que prepara o indivíduo e o coletivo, garantindo assim melhorias na qualidade de vida da população atendida (LEPARGNEUR, 1996).

Assim, se faz necessário identificar, para poder prevenir e tratar os doentes por parasitos , a fim de evitar epidemias e a formação de novas áreas endêmicas.

Quando bem aplicadas, as práticas educativas levam as pessoas a obterem os conhecimentos voltados para a prevenção e a diminuição das enteroparasitoses.

Vale ressaltar que essas ações de saúde não dependem somente dos profissionais que são possuidores de conhecimento técnico e científico, mas da participação da comunidade também.

Tendo em vista que as parasitoses intestinais têm como preferência o público infantil, percebe-se a necessidade de atividades que sejam voltadas para a educação infantil.

De acordo com Toscani *et al.* (2007), das atividades educativas propostas para que se previna as doenças parasitológicas destaca-se o uso do jogo educativo pois este chega ao público alvo com mais precisão.

O aperfeiçoamento de habilidades que é adquirido com a educação em saúde tem uma ligação direta com a participação dos usuários para que os mesmos possam ter um maior controle sobre a sua saúde e, assim, consigam mudar o comportamento e passar a atuar de forma positiva (BARBOSA *et al.*, 2009).

A educação em saúde é sem dúvida uma importante e eficiente medida profilática na prevenção das parasitoses e implementar programas, atuar na infra-estrutura sanitária são essenciais para reduzir a prevalência de doenças parasitárias.

Mudanças no comportamento devem ser buscadas, isso através do esclarecimento e informação da população, promovendo também a Educação Ambiental (LOPES; PERES, 2010).

A enfermagem pode contribuir grandemente para a construção de um saber interdisciplinar, além de estabelecer canais efetivos de comunicação com os seus colaboradores e diversas áreas sociais e, desse modo, possibilitar estratégias mais eficientes e resolutivas de cuidado em saúde (BACKES et al., 2012).

Mas para que as ações de enfermagem se concretizem frente às verminoses, é necessário que haja subsídios de conhecimento científico e prático para que se efetive essa educação em saúde, e uma das barreiras que tornam dificultoso a atuação do profissional com qualidade e eficácia é justamente a falta de saber ou seja capacitação dos profissionais de saúde e a falta de experiência com a realidade dos problemas a serem enfrentados na sua comunidade.

ANÁLISE E DISCUSSÃO

As seguintes bibliografias estudadas nos mostram a importância da relação da Enfermagem com os cuidados e prevenção das verminoses. Nota-se que indivíduos da classe média baixa estão mais propensos a riscos de infecções por parasitoses, devido a questão de saneamento básico. Mesmo com todas as orientações e educação em saúde que são propostas, a demanda de indivíduos vivendo fora de um padrão adequado de saneamento básico ainda é bem preocupante.

Em determinado momento pensamos que não seria grande em questões numéricas, mas aprofundando os estudos os dados e diagnósticos de pessoas acometidas por infecções parasitárias nota-se que ainda é muito elevado de acordo com as estatísticas.

Atualmente, por se tratar de uma questão de saúde pública, a enfermagem participa significativamente atuando no sentido de promover saúde e consequentemente influenciando na eliminação dessas endoparasitoses que acometem principalmente as crianças em fases de crescimento causando desnutrição, e em casos mais graves danos a nível cerebral.

O estudo traz como análise a importância e a competência da enfermagem em atuar frente às parasitoses mais comuns, desde a primeira infância à fase adulta.

Nesse contexto, percebe-se que todos os cuidados de prevenção começam dentro de casa e juntamente com a família. Onde a enfermagem através da ESF – Estratégia de

Saúde da Família tem por responsabilidade gerar promoção, prevenção, diagnósticos e recuperação desses indivíduos. Com a enfermagem atuante na sua assistência teremos resultados satisfatórios para a erradicação das verminoses dentro da sua comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao retomar as questões norteadoras do presente estudo que culminaram na elaboração deste artigo científico, foram apresentados as questões das diversas verminoses e como elas afetam os indivíduos.

Desse modo, sabe-se que entre as pessoas mais afetadas, as crianças se destacam, visto que, elas estão em constante contato com locais que facilitam a contaminação. Porém, é evidente que onde essas crianças vivem faltam saneamento básico, práticas de higiene e tudo isso contribui para o agravamento da situação, pois faltam políticas públicas para sanar as problemáticas desses indivíduos que vivem em situações de pobreza.

Por conseguinte, percebe-se que os profissionais de enfermagem desempenham um papel importante ao prestar suporte a esses pacientes, visto que no atendimento a maioria são crianças. Logo, esses profissionais repassam diversas informações adaptadas para tipo o de público informado, através de educação em Saúde, com a finalidade de levar conhecimento e sensibilizar essa população. Portanto, apesar das dificuldades encontradas a equipe de enfermagem faz o papel primordial na saúde pública e nos agravos as doenças sanitárias .

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, V.S. Um modelo de educação em saúde para o Programa Saúde da Família: pela integralidade da atenção e reorientação do modelo assistencial. **Rev. Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v.9, n.16, p. 39-52, 2005.

BARBOSA, L.A. *et al.* A educação em saúde como instrumento na prevenção de parasitoses. **Rev. RBPS**, Fortaleza, v. 22, n. 4, p. 272-278, Out/Dez., 2009.

BACKES, D.S. *et al.* O papel profissional do enfermeiro no Sistema Único de Saúde: da saúde comunitária à estratégia de saúde da família. **Rev. Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, n. 1, p. 223-230, 2012.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM - COFEN. **Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem. 2007.** Resolução COFEN 311/2007.

FERREIRA, G.R.; ANDRADE, C.F.S. Alguns aspectos socioeconômicos relacionados à parasitoses intestinais e avaliação de uma intervenção educativa em escolares de Estiva Gerbi, São Paulo. **Rev. da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical**, v. 38, n. 5, p. 402-405, 2005.

LEPARGNEUR, H. Qualidade de Vida e Educação. **Rev. O Mundo da Saúde**, v. 20, n. 5, p. 175-82, 1996.

LEVINSON, Warren. **Microbiologia médica e imonilogia**. 10 ed. Porto Alegre: Artemed, 2010

LOPES, A.C. Tratado de Clínica Médica. **Rev. e Amp.** São Paulo, Roca Ltda, 2006.

LOPES, L.F.; PERES, P.E.C. Incidência de parasitoses humanas diagnosticadas no Município de Rosário do Sul / RS. **Rev. Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental REGET-CT/UFSM**, v. 1, n. 1, p. 41-46, 2010.

MARCONI, M.A. & LAKATOS, E.M. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 6ª edição, São Paulo: Atlas, 2007.

MARINHO, J. A. **Prevalência das parasitoses intestinais e esquistossomose no município de Piau - Minas Gerais. Dissertação** (Monografia- Faculdade de Farmácia e Bioquímica, Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais, 2008).

MARTINS, G.A. & PINTO, R.L. Manual para elaboração de trabalhos acadêmicos. São Paulo: Atlas, 2001.

MONTEIRO, C. A. Velhos e novos males da saúde no Brasil – A evolução do país e de suas doenças. São Paulo: Hucitec, 1995.

MORAES, R. G. **Parasitologia e Micologia humana**. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.

MUNIZ-JUNQUEIRA, M.I.; QUEIROZ, E.F.O. Relação entre desnutrição energético – proteica, vitamina A e parasitoses em crianças vivendo em Brasília. **Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical**, v.35, p.133-142, 2002.

NEVES, D. P. **Parasitologia Humana**. 11. ed. São Paulo: Atheneu, 2005.

NEVES, D. P. **Parasitologia dinâmica**. 3. ed. São Paulo: Atheneu, 2009.

PRADO, M. S; e tal. Prevalência e intensidades da infecção por parasitos intestinais em criança na idade escolar na cidade de salvador (Bahia, Brasil).**Rev. Soc. Bras. Med**, v.34, n 1 ,2001

REY, L. **Parasitologia**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001.

SILVA. L. C.; MASSARO. M. F. **Levantamento de enteroparasitoses em crianças atendidas em um hospital universitário entre os anos de 2007 a 2010.** Monografia - Universidade do Estado de São Paulo/ Ribeirão Preto. 2011

TAVARES-DIAS, M.; GRANDINI, A. A. Prevalência e aspectos epidemiológicos de enteroparasitoses na população de São João da Bela Vista, São Paulo. **Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical**, Uberaba, MG, v. 32, n.1, 1999

TOSCANI, N.V. *et al.* Desenvolvimento e análise de jogo educativo para crianças visando à prevenção de doenças parasitológicas. **Rev. Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 11, n. 22, p. 281-94, Mai/Ago, 2007.

A GESTÃO ESCOLAR NO PROCESSO INCLUSIVO

Marilucy de Oliveira Moreira Santos¹⁶

Resumo

Este artigo estuda a gestão escolar frente ao processo de inclusão e suas implicações para os gestores escolares, visa, portanto analisar como se dá o processo de inclusão na perspectiva dos gestores escolares, como viabilizam esse processo e quais as implicações administrativas, políticas e pedagógicas. O referencial teórico para o desenvolvimento do trabalho aborda aspectos tais como: integração, inclusão escolar, escola inclusiva, além de considerações a respeito do momento histórico na gestão escolar, na perspectiva de inclusão, da construção do Projeto Político Pedagógico e da proposta de atuação para o gestor, enfatizando seu papel no cotidiano escolar da pessoa com deficiência frente ao processo de inclusão. Com esta pesquisa foi possível verificar como é considerada a escola inclusiva pelos gestores, apesar da fragmentação das ações e efetivações das políticas públicas pedagógicas e administrativas que necessitam serem trabalhadas por meio de uma rede de apoios. Que esta pesquisa possa contribuir com a evolução do processo de inclusão nas dimensões teóricas e práticas na escola regular, para que se busque aprimorar seu papel educacional, centrado no ser humano e suas necessidades e peculiaridades, entendido como um ser global, visando à construção de uma escola de todos e para todos, visando uma sociedade mais justa, consciente do seu papel social, onde todos sejam contemplados com os mesmos direitos independente das diferenças.

Palavras-chave: Gestão escolar; Inclusão em Educação; Educação Inclusiva.

Introdução

A exclusão de alunos com necessidades educacionais especiais, infelizmente, ainda é uma realidade no cenário Brasileiro. A abordagem e discussão deste tema faz parte da inquietação de muitos profissionais da educação, que se deparam com a realidade de lidar com alunos com necessidades especiais em suas salas de aulas, gerando muitas angústias ao perceberem que não se sentem preparados para lidar com tal realidade.

Utilizaremos neste trabalho a terminologia “pessoa com deficiência”, a qual, segundo Sassaki (2005), é empregada pela maioria dos adeptos, escola e sociedade, que se empenha cada vez mais no processo de inclusão. O autor

¹⁶ Pedagoga – Professora do Ensino Fundamental – Escola Estadual “São Francisco”

salienta também que de acordo com a declaração de Salamanca (1994 apud SASSAKI, 2005) os termos “pessoas com deficiência” e “pessoa sem deficiência” estão ligados ao direito a escolas e sociedades inclusivas para todos independentemente de terem ou não algum tipo de deficiência.

É necessário e importante se criar recursos e estratégias metodológicas que promovam a plena participação e os interesses e realizações dos indivíduos com ou sem deficiências, capacitando-os a terem acesso a recursos, informações, e relacionamentos no ambiente em que vivem, e isto resultará na independência/ interdependência, produtividade, integração e satisfação na vida social dessas pessoas. O apoio deve ser aplicado levando em conta as necessidades da pessoa com múltipla deficiência.

Os educadores defendem que o apoio apropriado, durante o tempo necessário, pode melhorar a atividade funcional e a qualidade de vida da pessoa com deficiência. A forma e a intensidade como é administrado contribuem em maior ou menor escala para a aquisição e o desenvolvimento de suas habilidades adaptativas.

Macedo (2006), nessa perspectiva, apresenta a “escola de ontem” como a escola da exclusão, pois seus profissionais atuam de uma forma unilateral, sem considerar as diversidades. Por isso, aqueles que não aprendem, não acompanham os demais alunos, não produzem como os outros, a “escola de ontem” acredita que se os alunos não aprendem como o esperado, o problema de aprendizagem é do discente e não do ensino ou do professor.

Daí a importância do trabalho do gestor escolar no contexto educacional. A responsabilidade e o compromisso com a aprendizagem de todos os alunos não é somente do professor de sala de aula comum, mas da gestão que conduzirá toda equipe que compõem o ambiente escolar.

Ressalta-se que nos meados dos anos 70, os gestores, não tinham liberdade de ação. De acordo com Luck (2006), os diretores eram obrigados a seguir ordens de cima para baixo, os quais, geralmente, não estavam de acordo com a realidade. Portanto, não podiam tomar decisões no seu ambiente escolar,

não se comprometendo assim com as ações realizadas, e nem com seus resultados.

Segundo Macedo (2006), nessa escola, havia uma grande distancia entre prática e reflexão, ou seja, muitos professores da educação atuavam pautados apenas em seu conhecimento pedagógico (teoria), enquanto outros se baseavam apenas na sua pratica para realizar as ações em sala de aula, para viver o seu cotidiano.

Contudo, tais ações não foram suficientes para atender as demandas de educandos com necessidades educacionais especiais, que com o passar do tempo, se tornaram cada vez mais diversificados e peculiares. Daí surgia a necessidades das escolas atenderem a todas as demandas, a fim de que todos os educandos, cada um com suas “limitações ou diferenças”, tenha a oportunidade de aprender e produzir como qualquer outro aluno.

Nesse contexto, Araújo afirma que:

A inclusão é um processo que envolve mudança em todos e deve ser percebida como uma responsabilidade coletiva da comunidade escolar. Nesta perspectiva, todos são responsáveis pelo êxito ou fracasso de cada aluno. O corpo docente e não cada professor deverá partilhar a responsabilidade no ensino ministrado às crianças com necessidades especiais. (ARAÚJO, 2008, p.20)

As instituições escolares que necessitarem de forma urgente a se organizarem e se prepararem para atender a diversidade, recebendo alunos com deficiência. Assim, pretendo incluir os alunos com “deficiência”, que apresentassem necessidades educacionais especiais, incluindo-os nas escolas de forma participativa, valorizando suas diferenças e trabalhando com elas.

Historiando

Antigamente, os deficientes eram intitulados como aberrações da natureza, tida como “anormais”, ou seja, aquelas pessoas portadoras de alguma deficiência física, mental, ou sensorial, eram possuidoras de forças sobrenaturais, malignas e negativas, assim, eram consideradas um incômodo para a sociedade.

O exemplo disso pode citar o que acontecia em Esparta, onde foi criada uma comissão especial com o propósito de analisá-la as crianças que nasciam e as julgavam se estavam aptas para viver ou não; quando não, estas crianças eram eliminadas, pois era vergonhoso e apresentava perigo para a sociedade. Pessoas com deficiência auditiva, na China eram lançadas ao mar. Em Atenas, eram abandonadas em florestas distantes, onde não pudessem mais retornar, e na Gália eram sacrificadas das mais severas formas.

Do século XI até o fim da Idade Média (séc. XIV) durante as Cruzadas, os “leprosos”, os pobres, as prostitutas, eram afastadas da sociedade por representarem uma ameaça para a ordem pública.

Com a criação dos hospitais entre o século XV e XVII, na Europa, mais precisamente na Espanha e na Itália, segundo Foucault (1989), não era utilizado para fins terapêuticos, mas sim, como asilos, como verdadeiros depósitos de seres humanos, com o objetivo de excluir a pessoa com deficiência da sociedade.

Tais asilos apresentavam características repressivas e segregadoras em relação às pessoas com deficiência. As pessoas ali “depositadas” não eram consideradas seres humanos, mas sim doentes incapazes, alienados e ainda, um perigo para a sociedade. Nesse sentido Carlo (2006) [...] “seres anormais” e que suscitavam repulsa ou temor-indigente, criminosos, vagabundos, e prostitutas, loucos, etc. - foram fechados, pois eram considerados perigosos e incapazes de manter-se na comunidade, e repovoaram os antigos leprosos da Idade Média.

Percebemos então que na Idade Média, tais pessoas eram encarceradas, não pelo fato de serem portadores de alguma patologia, mas sim,

pelo fato de representarem algum perigo à ordem pública e à moral da sociedade.

Ao longo do tempo aconteceram várias alterações em relação ao tratamento de pessoas com deficiência, mas os fins ainda não eram terapêuticos e educativos, como na época da revolução francesa, onde estavam relacionados a aspectos religiosos de caridade.

Chegam-se ao extremo de nos séculos XIV e XX, para evitar estas situações houve a esterilização de mulheres que geraram “seres imperfeitos”, chegando a esterilizar cinquenta mulheres por cada homem. Aconteceu o mesmo na época do nazismo, quando foram eliminadas cerca de cem mil anormais nas clínicas eugênicas.

Depois da 2ª Guerra Mundial e com o reconhecimento dos direitos humanos, houve a valorização da pessoa com deficiência, considerada possuidora de direitos como qualquer outro cidadão. Assim, o termo passa a caracterizar o indivíduo dotado de personalidade com direitos e deveres.

Portanto, este modelo de inclusão foi sendo disseminado, também, entre muitas organizações como a ONU (Organização das Nações Unidas), UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Ciência, a Educação e a Cultura), OMS (Organização Mundial de Saúde), dentre outros. A evolução científica dos conhecimentos médicos, psicológicos e pedagógicos favoreceu transformações consideráveis em relação às atitudes e aos preconceitos contra a pessoa com deficiência. Vários eventos mundiais que aconteceram a partir da década de 1990 até a primeira década do século XXI, marcaram o início de uma série de mobilizações em prol da luta pelos direitos dos deficientes. Assim as pessoas com deficiências começaram gradativamente, a participar da sociedade de maneira mais integrada.

Algumas reflexões de estudiosos a respeito de inclusão merecem serem reiteradas neste trabalho, no intuito de visualizarmos o assunto para, posteriormente expormos, especificamente, alguns aspectos referentes à inclusão escolar.

Para Sassaki (1999), a inclusão é um processo no qual ocorre adaptação mútua entre sociedade e pessoas com deficiência. Com o objetivo de minimizar as desigualdades e possibilitar oportunidades equiparadas para todos.

Machado (2005 apud ARAÚJO et al, 2008), por sua vez, traz alguns fundamentos que considera essenciais para a configuração da inclusão:

- Alteridade: determina que no processo de inclusão é preciso reconhecermos e valorizarmos as possibilidades do outro, as suas qualidades, pois independente das diversidades, há as possibilidades de emancipação;
- Identidade: estabelecer que no processo de inclusão cada ser humano deve ter sua identidade valorizada, respeitada, sendo assim, a identidade é construída por meio das diferenças e das individualidades;
- Igualdade: fundamenta que no processo de inclusão a igualdade não deve ser construída a partir da busca pela igualdade entre os seres humanos, mas sim pela igualdade dos direitos de todos os seres humanos. Isto porque ser humano implica ser diferente, pois cada ser humano é único;
- Incompletude: institui que no processo de inclusão deve-se considerar que o ser humano está em constante evolução, que nunca estará pronto e acabado. Sendo assim, que não existe um ser humano completo, mas em constante construção.

Nessa perspectiva, concluímos que a inclusão é o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com deficiência e, simultaneamente, estas pessoas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. Trata-se de um processo bilateral no qual as pessoas com deficiência e a sociedade buscam minimizar as diferenças, visando efetivar a equiparação de oportunidades para todos.

Tomando como referência os alunos com necessidades educacionais especiais, a tensão se evidencia pelo confronto de duas posições. De um lado estão os defensores da proposta de uma escola única, que se comprometa com o atendimento de todos os alunos, e, de outro, aqueles que compreendem que a igualdade de oportunidades pode ser traduzida inclusive pela diversidade de

opções de atendimento escolar, o que pressupõe a existência de recursos especializados para além daqueles de complementação, de suplementação e de apoio ou suporte à sua permanência na classe comum.

Se tomarmos como referência a população com necessidades educacionais especiais, os indicadores de atendimento mostram maior disparidade ainda entre o proposto e o atingido, o que será retratado posteriormente. Enfrentamos também a necessidade de definir os contornos de forma a não suscitar dúvidas em relação a pelo menos três dimensões envolvidas no atendimento à população que requer atendimento educacional especializado: o conceito de educação especial, a população elegível para os serviços de atendimento educacional especializado, o lócus do atendimento escolar e os recursos e serviços educacionais especiais.

Inclusão implica na valorização, no respeito e na aceitação de todos, considerando as diferenças como intrínsecas ao ser humano, sendo assim, como atributo e não como obstáculo e valorizando a diversidade. Esse processo significa atitudes diárias positivas, solidárias, que trabalhem contra atitudes discriminatórias e incentivem pessoas com deficiência a buscar o acesso aos seus direitos como cidadão detentor de direitos e deveres.

Sua efetivação podia se dar pela oferta de um contínuo de serviços que pudesse garantir ao aluno com deficiência o direito de estar em espaços sociais (dentre eles a escola) que aumentassem sua proximidade física com os demais alunos e pessoas (dimensões física), podendo usufruir os mesmos recursos educacionais disponíveis no sistema de ensino, incluindo a classe comum (dimensão funcional), com a intenção de potencializar suas possibilidades de interagir socialmente (dimensão social). A integração social decorrente do comprimento a essa última dimensão, envolve a fim de ocupar a classe comum “tão logo possível”. Com essas indicações, e alertando para a existência de diferenças entre esses autores, estavam previstos para seu atendimento: classe comum; Classe especial; Escola especial e o atendimento em ambiente domiciliar e/ou hospitalar.

Para que ocorra efetivamente o processo de inclusão, se faz necessário que atitudes diárias sejam tomadas por parte de todos os seres humanos, especialmente dos que atuam no ambiente escolar.

De acordo com Sanches (2005), a inclusão visa a um processo de educação para aqueles que participem do cotidiano escolar, que atenda às necessidades escolares dos alunos e de desenvolvimento de características sociais, pessoais ou psicológicas.

Assim todo aluno deverá ter reconhecido seu direito à educação como cidadão aceito, valorizando o seu ambiente escolar, sem atitudes discriminatórias. Sua presença na escola não pode ser apenas como a de um simples integrante, deve haver sua participação efetiva como ocorre com todo cidadão em sua sociedade, sendo respeitado e valorizado em sua comunidade.

Uma das tarefas é identificar constantemente as intervenções e as ações desencadeadas e/ou aprimoradas para que a escola seja um espaço de aprendizagem para todos os alunos.

Isso exigirá novas elaborações âmbito dos projetos escolares, visando ao aprimoramento de sua proposta pedagógica, dos procedimentos avaliativos institucionais e da aprendizagem dos alunos. É importante ainda uma atenção especial ao modo como se estabelecem relações entre alunos e professores, além de constituição de espaços privilegiados para a formação dos profissionais da educação, para que venham a serem agentes responsáveis desse processo.

Percebemos, portanto, que a inclusão social é um processo social, que para ser efetivado irá demandar práticas, ações e atitudes inclusivas de respeito e valorização ao ser humano. Mas, não se trata de um processo simples, fácil, bem rápido. Além disso, para que possa ser disseminado o conceito de inclusão, é necessário que a escola e a sociedade como um todo, estejam cientes de seu papel de suas responsabilidades como educadores.

Conforme a Declaração de Salamanca, a inclusão escolar não demanda a substituição dos ensinamentos dados em sala de aula aos demais alunos por causa da presença de um aluno com deficiência, ela requer apenas que tais

ensinamentos sejam flexíveis e atendam às necessidades de todos os alunos, a fim de formar pessoas que exerçam sua cidadania, tenha acesso ao mercado de trabalho e sejam valorizados como qualquer outro profissional.

O educador deve inquietar-se para essa realidade de integração escolar, pois é figura de fundamental importância já que é formador de opinião e exemplos. Atitudes éticas e de valorização do ser humano deverão fazer parte de sua prática pedagógica que envolve as pessoas deficientes.

A inclusão escolar está articulada a movimentos sociais mais amplos, que exigem maior igualdade e mecanismos mais equitativos no acesso a bens e serviços, ligados a sociedade democráticas que está pautada no mérito individual e na igualdade de oportunidades, a inclusão propõe a desigualdade de tratamento como forma de restituir uma igualdade que foi rompida por formas segregadoras. O assunto merece um entendimento mais profundo da questão de justiça. A escola justa e desejável para todos não se sustenta unicamente no fato de os homens serem iguais e nascerem iguais.

Vale salientar que o termo “deficiente” utilizado neste trabalho não traz de forma alguma uma conotação pejorativa, já que ao nos referirmos a pessoa com deficiências, isso se faz pela falta de algo que lhe falta. Nesse sentido podemos até dizer que de certa forma, também somos deficientes, pois ninguém pode se autodenominar completo em tudo. Sempre nos falta algo.

Para que a inclusão aconteça de fato, os gestores terão que desenvolver uma maior consciência de que para isto se efetivar se fará necessário superar paradigmas arcaicos e atitudes discriminatórias, aceitar o novo, acreditar que é possível, liderando as ações necessárias para que seja uma realidade em toda a escola.

A escola que valoriza as diversidades de todos os alunos, por meio de atitudes solidaria e acredita em suas possibilidades, é uma escola inclusiva.

A escola inclusiva tem por objetivo: [...] Uma educação de qualidade para todos, respeitando todas as diferenças,

evitando todo e qualquer mecanismo de exclusão, preconceito ou rótulo. O aluno com necessidades especiais não é visto mais a partir de suas limitações e sim sob o prisma de suas possibilidades, competências e capacidades como forma de desenvolver-se plenamente como cidadão (PARORIN, 2006, p.166).

A escola inclusiva é o percurso para uma sociedade cada vez mais justa, de valorização do ser humano. Suas intenções ultrapassam a mera questão de agrupar “diferentes” em um mesmo espaço físico, seu objetivo não é apenas acolher todos os alunos com suas diversidades e necessidades especiais em um único ambiente, fosse isso seria considerada como um “disfarce” da exclusão.

É importante salientar que mudanças na educação brasileira, nessa perspectiva, dependem de um conjunto de ações em nível de sistema de ensino que tem de se movimentar a fim de garantir que todas as unidades que o compõem ultrapassem o patamar em que se encontram. É negável o valor das ações que se tornam exemplares, mas certamente isso não garante sua generalização para o sistema de ensino, o que resultará em desigualdade na oferta das mesmas condições de qualidade para todos os alunos residentes na circunscrição de cada escola.

Se os princípios da educação inclusiva vêm se fortalecendo desde meados da década de 1990, na prática é o modelo de integração escolar que ainda predomina.

A escola inclusiva é um grande desafio, pois as necessidades educacionais deixem de ser apenas um problema do aluno, e passam a ser também de responsabilidade do sistema educacional, do processo ensino-aprendizagem das escolas e buscarem novas formas de trabalhar com os alunos, vivenciando um novo mundo processo ensino-aprendizagem, cujas bases para sua efetivação se encontram nos quatro pilares básicos para a educação inclusiva, que segundo Delors (2000), compreendem: 1º - Aprender a conhecer; 2º - Aprender a fazer; 3º - Aprender a viver; 4º - Aprender a se.

Nessa perspectiva, nasce um novo paradigma para a escola inclusiva, que tem de ser orientada por um Projeto Político Pedagógico flexível que vise atender as necessidades e as especificidades dos alunos.

Considerações Finais

Este artigo teve como objetivos propostos: analisar as possibilidades, limites e implicações do processo de inclusão nas escolas e os desafios para o gestor educacional, que é figura essencial na implementação das ações de inclusão. Também foi possível identificar algumas implicações administrativas, políticas e pedagógicas para os gestores escolares.

A partir da seleção de um amplo referencial teórico, foi possível fazer uma reflexão aprofundada de como é possível realizar o trabalho de inclusão, observando o que estudiosos versam sobre o tema, levando à uma conscientização sobre a importância do processo de inclusão para a sociedade atual.

Foi possível uma maior visualização da realidade do processo inclusivo ao longo do tempo, vimos que muitos ainda são os desafios a serem enfrentados tanto na sociedade de um modo geral, quanto nas políticas públicas da educação.

Outra perspectiva para tornar viável a inclusão consiste em possibilitar e incentivar gestores e professores a realizarem cursos de formação continuada, para que seus medos e incertezas possam ser amenizados à medida que se sentirem preparados para atender a essa demanda de alunos com deficiência e ter possibilidades de dar respostas satisfatórias às suas necessidades.

Muitas escolas podem até se considerarem inclusivas, porém as ações ainda são insuficientes no seu cotidiano, para efetivar a inclusão dos alunos com necessidades especiais em seu ambiente. As ações em geral são fragmentadas, unilaterais, o que dificulta ainda mais a aceitação dos alunos sem deficiência em

relação aos alunos com deficiência, acarretando o mesmo com professores e familiares dos alunos não deficientes.

Desde aspectos de inovação e adaptações necessárias, o gestor deve prestar atenção, também aos aspectos jurídicos, a todas as legislações a respeito da escola inclusiva.

Evidenciou-se com este trabalho que a escola se constitui como uma instituição apropriada à formação dos cidadãos, e em seu processo de constantes transformações precisam ser reorganizada para ampliar e melhorar o seu atendimento a todos os alunos. Fundamentando-se nessa perspectiva, estabelece possibilidade para que a escola beneficie a todos os alunos em situação com deficiência que, por sua vez, possibilita a aquisição de conhecimentos e contribui para melhorar a qualidade do ensino regular.

Vimos que, para a inclusão acontecer de fato, depende, sobretudo, da atitude que a escola adote para todos que nela está se sintam capazes de responder as necessidades educativas, o que implica dizer que é preciso aprender com a diversidade no espaço escolar.

Evidenciamos que a sociedade precisa entender a importância da inclusão para garantir a participação e a igualdade de todos os alunos, ao tornar essa sociedade mais justa e igualitária, evitando a segregação para apoiar as práticas inclusivas na escola e na sociedade em geral. Nesse sentido, as escolas precisam se reorganizar para desenvolver uma pedagogia que atenda as necessidades acadêmicas de todos os alunos.

É inegável que todos os alunos tem direito a serem aceitos na escola independente de suas dificuldades e/ou deficiência.

Ferreira relata:

A educação inclusiva surgiu, e vem crescendo no mundo inteiro, com base no pressuposto de que toda criança tem direito à educação de qualidade e de que, portanto, os sistemas educacionais têm que mudar para poder

responder a essas necessidades. (FERREIRA, 2005, p. 41-42)

Diante dessas considerações, entende-se que a educação inclusiva é um direito de todas as pessoas. Essa afirmação implica dizer que a escola inclusiva, além de ser um grande desafio para todos os educadores irá exigir dos profissionais da educação dinamismo, criatividade, responsabilidade, cooperação e troca de saberes para atender às diferenças na escola que terá de mudar suas atitudes e, conseqüentemente, sua prática escolar.

Finalmente, partindo dos pressupostos apresentados neste trabalho, concluímos que o ensino inclusivo diante da sociedade em transformação e evolução constantes é inovador, solidário, aceitando e respeitando as diferenças. Com base nessas diferenças, a escola inclusiva constrói uma prática pedagógica que promove e mobiliza mudanças frente às novas possibilidades educativas pela inclusão. Assim, nós educadores na função do processo de inclusão, acreditando que a nossa contribuição é essencial.

Referências

ARAÚJO, R. M. L. et al. **Inclusão: compartilhando saberes**. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

CARLO, M. M. R. P. **os processos interativos no desenvolvimento humano e a da questão da (des) instituição da pessoa com deficiência**. Ln: MANZINI, E. J. Inclusão e acessibilidade. Marília: ABPEE, 2006.

DECLARAÇÃO de Salamanca sobre Princípio, Políticos e Práticas na Área das necessidades educativas Especiais Salamanca: UNESCO, 1994.

FERREIRA, M. E. C. **O enigma da inclusão: das intenções às práticas pedagógicas. Educação e pesquisa**: São Paulo. V33, dez. 2005

LUCK, H. **Concepções e processos democráticos de gestão educacional**. Petrópolis: Vozes, 2006, a. V.2.

MACEDO, L. **Ensaio pedagógicos: como construir uma escola para todos?** Porto Alegre: Artmed, 2006.

PAROLIN, I. C. H. **Aprendendo a incluir e incluído para aprender**. São Jose dos Campos: Pulso Editorial, 2006.

SANCHES, I. **Compreender, agir, mudar, incluir**: Da investigação-ação à educação inclusiva. Revista Lusófona de Educação, 5, 127-142. 2005.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão**: o paradigma do século 21. Revista Inclusão. ano I, n. 1, out., 2005.

SASSAKI, R. K. **Inclusão construindo uma sociedade para todos**. 3 ed. Rio de Janeiro: WVA, 1999.